

Organizadores:
Carlos Eduardo da Costa Campos
Luis Filipe Bantim de Assumpção

NUMISMA

Estudos Interdisciplinares sobre
Numismática Antiga



VOL. 1



Numisma:
Estudos interdisciplinares sobre
Numismática Antiga
Volume 1

Numisma:
Estudos interdisciplinares sobre
Numismática Antiga
Volume 1

Organização

Carlos Eduardo da Costa Campos
Luis Filipe Bantim de Assumpção



Vassouras
2024

Apoio:



© Universidade de Vassouras Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contida, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e das demais instituições envolvidas.

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra

Adm. Gustavo Oliveira do Amaral

Reitor da Universidade de Vassouras

Prof. D.Sc. Marco Antonio Soares de Souza

**Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação**

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso

**Pró-Reitora de Extensão
Universitária e Desporto**

Prof.^a Consuelo Mendes

**Assessor de Relações Institucionais da
Presidência da FUSVE**

Prof. M.Sc. Hamilton Moss de Souza

Pró-Reitora de Ciências Humanas

Prof.^a D.Sc. Adriana Vasconcelos da Silva
Bernardino

**Editora-Chefe das Revistas Online da
Universidade de Vassouras**

Prof.^a M.Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos
Santos

**Coordenador Local de Doutorado em
História e Coordenador de Pesquisa e
Extensão do campus Saquarema**

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Organizadores

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Conselho Executivo

Prof.a D.Sc. Aline Vanessa Locastre (UEMS)

Prof. D. Sc. André da Silva Bueno (UERJ)

Prof.a. D.Sc. Airan dos Santos Borges (UFRN)

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso (Univassouras)

Prof. D. Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)

Prof. D.Sc. César Fornis (Universidade de Sevilla)

Prof.a D.Sc. Cristina de Souza Agostini (UFMS)

Prof.a D. Sc. Dilza Porto (UFMS)

Prof.a D. Sc. Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)

Prof.a D. Sc. Fernanda Eugênia Puga de Magalhães (UMinho)

Prof. D. Sc. José Maria Gomes de Souza Neto (UPE)

Prof.a D. Sc. Lígia Carvalho (UEMS)

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção (Univassouras)

Prof.a D. Sc. Maria do Carmo Franco Ribeiro (UMinho)

Prof. D.Sc. Rainer Guggenberger (UFRJ)

Prof.a D. Sc. Priscila Lini (UFMS)

Prof.a D. Sc. Vivina Dias Sol Queiróz (UFMS)

Conselho Consultivo

Prof. D.Sc. Adiel Queiroz Ricci (Univassouras)
Prof. D. Sc. Anderson de Araujo Martins Esteves (UFRJ)
Prof. D. Sc. Claudio Umpierre Carlan (UNIFAL)
Prof.a D.Sc. Fabiana Pereira do Amaral (UFRJ)
Prof. D.Sc. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)
Prof. D. Sc. João Tavares Bastos (Univassouras-Maricá)
Prof. D. Sc. Jorge Antônio Paes Lopes (DRA-BL; SEEDUC-RJ)
Prof.a M. Sc. Laura Roseli Pael Duarte (UFMS)
Prof. D. Sc. Leandro Hecko (UFMS)
Prof.a D.Sc. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (UFMS)
Prof.a D. Sc. Marinete Rodrigues (UEMS)
Prof.a M.Sc. Marcia Sena Barbosa Monsorez Ribeiro (Univassouras)
Prof. D. Sc. Marcus Vinicius Kelli (SME-RJ)
Prof.a D. Sc. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)
Prof.a M.Sc. Marinéa da Silva Figueira Rodrigues (Univassouras)
Prof. D. Sc. Paulo César dos Reis (Secult-Maricá)
Prof. D. Sc. Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Prof.a D. Sc. Roberta Alexandrina da Silva (UFPA)
Prof.a D. Sc. Semíramis Corsi Silva (UFMS)

Assessoria Executiva

Andreia Cristina Alcantara Paz (ICTIM)
Giselle Bastos Pereira (MHN)
João Gabriel da Silva Sanches (Lab ATRIVM / UFMS)
João Guilherme Vieira Poiati (Lab ATRIVM / UFMS)
José Natal (UPE)
Lara Fernandes (UMinho)
Lara Karinina Viana de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Leonardo Arguello Alves (Lab ATRIVM / UFMS)
Letícia Cézar Ruela (UMinho)
Luis Miguel Pereira Lacerda (Lab ATRIVM / UFMS)
Miguel Ângelo Oliveira de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Paula Aranha (MHN)
Pedro Collares (MHN)
Vinicius Rotheman Felipe Ortega (Lab ATRIVM / UFMS)

Diagramação e Editoração eletrônicas:

Prof. D.Sc. Luis Felipe Bantim de Assumpção
Aux. Acadêmico Luis Felipe Soares Gomes

Idealização / Projeto Gráfico / Arte da capa:

Miguel Angelo Oliveira de Almeida (UFMS)

Coletânea Numisma – ATRIVM / UFMS:

Coletânea que integra a série de publicações do Laboratório ATRIVM/UFMS, nessa edição foi realizada em parceria com a FUSVE, através da Univassouras e da PRPPG. A obra também é o resultado do Acordo de Cooperação UMinho x UFMS e da bolsa de

Produtividade PQ2 – CNPq, ambos relativos às atividades do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS).

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/issue/view/299>

N918

Numisma: estudos interdisciplinares sobre numismática antiga volume 1. / Organizado por: Carlos Eduardo da Costa Campos, Luis Filipe Bantim de Assumpção . – Vassouras, RJ : Universidade de Vassouras, 2024.

296 f.; il.

Recurso eletrônico

Formato: E-book

ISBN: 978-65-87918-78-5

1. Antiguidades. 2. Numismática. 3. Cultura. I. Campos, Eduardo da Costa. II. Assumpção, Luis Filipe Bantim. III. Universidade de Vassouras. VI. Título.

Sumário

Prefácio

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães 17

Apresentação

Fernanda Castro 21

As moedas também são nosso patrimônio? A importância do acervo numismático do Museu Histórico Nacional e sua relevância cultural e científica

Ricardo Luiz de Sousa & Cláudio Umpierre Carlan 25

2022: O centenário do Museu Histórico Nacional

Giselle Bastos Pereira 42

Evolução ideológica e cultural das moedas "gregas": Do tótem à religião de Estado

Maricé Martins Magalhães 556

As moedas do imperador Graciano no acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro: Uma perspectiva de análise

Janira Feliciano Pohlmann 87

O projeto “Um dia no museu” e a interiorização do MHN em MS: Relatos de experiências

Carlos Eduardo da Costa Campos & Cristina de Souza Agostini 109

Uma introdução aos estudos sobre réplicas de moedas romanas orientais na China

André Bueno 125

“Mudras” na iconografia monetária do reino Indo-grego?

João Gomes Braatz 142

Os desafios nas análises numismáticas e arqueológicas sobre a Judaea-Palaestina sob dominação romana entre os séculos I AEC e II EC	
Vagner Carvalheiro Porto & Gladys Mary Santos Sales	159
Adriano: Entre a <i>História Augusta</i> e a numismática	
Filipe Noé da Silva & Pedro Paulo de A. Funari	195
Economia e sociedade em <i>Bracara Augusta</i>: O contributo dos tesouros numismáticos	
Diego Machado	219
Numismática: Moedas a serviço do conhecimento e do convívio	
Pedro Paulo A. Funari	251
Impacto social da Sociedade Numismática Brasileira	
Oswaldo M. Rodrigues Jr.	271
Biografias	293

Prefácio:
**A importância dos estudos sobre os acervos
arqueológicos para a História**

Refletir sobre o espólio arqueológico e a sua importância para a História vai nos obrigar a pensar sobre a importância das fontes históricas e arqueológicas. De facto, o registo arqueológico necessita de ser complementado com outras fontes designadamente iconográficas e textuais, para poder ser compreendido na dimensão social do seu uso, já que na maioria dos casos salvo condições excepcionais, os vestígios arqueológicos chegam aos nossos dias fragmentados e deteriorados pelo tempo, constituindo uma pobre imagem de uma realidade distante.

Fazendo notar, por um lado, que o carácter finito das fontes textuais estabelece um limite à leitura da História Antiga, o que conduz a uma necessidade de diferenciar as suas fontes, por outro lado, é certo que o carácter amputado dos vestígios identificados pela Arqueologia condiciona a disciplina na hora de realizar a sua interpretação funcional ou social. A esta dificuldade temos que adicionar uma outra, representada pelo aumento crescente da informação arqueológica, que continua, na maior parte dos casos por estudar, analisar e interpretar.

Na verdade, os vestígios arqueológicos têm ocasionalmente uma difícil perceptibilidade para os historiadores, ou para outros investigadores que pretendem, por exemplo, estudar a economia das cidades antigas através da circulação monetária. Nesse sentido, nos últimos tempos tem-se registado uma tentativa de mudança por parte dos arqueólogos na forma como lidam com os objetos arqueológicos, tentando tornar mais apelativos os dados com que trabalham, criando diferentes experiências como a reconstituição do modo como os objetos e os espaços seriam usados. É precisamente através do uso da imagem gráfica que se tem realizado uma aproximação aos discursos dos

arqueólogos com os dos historiadores, e por outro lado, tem permitido melhorar o discurso expositivo da maioria dos museus com coleções de espólio arqueológico, abandonando as exposições constituídas apenas por conjuntos de objetos exumados nas escavações.

Pode dizer-se, por outro lado, que a Arqueologia consegue e pode identificar, datar, contextualizar e interpretar uma gama muito variada de vestígios, como os tesouros numismáticos. Através de uma moeda, consegue identificar a matéria-prima em que foi produzida, onde foi cunhada, quem a mandou produzir e até porquê, no entanto, não consegue recuperar ainda que de modo excecional, os comportamentos individuais, nem o universo do impalpável, que regulava as relações, as vozes, ou os sentimentos dos homens e mulheres de outrora. Para essa leitura tem que recorrer a outras fontes quer iconográficas ou textuais que facultam outras narrativas que ajudam a dar vida aos acontecimentos que a Arqueologia pode recriar a partir dos vestígios materiais.

Assim, é fundamental, admitir as características específicas do registo arqueológico, que resulta de um conjunto de ações que foram deixando marcas ao longo dos tempos, que têm de ser compreendidas e só depois é que será possível realizar uma interpretação temporal, espacial e social dos vestígios.

Finalmente, depois dos vestígios arqueológicos se transformarem em património é importante potenciar a sua valorização, importa dar-lhe condições para que se torne, de facto, num recurso cultural ou num produto turístico, que possa inserir-se no mercado dos serviços educativos, culturais ou económicos, o que constitui uma complexidade acrescida, porque implica um compromisso com estratégias de desenvolvimento a médio prazo e, porque, carece sempre de um investimento sério e consequente. Desta forma, esta coletânea de reflexões é uma invocação para conhecer e refletir criticamente sobre o longo processo dos vestígios arqueológicos e a sua transformação em conhecimento e produto didático dos museus, têm que ser estudados,

contextualizados e interpretados para que possam fazer sentido e sejam integrados em narrativas que nos falem das sociedades que os geraram.

Dr.^a Fernanda Eugénia Puga de Magalhães
**Docente de Arqueologia da Universidade do Minho –
PT**

Apresentação

O colecionismo de moedas e medalhas remete à antiguidade clássica e seu estudo, enquanto interesse científico ocorre desde o Renascimento. A partir da pesquisa e análise das coleções reais e de gabinetes de curiosidades, até chegarem aos museus mais contemporâneos, os estudiosos deste campo vêm contribuindo para ampliar o alcance e a compreensão sobre aspectos cotidianos da vida, como as relações de valor, de troca e a popularização do entendimento sobre economia e mercado.

O Museu Histórico Nacional possui a maior coleção de numismática da América Latina e mantém um intenso trabalho de pesquisa, a partir de seus quadros profissionais e de sua relação com parceiros e estudiosos do tema, que remete aos primeiros anos de sua existência e atuação no campo do patrimônio, da cultura e da educação.

A partir de um Acordo de Cooperação Técnica, que é fruto de uma parceria já estabelecida, o MHN tem colaborado para o estudo e difusão do conhecimento da numismática e do colecionismo que envolve o tema e recebido importantes contribuições da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que promovem maior capacidade de produção científica sobre as coleções do museu e sua popularização diante de públicos diversos, com especial destaque ao público escolar.

Nesta coletânea, *Numisma*: estudos interdisciplinares sobre numismática antiga (Vol.1), estão reunidos alguns dos estudos que refletem essa mútua contribuição, entre museu e universidade, para pesquisa, promoção e difusão do tema entre públicos diversos e a sociedade em geral.

Entre os textos, na **Parte I – Estudos numismáticos e o Museu Histórico Nacional**, destacam-se pesquisas sobre o acervo de numismática do MHN, a sua relevância cultural e científica. Dessa forma, pode ser visto o texto de Ricardo Luiz de Souza e Cláudio Umpierre Carlan. No que tange ao centenário do Museu Histórico Nacional, Giselle Bastos Pereira apresenta um estudo sobre as atividades

organizadas pelo museu. O aspecto singular do acervo é abordado no trabalho de Maricé Martins Magalhães que parte de uma abordagem teórica para apresentar o desenvolvimento ideológico e cultural perceptível em moedas gregas que catalogou no MHN. Janira Feliciano Pohlmann investiga as moedas do Imperador Graciano e as configurações de poder da época. A divulgação do acervo de numismática do MHN entre o público escolar de Mato Grosso do Sul é destacada por Carlos Campos e Cristina Agostini.

Na **Parte II – Estudos Numismáticos sobre a Antiguidade**, André Bueno aborda a temática dos estudos de réplicas. Ainda sob a temática da antiguidade, João Gomes Braatz traz uma análise iconográfica de moedas do Reino Indo-Grego, apontando para os processos de trocas culturais. Vagner Carvalheiro Porto e Gladys Mary Santos Sales contribuem com análises numismáticas e arqueológicas sobre a *Judaea-Palaestina* sob dominação romana entre os séculos I AEC e II EC. Filipe Noé da Silva e Pedro Paulo A. Funari apresentam olhar crítico sobre os estudos numismáticos da antiguidade, incorporando às suas análises noções contemporâneas de diversidade. Diego Machado aborda o estudo sobre tesouros encontrados em projetos arqueológicos em *Bracara Augusta*.

Por fim, na **Parte III – Estudos Numismáticos e Impacto Social**, temos os textos de Pedro Paulo A. Funari e Oswaldo M. Rodrigues Jr., que tratam, respectivamente, da possibilidade de uma perspectiva de conhecimento para o convívio a partir das moedas e do impacto social da Sociedade Numismática Brasileira para a produção do conhecimento e para a promoção do bem-estar na sociedade a partir da contribuição desse conhecimento para a vida cotidiana.

De maneira geral, este livro apresenta abordagens que vão dos estudos iconográficos à importância social da numismática para a atualidade, demonstrando os caminhos da sua popularização e a relevância dos estudos, das ações educativas e de divulgação científica do tema para a contemporaneidade.

Podemos considerá-lo uma leitura importante para os estudiosos do tema que querem manter atualizados seus conhecimentos sobre a diversidade e abrangência da numismática na ciência. Para leigos e interessados no assunto a leitura permite acesso, em linguagem clara e acessível, a um panorama da numismática no Brasil hoje e seus desdobramentos sociais, científicos e artísticos.

Fernanda Castro
Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus

Parte I
Estudos Numismáticos e o Museu Histórico
Nacional

As moedas também são nosso patrimônio? A importância do acervo numismático do Museu Histórico Nacional e sua relevância cultural e científica

Ricardo Luiz de Souza
Cláudio Umpierre Carlan

Introdução

Este artigo visa articular a relação entre o desenvolvimento das políticas acerca do patrimônio cultural brasileiro e o estabelecimento institucional do Museu Histórico Nacional-RJ¹. Buscaremos, também correlacionar como o acervo numismático deste museu é de grande relevância para a produção historiográfica nacional. Assim, trata-se de uma reflexão teórica que busca discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a relevância desse acervo material como parte integrante do patrimônio cultural nacional de cunho científico e arqueológico. Não obstante, apresentaremos o considerável uso desse acervo como fonte para o desenvolvimento cultural, educacional e de pesquisas científicas no campo da História Antiga.

Em sentido etimológico, patrimônio advém da palavra latina “*patrimonium*”, que é uma junção de “*patri*”, termo designador de “pai”, com “*monium*”, que se traduz como “recebido”, para referir-se à herança material passada de pai para filho (Funari; Peregrini, 2019, p. 20). Desde o conceito mais antigo, que manifesta o desejo de transmitir os bens materiais de uma família, tais como os imóveis, terras, benfeitorias, entre outros. Contudo, o patrimônio cultural desenvolve o juízo de que o “patrimônio” é algo a ser transmitido para as gerações futuras, seja ele de forma material (construções, monumentos ou obras) ou imaterial (ideias, técnicas ou saberes), na qual existe certa construção

¹ Usaremos a sigla MHN ao mencionar o Museu Histórico Nacional. Nota dos autores.

social que traz em seu bojo a identidade de grupos ou de um indivíduo. Destarte, o patrimônio também pode ser concebido como algo que alguém diz e faz a seu respeito, expandindo sentido de herança reivindicado e/ou apropriado.

Assim, a ideia de patrimônio cultural configura-se como todo o bem que preserva a identidade ou a memória social de um povo ao longo da História. Sendo assim, percebe-se que diferentes grupos humanos possuem peculiaridades no seu modo de pensar, sentir e conceber o mundo, fazendo com que estes conceitos sejam passados de geração em geração, constituindo e construindo culturas distintas. Tais conceitos não fogem completamente quando inseridos em bens materiais, como no caso das moedas. Neste contexto, é importante pensarmos na importância da preservação e difusão científica dos acervos numismáticos do Brasil, já que tais diretrizes políticas contribuem para que tal material seja preservado e, de certa forma, surjam novas interpretações e indagações de cunho historiográfico, social, econômico e cultural desses materiais.

Patrimônio cultural: um direito de todos

As primeiras políticas de preservação do patrimônio cultural surgem com o advento da Revolução Francesa, em 1789. A partir do ano de 1792, o Comitê de Salvação Pública instituiu as primeiras políticas públicas buscando a preservação e proteção do patrimônio histórico da França. Entretanto, dentro das alas mais radicais dos Jacobinos, existiam indivíduos que queriam pôr a pique todas as obras monumentais que estavam relacionadas à figura do Absolutismo, Nobreza e Igreja. Após a vitória da ala mais moderada dentro do Comitê, os bens materiais da Igreja, da nobreza e do Rei, passam a pertencer ao Estado francês. Assim, esses bens culturais começaram a ser enxergados como os representantes do empenho coletivo de cada cidadão, portanto, deveriam ser conservados para a posteridade, pois representavam todo o esforço laboral do povo francês. Nascia, assim, o conceito de preservação de monumentos, obras, edificações, entre outros,

com o objetivo de representar a identidade e os valores de m povo. Deste modo, o povo francês teria feito legalmente a preservação de vários imóveis com o intuito de difundir o civismo e a História da França para às futuras gerações. Por sua vez, os franceses também entrariam em contato com o conhecimento de seu passado, criando, paulatinamente, laços de pertencimento e identidade, que, em outro momento, contribuiriam para a afirmação do Estado-Nação francês e do paulatino sentimento de nacionalidade, aspectos tão caros no desenrolar das Guerras Napoleônicas, cujo furor patriótico era peça motriz da máquina de guerra francesa.

No Brasil, as legislações para a proteção do patrimônio cultural são relativamente recentes. O Estado Novo Vargas criou em 1937, por meio do Decreto-Lei nº 25, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Órgão Federal com a missão de determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio histórico e artístico nacional. É importante também salientar que foi por meio desse Decreto-Lei, que o Brasil teve a criação do instrumento do tombamento (Paiva, 2011, p. 20). Todavia, os bens de natureza arqueológica somente teriam a sua proteção legal a nível nacional em 1961, através da Lei de nº 3.924.

Sem embargo, é importante inferir que foram tímidas as ações do SPHAN no setor museal comparadas àquelas voltadas para o patrimônio material edificado, também chamado de “pedra e cal” (Julião, 2009, p. 142). Todavia, é importante inferir sobre o papel ativo do Estado no colecionamento ativo, no desenvolvimento de critérios e de procedimentos técnicos, que posteriormente estariam relacionados à identificação, classificação e valorização das coleções adquiridas e ressignificação de antigos acervos. Nesta seara é que entra o Museu Histórico Nacional - que apesar de ter sido criado em 1922 - entraria nas ações de colecionamento do SPHAN.

Com a redemocratização do país e o fim da Ditadura Civil-Militar, em meados da década de 1980, a luta pelo reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural também entraria nas discussões da Assembleia Constituinte. Nisso, a Constituição Federal de 1988, na figura de seu art. de nº 216², traria pela primeira vez em uma Carta Magna o Direito de todos os povos ao uso e rememoração de seus patrimônios culturais. De tal modo, a Constituição de 1988 define que o patrimônio cultural de um povo diz respeito aos valores culturais essenciais à sua história, memória e tradições, com o intuito de dar identidade, auxiliando na concepção de autodeterminação dos diferentes povos constituintes do Brasil (Carmo Mota, 2020, p. 150). Em razão dessa importante relevância, o Estado qualifica o direito ao patrimônio cultural como fundamental para todos os cidadãos brasileiros, já caracterizando o patrimônio como natureza imaterial e natureza material. No entanto, seria somente no ano de 2000 que os patrimônios de natureza imaterial, ou seja, as danças, técnicas, tradições, mitos, lendas, entre outros teriam um reconhecimento legal por parte do Estado. Destarte, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, houve a instituição da regulamentação acerca do Registro do Patrimônio Imaterial, através do Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. O Registro é um importante passo para o reconhecimento da diversidade cultural que integra a identidade e a memória nacional. Ao lado do registro, esse decreto criou Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), por meio do qual o Governo Federal promove ações de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial.

² Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**, paleontológico, ecológico e **científico** [...] (grifos nossos)

Particularmente um esforço importante tem sido o de problematizar a construção do patrimônio cultural, pois entende-se que esse campo se constitui como uma prática social formadora de conflito de ordem material e simbólico, que ocorrem no processo de institucionalização da memória-histórica de diferentes países e grupos sociais (Paiva; Souza, 2018, p. 28). Nos últimos anos, verifica-se que a partir de releituras acerca dos conceitos de patrimônio cultural e das políticas de preservação a ele relacionadas, o desenvolvimento de um esforço para a problematização do patrimônio como uma prática social formadora e construtiva na esfera material e simbólica, cuja prática não é neutra, pois a institucionalização da memória-histórica de diferentes países e grupos sociais também é constituído por discursos de narrativas, manipulações e construções de sociabilidades. A partir do conceito de patrimônio cultural e das políticas de preservação a ele relacionadas, é possível compreender os múltiplos sentidos e valores que norteiam a seleção dos bens culturais dentro das sociedades humanas. No âmbito das políticas acerca da consolidação dos órgãos do patrimônio, é importante perceber que as políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural acontecem “a partir de ações inseridas no tempo e no espaço – o espaço físico, territorial, geográfico. Todas as ações patrimoniais são valorativas e se portam como construções ideológicas de seleção, de recorte e de conhecimento” (Magalhães, 2021, p. 253).

Desta forma, percebe-se que o campo do patrimônio cultural está em constante construção, adquirindo novas significações ou tendo novas reativações ao longo do tempo, de acordo com os seus detentores, responsáveis sociedade e poder público. Nessa conjuntura, os museus e seus acervos também entram nesta seara, já que se constituem como importantes aliados nos difusores dos bens culturais, pois possibilitam que os patrimônios de uma localidade entrem em contato com a população que os cerca, criando uma rede de conhecimentos gerados desenvolve os sentidos de

ressignificação e relevância desses acervos, criando novas contextualizações e usos.

O Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional está localizado na Praça Marechal Âncora, Centro, s/nº, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu conjunto arquitetônico foi tombado por sua importância cultural e histórica pelo IPHAN, em 2001. Entretanto, é digno de nota também discorrer que todas as suas coleções museológicas e arqueológicas também foram tombadas como patrimônio da União, ou seja, de todos nós, brasileiros.



Imagem 01: Entrada principal do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro/RJ. **Fonte:** Acervo pessoal de Ricardo Luiz de Souza. Ano de 2016.

O conjunto arquitetônico que hoje abriga o Museu teve origem a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, que foi um dos pontos estratégicos escolhidos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro, e fora construído entre os séculos XVI e XVII. Atualmente, o MHN ocupa todo o espaço destinado a antiga ponta do Calabouço, local no qual se encontrava instalado originalmente o Forte de Santiago, construído em 1603, ao qual se acrescentou a Prisão do Calabouço, cuja função destinada a punir escravos faltosos, e a Casa do Trem, em 1762, que funcionaria como depósito

do “trem de artilharia” responsável pelo deslocamento interno de armas e munições. Posteriormente, o prédio ainda teria a função de Arsenal de Guerra em 1764, e, por fim quartel do Exército, em 1835. Portanto, por si só, a edificação já é um local de memória e história do Rio de Janeiro colonial, imperial e republicano.

O museu foi criado a partir do Decreto de nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa, com a função de servir como museu destinado à História do Brasil. Iniciou as suas atividades em 11 de outubro daquele mesmo ano, já que foram integradas à Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Tal exposição ocorreu em duas galerias, nas dependências do antigo Arsenal de Guerra, (que foi transferido para a ponta do Caju, em 1908). Tais galerias também foram ampliadas e decoradas para servirem como “Palácio das Grandes Indústrias”, um dos pavilhões mais visitados da exposição (Carlan, 2015, p. 60).

A política de aquisição museológica adotada nos primeiros anos de existência do museu trazia, em seu bojo, o colecionamento de insígnias militares, religiosas e nobiliárquicas, que, uma vez reunidas, retratavam a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro e de diversas forças emergentes. Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, foi um dos grandes incentivadores, doando vários objetos pessoais à coleção. Assim sendo, foram entregues ao público, bens culturais que até então encontravam-se dispersos em outros órgãos institucionais, ou, ainda, pouco valorizados, tal como a coleção de numismática encontrava-se na Biblioteca Nacional, desde o final do século XIX. O corpo técnico do MHN acredita que a maior parte das peças foi legado da grande coleção reunida pelo comendador Antonio Pedro e Andrade à Biblioteca Nacional, fato que ocorreu em 1921. Nesse ínterim, é importante destacar que o antigo diretor do museu, o Sr. Ramiz Galvão, desde 1880, havia começado a formar o que mais tarde viria a ser a “coleção oficial brasileira”. Assim, de acordo com o sítio do Museu Histórico Nacional na internet,

o Sr. Antonio Pedro reuniu uma coleção de 13.941 moedas e medalhas que compreende, entre outros núcleos expressivos, 4.559 moedas e 2.054 medalhas portuguesas e 4.420 moedas da Antiguidade:

Ao longo do século XX, o Museu Histórico Nacional, ligado ao Instituto Brasileiro de Museus, foi ampliando o seu acervo e passando a ocupar todo o conjunto arquitetônico da Ponta do Calabouço. Hoje mantém sob a sua guarda o maior acervo do Ministério da Cultura, reunindo cerca de 277.490 itens – dentre os quais a mais significativa coleção de numismática da América Latina, bem como carruagens históricas, porcelanas, indumentária civil e militar, armaria, esculturas, pinturas, obras raras e documentos manuscritos e iconográficos, além de peças do cotidiano atual, tais como brinquedos, telefones celulares, cartões telefônicos etc. (Guedes, 2010, p. 133)

Todavia, é necessário destacar que o Museu Histórico Nacional possui o maior acervo numismático da América latina, contando com moedas de vários períodos históricos e, como assinalado anteriormente, também uma relevante coleção de moedas romanas da Antiguidade. O museu também reúne medalhas, papel-moeda, entre outros, com mais de 120 mil peças numismáticas em seu inventário³ (Carlan, 2010, p. 25). Nas últimas décadas, muitos

³ O inventário é caracterizado como forma de identificação e registro, por meio de pesquisa e levantamento, por profissionais das áreas da arquitetura, história, museologia entre outras. O inventário versa sobre as características e particularidades de determinado bem, adotando critérios técnicos objetivos e fundamentados para a classificação de determinado acervo ou objeto. Nota dos autores.

profissionais das Ciências Humanas – e, em especial a História – têm se apropriado dessa rica coleção numismática para a produção de dissertações de mestrado e teses de doutoramento de intenso fôlego e qualidade acadêmica, o que evidencia que o acautelamento e a promoção desses acervos para o desenvolvimento científico do Brasil e que, não obstante, constituem-se como parte da imensa riqueza do patrimônio cultural brasileiro.

A acervo numismático do Museu Histórico Nacional e sua relevância científica

A moeda é um objeto que acompanha o homem há milênios. São objetos materiais que nos dão uma grande amplitude para a análise de símbolos, tipologias e outros significados. Elas podem nos descrever diversos elementos importantes para o conhecimento de um povo, de um Império ou de um Reino. Um exemplo disso, são as moedas do Brasil Imperial, com as quais temos estampadas no reverso a figura de Dom Pedro II. A partir dessa impressão, percebe-se a intenção por detrás desta estratégia, ou seja, o Império do Brasil buscava a partir das moedas mostrar aos súditos do Imperador toda a centralização que havia em torno de sua figura. Desta forma, ao analisar uma iconografia numismática, necessitamos ir além das suas impressões em suas faces, porque podemos verificar a conjuntura histórica de seu povo, seus anseios, algumas de suas características políticas, culturais, aspectos geográficos, históricos, entre outros. Todos esses matizes podem estar implicitamente ou metaforicamente nas faces das moedas. Sobre o desenvolvimento da numismática, é importante induzir que:

A numismática, ou ciência que estuda as moedas e medalhas, durante muitos anos, foi analisada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a História Social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade ao nível de salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes (Carlan, 2015, p. 14).

Assim, as moedas são uma excelente fonte histórica, pois a partir de sua análise encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade, tais como: aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos ou estéticos. As análises das moedas podem corroborar para o entendimento sobre os mais variados aspectos de uma sociedade no seu tempo, já que ela é uma fonte histórica na qual estão inseridas determinadas relações culturais, que são, a priori, importantes para a pesquisa historiográfica. No entanto, também não podemos perder de vista que a emissão de moedas não são reflexo de simples trocas comerciais, mas sim, estabelecem-se como importantes fontes materiais para os estudos econômicos, sociais e políticos da Antiguidade.

As moedas romanas eram produzidas batendo-se com uma marreta sobre um disco de metal aquecido colocado entre dois blocos sólidos. O molde do reverso⁴ era colocado no bloco superior e o molde do anverso na bigorna. As imagens fossem batidas na parte da frente e de trás da moeda simultaneamente. Desta forma, os moldes desgastavam (os do reverso usualmente mais rápido do que os do anverso) e um grande número de moldes de anversos e reversos podia ser necessário para a cunhagem de apenas um tipo (Ayes, 2017, p. 05). Cada molde do anverso e do reverso parece ter sido individualmente cortado, pois não há evidências de tentativas de produção em massa de moldes através da fundição ou batendo os mesmos contra um molde-mestre. O metal utilizado para se fabricar os moldes era trabalhado e endurecido antes do processo de gravação começar. Logo, o processo de cunhagem contava com um gravador, isto é, um

⁴ O anverso da moeda pode ser definido pela sua parte da frente, onde geralmente é representado o rei, o imperador, governante, etc. Nesta parte da moeda também são fixadas a data e/ou o valor da moeda. Já o reverso é a parte de trás da moeda, sendo utilizado para complementar as informações do anverso. É onde normalmente estão os brasões, os símbolos aristocráticos, as armas, os símbolos dos soberanos ou qualquer outra imagem ilustrativa da moeda. Nota dos autores.

artista encarregado de entalhar as imagens e as letras nos moldes. Assim, “talvez, inicialmente, ocorresse a gravura de uma primeira moeda ou protótipo por um artista, antes do início da produção em larga escala” (Ayres, 2017, p. 05).

Os elementos visuais da moeda, em um contexto da História Antiga, mais especificamente o de Roma, eram uma das formas mais utilizadas que os governantes usavam para passar determinada mensagem ou diretriz aos seus governados (Coelho; Marques, 2020, p. 12). Todavia, nem sempre ficava ao encargo dos governantes cunhá-las. Durante o período Republicano, as moedas eram, muitas vezes, cunhadas por famílias patrícias romanas, mas nem por isso deixavam de servir como meio de informação entre o poder romano e seus súditos.

Desta forma, as moedas, medalhas e sinetes são fontes históricas de alta valia para os estudos arqueológicos e históricos, prestando valiosos serviços investigativos para diversos campos do saber, tais como à egiptologia, assiriologia, à história das civilizações da Hélade, do Lácio, da Etrúria, da Judéia, da Síria, da Armênia, entre outros. Não obstante, é através do estudo científico dessas moedas que se torna possível o estabelecimento não apenas das datações, mas também o paulatino auxílio ao historiador em seu ofício de estabelecer as relações de poder entre a história do poder temporal dos papas, reis, imperadores, ou de outros indivíduos que circundaram nos tempos passados, entre os meandros do poder. Ademais, essa produção científica de saberes auxilia na significação deste patrimônio cultural arqueológico, criando uma teia de investigações futuras que poderão contribuir para preencher as atuais lacunas historiográficas ou estabelecer novas abordagens de pesquisa.

No que diz respeito à divulgação das coleções de moedas do Museu Histórico Nacional/RJ, pode-se salientar que a partir de 2002, parte deste acervo foi exposto ao grande público através da exposição permanente “as Moedas contam a História”, permanecendo aberta até 2016. Essa exposição foi distribuída em duas seções: uma, denominada a contar as

“Das primeiras emissões romanas à ascensão de Sula (280-88) ”; e a outra, “De Sula ao fim da República (87-27)”. Atualmente, de acordo com o site do MHN, poucas moedas romanas estão disponíveis para exposição. Se o pesquisador deseja realizar alguma investigação científica nessas fontes materiais, torna-se necessário que se faça um agendamento prévio para que tais materiais sejam disponibilizados com toda a segurança necessária.

O restante do rico acervo numismático encontra-se na reserva técnica do museu. No que concerne à pesquisa deste acervo, principalmente para a investigação científica dos pesquisadores brasileiros. Esse importante patrimônio histórico é peça central para a busca de investigação histórica do período imperial romano, podendo auxiliar diferentes pesquisas sobre o período bem aqui, em solo brasileiro.

Em 2002 começamos a analisá-la e identificamos, além de exemplares inéditos do Imperador Diocleciano, os detalhes citados pelos ourives portugueses, citadas nesses recibos, para indicar a raridade de uma determinada peça. Modelo esse utilizado durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Grande parte dessa coleção é composta por moedas de bronze, naturalmente mais gastas, devido à sua maior circulação nas camadas mais populares do Império, que as de prata ou de ouro. E, artisticamente falando, de categoria inferior, estão determinadas por fatores históricos precisos e definidos; o seu estudo pode vir a elucidar traços fundamentais do momento histórico em que essas peças se difundem (Carlan, 2015, p. 61).

Contudo, é de extrema relevância expor que o trabalho de catalogação do rico acervo numismático do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro ainda deve ser complementado, pois verifica-se que muitas fichas informativas sobre as moedas ainda carecem de alguns levantamentos, tais como as dimensões e peso das moedas. Assim, pode-se entender que a catalogação deste rico acervo arqueológico do MHN necessitar-se-á sempre estar em atualização e construção, sendo que esta diretiva deve ser uma das políticas adotadas pela instituição museal, no que concerne à Educação para o Patrimônio e sua difusão. Investimentos públicos para o auxílio no processo de tipologia e classificação desse acervo fazem-se presentes cada vez mais:

Todas as peças estavam (e estão) relacionadas, em meio a moedas republicanas de outras épocas, em dois inventários independentes entre si, o República Romana 1º Núcleo Medalheiros 9 e o Roma República MM4. Como as informações contidas nos inventários eram resumidas (basicamente o número de tombamento, o tipo da moeda, o material, o ano da cunhagem, a gens do monetário responsável e as referências bibliográficas em ambos os inventários acrescidos do peso e do diâmetro das peças apenas no República Romana 1º Núcleo de Medalheiros 9), tornava-se necessária uma análise mais detalhada das moedas antes que estas pudessem ser utilizadas como fontes históricas. Foi elaborada uma classificação única, a partir da observação dos exemplares expostos, do confronto entre as informações dos dois inventários e, conforme a necessidade, da análise de moedas que se

encontravam na Reserva Técnica. (Ayres, 2017, p. 03).

Portanto, é de extrema relevância para a memória e história nacional que uma nova exposição numismática seja realizada no MHN ou em outra entidade museal. Tal difusão contribuiria como fator aliado ao pertencimento, valorização científica e instigação à curiosidade para com a população carioca e dos milhares de visitantes anuais que o MHN recebe, já que novos diálogos interdisciplinares e construções de saberes podem ser estabelecidos e ressignificados, garantindo, assim, a perpetuação temporal do acervo numismático.

Consideração finais

O patrimônio cultural de uma comunidade pode ter inúmeras tipologias, nuances e características. Nesse ínterim, os museus e seus acervos caracterizam-se como importantes entes na preservação e difusão dos bens culturais patrimoniais de uma comunidade, povo ou Nação. Como relacionado ao longo deste trabalho, as políticas de preservação, difusão e salvaguarda dos bens patrimônios culturais de natureza imaterial e material foram construídas ao longo do tempo e, de certa forma, ainda estão em construção. Assim, é importante que dentro da política oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro, os acervos culturais e científicos dos museus também sejam difundidos e sofram todo o rigor das proteções patrimoniais existentes, já que como fora apresentado ao longo do texto, podemos perceber o quanto a coleção numismática do Museu Histórico Nacional pode contribuir para a produção de relevantes pesquisas históricas dentro do Brasil e exterior. No entanto, tais investigações não contribuem somente para o desenvolvimento da historiografia, mas também colaboram para o estabelecimento de importantes pesquisas de outras Ciências, que visam ou reafirmam uma série de leituras e de novas releituras acerca das relações socioeconômicas, políticas, simbólicas e culturais que as moedas trazem. Ademais, a

proteção e difusão deste acervo são pedra de toque para o estabelecimento de uma educação patrimonial que visa aproximar o acervo de seus espectadores, criando, mesmo que paulatinamente, um sentimento de curiosidade, identidade e pertencimento. Tal acervo é riquíssimo para o Ensino de História, uma vez que se usada a metodologia correta, poderá aproximar a História da Antiguidade (como 55 no caso das moedas romanas) à realidade do educando, por meio do estudo dos seus valores monetários, sociais e políticos ao longo do tempo.

Ademais, pode-se concluir que o acervo numismático do Museu Histórico Nacional é um patrimônio cultural de imenso valor para o Brasil, pois essas coleções se configuram como o maior acervo numismático da América Latina. Neste contexto, uma vez expostas em exposições permanentes ou itinerantes, esse imenso acervo possibilita o espaço ideal para o despertar da curiosidade e instigação da reflexão, aspectos tão caros à educação para o patrimônio cultural. Além disso, ao serem difundidas, tais investigações ajudam a situar o historiador (ou outros profissionais das ciências humanas) no desenvolvimento de pesquisas que possam cada vez mais auxiliar na compreensão dos aspectos socioeconômicos com os quais as moedas estão inseridas.

Agradecimentos

Aos colegas da UFMS, em especial ao professor e amigo Carlos Eduardo Campos, pela oportunidade de trocarmos ideias; a Pedro Paulo Funari, Margarida Maria de Carvalho, André Leonardo Chevitarese; a CAPES, CNPq e FAPEMIG, pelo apoio institucional. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Referências bibliográficas

AYRES, G. O. B. Quando o divino celebra o humano: religião, política e poder nas moedas republicanas romanas (139-83 AEC). **Tese** (Doutorado em História Social),

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARLAN, C. U. O Museu Histórico Nacional e as moedas de Constantino I. **História Revista**, v. 12, n. 2, p. 1, 2007.

CARLAN, C. U. Poder, imagem e arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 6, p. 7-14, 2007.

CARLAN, C. U. Simbologia, numismática e iconografia: a imagem como documento. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 1, n. 1, 2015.

CARMO MOTA, A. de S. do (et al). A proteção de bem cultural imóvel no Brasil. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 7, n. 2, p. 147-169, 2020.

COELHO, L. M.; MARQUES, A. J. A numismática na antiguidade como elemento desenvolvedor da consciência histórica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p. 13, 2020.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GUEDES, Â. C. Museu Histórico Nacional. **Comunicação & Educação**, v. 15, n. 3, p. 131-136, 2010.

JULIÃO, L. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, junho 2009.

MAGALHÃES, C. M. Educação Patrimonial e vitivinicultura em Andradas: Memória, identidade e possibilidades de pesquisa. In: CARLAN, C. U. *et al.* (Orgs.). **Encantos de Baco: Vinho e Cultura no Sul de Minas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Disponibiliza informações sobre o Museu Histórico Nacional**. Disponível em <http://mhn.museus.gov.br/> . Acesso em: 19 de outubro de 2020.

PAIVA, C. M. de S.; MIRANDA, M. P. de S. **Direito do patrimônio cultural**: compêndio da legislação brasileira. Ouro Preto: Editora UFOP, 2011.

PAIVA, C. M.; SOUZA, A H. M. de. **Manual para quem vive em casas tombadas**. Ouro Preto: Graphar, 2018.

2022: O centenário do Museu Histórico Nacional

Giselle Bastos Pereira

O Museu Histórico Nacional completou seu primeiro centenário em outubro de 2022. Em consequência, nele foi realizada uma programação completa de eventos, comemorativos ou não. No final do ano, foi publicada uma retrospectiva no *site* oficial do MHN⁵:

O ano de 2022 foi de celebração e desafios para o Museu Histórico Nacional. Em simultâneo ao bicentenário da independência do Brasil, o museu completou 100 anos, buscando criar novas conexões dentro e fora do museu.

A escuta de diferentes grupos sociais e a busca por um novo olhar para as práticas cotidianas, assim como na comunicação com os diversos públicos, estiveram presentes nas ações empreendidas. Exposições temporárias e on-line, lançamentos de publicações e itens comemorativos ao centenário, além de eventos em parceria com diferentes instituições, foram pontos fortes ao longo do ano.

No mês de fevereiro, foi oficialmente entregue a marca comemorativa do centenário do Museu, feita por Gabriel Ferrari, estudante da Universidade Federal do Rio de

¹ Retrospectiva: centenário do MHN foi destaque nas ações realizadas neste ano. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/retrospectiva-centenario-do-mhn-foi-destaque-nas-acoes-realizadas-neste-ano/>. Acesso em: 17 maio 2023.

Janeiro (UFRJ) e vencedor do concurso promovido pela Associação de Amigos do MHN.



Figura 1 - Marca comemorativa dos 100 anos do Museu Histórico Nacional, realizada por Gabriel Ferrari Batista, 2022. Fonte: Museu Histórico Nacional⁶.

No mês seguinte, foram retomadas as rodas de conversa **Escuta, conexão e outras histórias**, com o tema **Imigrantes e refugiados**. Em abril, a roda de conversa aconteceu novamente, desta vez com o tema **Pessoas com deficiência**, e foi iniciada a reformulação do módulo **Oreretama**, da exposição de longa duração do museu, como previsto no Plano Anual do MHN de 2022.

Em 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, foi aberta a exposição de curta duração **Rio-1922**, que celebrava o centenário do MHN, oferecendo o contexto histórico, político, econômico e social da década de abertura do Museu. A exposição, localizada no térreo do MHN, ao lado direito do Pátio dos Canhões, estava dividida nos seguintes eixos: **Rio – 1922; Desmonte do Morro do Castelo; Efervescência carioca; Exposição do Centenário e Museu Histórico Nacional**. Exibia pinturas e fotografias retratando paisagens do Rio de Janeiro nos anos 1920, incluindo pintura de Victor Meirelles, empréstimo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA – Ibram); acervo numismático e filatélico, como moedas, medalhas, cédulas e selos, alguns dos quais comemorativos do Centenário, outros representativos da

² Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/estudante-e-o-autor-da-marca-comemorativa-do-centenario-do-museu-historico-nacional/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

época; vestimentas e itens de beleza das classes mais abastadas da sociedade carioca; objetos da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, assim como a partitura de **O Guarani**, de Antônio Carlos Gomes (Campinas, 1836 - Belém, 1896); entre outros. Na última sala da exposição, relativa ao Museu Histórico Nacional, na parede ao fundo figurava a caricatura de Kalixto mostrando Gustavo Barroso recolhendo objetos para **O Muzeu Historico**. Ao centro, vitrine “aranha”, uma das peças de mobiliário mais antigas do Museu, exibindo medalhas e selos homenageando as diversas fases da Instituição e fotografias de suas equipes, encimada por escultura da deusa Minerva; nas paredes laterais, pinturas e fotografias de antigas configurações de espaços.



Figura 2 - Sala “Museu Histórico Nacional”, na exposição Rio 1922. MHN, 2022. Fonte: De autoria própria.

Ainda no mês de maio, na Semana de Museus, durante a cerimônia de abertura da exposição, o Museu foi agraciado com a medalha Tiradentes, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelos seus 100 anos. Segundo matéria no site oficial do MHN, se trata da “maior honraria oferecida a pessoas e instituições que prestaram relevantes serviços à causa pública no Estado”. Também foi realizada roda de conversa com representantes do povo Yawanawá, como parte da reformulação de **Oreretama**, e inaugurada a exposição **Brasil decolonial: outras histórias**:

Trata-se de um conjunto de 17 intervenções textuais e artísticas, no circuito de longa duração do MHN, sobre temas e objetos relativos à diáspora africana na história do Brasil. [...] O projeto é resultado da ação conjunta entre MHN, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) – com recursos da União Europeia.⁷

No campo digital, a plataforma *Google Arts & Culture* recebeu a exposição **Entre cenas e retratos**, resultado de projeto de tratamento e conservação de fotografias do Arquivo Histórico do MHN, patrocinado pelo Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo à Cultura. Nos três meses seguintes, foram realizadas atividades de conservação, restauro e análise de obras, em parceria com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Museu Victor Meirelles; palestras, rodas de conversa e lançamentos de livros e, em agosto, o seminário Numismática para Todos, com a participação da Sociedade Numismática Brasileira e da Casa

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CdojnsJpKNF/>>
Acesso em: 17/05/2023.

da Moeda do Brasil, onde foi lançada a medalha comemorativa do centenário do Museu, com criação de Millie Britto e modelagem de Érika Takeyama, em prata e bronze. No anverso, a medalha exibe a marca do centenário ao centro, juntamente de elementos da fachada do Museu: as palmeiras e o portão da Minerva. No reverso, o numeral 100 estilizado com os azulejos do chafariz do Museu.



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

Figura 3 - Medalha comemorativa do centenário do Museu Histórico Nacional. Fonte: Clube da Medalha do Brasil⁸.

Por fim, foi inaugurada a exposição **Atos de Revolta**, do e no Museu de Arte Moderna - Rio (MAM – Rio), com empréstimo de acervo do MHN. Essa realização propôs repensar o processo histórico da independência, dando destaque a levantes, motins e insurreições anteriores ou seguintes àquele período:

Com o objetivo de abordar os diversos imaginários de país então esboçados, a mostra faz referência à Guerra Guaranítica (1753-56), à Inconfidência Mineira (1789), à Revolução

⁴ Disponível em: https://clubedamedalha.com.br/index.php?route=product/product&product_id=144. Acesso em: 20 nov. 2023.

Pernambucana (1817), à Independência da Bahia (1822), à Cabanagem (1835-40), à Revolução Farroupilha (1835-45), à Revolta de Vassouras (1839) e à Balaiada (1838-41), entre outras. Artistas brasileiros, de gerações e geografias diversas, foram convidados a pensar sobre essas narrativas. Ao abordar os conflitos do sistema colonial, a exposição revela as contradições da historiografia brasileira, que produziu apagamentos de personagens determinantes, sobretudo de populações negras, indígenas e mulheres.⁹

Para a exposição, o MHN cedeu as seguintes peças de seu acervo¹⁰:

Denominação	Autor	Material	Técnica
Relógio de Bolso - Centenário (Inscrição na parte posterior da tampa Grito da Independência - José Bonifácio)	-	Prata / Esmalte	Cinzelagem / Repuxo
Brasão	-	Madeira policromada	Entalhe / marcenaria / policromia
Vaso - Grito do Ipiranga	H Deprez	Argila / esmalte / cerâmica	Cerâmica / fundição / porcelana
Urna Cinerária - Transportou para	Viúva Lamego	Porcelana	Cerâmica

⁹ Atos de revolta: outros imaginários sobre independência. Disponível em: <https://mam.rio/programacao/atos-de-revolta/>. Acesso em: 24 maio 2023.

¹⁰ Informações cedidas pelo Núcleo de Controle e Registro de Acervos do MHN em maio de 2023.

o Brasil as cinzas do Sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza			
Relevo Histórico - Placa comemorativa da Independência do Brasil, baseada em tela de Pedro Américo	-	Bronze	Fundição / relevo / marcenaria
Pintura Histórica - “Resposta de Tiradentes à leitura do ato de da pena de morte de seus companheiros”	Leopoldino de Faria	Óleo / tela	Óleo sobre tela

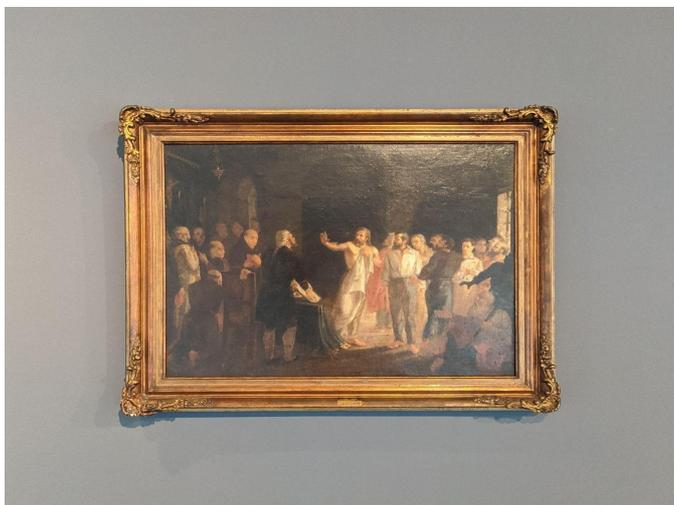


Figura 4 – Pintura “Resposta de Tiradentes à leitura do ato de da pena de morte de seus companheiros”, de Leopoldino de Faria (Campos dos Goytacazes, 1836 - Rio de Janeiro, 1911), em exposição no MAM, 2023. Fonte: De autoria própria.

Em outubro, foi comemorado o centenário durante a programação do Seminário MHN 2022¹¹, cujo tema foi **Independências num museu centenário: outros 200, outras histórias:**

O seminário MHN 2022 [...] se propõe, neste ano, a uma reflexão plural sobre a trajetória do museu e seu papel na construção das memórias nacionais, tendo em vista também o bicentenário da independência do Brasil. Referência em produção e difusão de conhecimento, o MHN abre suas portas para o novo por meio do diálogo, escuta ativa e ampliação do acesso aos ‘tesouros’ da história do Brasil que fazem parte de seu acervo. “Queremos celebrar nossa história de portas abertas! Em nosso primeiro centenário, convidamos a sociedade, em sua diversidade e pluralidade de ideias, a pensar e construir conosco os rumos dos próximos 100 anos do museu, a partir das suas próprias histórias, reafirma Fernanda Castro, diretora Substituta do Museu Histórico Nacional.”¹²

A festa de comemoração, realizada no dia 12 de outubro, data de abertura do Museu ao público, em 1922, deu início ao seminário e contou com apresentações musicais, atividades infantis, bolo de aniversário e distribuição gratuita de suas publicações. Simultaneamente, abriu-se a exposição de fotografia ***Ara’puka peró: uma cartografia decolonial do***

⁵ Realizado pelo MHN, Ibram e Associação dos Amigos do MHN, teve patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), e apoio do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e USP.

⁶ Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/mhn-100-anos-confira-a-programacao-completa-do-seminario-do-museu-historico-nacional/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

Rio de Janeiro nos 200 anos da Independência, de autoria do fotógrafo documentarista e cineasta Caio Clímaco.

As últimas das comemorações foram realizadas em dezembro de 2022, quando foi inaugurada, no primeiro dia do mês, a exposição¹³:

10 objetos: outras histórias [que] reúne itens de acervo que propõem novas ideias e atitudes do museu, convidando o público a um processo de escuta, conexão e construção de outras narrativas e representatividades. Em nosso cotidiano, usamos uma infinidade de itens sem refletir sobre como eles contam um pouco sobre nosso tempo, [...]. Mas dentro de um museu de história, os objetos ganham novos sentidos, conectando pessoas a memórias. O que propomos nesta exposição é o grande desafio de contar 100 anos de histórias a partir de apenas 10 objetos, [...] A seleção dos itens para a exposição é resultado de uma curadoria colaborativa, que partiu da escuta de diferentes grupos sociais, associada ainda a uma certa dose de estranhamento, com o intuito de romper discursos únicos e parciais.¹⁴

Na cerimônia de abertura, os Correios prestaram homenagem ao Museu com emissão postal comemorativa “Prédios históricos”, de dois blocos, que também faz referência ao Palácio dos Correios (São Paulo). No Bloco do MHN, exibe a fachada do Museu, destacando o portão da

⁷ Patrocinada pelo Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, e contou com o apoio da Associação dos Amigos do MHN.

⁸ 10 OBJETOS: OUTRAS HISTÓRIAS” É A NOVA EXPOSIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/10-objetos-outras-historias-e-a-nova-exposicao-do-museu-historico-nacional/>. Acesso em: 24 maio. 2023.

Minerva e, ao lado, a instalação “Altar de oxalá”, de autoria do artista e curador baiano Emanuel Araújo (Bahia, 1940 – São Paulo, 2022).



Figura 5 – Emissão postal comemorativa do bicentenário da Independência, “Prédios históricos”, homenageando o MHN¹⁵.

É interessante traçar paralelo entre duas das exposições comemorativas realizadas no Museu: a do cinquentenário, em 1972, e a do centenário, mais especificamente, a **10 objetos**: enquanto a primeira se utilizou de mais de 500 peças de acervo, selecionadas dentre as que ainda não haviam sido expostas, ou haviam sido expostas há muitos anos, relacionadas às figuras das elites e aos “grandes” acontecimentos históricos, para falar sobre o museu, a segunda propôs contar sua história se utilizando apenas de 10 objetos, que variam entre o século XX e XXI e dão lugar de destaque a movimentos e diferentes grupos sociais ausentes da primeira exposição: o traje de Iemanjá, do Candomblé; a rede Kalapalo, representando hábitos brasileiros herdados dos povos originários; a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, retratando a luta dos

⁹ Disponível em: <https://www.febraf.com.br/post/lan%C3%A7amento-bicenten%C3%A1rio-da-independ%C3%Aancia-pr%C3%A9dios-hist%C3%B3ricos>. Acesso em 20 nov. 2023.

pequenos agricultores pelo acesso à terra e a militância pela reforma agrária; entre outros¹⁶.



Figura 6 - Traje Iemanjá (Indumentária de Iemanjá – Candomblé de raiz *Jeje*), Museu Histórico Nacional, 2023. Fonte: de autoria própria.

O MHN/Ibram também emprestou, para figurar na exposição **Memórias da Independência**, do Museu Paulista da Universidade de São Paulo [Museu do Ipiranga], de 25 de janeiro a 26 de março de 2023, as pinturas **Alegoria da Exposição Internacional do Centenário da**

¹⁰ Análise feita em Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de 2023.

Independência de 1922, de autoria de Décio Rodrigues Villares (Rio de Janeiro, 1851 – 1931), e **Homenagem do presente ao passado**, de Gerson Pompeu Pinheiro (Campinas, 1910 – Rio de Janeiro, 1978).

Em suma, é possível observar, nas últimas décadas, um maior esforço por parte do MHN para tornar suas narrativas múltiplas e diversificadas. Isso pode ser notado em sua Política de Aquisição e Descarte de acervos, na qual sua comissão organizadora identificou, ainda na década de 1990, estarem os espaços de guarda e as salas expositivas do Museu tomadas por objetos do período imperial ou de temática militar, a maioria do século XIX, carecendo de itens que representassem, verdadeiramente, a história e o cotidiano de brasileiros comuns; e nos eventos promovidos no ano de seu centenário, com rodas de conversa voltadas para imigrantes e refugiados e pessoas com deficiência, assim como na exposição **10 objetos, outras histórias** que selecionou, para representar a trajetória do Museu e como ele deve ser pensado daqui para a frente, objetos que pudessem “materializar” diferentes segmentos da sociedade brasileira: o traje de Iemanjá, a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a camisa LGBTQIA+ do Vasco da Gama, entre outros.

Vale pontuar a participação de outras instituições nas comemorações: as homenagens prestadas pelos Correios e pela Casa da Moeda do Brasil, e os empréstimos de acervo relacionado à Independência do Brasil para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e o Museu Paulista. Em relação aos servidores e funcionários do Museu, também se beneficiaram dos eventos, que motivou o trabalho - tendo em vista que, em um ano, três exposições diferentes foram concebidas - e a coletivização.

Referências

ATOS de revolta: outros imaginários sobre independência. Disponível em: <https://mam.rio/programacao/atos-de-revolta/>. Acesso em: 24 maio 2023.

CASA da moeda do Brasil apresenta medalha comemorativa do centenário do MHN.

Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/casa-da-moeda-do-brasil-apresenta-medalha-comemorativa-do-centenario-do-mhn/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CORREIOS LANÇA BLOCO POSTAL EM HOMENAGEM AOS 100 ANOS DO MHN.

Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/correios-lanca-bloco-postal-em-homenagem-aos-100-anos-do-mhn/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Centenário Do Museu Histórico Nacional.

Disponível em: https://clubedamedalha.com.br/index.php?route=product/product&product_id=144. Acesso em: 22 nov. 2023.

Lançamento | Bicentenário da Independência Prédios Históricos.

Disponível em: <https://www.febraf.com.br/post/lan%C3%A7amento-bicenten%C3%A1rio-da-independ%C3%Aancia-pr%C3%A9dios-hist%C3%B3ricos>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL recebe medalha Tiradentes da ALERJ.

Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/museu-historico-nacional-recebe-medalha-tiradentes-da-alerj/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PEREIRA, G. B. A “Política de Aquisição” na formação de acervo do Museu Histórico Nacional: As celebrações da Independência. **TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.**

RETROSPECTIVA: centenário do MHN foi destaque nas ações realizadas neste ano.

Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/retrospectiva-centenario-do-mhn-foi-destaque-nas-acoes-realizadas-neste-ano/>. Acesso em: 17 maio 2023.

Evolução ideológica e cultural das moedas “gregas”: Do tótem à religião de Estado

Maricé Martins Magalhães

Antes de apresentar as divindades sobre moedas Gregas, sinto que é um dever esclarecer a diferença, entre **religião** e **religiosidade**, onde o segundo termo praticamente nasce do primeiro: **religiosidade** poderia ser definida como a predisposição inata do homem a ver nas coisas, na vida e na morte, um mistério mais profundo, além da realidade visível. Tal religiosidade está presente dentro de cada experiência humana e parece ser a base que conduz grupos de homens a comungar uma mesma **religião**. Na **religiosidade**, que é de foro íntimo, o homem busca a “espiritualidade” – espécie de êxtase, desenvolvimento, transformação, consciência interior. Tal manifestação também pode ser chamada de “fé” e está atenta à interpretação pessoal e intransferível através de sentimento, à compreensão subjetiva daquilo que é oculto sem restrições. Portanto, em palavras pobres, **religiosidade** transcende os limites da condição humana visível e nasce na sua psique profunda.

Mas a mesma **religiosidade** pode se transformar tão somente na observância de normas comportamentais, culturais, éticas, morais, rituais. Então teremos provavelmente criado o termo **religião**, ou seja, uma espécie de seita com credo específico e idéias fundamentais sobre deuses ou deus; práticas de culto comunitárias que exprimem sua relação com tais deuses; possui um código de comportamento e regras de orientação grupal e freqüentemente códigos orais ou escritos de caráter sagrado, que devem ser conhecidos e observados; enfim possui ritos que recordam e reiteram os momentos fundamentais da relação com o divino e tempos imemoriais.

Assim, para coroar tal religiosidade humana e seus decorrentes mitos, nascidos das dúvidas metafísicas e

finalmente da fé, não poderia deixar de nascer ou de ser inventada – não fôssemos nós homens – a **religião** “oficial”, aquela que desde primórdios será sacramentada com o ritual ou o rito. Das mais diferentes culturas nascerá um rito que não dependerá de preferências pessoais, individuais. Mas com a verticalização das comunidades e o início de uma hierarquia cultural e sócio-religiosa, serão “escolhidos” os deuses, os mitos e os rituais que deverão legitimar e dar o poderio a uma determinada sociedade e sua ideologia, o que chamaremos no futuro, de “mitos e religiões de Estado”, ou seja, “oficiais”. Em palavras curtas, os cultos “obrigatórios” do poder, como será visto depois nas fotos das moedas.

Tais divindades “oficiais”, nada mais são do que as figuras arquetípicas escolhidas com rigor para representar uma cultura, uma sociedade, um centro urbano. O conceito seria o de fazer com que tais divindades fossem investidas da autoridade suprema como protetoras “daqueles” somente, representar um povo e fazer propaganda de seu poderio. E preferivelmente atender pedidos de favores em troca do donativo, do rito, do sacrifício, numa religião que já se tornou – se é que não foi sempre – de pura negociação com o divino.

Por isso, para falar aqui sobre os tipos de representações daquilo que se manifestou como divino na documentação material, escolhi um tema que obviamente é muito querido e familiar para mim, que são as moedas da coleção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro que aliás, sorte minha, são bem ilustrativas a esse respeito. Um rico material proveniente do imaginário comum de alguns povos. Por isso, apresentarei uma pesquisa que parte da Numismática e da iconografia mítico-religiosa para chegar à recuperação da religião, da divindade, das expressões materiais do Homem e de sua visão do divino. Além disso, lembremos sempre que cada uma dessas divindades coloca em evidência o fenômeno geral de personificação e de auto-representação de uma cultura, de uma polis, dentro de um determinado código iconográfico que pode recuperar ainda inúmeros dados históricos, artísticos, culturais, econômicos.

Assim seguiremos através de imagens algumas etapas da representação religiosa dos Gregos desde a sua fase inicialmente totêmica até a deificação de seres humanos.

Como todos devem saber a moeda, como nós a entendemos até hoje, apareceu primeiramente na Ásia Menor, na costa da atual Turquia, em regiões chamadas *Ionia* e *Lydia* (Jônia e Lídia), em torno à metade do VII séc. a.C., ou seja, pelo menos a partir de 650 a.C. Tais cunhagens surgem num contexto de centros gregos da Jônia e em ricos reinos orientais “helenizados” (digamos assim) na Lídia, e é possível que inicialmente as emissões tenham sido feitas em âmbito privado, para pagamento e comércio, e só depois passando à esfera da iniciativa das administrações públicas, isto é, das autoridades locais ou de unidades políticas mais amplas, como seus símbolos de soberania, riqueza e de autonomia. Mas como se apresentam as representações ou tipos sobre os relevos de tais peças? Foram características de cada comunidade de modo a pressupor o seu reconhecimento por parte dos usuários e dos estrangeiros, como verdadeiros “emblemas ou brasões”. Desde o início, tais tipos correspondiam ao timbre de um sinete que garantia sua autenticidade.

1. Primeira fase ou grupo

Alguns tipos monetários terão sempre uma estreita relação com o complexo de tradições culturais (divindades e mitos) de cada comunidade Grega, seja em âmbito urbano, seja em amplas extensões territoriais. A moeda torna-se o lugar ideal para imagens emblemáticas numa relação totêmica com a comunidade, e frequentemente mostram a ligação etimológica entre o animal totêmico daquela cultura com o nome da própria cidade Estado ou região: a foca para *Focaea*, o leão para *Leontini* etc. Outros tipos de animais totêmicos simbolizam o emitente: e disso temos exemplo entre os primeiros exemplares cunhados na Ásia Menor:



Moeda 1 – Touro e leão de *Kroisos* ou *Croesus* (SNG Brasil 1272 – *ASIA MINOR – LYDIA – Sardis*). AR. Meio *Stater* ou *Siglos*; mm. 11,4-17,6; gr. 5,20. Ref. n. 1924.1293.1¹⁷.A/ Protome de leão à esq. e de touro à dir., afrontados. R/ Punção dividida em dois quadrados. Metade do VI séc. a.C. – época de *Kroisos* ou *Croesus* (561-545 a.C.) ou primeiros reis persas.

Esta moeda, ainda praticamente um glóbulo ovalado, é um dos mais antigos exemplares de nossa coleção, e provém do principado de *Sardis* na região chamada *Lydia*, sempre na costa micro-asiática. Muito provavelmente foi cunhada entre 561-545 a.C., sob o reinado de *Croesus* (ou *Kroisos*) (Lago, 2011, p. 10), cuja riqueza era proverbial. No A/ vemos o leão e o touro afrontados, símbolos de poder, mas que também podem ser considerados elementos figurativos míticos na Ásia Menor, onde o touro e o leão, embora rivais, também sejam complementares no céu, simbolizando Sol e Lua. Por outro lado, a dupla leão-touro pode ser uma alusão à liga natural denominada *electrum* e à sua separação em dois metais: ouro (leão, solar) e prata (touro, lunar) (Kraay, 1976, p. 31; Magalhães, 2011b, p. 155), fartamente encontrada nos leitos dos rios regionais. No R/, encontramos ainda a técnica incusa (baixo relevo), ou seja, um encavo profundo, dividido em dois quadrados irregulares, resultado da fixação da peça à punção (Lago, 2004, p. 12-13). De qualquer modo a análise técnica e

¹ SNG Aarhus. 798; SNG Cop. 456; SNG Del. 2795 (*démi-créseide*); SNG Manchester 1288; SEAR GC 3420. E tantos outros autores de grande importância.

estilística de tais peças cunhadas sob *Croesus*, resultou na conclusão de que foram todas confeccionadas por uma única casa da moeda.

2. Segundo grupo

Como os animais totêmicos, conhecemos ainda a divindade mostrada simplesmente através de um seu atributo ou objeto relativo ao seu ritual, ou à fartura trazida por seu culto e seu mito:



Moeda 2 – Touro de *Sybaris* (SNG Brasil 493 – EUROPA – *ITALIA* – *Lucania, Sybaris*). AR. *Stater*; mm. 24-29,2; gr. 6,84. Ref. n. 1924.1176.2¹⁸. A/ ΣΥ, retrógrada, no exergo; touro retrospectivo à esq. R/ Mesmo tipo incuso. Entre 550-510 a.C. – período *Sybaris I*.

Uma outra jóia de nossa coleção é este exemplar da colônia de *Achaia* chamada *Sybaris*, fundada por volta do final do VIII séc. a.C. *Sybaris* foi quase seguramente a primeira a cunhar moedas, com a técnica incusa¹⁹ na Magna Grécia, justamente a partir de 550 a.C.; mas seu poderio sobre o Mar Jônio foi abruptamente interrompido devido à sua destruição

² SNG ANS 828-844; SNG Ashm. 842, 844-846; SNG Cop. 1388; SNG Del. 360; SNG Fitz. 569-572; SNG Mil. 326; SNG Mün. 1154; GUZZO 1977, 3; HNI 1729.

³ Técnica de cunhagem arcaica em que o mesmo tipo aparece em alto relevo no A/, mas em baixo-relevo no R/.

por parte da vizinha colônia aquéia de *Croton*. Apesar disso, *Sybaris* ainda foi reconstruída quatro vezes, sendo que na última destas contou com a ajuda de Atenas, quando mudou seu nome para *Thourioi*²⁰. A moeda nos mostra o touro retrospectivo, símbolo da riqueza local, com a legenda abreviada em caracteres arcaicos e retrógrada. O R/ apresenta o mesmo tipo, tal como um espelho, batido à maneira incusa (baixo relevo).



Moeda 3 – Tartarga de *Aegina* (SNG Brasil 1150 – *GRAECLA – ATTICA* - Ilha de *Aegina*).AR. *Stater*; mm. 18,8-20,7; gr. 12,12. Ref. 1924.1241.1²¹. A/ Tartaruga, com casco segmentado nas bordas. R/ Quadrado incuso subdividido em cinco ângulos irregulares. C. 457-431 a.C.

A ilha de Egina (*Aigina* ou *Aegina*), famosa por sua reputação de grande comerciante, foi quase seguramente a primeira região na Grécia Central propriamente dita, entre a Ática e a costa da Argólida, a bater moeda por volta de 550 a.C. (Lago, 2004, p. 13): sempre com a técnica incusa, logo após os centros helenizados da costa da Ásia Menor. Só depois a prática de cunhar moedas foi difundida em Atenas,

⁴Veja textos da autora sobre o Sybaris-Thourioi na bibliografia (Magalhães, 2010a, p. 78-96).

⁵ SNG Cop. 517; SNG Del. 1535-1539; SNG Hart-Blackburn 814-816; SNG Leipzig 914; SNG Manchester 1000; SNG Mün. 562; SEAR GC 2600.

Corinthus e na ilha de *Euboea*, por exemplo. Este *stater*, nominal que aqui apresenta sistema ponderal chamado “eginético” (*stater* ou moeda padrão com cerca de gr. 12,60-12,30), é relativo à sua segunda fase de cunhagem. Período em que *Aegina* foi tomada por Atenas, ainda apresenta como tipo de A/ a tartaruga, animal-símbolo da ilha, talvez de caráter também religioso, o qual aparece desde as suas primeiras cunhagens. Em seu R/, ainda se mantém o quadrado incuso ou recavado em baixo relevo da primeira fase; só que, como característica de suas cunhagens posteriores a 500 d.C., desta vez dividido em cinco partes desiguais, ou seja, dois triângulos e três trapézios (Kraay 1976, p. 44).



Moeda 4 – Trípode de *Apollon* de *Kroton* (SNG Brasil 567 – *KROTON, BRUTTIUM*). AR / *Stater*; mm. min. 28,2; max. 29,5; gr. 7,25. Ref. n. 1924.1182.1. A/ ΨPO ascendente à esq.; trípode; acima, duas serpentes. R/ O mesmo tipo incuso.C. 530-500 a.C.



Moeda 5 – Espiga de *Demeter* de *Metapontion* (SNG Brasil 456 – *METAPONTION* – *LUCANIA*). AR / *Stater*; mm. min. 27,6; max. 28,2; gr. 8,15. Ref. n. 1924.1172.1. A/ MET descendente à esq.; espiga de trigo; c.p. R/ O mesmo tipo incuso; c. p. C. 540-450 a.C.



Moeda 6 – Abelha e cervo de *Ártemis* em *Ephesos* (SNG Brasil 1238 – *ASIA MINOR* – *IONIA* – *Ephesus*). AR. Tetradracma; mm. 21,3-24; gr. 15,06. Ref. n. 2001.021.MHN²². A/ ΕΦ, dos lados; abelha; c.p. R/ ΔΗΜΟ[ΧΑΡΙΣ?], à dir.; protome de cervo retrospectivo, à dir.; à esq., palmeira. C. 390-330 a.C. dos lados; abelha; c.p. R/

⁶ SNG Aulock 1829-1834; SNG Keckman 211. Todas as outras referências apresentam variantes de nomes de magistrados: SNG Cop. 214-239; SNG Del. 2598-2599; SNG Hart-Blackburn 971; SNG Manchester 1205; SEAR GC 4371-4373, entre outras obras não menos valiosas.

Passando agora para o continente asiático, encontraremos uma amoedação muito expressiva no centro helenizado de Éfeso (*Ephesus*), na costa da Ásia Menor (região da Jônia), que iniciou precocemente suas cunhagens já no VII séc. a.C.; assim demonstram as abundantes moedas com por exemplo tipos Leão/Quadrado incuso, entre outros, encontradas sob as fundações do famoso templo de Ártemis, num contexto de 640-630 a.C. (Arslan, 1996, p. 247; Lago, 2004, p. 12). O presente exemplar, no entanto, pertence a uma fase bem posterior, embora tenha sido a casa da moeda mais importante da Ásia Menor neste período (IV séc. a.C.). No A/ ainda permanece um dos animais-símbolo dos produtos da terra (a abelha, *mélissa*), e o étnico abreviado em Grego. Também no R/ da peça encontraremos uma alusão que eterniza o culto da deusa *Ártemis*, através da protome de cerva, um dos animais a ela consagrados, e da palmeira com frutos, um dos símbolos locais, sob a qual a deusa teria nascido. O nome do R/, em nominativo, refere-se provavelmente a um dos magistrados pertencentes ao colegiado responsável pela emissão (mais de 200 conhecidos) (Kraay, 1976, p. 256), para o qual ainda não foi encontrado confronto.

3. Terceiro grupo

Depois do animal totêmico, logo aparece a imagem da própria divindade já antropomorfizada, também em termos simbólicos mediante os seus atributos ou fazendo direta menção ao mito e a lendas locais e personificações de elementos da natureza e animais fantásticos.



Moeda 7 – *Poseidon* de *Poseidonia* (SNG Brasil 481 – *POSEIDONIA* – *LUCANIA*) AR / Dracma; mm. min. 18,4; max. 19,6; gr. 3,08. Ref. n. 1924.1174.1. A/ΠΟΣ, retrograda e ascendente à esq.; *Poseidon* nu, com a clâmide sobre os ombros, avançando à dir. R/ ΠΟΣ retrograda e descendente; o mesmo tipo incuso. Cf.: SNG ANS 619-627; SNG Copenhagen 1274; SNG Delepierre 349; SNG Milano 190; HNI 1108. 530-450 a.C.



Moeda 8 – Deusa *Athena* e coruja de *Athenai* (SNG Brasil 1116 - *ATHENAI*, *ATTICA* – c. 480-400 a.C. AR / Tetradracma; mm. min. 24,1; max. 25,2; gr. 16,74. Ref. n. 2002.0010.MHN A/ Cabeça laureada de *Athena* à dir. R/ ΑΘΕ; coruja à dir., olhando de frente; à esq., ramo de oliveira. C. 480-400 a.C.



Moeda 9 – Sereia *Parthenope* de *Neapolis* (SNG Brasil 291 – EUROPA – ITALLA - *Campania, Neapolis*).

AR. Didracma; mm. 17,6-18,6; gr. 7,34. Ref. n. 1924.1156.1²³. A/ Cabeça feminina (sereia *Parthenope*) à dir., com cabelos recolhidos por *sphendone*; longos brincos e colar; atrás da nuca, *kantharos*; sob o pescoço, ΔΙ. R/ [N]EΠΠΟΛΙΤΗ[Σ], no exergo; touro androprosopo à dir., coroado por *Nike* em vôo, entre as patas, ΒΙ. C. 317-310/300 a.C.

Neapolis, a antiga *Palaepolis* ou *Parthenope*, foi uma fundação de *Cumae* (colônia de helenos da ilha de *Eufoea*) e quase certamente de Atenas e Rhodes, entre o final do VI e início do V séc. a.C. iniciou a cunhar a partir de 450 a.C., mas a combinação tipológica sereia *Parthenope*/Touro androprosopo coroado por Vitória (*Nike*), produzida a partir do final do IV séc. a.C., foi a que ficou consagrada e permaneceu por mais de dois séculos (Magalhães, 2007a, p. 7-47). Na verdade o touro seria uma alusão ao pai da sereia, o deus fluvial *Acheloos* (na verdade aqui se chamaria *Sepeithos* ²⁴), de cujas gotas de sangue ela teria nascido. No A/ aparecem símbolos diversos, neste caso o *kantharos*, e letras sob o pescoço, relativos à série; assim como no R/, abreviatura do

⁷ Cf. SNG ANS 320; SNG Ashm. 97; SNG Cop. 425; SNG Mün. 244; Cantilena-Giove-Rubino, 1986, p. s. 41 (prata I-A).

⁸ Nome do rio que escorria nas imediações do centro urbano de *Neapolis*, identificado com a divindade fluvial grega, *Acheloos*.

nome do magistrado e da oficina. A legenda aparece no exergo do R/.



Moeda 10 – Divindade indígena local do *Samnium* (SNG Brasil 320 – EUROPA – ITALIA – *Campania, Phistelia* ou *Fisteli*). AR. Óbolo; mm. 10,9-11,4; gr. 0,59. Ref. n. 1924.1159.9²⁵. A/ Cabeça masculina imberbe, de frente, com cabelos curtos divididos em gomos. R/ *FISTLVIS*, em Osco, semicircular e retrógrada, à esq.; delfim, grão de cevada e marisco. C. 325-275 a.C.

A hipotética cidade itálica denominada *Phistelia* ou o *ethnos* (povo) dos *Fisteli*, são conhecidos somente por suas emissões, embora uma proposta bem recente queira colocá-la nas vizinhanças do santuário da deusa samnita *Mefitis*, no *Samnium* (Itália Central) (Pagano, 2011, p. 36-40). De fato, o A/ mostra um exemplo inegável de arte genuinamente itálica, única no seu gênero, e no R/ a legenda *FISTLVIS* já aparece em alfabeto Osco (Magalhães, 2007a, p. 7-47). Mas o delfim, o grão de cevada e o marisco fazem clara alusão às trocas culturais e comerciais ou aos produtos locais do centro grego de *Cumae* no litoral. Suas cunhagens em prata iniciaram-se por

⁹ Cf. SNG ANS 567-578; SNG Ashm. 166-169; SNG Cop. 576; SNG Del. 176; SNG Fitz. 197-202; SNG Mün. 394-401; Rutter, 1978, p. 180.IV; Cantilena, 1988, p. 150-151; HNI 619.

volta de 400 a.C., embora esses óbolos mais tardios tenham sido os mais difundidos.



Moeda 11 – *Mefitis* Samnita/*Hera* de *Kroton*/*Heraklés* Imberbe (SNG Brasil 315 - *PHITELIA*, *SAMNIUM*). AR / Óbolo; mm. min. 10,2; max., 11,3; gr. 0,59. Ref. n. 1924.1159.1. A/ Cabeça feminina (ou *Herakles* jovem?), de frente. R/ Leão à esq.; no exergo, perolado, serpente. C. 325-275 a.C. Ainda é controversa a interpretação da cabeça de frente no A/. Se *Heraklés* imberbe, se a deusa *Hera* de *Kroton* ou, finalmente se a deusa *Mefitis* do *Samnium*.



Moeda 12 – Águia de *Zeus* + animal totêmico + animal fantástico (SNG Brasil 614 – EUROPA - *SICILIA* – *Akragas* / *Agrigentum*). AR. Hemidracma; mm. 14-15,7; gr. 1,90. Ref. n. 1924.1188.4²⁶.

¹⁰ SNG ANS 1012-1013; SNG Cop. 56; SNG Del. 532; SNG Mün. 82-83.

A/ Águia à dir., com lebre nas garras; c.p. R/ A[K]PA, ao redor; caranguejo; abaixo, *pistrix* à esq., devorando peixe. C. 425-406 a.C.

Akragas (nome grego), mais conhecida como *Agrigentum*, foi fundada em 580 a.C. por obra de *Gela*, por sua vez colônia grega comum de *Rhodes* e elementos de Creta. Iniciou sua amoedação em aproximadamente 554 a.C., onde predominou o tipo “Caranguejo”, um produto local, que aparece no R/ deste belo exemplar, tendo abaixo um monstro marinho ou *pistrix*, embora o étnico em Grego *AKPA*, em torno, não esteja bem nítido. No A/ vemos a águia de *Zeus Olympios*, amplamente cultuado nesta sub-colônia, que aferra uma lebre com as garras. Os tipos, que demonstram grande perícia dos artistas-artesãos e riqueza de detalhes, permanecerão até as sérias em bronze (a partir de 406 a.C.) e à chegada dos romanos.

4. Quarto grupo

Interessante aqui é que o animal totêmico anteriormente único na moeda, passa para o R/ como figura secundária, enquanto a personificação da divindade tutela aparece como figura principal no A/:



Moeda 13 – Deusa *Athena* e touro de *Sybaris/Thourioi* (SNG Brasil 505 – *SYBARIS / THOURIOI*). AR / *Stater*; mm. min. 20,8; max. 22,9; gr. 7,84. Ref. n. 1924.1177.5. A/ Cabeça de

Athena com elmo ático ornado com *Scylla* segurando tridente, à dir. R/ Θ Ο Υ Π Ι Ω Ν; touro cornúpeto, à dir., sobre base perolada; no exergo, peixe à dir. C. 400-350 a.C.



Moeda 14 – Ártemis e leão de *Massalia* (SNG Brasil, 199 – EUROPA – *GALLIA* – *Massallia*). AR. Dracma; mm. 15,7-16; gr. 2,49. Ref. n. 1924.1142.1²⁷. A/ Cabeça de Artemis à dir., com aljava; atrás, monograma AT ou ΠΑ. R/ ΜΑΣΣΑ; leão à dir.; letra M; no exergo, AET; c.l. II séc. a.C.

Massalia, ao sul da França (atual Marselha), foi colônia dos Fócios da costa da Jônia na Ásia Menor, assim como *Hyele/Elea* na costa itálica²⁸. Fundada em torno de 600 a.C., suas moedas com tipos *Ártemis/Leão*, trazidos do Oriente grego, e inspiradas na mesma iconografia da colônia co-irmã *Hyele/Elea*; começaram a ser cunhadas por volta de 375 a.C. e perduraram até o I séc. a.C. O étnico em Grego aparece abreviado pela metade no R/, enquanto no exergo aparecerão as abreviaturas de nomes de oficinas, artesãos ou de magistrados secundários. O mesmo acontecerá no A/, onde surgirão monogramas à dir. da deusa, provavelmente de magistrados epônimos.

¹¹ Cf. SNG ANS 387; SNG Cop. 802; SNG Del. 88 (variante de monograma); SNG Fitz. 14-16 ou 17 (variante de R/).

¹² Sobre as colônias fócias e sua amoedação no Ocidente (Morel, 1966, p. 27-42 e *passim*).

5. Quinto grupo

Outra nova proposta de representação é simplesmente um feito da divindade, uma referência ao mito ou a um herói epônimo, de novo personificação da natureza, e ainda uma narrativa essencial para o mito de fundação da comunidade, como:



Moeda 16 – Heraklés em *Taras/Tarentum* (SNG Brasil 397 – CALABRIA, *Taras / Tarentum* – IV séc. a.C.) AR / Dióbolo; mm. min. 13,2; max. 13,3; gr. 1,17. Ref. n. 1924.1169.46. A/ Cabeça de *Athena* com elmo ático ornado com *Scylla*, à esq. R/ *Herakles* nu à dir., ajoelhado, estrangulando o leão de Neméia; atrás do herói a clava; sobre o dorso do leão uma coruja.

Nenhum confronto idêntico, nem na própria *Herakleia* (cabeça de *Athena* à esq.), mas seguramente não é falsa.



Moeda 17 – Herói *Taras* em *Taras/Tarentum* (SNG Brasil 423 – EUROPA - *ITALIA* – *Calabria, Taras / Tarentum*). AR. *Nomos* ou Didracma; mm. 19,3-21,3; gr. 6,09. Ref. n. 1924.1169.21²⁹. A/ Cavaleiro com couraça galopando à dir.; na mão dir. erguida, lança. R/ Cavaleiro nu sobre delfim (*Taras* ou *Phalanthos*) à esq.; segura fuso na mão esq. e *kantharos* na dir.; atrás, ΔI e *amphora*. C. 272-240 a.C. – Série Cavaleiro – Evans VIII.

Tarentum, ou melhor, a grega *Taras*, foi a única colônia de Esparta, fundada em 706 a.C. na Magna Grécia, e sua amoedação se coloca dentre as mais diversificadas e abundantes. Destacam-se, no entanto, os exemplares com tipos Cavaleiro/Herói sobre delfim, cujas cunhagens foram iniciadas desde 425 a.C. e permaneceram por dois séculos, com ricas variantes. O tipo de A/ faz alusão clara a um dos Dióscuros e à célebre cavalaria tarentina, enquanto o R/ nos mostra o herói *Taras*, filho da ninfa *Satyria* e de *Poseidon*, no momento em que é salvo por um delfim. Poucos pensam que possa tratar-se do herói *Phalanthos*, ecista ou fundador da colônia. Nesta variante o cavaleiro de A/ veste couraça e segura lança, e o herói do R/ segura fuso e *kantharus*. Atrás, *amphora* e as letras DI referentes à série e à oficina; sabemos através de outros exemplares similares que o magistrado responsável por essa cunhagem chamava-se *Hippoda*, e a peça vai colocada no período chamado “Evans VIII”³⁰.

¹³ SNG ANS 1220-1224; SNG Ashm. 393-394; SNG Cop. 930; SNG Del. 245; SNG Mün. 694; Ravel 1947, p. 904-906; HNI 1040.

¹⁴ Sobre a história da colônia e o período (Magalhães, 2010b, p. 32-50)



Moeda 18 – *Arethusa* em *Syracusae* (SNG Brasil 683 – EUROPA - *SICILIA* – *Syracusae*). AR. Tetradracma; mm. 24-25,3; gr. 17,44. Ref. n. 2002.009.MHN ³¹. A/ Quadriga à dir., guiada por figura masculina com chicote; cavalos coroados por *Nike* à dir.; c.p. R/ Σ ΥΡΑΚΟ Σ ΙΟΝ, à dir.; cabeça feminina com diadema de contas (*ninfa Arethusa*) à dir., com cabelos suspensos e ondulados; em torno, quatro delfins. C. 485-425 a.C.

A colônia de *Syracusae* foi fundada por *Corinthus* (segundo a tradição) em 734-733 a.C., e teve amoedações dentre as mais fartas, diversificadas, e artisticamente expressivas. Iniciada em 485 a.C., sua produção em prata adotou o padrão ático (tetradracma de aproximadamente gr. 17,40) (Rutter, 1997, p. 114), dentre os quais se destaca os tipos Cavaleiro sobre quadriga coroada por Vitória (*Nike*) em vôo no A/, enquanto no R/ aparece a cabeça da ninfa *Arethusa*, circundada por delfins, iconografia que será a mais significativa de sua produção (Rutter, 1997, p. 124-125). A fonte homônima, que surgia na sua ilha de *Ortygia*, seria a expressão da própria divindade, assim transformada por *Artemis* para fugir à perseguição do rio *Alpheus* de *Olympia*, que por ela se apaixonara (segundo uma das versões). A riqueza de detalhes e a beleza dos tipos comprova a perícia dos

³¹ SNG Agrig. 585; SNG ANS 16-18 e 20-24 (variante de legenda); SNG Cop. 620-626; SNG Del. 618.

artistas e das oficinas gregas ou siciliotas locais. O perfil e o penteado da figura feminina de reverso, típico das ninfas retratadas neste período em outros centros gregos, bem como o Σ do étnico (por extenso em Grego), nos fornecem a datação da peça.



Moeda 19 – *Pegasus* em *Corinthus* (SNG Brasil 1156 – C. 350-306 a.C. *CORINTHUS* – *CORINTHLA*). AR / dracma; mm. min. 14,2; max. 15, 3; gr. 2,28. Ref. n. 1924.1246.2. A/ Cabeça de ninfa *Peirene*, à esq. R/ *Pegasus* voando à esq.; abaixo um *koppa* . Cf. SNG Copenhagen 85-91. Inédita.

A mitologia era assim onipresente nos tipos monetários, e mesmo aspectos comemorativos eram assimilados a figuras e a fatos do mito, como já vimos antes, Heraklés em luta contra o leão de Neméia. Em alguns outros casos a referia-se à divindade com tipos tidos como “agonísticos”, ou seja, relativos aos jogos instituídos em honra de uma divindade, como os de quadriga já vistos antes em Syracuse ou os Dióskouroi de Tarentum.

6. Sexto grupo

Algumas divindades raramente são representadas em moedas, como Hades, Dionysos, Hera, mais rara Demeter e nunca Perséfone, ou nunca como divindades principais, como:



Moeda 20 – *PERSEPHONE DE CARTHAGO NA SICILIA* (SNG Brasil 842 – SÍCULO-PÚNICAS – Casa da Moeda de *Carthago*, mas cunhada na *SICILIA*). AR. Tetradracma; mm. 24,6-26; gr. 16,22. Ref. 1924.1198.1³². A/ Cabeça feminina (*Persephone-Tanit*) à esq., com cabelos cacheados e coroa de espigas, circundada por quatro delfins; c.p. R/ Cavalo em pé à dir.; no fundo, palmeira; à esq., crescente; c.p. C. 350-340 a.C.

Os cartagineses cunharam moedas em vários centros (e de vários tipos e metais), dentre os quais se destacam principalmente a Península Itálica, a Sicília, a Sardenha, além da própria *Carthago*. Por isso convencionou-se denominar, de maneira geral, moedas “Sículo-Púnicas”. A fundação de *Carthago*, no norte da África, se liga aos reis de *Tyrus*, por volta de 814-813 a.C., embora suas cunhagens tenham sido iniciadas tardiamente, em torno ao final do V séc. a.C. Vemos aqui um esplendido exemplar cunhado por artistas-incisores da Sicília (Kraay, 1976, p. 233), e em cuja iconografia é constante a presença da cabeça feminina identificada como o sincretismo entre a deusa grega *Persephone* (filha de *Demeter* e esposa de *Hades*) e a fenícia (e depois púnica) *Tanit*, deusa lunar protetora da cidade de *Carthago*, aqui coroada por

¹⁵ SNG Cop. *Carthage* 81; SNG Cop. *Italy-Sicily* 966; MP-MNR 18 (A/ virado à dir.); MP-MANN 133 (A/ virado à dir.); MP-MANSyra 95.

espigas e circundada por delfins. Outros estudiosos ³³ querem ver na figura feminina uma inspiração da ninfa *Arethusa* siracusana, mostrada na Fig. 18, tendo ainda em vista a graciosidade da técnica empregada pela oficina siciliota. Outras características iconográficas freqüentes nas moedas cartaginesas são incontestavelmente o cavalo e a palmeira com frutos, tão significativos para estes povos (Kraay, 1976, p. 235).



Moeda 21 –*Nike* de *Kamarina* (SNG Brasil 629 – EUROPA - SICILIA – *Kamarina*). AR. *Litra*; mm. 12,6-13,4; gr. 0,87. Ref. n. 1924.1190.1 ³⁴. A/ *Nike* em vôo, à esq.; abaixo, cисле nadando à esq.; em torno, coroa de oliveira. R/ KAMAPINAION, dos lados; *Athena* com elmo ático, em pé à esq., apoiando-se em lança; a seus pés, escudo; atrás, égide com serpentes. C. 460-430 a.C.

Camarina foi sub-colônia de *Syracusae* (estabelecida por *Archias* de *Corinthus*), fundada em 599-598 a.C., e este exemplar pertence a seu primeiro período de cunhagem, que se caracteriza pelo emprego da unidade ponderal chamada *litra*, peso tipicamente magno-grego e siciliota, equivalente a

¹⁶ Sobre a inspiração da *Arethusa* siracusana veja a bibliografia da autora (Rutter, 1997, p. 163).

³⁴ SNG ANS 1211-1217; SNG Cop. 160; SNG Del. 534; SNG Evel. 456-457; SNG Mün. 394-399.

1/5 da dracma ateniense (= gr. 4,37) ³⁵, ou seja, exatamente 0,87 gramas. Vemos aqui um exemplo da leveza e da delicadeza da cunhagem de uma *Nike* (Vitória) em vô com cisne (dedicado a *Apollon*) no A/, sincretismo entre *Nike* e a ninfa *Kamarina*, epônima desta fundação colonial. No R/, é observamos a figura que parece retratar uma estátua da principal divindade cidadina, *Athena in armis* (lança, escudo, égide com serpentes) e elmo atíço cristado, tendo ao redor o étnico em Grego por extenso.

7. Sétimo grupo

Mais tarde enfim, o homem Grego atribui a imagem semi-humana ou completamente humana para personificar sua cidade, seu povo, que se transforma em símbolo do estado sobre a moeda, em culturas helenizadas onde o soberano é deus, ou então a lembrança de um passado glorioso através de um ser humano real mas divinizado, prática que será repetida por toda a cultura Romana. Assim temos:



Moeda 22 – *Lysimachus* da *Thracia* com *Alexandre* em veste de *Zeus Ammon* (SNG Brasil 920 – *GRAECIA – THRACIA* – Reis da Trácia: *Lysimachus*). AR. Tetradracma; mm. 27,6-28,5; gr. 16,78. Ref. n. 1924.1217.2 ³⁶. A/ Cabeça masculina

¹⁷ Veja Asins; Alonso; Morán; Miñon (2009), *sub voce* “litra”.

¹⁸ SNG Cop. 1106 (mon. HP); SNG Del. 847; Boutin, 1979: 2634 (monograma HP); Sear GC 6814 e 6818.

diademada (*Alexander*), com chifres de *Ammon*, à dir.; c.p. R/ $\Lambda\Upsilon\text{C}\text{I}\text{M}\text{A}\text{X}\text{O}\Upsilon\text{O}\Upsilon\ \text{B}\text{A}\text{C}\text{I}\text{L}\text{E}\text{O}\Sigma$, dos lados; *Athena Nikephoros* sentada à esq., apoiada em escudo; abaixo, estrela de oito pontas; à esq., serpente; c.p. C. 301-281 a.C.

Dentre as preciosidades da amoedação de tipo grega do norte da Grécia, nas proximidades do Mar Negro (*Pontus Euxinus*), e de tradição macedônica, destacamos um exemplar emitido na época do rei *Lysimachus* da *Thracia*, personagem de origem tessálica, um dos mais expressivos “sucessores” de Alexandre III (dito “O Grande”). Na moeda persiste o hábito de representar o perfil do falecido rei macedônico Alexandre sacralizado³⁷ com chifres do deus egípcio *Ammon* no A/, um dos símbolos de sua divinização e hegemonia sobre o Egito. No R/, *Athena* sentada segurando uma *Nike* (Vitória), e as legendas laterais em Grego tendo claramente o nome do soberano, *Lysimachos*, como rei (*basileus*), mantiveram vivas na memória de muitas gerações as cunhagens chamadas de “tipo alexandrino” em toda a região.



Moeda 23 – *Ptolomeus I Soter* no *Aegyptus* (SNG Brasil 1388 – *AFRICA* – *AEGYPTUS* – Reis: *Ptolomeus I Soter*). AV. Hemidracma ou Trióbolo; mm. 10,3-10,9; gr. 1,75. Ref. n.

³⁷ Veja Mørkholm (1991, p. 79-80 e 188) *Kings of Macedon: The Intruders*, fig. 178-179 (variante de cunho).

1924.1338.1³⁸. A/ Cabeça diademada (de *Ptolomeus*) à dir. R/ Π TO Λ EMAIOY, em torno; águia sobre raio com asas abertas, à esq.; à esq., A ou Λ. Entre 323-283 a.C., mais provavelmente a partir de 305 a.C.

Mudamos mais uma vez de continente, desta vez transportando-nos para a África, e mostrando uma peça do primeiro dentre os reis da dinastia helenística dos *Ptolomeus* (Lágidas) (Mørkholm, 1991: 63-67 e 188 e fig. 101), seguidor de Alexandre III Magno de origem macedônica. Este recebeu, após a morte do soberano, o próprio Egito como herança, inicialmente como sátrapa (em Persa, “governador” ou protetor de um reino) e, a partir de 305 a.C., com o título de rei (*basileus*). *Ptolomeus* I foi um dos maiores difusores da biografia alexandrina, estabelecendo até seu culto como “de Estado” (Mørkholm, 1991, p. 63). Esta peça em ouro foi cunhada muito provavelmente no período de seu reinado (e não mais da satrapia), pois já apresenta retratada, com impressionante realismo, a cabeça do soberano no A/, e não mais a imagem idealizada de Alexandre com pele de elefante, como conquistador da Ásia ou especificamente da Índia; *Ptolomeus* traz ainda o diadema real e *aegis* (escudo). No R/ encontraremos a águia sobre raio, que perdurará na iconografia ptolomaica, e com a legenda por extenso que consagra sua titulação (rei, como já dito acima). Enfim, seu peso também mostra mudanças no que diz respeito à redução ponderal do *stater* de padrão ático empregado (gr. 8,60) para um *standard* de c. gr. 7,12.

¹⁹ SNG Cop. 44 (*triobol*); SNG Del. 3051 (*triobole*); Sear GC 7759 (*hemidrachm*); Svoronos, 1904-1908: VIII, 17.



Moeda 24 – Cleópatra I no *Aegyptus* (SNG Brasil 1434 – AEGYPTOS – Reis: *Ptolomeus VI Philometor*). AE; mm. min. 17,3; max. 18; gr. 16,76. Ref. n. 1924.1339.39. A/ Cabeça feminina (Cleópatra I com coroa de Ísis), à dir. R/ ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ ΒΑΣΙΛΕΩΣ; águia de pé à esq. sobre raio com asas abertas; abaixo Δ Ι; à esq. *cornucopiae*. A cunhagem é atribuída a *Paphos*. C. 180-145 a. C.



Moeda 25 – Rei Juba I – África – *Numidia* – Reis: *Iuba I* (SNG Brasil 1746 - AR. Denário; mm. 17,4-17,9; gr. 4,01. Ref. n. 1924.1391.1³⁹). A/ REX IVBA, à dir.; cabeça barbada de Juba, com cabelos em gomos, à dir.; c.p. R/ YVBAL HAMMAMLEKET, em neo-púnico, em torno; templo *octastylus*, com escadaria e alto frontão; c.p. C. 60-46 a.C.

²⁰ SNG Cop. 523-524; MP-MANN 562-566 (*Numidia*) (Alexandropoulos, 2000, p. 29) cunhada em *Utica*; SEAR GC 6607.

Considerações finais

Concluimos o nosso brevíssimo panorama numismático da coleção do Museu Histórico Nacional sempre na África do Norte, com uma moeda bem mais recente: um denário de prata, já num padrão ponderal romano que passou a vigorar a partir de 211 a.C. (equivalente a dez e depois dezesseis asses), ou *grosso modo* ao peso da dracma grega⁴⁰. Este foi emitido pelo rei Juba I da Numídia, filho de *Hiempsal* II, partidário de Pompeu durante a Guerra Civil romana; este se refugiou em Zama e se suicidou após a vitória de Júlio César na batalha de *Thapsus* em 46 a.C.; seu filho Juba II, então com 6 anos, foi capturado e exibido em triunfo por César em Roma. O A/ nos apresenta o busto do rei com cabelos encaracolados e barba pontuda, diademado, drapeado, com cetro nos ombros (como já aparece em escultura marmórea), enquanto a legenda do soberano como rei (*rex*) já comparece em Latim no A/. No R/ vemos a fachada de um imponente templo com oito colunas, sobre alto *podium*, e tímpano ou frontão realçado; a legenda aqui está em neopúnico, língua local. Não obstante o seu contraste com César, o filho Juba II ainda reinou na Numídia, depois de educado pela própria família imperial romana; foi letrado em Latim e principalmente em Grego, casando-se com Cleópatra Selene, filha de Marco Antônio e Cleópatra⁴¹.

Referências bibliográficas

ALEXANDROPOULOS, J. **Les Monnaies de l'Afrique Antique**. 400 av. J.-C. – 40 ap. J.-C. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2000.

ARSLAN, E. La Numismatica. In: CRACCO RUGINI, L. (a cura di) **Storia Antica**. Come leggere le fonti. Bologna: Il Mulino, 1996, p. 245-295.

²¹ Veja Asins; Alonso; Morán; Miñon (2009), *sub voce* “denario”.

²² Veja Dion Cássio em *História de Roma* (XLI, 41.3-5).

- ASINS, C.A.; ALONSO, C.M.; MORÁN, P. O.; MIÑON, P. **G. Diccionario de Numismatica. Ministerio da Cultura.** Madrid: Solana e Hijos, 2009.
- BOUTIN, S. **Catalogue des Monnaies Grecques de l'Ancienne Collection Pozzi – Monnaies Frapées en Europe.** Pays Bas: Maastricht 1979.
- CANTILENA, R.; GIOVE, T.; RUBINO, P. Didrammi e frazioni d'argento. In: **La monetazione di Neapolis nella Campania antica.** Atti del VII Convegno del Centro Internazionale di Studi Numismatici (Napoli, 20-24 aprile 1980). Napoli, 1986, p. 101-218.
- CANTILENA, R. **Monete della Campania antica.** Napoli: Banco di Napoli, 1988.
- GUZZO, P. G. Catalogo delle monete di Sibari, Thurii e Copia. In: **Notizie del Chiostro del Monastero Maggiore – Rassegna di Studi del Civico Museo Archeologico e del Civico Gabinetto Numismatico di Milano,** fasc. XIX-XX, 1977, p. 43-54 e Tavv. XXXII-XXXV.
- KRAAY, C. M. **Archaic and Classical Greek Coins.** California: University of California Press, 1976.
- LAGO, L. A. C. do. **A Moeda Metálica em Perspectiva Histórica:** Notas em torno de uma Exposição. 1ª. Parte: De cerca de 600 a.C. ao Séc. XV d.C. N° 481, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2004.
- LAGO, L. A. C. do, A Coleção do Museu Histórico Nacional e a História da Moeda Metálica: as Seções “Grega” e “Provincial Romana”. In: MAGALHÃES, M. M. **Sylloge Nummorum Graecorum Brasil I.** Moedas Gregas e Provinciais Romanas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, p. 9-23.
- MAGALHÃES, M. M. Le monete della Campania nella collezione del Museo Storico Nazionale di Rio de Janeiro. In: SENATORE, F. (curatore). **Oebalus.** Studi sulla Campania nell'Antichità. N° 2, 2007 (A), p. 7-47.
- MAGALHÃES, M.M. Le monete di Sybaris, Thourioi e di Hyele-Elea-Velia nella collezione del Museo Storico Nazionale di Rio de Janeiro. In: COSTABILE, F. (curatore).

Polis. Studi interdisciplinari sul mondo antico, 03, 2010 (A), p. 78-96.

MAGALHÃES, M. M. Taras/Tarentum: os tipos “Cavaleiro/Herói sobre Delfim” nas moedas do Museu Histórico Nacional. **Boletim da Sociedade Numismática Brasileira**, n. 63, 2010 (B).

MOREL, J.-P. **Velia e i Focci in Occidente.** Napoli: Macchiaroli, 1966.

MORKHOLM, O. **Early Hellenistic Coinage.** From the Accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-188 b.C). Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PAGANO, M. Un nuovo obolo d'argento anepigrafo attribuito a Phistelia. **Saminitium.** Considerazioni di Storia ed Archeologia, 2011, p. 36-40.

RUTTER, N K. **The Greek Coins of Southern Italy and Sicily.** London: Spink, 1997.

SVORONOS, J. **Ta Nomismata tou Kratous ton Ptolemaion.** Athens: Ed. Sakellariou, 1904-1908.

RAVEL, E. **Descriptive Catalogue of the Collection of Tarentine Coins formed by M. P. Vlasto.** London: Obol International, 1947.

Catálogos Numismáticos

ACQUARO, E. (a cura di). **Monete Puniche nelle collezioni italiane.** Parte I: Roma (= MP-MNR). Roma: Museo Nazionale Romano. Bollettino di Numismatica, monografia 6.1, anno 1989, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1991.

ACQUARO, E. (a cura di). **Monete Puniche nelle collezioni italiane.** Parte III: Napoli (= MP-MANN). Napoli: Museo Archeologico Nazionale. Bollettino di Numismatica, monografia 6.3, anno 2002, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2002.

ASHTON, R. **Collection of Erkki Keckman,** in the Skopbank. Part II: Asia Minor except Karia (= SNG Keckman). Helsinki 1999.

- CALTABIANO, M. C. (a cura di). **Italia**. Agrigento (= SNG Agrig.). Museo Archeologico Regionale. Fondo dell'ex Museo Cinico e altre raccolte del Medagliere, Pisa-Roma 1999.
- MAGALHÃES, M. M. **Sylloge Nummorum Graecorum Brasil I**. Moedas Gregas e Provinciais Romanas (= SNG Brasil). Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2011.
- MATHIESEN, H.E. (ed.). **SNG Aarhus** Copenhagen: University Denmark, 1986.
- RUTTER, N.K.; BURNETT, A.M.; CRAWFORD, M.H.; JOHNSTON, E.M.; JESSOP PRICE, M. (Editors). **Historia Nummorum**. Italy (=HNI). London: British Museum Press, 2001.
- SEAR, D.R. **Greek Coins and their Values**. I-II (= SEAR GC). London 1978, 1979.
- SNG ANS**. The Collection of the American Numismatic Society. Parts 1-2, New York-Glückstadt, 1969-1972; Parts 3-5, New York-Connecticut 1975-1988; Part 6, Palestine-South Arabia, New York 1981; Part 7 Macedonian Cities, Thraco-Macedonian Tribes, Paenonian Kings. New York 1987.
- SNG Ashm**. Ashmolean Museum, Oxford. Vol. V, Part I (A). Italy: Etruria – Lucania (Thurium), London 1962.
- SNG Aulock**. Deutschland. Sammlung v. Aulock. 1-6 e 14-15 Heft. Berlin, 1957-1960 e 1967.
- SNG Cop**. The Royal Collection of Coins and Medals. Danish National Museum. Vol. I-VIII, reimp. West Milford, New Jersey 1981.
- SNG Del**. France. Bibliothèque Nationale. Cabinet des Médailles, Collection Jean et Marie Delepierre, Paris 1983.
- SNG Evel**. Grèce. Collection Réna H. Evelpidis, Athènes. Première partie: Italie – Sicile – Thrace, Louvain 1970.
- SNG Fitz**. Fitzwilliam Museum: Leake and General Collections. Volume IV, Parts I, II and VIII, London 1971-1972.
- SNG Hart-Blackburn**. Vol. VIII. Collection of Edward Hart, Blackburn Museum, Blackburn, London 1989.
- SNG Leipzig**. University of Leipzig, Leipzig 1993.

SNG Manchester. Vol.VII, Manchester University Museum, The Raby and Gütherbock Colletctions, London, 1986. SNG Mil. = VISMARA, N. (a cura di) Italia. Milano, Civiche Raccolte Numismatiche. Volume IV.1-2, 1997-1998 e XII, 1991.

SNG Mün. Deutschland, Staatliche Münzsammlung München. 1-5 e 14 Heft, Berlin 1968-1977 e 2002.

As moedas do imperador Graciano no acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro: Uma perspectiva de análise

Janira Feliciano Pohlmann

O acervo do Museu Histórico Nacional e a produção de conhecimento

Este capítulo é fruto da palestra que realizei no *I Webinário de Estudos Numismáticos da Antiguidade: o acervo de moedas antigas do Museu Histórico Nacional*, evento organizado pelo *Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade – ATRIVM-UFMS*, em dezembro de 2021. Naquela ocasião, tive a oportunidade de apresentar aos discentes e às discentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul uma pequena parte do significativo acervo numismático do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, doravante identificado neste capítulo por MHN-RJ.

Este importante museu brasileiro, criado em 1922, reúne em seu acervo mais de trezentos mil itens entre documentos materiais, documentos escritos e livros. Sendo um local de produção de conhecimento e de incentivo ao saber, esta instituição disponibiliza seu acervo aos pesquisadores e às pesquisadoras que desejam realizar diferentes estudos. Esta parceria entre estudiosos, estudiosas e o museu, por um lado, alimenta as pesquisas brasileiras e, por outro, anuncia, em diversos canais, a riqueza do acervo desta instituição e motiva novas investigações, novos olhares, sempre necessários e bem-vindos para as ciências de nosso país.

Dentre os trezentos mil itens constituintes do acervo do MHN-RJ, mais de trinta mil são moedas romanas. Sim! Possuímos em nossas terras uma extensa coleção de numerários antigos. Uma pequena parte deste *corpus* documental é exibida nas salas do museu, entretanto, a maior parte destes documentos fica acondicionada em uma sala-

cofre da instituição. Um recinto no qual os funcionários recebem muito bem àqueles e àquelas que têm moedas como documentos de suas investigações.

Foi em uma destas exposições no MHN-RJ que vi uma moeda com o busto do imperador Graciano (367-383 d.C.). Naquela época, eu estava escrevendo um projeto de pesquisa sobre o contexto deste governante romano e trazer as moedas romanas para *conversar* com os documentos escritos que eu havia selecionado para meus estudos pareceu-me interessante e desafiador, afinal, seria meu primeiro trabalho com documentos materiais.

Ao buscar informações sobre aquele numerário exibido na sala de exposição, descobri que quase mil e novecentas moedas romanas do acervo do MHN-RJ são do século IV d.C., temporalidade sobre a qual desenvolvo minhas pesquisas. Na obra *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*, Cláudio Umpierre Carlan (2013) apresentou suas pesquisas sobre este extenso *corpus* documental considerando a utilização destes numerários para o pagamento de tropas, para o abastecimento do Império e, também, analisou o valor simbólico de parte destes documentos. Carlan centralizou suas atenções no governo tetráquico e nas dinastias constantiniana, valentiniana e teodosiana. Como é próprio da História, seleções foram feitas pelo autor que optou por focar, respectivamente, em Valentiniano I e Teodósio I seus estudos sobre as dinastias valentiniana e teodosiana.

Dentro do vasto acervo numismático do MHN-RJ, trinta e duas moedas apresentam o busto de Graciano, o que significa que foram cunhadas sob o governo deste imperador, entre 367 e 383 d.C. Analisar estas peças monetárias me proporcionaria – e, de fato, proporcionou – um amplo e integrador olhar a respeito das estratégias que aquele augusto desenvolveu para corroborar seu papel como líder dos romanos.

Acertados todos os trâmites necessários para que eu tivesse acesso a estes documentos, iniciei meus trabalhos fotografando, pesando e medindo cada uma destas moedas.

Então, desenvolvi um quadro com todas estas informações, a fim de que eu, facilmente, tivesse acesso a elas no decorrer de minhas investigações. Uma etapa basilar para meu trabalho, uma vez que não poderia ter acesso constante a esta documentação física, pois residi em Franca (SP) durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Esclareço que o objetivo deste capítulo é apresentar ao público esta pequena parte do acervo numismático do MHN-RJ com o qual tive o privilégio de trabalhar entre 2017 e 2021, durante o desenvolvimento de minhas pesquisas pós-doutorais na Universidade Estadual Paulista, campus *Franca*, sob a supervisão da minha querida amiga Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.

Elucido, ainda, que analiso este *corpus* documental sob o olhar da História. Sou historiadora de formação e considero a Numismática uma ciência amiga, que me ajuda na compreensão de elementos ligados ao cotidiano, à cultura e ao poder de uma sociedade romano-ocidental da segunda metade do século IV d.C.

A aproximação entre História e Numismática não é novidade. Desde o século XIX, a moeda foi objeto de estudo da História Econômica que procurava entender o processo de “evolução social”⁴² ocorrido com a introdução e a ampliação da circulação destes instrumentos monetários. Todavia, ao longo do século XX, estudiosos e estudiosas das sociedades antigas perceberam que as informações contidas nas moedas iam além de seu prestígio econômico, uma vez que tipos monetários carregavam consigo mensagens compreensíveis entre aqueles que tinham acesso a estes instrumentos. Salvatore Mironi (1930, p. 179) observa que a maioria das

¹ Utilizo o termo “evolução social” a partir do ponto de vista das pesquisas do século XIX, que, no caso da História, defendia as noções de evolução, decadência, declínios e quedas de civilizações, aos moldes de Edward Gibbon e sua *História do declínio e queda do Império Romano* (1776-1788). Conceitos, estes, problematizados ao longo do século XX por uma História que abandonou a ideia de uma curva (conforme o modelo biológico) para descrever a “evolução” das sociedades humanas.

figuras que apareciam nos reversos das antigas moedas romanas representavam estátuas, símbolos ou atitudes habituais para aquela sociedade, fazendo referência à vida imperial, militar, civil e religiosa. Noto que tal estratégia discursiva, ou seja, a repetição de ideias ou de imagens sociopolíticas cotidianas, facilitava a compreensão da mensagem e sua propagação entre os súditos imperiais.

Em 1975, José Manuel Roldán Hervás (1975, p. 166) convidava historiadores e historiadoras a refletir sobre a importância das moedas na Antiguidade em um contexto em que poucas pessoas sabiam ler. Neste caminho, o historiador espanhol sugeriu que a Numismática poderia ajudar seus colegas e suas colegas de profissão a entenderem ideias políticas e as propagandas que circulavam no antigo mundo. Sob este ponto de vista, com o qual concordo, estes pequenos instrumentos metálicos carregavam determinadas mensagens inteligíveis para muitos indivíduos, alcançando pessoas em vários rincões do Império romano, mesmo aquelas que não tinham acesso à leitura.

Observo que esta aliança entre História e Numismática tem sido significativa para os estudos históricos, uma vez que proporciona ao historiador e à historiadora olhares complementares sobre a Antiguidade.

Meu “lugar de fala” ao estudar um acervo de moedas

Esclareço que o MHN-RJ possui em seu acervo de trinta e duas moedas do imperador Graciano, cunhadas entre 367 e 383 d.C. A data de emissão das moedas da época imperial pode ser identificada apenas de maneira indireta, através da efígie e do nome do augusto batidos no anverso dos numerários, pois estas informações designavam o governante que havia colocado tais moedas em circulação (Mirone, 1930, p. 153; Herrero Albiñana, 1994, p. 21). Apenas a partir do imperador Justiniano (527-565), as moedas de bronze passaram a ser batidas com o ano do governo do

augusto, tornando mais precisa a datação da cunhagem do numerário (Mirone, 1930, p. 157).

Em 367, Graciano foi escolhido por seu pai, o imperador Valentiniano I (364-375), como o Augusto com o qual seu pai dividiria o poder de Império das terras romano-ocidentais. Tal decisão foi legitimada pela aclamação do exército que acompanhava Valentiniano nos campos de batalha. Uma cerimônia narrada em detalhes pelo estrategista militar Amiano Marcelino (*Res Gestae* 26, 6). Graciano morreu em 383, durante enfrentamentos com Magno Máximo, que requisitava para si o poder de império dos territórios ocidentais. Portanto, considera-se que as moedas com a efígie e com o nome de Graciano tenham sido cunhadas neste período: entre 367 e 383.

Além da bibliografia estrangeira me auxiliar a analisar estes numerários, os trabalhos de Maria Beatriz Borba Florenzano e de Vagner Carvalheiro Porto são fundamentais para minhas pesquisas. Florenzano esclarece que os estudos numismáticos podem seguir três metodologias de trabalho: “os estudos sobre os sistemas ponderais, os estudos que apontam os contextos de achados das moedas levando-nos ao conhecimento da circulação monetária e os estudos sobre a iconografia, ou seja, sobre as imagens monetárias” (Florenzano, 2004, p. 67). Para realizar minhas pesquisas, optei pelos estudos iconográficos. Por quê? Porque em minhas investigações busco conhecer diferentes e complementares imagens produzidas sobre o imperador Graciano a partir de documentos oficiais. Uma vez que os estudos iconográficos se ocupam das representações figuradas e das inscrições batidas nas moedas, esta metodologia responde melhor aos questionamentos que levanto em meus trabalhos.

Para Porto (2007, p. 95), a iconografia monetária permite a pesquisadores e pesquisadoras a compreensão de diferentes esferas da sociedade como a política, a propaganda e a religião greco-romana. Adepta dos estudos da *Nova*

*História Política*⁴³, considero ser impossível estabelecer fronteiras entre os elementos políticos, religiosos, econômicos, jurídicos, culturais e sociais que integram uma comunidade. Neste ínterim, a análise iconográfica dos numerários de Graciano é mais um dos elementos que me permite examinar de maneira integradora os discursos de poder em torno deste imperador. Acrescento a esta análise o exame de documentos escritos, produzidos especialmente pelo senador neoplatônico Quinto Aurélio Símaco, pelo bispo cristão católico Ambrósio de Milão, pelo estrategista militar Amiano Marcelino e pelo professor de retórica Décimo Magno Ausônio. A investigação conjunta destes documentos, de naturezas distintas, me oferece um olhar mais amplo sobre o contexto ao qual dedico meus estudos.

Os aversos nas moedas de Graciano: imagens e letras

Elucidados alguns elementos essenciais de minha pesquisa, a partir de agora, concentro meus esforços para alcançar o objetivo deste capítulo, ou seja, apresentar o acervo numismático com o qual trabalho. Noto que, aqui, não pretendo analisar cada um dos elementos que encontro nestes numerários. Tais interpretações foram e continuam sendo trazidas em outros trabalhos que realizo.

Das trinta e duas moedas de Graciano do acervo do MHN-RJ, apenas uma delas tem o averso diferente das demais, trazendo o busto do imperador com um capacete. Todas as outras apresentam Graciano com o diadema imperial:

Anversos

² Para saber mais sobre a *Nova História Política*, sugiro a leitura dos textos de Jacques Julliard (1974, 1988) e René Rémond (1988).

		
Busto com capacete (163968)	Busto com diadema imperial (163988)	Busto com diadema imperial (163990)

Imagem 1 – Moedas do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Foto: Janira Feliciano Pohlmann (julho/2017).

Esclareço que os números entre parênteses, apresentados na tabela, correspondem à identificação do numerário, conforme organização do departamento de Numismática do MHN-RJ.

No averso que traz o busto imperial com o capacete, destaca-se um atributo militar do augusto. Enquanto os aversos das outras trinta e uma moedas apresentam Graciano com o diadema imperial, uma das insígnias do imperador no período do Dominato, juntamente com o cetro e com o manto púrpuro. Nesta conjuntura, retomo o valor que as imagens tinham na Antiguidade, especialmente para aqueles que não conseguiam ler. Nestes dois diferentes aversos propagava-se tanto uma imagem de Graciano como um partícipe das batalhas em defesa dos romanos, pois usava o capacete, quanto sua responsabilidade como líder daquela sociedade, já que portava o diadema. Tais elementos (o capacete e o diadema) eram conhecidos pelos romanos, na esteira do que defendeu Mirone, eram símbolos cotidianos, sendo assim, facilmente inteligíveis. Cunhá-los, então, nos numerários ajudava todos aqueles que tinham estas moedas em suas mãos a reconhecer o papel de destaque daquele indivíduo ali representado.

Embora trinta e uma moedas do acervo do MHN-RJ reproduzam o busto de Graciano coroado com o diadema

imperial, é possível observar distinções entre as imagens ali cunhadas. Tomo como exemplo os documentos exibidos na tabela anterior. Com relação ao numerário 163988, o documento 163990 apresenta uma figura de Graciano com o pescoço mais alongado, queixo pontiagudo, olho menos arredondado, na veste imperial, há apenas um botão, enquanto seis botões adornam o traje do Graciano da moeda 163988. Sem contar, ainda, as diferenças nos drapeados destas vestes, nos diademas e nas letras das legendas.

Tais diferenças nas antigas moedas imperiais ocorriam, principalmente, por dois motivos: por serem cunhadas em oficinas monetárias distintas, como, por exemplo, R ou ROM, em Roma, ou TER ou TROB, em Tréveris⁴⁴; ou por terem sido batidas em épocas diferentes.

No primeiro caso, noto que cada oficina monetária contava com um grupo de funcionários responsáveis pela cunhagem das moedas. Um destes funcionários, o “gravador”, era incumbido de gravar as imagens, os símbolos e as legendas no cunho. Os cunhos foram ferramentas essenciais para a fabricação das moedas antigas, tendo sua forma e tamanho variáveis, no entanto, dentro de determinados limites (Gozalbes; Pau Ripollés, 2002, p. 15).

Gravar uma mensagem no cunho era, portanto, um trabalho artesanal. Logo, por mais que as mensagens fossem padronizadas, elaboradas pelo imperador ou por funcionários diretamente vinculados a este governante, elas eram organizadas manualmente por um funcionário da oficina da moeda. Como é próprio do trabalho artesanal, o desenho e a letra de cada um destes artesãos guardavam pequenas diferenças entre si. Por isso, as moedas batidas dentro das oficinas de Roma não eram iguais entre si nem iguais àquelas batidas nas oficinas de Tréveris ou Aquileia, por exemplo.

³ Cada casa monetária administrava várias oficinas em uma determinada região. A casa de Roma administrava as oficinas identificadas pelas siglas R, ROM, VRB, entre outras. A casa de Tréveris, por sua vez, era responsável pelas oficinas TER, TROB, ATR, PTRE, entre outras.

Noto, também, que as diferenças nas mensagens gravadas nas antigas moedas ainda poderiam ocorrer quando elas eram batidas na mesma oficina, porém, em épocas distintas. Toda vez que um cunho quebrava ou se desgastava, era necessário fazer um novo. E aqui retomo as particularidades do trabalho manual. Neste caso, o gravador até poderia ser o mesmo funcionário, todavia, produziria uma peça com traços diferentes da peça anterior.

Uma vez que moedas da época imperial não apresentam uma data precisa, posso, apenas, indicar tal hipótese. Além disso, elucidado que não é possível definir o local em que as trinta e duas moedas de Graciano do acervo do museu brasileiro foram cunhadas pois, devido ao desgaste, a linha de terra (ou o exergo), que carrega esta informação, está apagada nestes documentos. Sendo assim, mais uma vez, posso, somente, sugerir que estas moedas foram produzidas em oficinas distintas, mas, tendo como base somente este *corpus* documental, não posso afirmar que oficinas foram estas. Certamente, um trabalho comparativo com coleções de outros museus e com a obra *The Roman Imperial Coinage* (1951) permite tal estudo, porém, este é assunto para outro texto.

Noto, entretanto, que estas diferenças observadas nos numerários eram mínimas quando se observa um cenário maior que tinha como objetivo anunciar um discurso proclive ao poder imperial. Apesar das diferenças nos traços das letras e das imagens, a mensagem propagada nas moedas produzidas nas oficinas monetárias de todo o Império eram similares, o que assegurava a construção de noções unitárias e de vínculos de pertença que asseguravam o papel de destaque do augusto perante seus súditos.

Na Antiguidade, para as pessoas que conseguiam ler além das imagens, os aversos dos numerários hoje guardados no acervo do MHN-RJ ainda apresentavam a legenda *D N GRATIANVS P F AVG*. Nesta pequena frase, era possível identificar o nome daquela figura que usava o capacete ou a coroa: Graciano. O nome do imperador estava rodeado com títulos que ressaltavam seu poder e sua liderança sobre aquela

sociedade: *D N* (*dominus noster*, ou seja, nosso senhor/proprietário) e *AVG* (augusto). Sendo senhor dos romanos, o imperador era responsável por comandar e proteger os romanos. Em troca, as pessoas que recebiam os cuidados imperiais deviam obediência àquele que os provia. Já a abreviação *AVG*, marcava a natureza divina do governante, afinal, ele era *augustus*, termo latino para “sagrado”, “venerado”.

A estes títulos e ao nome do governante, foram acrescentadas as abreviações das virtudes “piedade” (*P: pius*) e “felicidade” (*F: felicitas*). Virtudes, estas, exaltadas em diversos meios que ajudavam na legitimação do poder do imperador, como os panegíricos, os arcos do triunfo e as moedas. Segundo Manuel Rodríguez Gervás (1991, p. 77), com o objetivo de criar uma estrutura política unitária, as virtudes formalizavam e intensificavam a imagem do governante. Para tanto, elas concretizavam em palavras as qualidades que um líder ideal deveria possuir.

Jonathan Williams divide as moedas romanas da época imperial em duas categorias: As que se referem às virtudes dos imperadores – *aequitas* (“equidade”), *clementia* (“clemência”), *liberalitas* (“liberalidade”), *pietas* (“piedade”) e assim por diante – e as que se referem às qualidades ou aos atributos desejados ao império como um todo – *salus* (“segurança”), *spes* (“esperança”), *securitas* (“segurança”), *felicitas* (“felicidade”), *hilaritas* (“alegria”) etc. (Williams, 2007, p. 156)

Aos “atributos desejados ao império como um todo”, elencados pelo autor, acrescento a “glória”, uma característica que examinarei rapidamente ainda neste texto e sobre a qual debruço minha atenção em um artigo que será brevemente publicado em uma revista nacional especializada em História (Pohlmann, no prelo).

No caso das moedas de Graciano, unindo as abreviaturas das virtudes “piedade” (*P*) e “felicidade” (*F*) e os títulos imperiais “nosso senhor” (*D N*) e “augusto” (*AVG*) ao nome do governante, a legenda, portanto, concentrou informações importantes que ajudavam na manutenção e no

fortalecimento do poder imperial. Um discurso necessário para aquele momento em que o Graciano liderava suas forças ora contra inimigos externos ora contra inimigos internos, conforme apontarei nas próximas páginas. Por isso, este era um discurso que deveria ser constantemente anunciado. Neste caso, estas peças monetárias cumpriam o papel de levar tais elaborações discursivas para terras distantes de onde o augusto estava, sendo um prestigiado instrumento para a legitimação do poder do imperador.

Alguns reversos: o que eles nos “dizem”?

Quanto aos reversos das trinta e duas moedas do acervo do museu brasileiro, eles apresentam três temas que demandam estudos detalhados.

Reversos – divindades		
		
Busto com capacete (163968) Deusa Vitória remando a nau de Graciano. Legenda: <i>GLORIA ROMANORUM</i>	Busto com diadema imperial (163970) Deusa Vitória segura uma cora de louros sobre a cabeça de Graciano. Legenda: <i>REPARATIO REI PVB</i>	Busto com diadema imperial (163979) Deusa Roma sentada em seu trono e segurando, com sua mão direita, o globo e com esquerda, a lança. Legenda: <i>CONCORDIA AVG</i>

Imagem 2 – Moedas do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Foto: Janira Feliciano Pohlmann (julho/2017).

É interessante notar que, apesar de Graciano ter estabelecido fortes laços com o bispo cristão católico Ambrósio de Milão e de ser proclive a religião que este sacerdote professava, o Augusto manteve a iconografia de suas moedas atrelada a antigas divindades romanas. Entre as moedas do acervo do MHN-RJ, três reversos diferentes trazem representações das deusas Vitória e Roma. Especialmente, desde a época do imperador Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), estas divindades integravam diversas naturezas de discurso que corroboravam o poder do governante.

A deusa Vitória encarnava uma ação positiva e requerida pelos romanos: a vitória do imperador sobre seus inimigos internos e, sobretudo, externos. A capacidade do governante de angariar vitórias para os romanos foi construída e propagada em muitas elaborações discursivas. Augusto já anunciava que havia alcançado a vitória depois de enfrentar guerras civis e contra estrangeiros (Augusto, *Res Gestae Divi Augusti* 3). Plínio, o jovem, ressaltou que, depois de conquista do imperador Trajano sobre o rei da Dácia e, conseqüentemente, sobre o Danúbio, Trajano recebeu o triunfo da vitória (Plínio Segundo, *Panegyricus* 17, 4). No século IV, o senador Quinto Aurélio Símaco cantou as vitórias de Valentiniano I e de Graciano, pai e filho, em três panegíricos (Símaco, *Laudatio in Valentinianum seniorem Augustum*; *Laudatio in Valentinianum seniorem Augustum altera*; *Laudatio in Gratianum Augustum*).

A deusa Vitória, por sua vez, tinha uma dupla função nestas elaborações discursivas: concretizava uma ação imperial, a vitória sobre o inimigo; e marcava o apoio de uma divindade às práticas do governante. Um altar com uma estátua desta deusa foi erguido no prédio senatorial de Roma, em 29 a.C., por Júlio César para comemorar seu sucesso sobre Marco Antônio e Cleópatra. Para celebrar suas vitórias,

Augusto mandou cunhar moedas com a imagem desta deusa, uma prática que se tornou tradicional entre os imperadores.

Observo que as vitórias traziam segurança, novos espaços e nova gente para o Império romano, sendo, portanto, uma habilidade essencial ao imperador. Esta ação do governante fora transformada em argumento discursivo para legitimar a utilidade pública do augusto. Enquanto as palavras dos oradores eram grafadas e proclamadas em voz alta em determinadas ocasiões, nas moedas romanas, esta ação era encarnada na deusa Vitória.

Com relação à deusa Roma, o numismata Eladio Gutiérrez Casaos (2008, p. 45) afirma que o globo trazido pela deusa anunciava que a cidade de Roma era o centro do mundo, sendo, o globo um símbolo de dominação. A personificação da cidade em uma deusa, então, exortava o poder dos romanos. A deusa Roma era apresentada portando um capacete e uma lança, atributos que remetiam ao poderio militar dos romanos. O globo, por sua vez, marcava as ambições romanas de estender seu domínio por todo o mundo conhecido.

Noto, portanto, que mesmo tendo o bispo Ambrósio de Milão como seu conselheiro para assuntos religiosos, Graciano vinculou sua iconografia numismática às tradicionais crenças romanas. Retomo a maneira suscinta e clara que as mensagens cunhadas nas moedas deveriam ter. As deusas Vitória e Roma eram figuras facilmente reconhecidas pelas pessoas do Império. Além disso, estas imagens concentravam uma longa tradição discursiva de valores aceitos, desejados e compreensíveis pelo público. Portanto, valer-se destas imagens fora mais uma das estratégias de Graciano e de seus apoiadores para legitimar o poder imperial e o papel do augusto como líder dos romanos.

Além das divindades, os reversos das moedas do acervo do MHN-RJ também apontam outros dois temas de pesquisa: uma ação imperial (“fazer cativos”) e as comemorações pelo tempo do governante como augusto.

Reversos	
Ação	Comemoração (moeda votiva)
	
(163987) Cativo Legenda: <i>GLORIA RO_MANORUM</i>	(163998) Legenda: <i>VOT/XV/MVLT/XX</i> (<i>votis quindecennialibus multis vicennialibus</i>)

Imagem 3 – Moedas do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Foto: Janira Feliciano Pohlmann (julho/2017).

Na moeda 163987, a primeira deste quadro, o imperador é apresentado arrastando um cativo pelos cabelos. Exalta-se, então, a força militar do augusto. Gervás (1991, p. 107-108) observa que, após a vitória do imperador Teodósio I sobre o Magno Máximo, considerado usurpador pelos augustos Teodósio I, Valentiniano II e por seus apoiadores, Teodósio foi louvado pelo orador Pacato como “patrono da liberdade” (*libertatis patronum*). O historiador espanhol, percebe, ainda, que as moedas da época teodosiana comemoravam tal feito com as legendas *SPES REIPUBLICAE* (esperança da República), *SALVUS REIPUBLICAE* (segurança da República), *SPES ROMANORVM* (esperança dos romanos) e *GLORIA ROMANORVM* (glória dos romanos). Sendo assim, a legenda *GLORIA ROMANORVM* foi estampada nas moedas de Teodósio depois que este augusto conquistou uma vitória para os romanos ao combater um governante indesejado por uma parcela política e socialmente relevante

daquela sociedade. Esta legenda, portanto, reunia as noções de vitória, de defesa do povo romano por parte do augusto e de poder imperial.

Não é possível verificar a data precisa de cunhagem do numerário 163987 de Graciano. Talvez ele celebrasse a condenação de Maximino, prefeito da anona de Roma, pelo augusto. Uma sentença elogiada pelo senador Quinto Aurélio Símaco Eusébio (*Pro patre* 11; *Epistola* 10, 3) e pelo estrategista Amiano Marcelino (*Res Gestae* 28, 1, 57). Quiçá o numerário comemorasse as campanhas militares realizadas entre 368 e 369, lideradas por Valentiniano I, Valente e Graciano, assim como comemoraram os documentos escritos por Símaco (*Laudatio in Gratianum Augustum*) e pelo retórico Ausônio (*Epigrammata* 28; *Epigrammata* 31). Ou, ainda, as campanhas de 378 e 379, comandadas por Graciano e, também, enaltecidas por Ausônio (*Epigrammata* 26).

Qualquer que tenha sido a ocasião de cunhagem desta moeda, ela concentrava símbolos imagéticos (Graciano arrastando um cativo pelos cabelos) e escritos (a legenda que anunciava a glória imperial) que notabilizavam feitos do governante, diferenciando o augusto dos demais romanos e contribuindo para o constante processo de legitimação do poder do imperador.

Já a moeda 163998 exhibe os votos que comemoravam os quinze anos de Graciano como augusto. Recordo que Graciano foi aclamado augusto em 367. Visto que séries como estas começavam a ser cunhadas um ano antes do aniversário do imperador no poder, é possível concluir que a moeda 163998 foi cunhada em 381 ou 382. A legenda do numerário votivo abrevia a frase: “votos pelo aniversário de quinze anos [do augusto como governante], que chegue aos vinte”. Em um artigo recente, tive a oportunidade de analisar detalhadamente a tradição a qual Graciano se vinculou para mandar cunhar esta moeda (Pohlmann, 2022). No capítulo aqui desenvolvido, o objetivo é mostrar a riqueza de informações que os numerários deste imperador oferecem aos estudiosos brasileiros e às estudiosas brasileiras.

Observo que estes instrumentos metálicos materializavam, em um pequeno espaço, mensagens a respeito do poderio militar do governante e ressaltavam os anos em que o Império estava sob a administração deste augusto. Tais mensagens atualizavam elementos significativos para a manutenção da utilidade pública imperial. Através da série que contempla a moeda 163998, mesmo aquelas pessoas que pouco ou nunca viam o augusto sabiam há quanto tempo ele governava. Pela série na qual a moeda 163987 está inserida, estas pessoas percebiam que Graciano era capaz de transformar em cativos os inimigos do Império, uma ação requerida daquele que usufruía do poder de império, uma ação entendida entre os romanos como uma vitória, por isso, digna de ser glorificada, como evocava a própria legenda do numerário: “*GLORIA RO_MANORUM*”.

Asses de Graciano no MHN-RJ

Todas as moedas de Graciano que integram o acervo do MHN-RJ são *asses*, ou seja, são peças constituídas de bronze e identificadas, na Numismática, pela sigla AE ou Æ. A identificação do numerário é seguida por um número que esclarece o seu tamanho. No caso dos documentos aqui apresentados, eles são AE2 e AE3.

Carmen Herrero Albiñana (1994, p. 251-252) explica que, com a reforma monetária de Constantino I, os *asses* passaram a ter os seguintes diâmetros:

Identificação	Diâmetro (aproximado)
AE1	25mm
AE2	21mm
AE3	17mm
AE4	menos de 17mm

Nos numerários estudados por David R. Sear (1974: 338), os *asses* 2 de Graciano tinham, aproximadamente, 22mm de diâmetro. Já os *asses* 3, 17mm. Saliento que tais medidas

não eram exatas, já que estas moedas eram cunhadas e, retomando a notação de Gozalbes e Pau Ripollés, os cunhos possuíam tamanhos variados, embora obedecessem a certos limites. Além da técnica da cunhagem de moedas, tradicionalmente utilizada durante a época romano-imperial, o uso constante do instrumento metálico nas transações econômicas e a forma de conservação destas peças acarretavam desgastes no material e diferença nas dimensões dos numerários. Os *asses* 2 de Graciano do MHN-RJ apresentam diâmetros que variam de 20mm a 25mm. Os *asses* 3, em sua maioria, medem entre 17mm e 18mm, sendo que duas peças possuem 15mm de diâmetro e outra peça, 16mm.

Até recentemente, as moedas de bronze foram depreciadas pelos estudiosos que preferiam realizar suas pesquisas sobre numerários de ouro e de prata. Entretanto, no cenário atual, as peças de bronze vêm recebendo a mesma atenção que as produzidas em outros metais (Herrero Albiñana, 1994, p. 65). E por que não deveria ser assim? Mesmo em bronze, elas carregavam consigo discursos a respeito do poder do Augusto. Especialista em Numismática Romana dos séculos IV e V d.C., J. W. E. Pearce está convencido da importância da “história do bronze como meio oficial de comunicação entre o imperador e seus súditos” (Pearce, 1948, p. 67). Menos valiosos economicamente, estes numerários podiam ser utilizados em transações comerciais modestas e cotidianas, movimentando, com frequência, elaborações formadas por símbolos imagéticos e palavras escritas a respeito da figura imperial.

Mirone (1930, p. 173) afirma que, assim como ocorria com o ouro e a prata, o bronze se estabeleceu como um metal amplamente utilizado na fabricação de moedas romanas desde a transição da República para o Império. Observo que, sendo composta de uma liga metálica de baixo valor monetário, estas peças de bronze alcançavam um público variado e mais amplo do que as produzidas em ouro e prata. Por isso, levavam as mensagens ali organizadas a pessoas de diferentes posições sociais. Retomo, assim, a importância defendida por

Pearce com relação às moedas produzidas em bronze na época imperial. Graciano soube utilizar estas pequenas peças metálicas para propagar ideias que asseguravam sua utilidade pública e angariavam o apoio de seus súditos.

Considerações finais

A partir do estudo de uma pequena e significativa parcela do acervo numismático do MHN-RJ pude refletir sobre um contexto tardo-antigo ocidental pouco estudado na academia brasileira: a época do imperador Graciano. Neste capítulo, apresentei ao leitor e à leitora elementos com os quais trabalho em minhas pesquisas. Recordo que meu objetivo era exibir os documentos materiais que servem de base para meus estudos e, se possível, convidar pesquisadores e pesquisadoras a explorar um acervo de documentos antigos bem preservados em terras brasileiras.

Trouxe para meu texto estudiosos e estudiosas com quem diálogo há bastante tempo, como Manuel Rodríguez Gervás e José Manuel Roldán Hervás. E, também, pesquisadores como Vagner Porto e J. W. E. Pearce e pesquisadoras como Maria Beatriz Borba e Carmen Herrero Ambiñana que conheci há pouco, quando decidi aproximar meus estudos da Numismática. Estes autores e estas autoras, bem como os numerários de Graciano, impuseram-me desafios e expandiram meu olhar sobre um determinado contexto histórico. Impossível negar a parceria entre História e Numismática.

Observo que, para a compreensão deste cenário histórico, a análise que realizei sobre os dois lados das moedas foi significativa. Anverso e reverso, com suas figuras, símbolos e letras, complementavam-se para levar ao público uma mensagem desejada pelo augusto e necessária para a legitimação de seu poder. Para elaborar os argumentos aqui desenvolvidos, e outros defendidos ao longo de minha pesquisa, optei por me dedicar aos estudos iconográficos, unindo as representações figuradas das moedas e as inscrições cunhadas nestes documentos.

As reflexões aqui apontadas demonstram como Graciano se utilizou de pequenas peças monetárias de bronze para fortalecer um discurso que corroborava sua utilidade pública frente aos seus súditos. Por isso, ressalto que estes numerários materializavam o poder imperial e constituíam um instrumento essencial para a propagação de atributos, títulos e ações que valorizavam Graciano.

Documentos escritos:

AMIANO MARCELINO. **Historia**. Edición de M. L. Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

AMIANO MARCELINO. **Res gestae** (in three books). With an english translation by J. C. Rolfe. London: William Heinemann; Cambridge, Massacgusetts: Harvard University, 1935. (English and Latin text.)

AUGUSTO. **Res Gestae Divi Augusti**. Text, translation and commentary A. E. Cooley. Reimp. Cambridge: Cambridge University Press., 2015. (English and Latin text.)

AUSÔNIO, Décimo Magno. **Obras II**. Traducción y notas de A. Alvar Ezquerra. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

PLÍNIO SEGUNDO. **Letters (Books VIII – X), Panegyricus**. With an English translation by B. Radice. London, England: Loeb Classical Library, 3^a reimp., 1997. (English and Latin text.)

SÍMACO. **Cartas** (Libros VI – X). Traducción y notas: J. A. Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2003.

SÍMACO. **Informes - Discursos**. Introducciones, traducción y notas: J. A. Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2003.

SÍMACO. Q. Aurelli Symmachi V.C. orationum quae supersunt. In: SEECK, O. **Q. Aurelii Symmachi quae supersunt**. Berolini: APVP Weidmannos, 1883, p. 277-335.

Documentos numismáticos

Moedas 163968, 163970, 163979, 163987, 163988, 163990 e 163998 do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Fotos: J. F. Pohlmann (julho/2017).

Referências bibliográficas

CARLAN, C. U. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. São Paulo: Annablume, 2013.

FLORENZANO, M. B. B. A moeda na Grécia arcaica e clássica - séculos VII a IV A.C.: arqueologia e mudança cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 2004, p. 67-83.

GOZALBES, M.; PAU RIPOLLÉS, P. La fabricación de moneda en la Antigüedad. In: CONGRESO NACIONAL DE NUMISMÁTICA, XI, 2002, Zaragoza. **Actas do Congreso Nacional de Numismática**. Zaragoza, 2002, p. 11-34.

GUTIÉRREZ CASAOS, E. **La moneda del Bajo Imperio Romano (desde la reforma de Diocleciano)**. Madrid: José A. Herrero, 2008.

HERRERO ALBIÑANA, C. **Introducción a la numismática antigua (Grecia e Roma)**. Madrid: Editorial Complutense, 1994.

JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novas abordagens**. Tradução de H. Mesquita. Rio de Janeiro: F Alves, 1976. (Original francês publicado em 1974)

JULLIARD, J. **Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe**. Paris: Gallimard-Seul, 1988.

MIRONE, S. **Numismática: nozioni di numismática greca, romana, bizantina, barbárica ed araba, italiana (medioevale e moderna): medaglie**. Milano: Ulrico Hoepli, 1930.

PEARCE, J. W. E. *Aes* coinage of Valentinian I: the evidence from hoards. **The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society**, sixth series, v. 8, n. 1/2, p. 66-77, 1948.

PEARCE, J. W. E.; MATTINGLY, H.; SUTHERLAND, C.H.V.; CARSON, R.A.G. (eds.). **The Roman Imperial Coinage: Valentinian I - Theodosius I.** v. 9, London: Spink & Son Ltd, 1951.

POHLMANN, J. F. “Glória” e “concordia” nas moedas do imperador Graciano (367-386 d.C.). **Revista História – São Paulo**, no prelo.

POHLMANN, J. F. Moedas votivas: um estudo das moedas do imperador Graciano (367-383 d.C.). **Camimhos da História**, Montes Claros (MG), v. 27, n. 1, p. 27-42, (jan./jun.) 2022. DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v27n1p.27-42> .

PORTO, V. C. Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana. Tomo I e tomo II. 2007. **Tese** (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RÉMOND, R. **Por uma História Política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (Original francês publicado em 1988)

ROLDÁN HERVÁS, J. M. **Introducción a la Historia Antigua.** Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

SEAR, D. R. **Roman coins and their values.** 2ª ed. (revised). London: Seaby, 1974.

WILLIAMS, J. Religion and Roman coins. In: RÜPKE, J. (ed.). **A companion to Roman Religion.** London: The Blackwell Publishing, 2007, p. 143-163.

Páginas de internet:

Museu Histórico Nacional: <https://mhn.museus.gov.br/>

O projeto “Um dia no museu” e a interiorização do MHN em MS: Relatos de experiências

Carlos Eduardo da Costa Campos
Cristina de Souza Agostini

De acordo com o artigo 215 da Constituição Federal do Brasil, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Além disso, no artigo 216, parágrafo 3º, observamos que “A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais”. Portanto, por meio do projeto “Um dia no Museu”, estamos inovando ao consolidar a parceria entre a UFMS e o Museu Histórico Nacional para trabalhos conjuntos visando à interiorização dos bens culturais nacionais ao público do Centro-Oeste do Brasil, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação nº 71/2022-UFMS, Processo nº 23104.017568/2022-11.

Assim, realizamos um trabalho diferenciado com os professores da rede básica de ensino de Mato Grosso do Sul, fornecendo acesso aos alunos ao Museu Histórico Nacional em seu centenário, bem como introduzindo a discussão sobre patrimônio numismático por meio de exposições itinerantes, materiais educativos (cartilhas e animações) e oficinas de educação patrimonial, através da 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022.

Nesse sentido, os museus não se limitam a ser espaços de visitação e preservação de memórias oficiais, mas sim instituições com múltiplas interfaces com a sociedade. Essa concepção é respaldada pela definição de museu do Conselho Internacional de Museus – ICOM (2022), que o interpreta como:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento⁴⁵.

Compartilhamos, portanto, da tendência de romper com a desconexão social que historicamente permeou os museus no Brasil.

Dessa forma, compreendemos os museus como espaços de construção de memória e identidade sociocultural, bem como fontes de ações educativas que, ao preservarem o patrimônio histórico-cultural, contribuem para a geração de renda, a bioeconomia, a inovação social e o empreendedorismo. No entanto, para efetivar essa medida, é crucial garantir o acesso e a popularização dos museus em todas as camadas sociais. Conforme destacado por M. G. Germano e Wojciech Andrzej Kulesza (2007, p. 20), popularizar a ciência histórico-arqueológica significa levá-la para as ruas, escolas e para a sociedade como um todo. É atuar em prol da reflexão sobre as demandas sociais, ampliando perspectivas de mundo e construindo sonhos de um futuro melhor, baseado no respeito às identidades e diversidades em prol do progresso científico e humano. Esse é o objetivo do projeto apresentado neste artigo intitulado “Um dia no Museu – uma viagem pelos 100 anos de história do MHN”.

¹ Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acessado em: 10/10/22

O Museu Histórico Nacional⁴⁶ completou 100 anos em 2022 e desempenha um papel importante no cenário científico e social do Brasil. A origem do Museu Histórico Nacional remonta ao início do século XVII, no centro histórico do Rio de Janeiro. Nessa época, os colonos portugueses construíram a Fortaleza de Santiago, que posteriormente deu lugar ao complexo arquitetônico que hoje abriga o museu. Ao longo dos séculos, outras construções foram adicionadas ao complexo, incluindo a Prisão do Calabouço (1693), a Casa do Trem (1762) e o Arsenal de Guerra (1764). Essa região, estrategicamente localizada na Baía de Guanabara, abrigava diversas estruturas militares, como arsenais, alojamentos para tropas e depósitos de armas e munições. A área permaneceu como zona militar até 1908, quando o Arsenal de Guerra foi transferido para a ponta do Caju.

Na década de 1920, ocorreram várias transformações na área onde o Museu Histórico Nacional está localizado. Uma dessas mudanças foi o aterramento e a reurbanização da Ponta do Calabouço, que durante o período colonial era um local de punição para escravos. Essa área foi transformada para sediar a Exposição Internacional em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Durante o evento, o Antigo Arsenal de Guerra passou por uma reestruturação e foi decorado com características neocoloniais.

Em 1922, durante as celebrações do centenário da Independência do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa inaugurou o “Palácio das Grandes Indústrias”, que se tornou um dos pavilhões mais visitados do recém-criado Museu

² O Museu Histórico Nacional - MHN, localizado no Rio de Janeiro, é o espaço científico-cultural beneficiado por esse projeto. O MHN representa uma importante instituição de salvaguarda do patrimônio da humanidade. Criado pelo Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, é um museu centenário. Integrando a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, conforme os artigos 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, o MHN é regido por um Regimento Interno alinhado com as diretrizes do IBRAM. Sua localização é na Praça Marechal Âncora S/N - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20021-200.

Histórico Nacional. Essa iniciativa está diretamente relacionada ao tema deste edital, pois o Estado começou a moldar a memória de acordo com seus interesses, repensando o passado. O Brasil passou a ser oficialmente explorado e conhecido, e o MHN desempenha um papel fundamental como guardião das grandezas da nação (Tostes, 2013, p.15). Atualmente, o museu celebra seu centenário de existência.

Assim, nos últimos quatro anos, o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro tem colaborado com a UFMS por meio de sua participação em atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se os projetos de extensão, como o Programa de Popularização da Ciência Arqueológica, que utiliza bancos de dados e realiza ações de educação patrimonial em parceria com o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Também merece destaque o projeto de Ensino de Ciências Arqueológicas e Históricas nos Museus de Ciência e Tecnologia e Arqueologia da UFMS, que abrange educação patrimonial, bioeconomia e aprendizagem com escolas de Mato Grosso do Sul. Além disso, há o projeto de pesquisa sobre as moedas Júlio-Claudianas do Museu Histórico Nacional, que tem como objetivo catalogar e descrever esse patrimônio numismático para fins de popularização científica por meio de bases de dados. Esses projetos foram desenvolvidos pelo grupo de pesquisa ATRIVM/UFMS, da Faculdade de Ciências Humanas da UFMS, em colaboração com o Museu de Arqueologia e o Museu de Ciência e Tecnologia da UFMS. É de suma importância que todo o acervo museológico esteja acessível a todos os cidadãos. Portanto, estamos diante de uma necessidade e demanda social por acesso ao patrimônio museológico.

Nesse contexto, este projeto atende ao Acordo de Cooperação nº 71/2022-UFMS publicado no Diário Oficial da União. Para isso, executamos o projeto “Um dia no Museu – uma viagem nos 100 anos de história do MHN”, em parceria com o referido museu, utilizando recursos da chamada CNPQ/MCTI/FNDCT nº 05/2022 da Semana

Nacional de Ciência e Tecnologia SNCT 2022. O nosso objetivo foi promover educação patrimonial em escolas de Mato Grosso do Sul, abrangendo o Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio, Educação Rural, Educação de Jovens e Adultos, além da educação não-formal e informal para divulgação do conhecimento científico e tecnológico.

O projeto esteve alinhado com o ENCTI 2016-2022, que prioriza a pesquisa científica básica e tecnológica, bem como a formação e retenção de recursos humanos. Nossa abordagem buscou alcançar a área estratégica da Ciência e Tecnologia por meio da difusão científica. Uma característica importante do projeto foi sua abrangência, impactando o processo de interiorização e popularização do conhecimento científico, museológico, histórico e arqueológico em cidades sul-mato-grossenses. Realizamos debates alinhados às propostas curriculares da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História, despertando nos estudantes o valor das ações patrimoniais para o desenvolvimento das cidades e incentivando o reconhecimento do patrimônio nacional, mesmo que distante do Estado, pois faz parte da União. As cidades atendidas pelo projeto foram Água Clara, Anastácio, Aquidauana, Campo Grande, Costa Rica e Coxim. O impacto do projeto foi relevante e amplo, atingindo um total de 2.755 pessoas, incluindo 2.489 alunos, 205 professores e 61 funcionários escolares. Dessa forma, podemos afirmar que o projeto cumpriu sua função social de popularização da ciência.

Além disso, é importante ressaltar que o projeto atendeu ao item 7.13 do edital, que se refere às modalidades de eventos, conforme descrito a seguir: a) Exposição de CT&I – Apresentação de produtos, processos e/ou serviços selecionados com base em critérios objetivos, com o objetivo de abordar temas científicos de forma abrangente para públicos em geral ou específicos, tanto nas instituições proponentes como em diferentes locais, incluindo exposições itinerantes, preferencialmente em espaços públicos, ou, em casos excepcionais, por meio de ampla divulgação digital na

internet. Para promover e facilitar a compreensão, organizamos exposições itinerantes em escolas, além de palestras e oficinas que abordaram o tema do Bicentenário da Independência, sob a perspectiva dos 100 anos do MHN e de seu acervo.

O projeto também se vinculou aos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”. Logo, buscamos através da educação e da inovação social atender ao objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”⁴⁷. A relevância desse projeto para o estado do Mato Grosso do Sul é significativa, especialmente considerando o relatório do IBGE de 2019, que revelou desigualdades no acesso a museus no Brasil. Essas disparidades são evidentes entre as diversas regiões do país, sendo que a região Sudeste e Sul concentram a maior parte dos museus e programas de acessibilidade, enquanto o Centro-Oeste enfrenta desafios nesse aspecto (Silva; Deccache-Maia, 2021).

Dessa forma, percebemos que em Mato Grosso do Sul existe uma limitação no acesso aos acervos museológicos, tanto internos quanto externos ao estado, devido à distância física e econômica. Isso tem um impacto cultural, científico e educacional para os cidadãos do estado. Portanto, o projeto “Um dia no Museu” teve como objetivo promover a acessibilidade aos espaços culturais para todos, levando em consideração a diversidade de temas e assuntos preservados em cada museu, o que contribui para a formação social e educacional do Brasil. Como nosso foco principal é o Museu Histórico Nacional, vamos apresentar alguns dos resultados obtidos.

Primeiramente, destacamos as exposições itinerantes. O projeto levou exposições a diferentes localidades de Mato Grosso do Sul, proporcionando às comunidades locais acesso

³ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acessado em: 10/03/23.

a uma parte do acervo do Museu Histórico Nacional. Por meio de banners, contamos a história da instituição e a formação de seu acervo, além de apresentar livros e réplicas de moedas do acervo. Essa iniciativa contribuiu para a valorização do patrimônio cultural e para a disseminação do conhecimento histórico nas escolas de ensino básico.

Outra ação realizada foi a aula-oficina sobre numismática. Promovemos palestras e oficinas educativas ministradas pela equipe do projeto, composta por professores e estudantes da UFMS. O objetivo dessas atividades era transmitir conhecimentos sobre história, patrimônio cultural e temas relacionados, de forma interativa e acessível aos participantes. Valorizamos a abordagem da *educação maker*, incentivando os alunos das escolas a realizarem o processo de catalogação das réplicas fornecidas a eles.

Durante as atividades do projeto “Um dia no Museu”, foram realizados registros audiovisuais, como fotografias e vídeos, para documentar o trabalho realizado e compartilhar os resultados alcançados. Esses registros contribuíram para a divulgação do projeto e para a criação de material de apoio educativo. Além disso, ao longo do projeto, foram realizadas duas entrevistas para jornais digitais de Mato Grosso do Sul, e os resultados foram apresentados em eventos e lives, que podem ser encontrados no canal do *YouTube* do projeto “Um dia no Museu”.

Para acessar os resultados e obter mais informações sobre o projeto, é possível visitar o site do grupo de pesquisa ATRIVM/UFMS: <https://www.atrivmufms.com/about-3>. Além disso, o grupo possui uma conta no Instagram: <https://www.instagram.com/atrivmufms/>, onde são compartilhadas informações sobre as atividades desenvolvidas. O projeto também desenvolveu um aplicativo para as escolas, que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://www.instagram.com/p/CqJaAJQJUKI/>. Além disso, é possível encontrar conteúdo relacionado ao projeto nos canais do ATRIVM/UFMS e do “Um dia no Museu” no *YouTube*. Os links são:

-Canal do ATRIVM/UFMS:

<https://www.youtube.com/c/CANALATRIVMUFMS>.

- Canal do “Um dia no Museu”:

<https://www.youtube.com/watch?v=OutPGyhWeAg>.

Todas essas plataformas digitais foram utilizadas como recursos para a difusão científica e para compartilhar os resultados do projeto com o público em geral.





Imagem 1 – Conjunto de produtos do Projeto Um dia no Museu: Aplicativo, Cartilhas vol 1 e 2, Animações parte 1 e 2⁴⁸.

O projeto “Um dia no Museu” foi enriquecido com parcerias institucionais que contribuíram para sua abrangência e troca de conhecimentos. O Museu de Arqueologia e o Museu de Ciência e Tecnologia da UFMS foram importantes colaboradores, ampliando as atividades e possibilitando a conexão entre diferentes áreas de conhecimento. Além disso, o projeto estabeleceu parcerias com outras instituições, como o Programa de Extensão Vem Pra UFMS, o Programa de Extensão Trilha Rupestre – UFMS, o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UEMS, a Cátedra Archaí – UNB e a Sociedade Numismática Brasileira, juntamente com o Museu Histórico Nacional.

A formação de redes acadêmicas foi uma das propostas do projeto, buscando a integração entre cursos, museus e programas de extensão. Essa rede acadêmica foi

⁴ O material pode ser acessado através do site: <https://www.atrivmufms.com/about-3>

fortalecida com a participação de instituições como a Universidade de Vassouras e o Museu Histórico Nacional. Além disso, o projeto envolveu pesquisadores, técnicos e profissionais da área, proporcionando uma abordagem colaborativa para o acesso aos bens culturais museológicos. A parceria com as escolas também foi essencial para o projeto, com a participação de dez escolas da região⁴⁹. Por meio dessa parceria, o projeto buscou criar interfaces para o acesso aos bens culturais museológicos, promovendo a valorização do patrimônio cultural e estimulando o interesse dos estudantes pela ciência e pela história. Onze alunos do curso de História da graduação da UFMS e dois mestrandos da pós-graduação do PROFHIST-UEMS também foram engajados no projeto, ampliando as oportunidades de formação acadêmica e profissional.

Com a aprovação do Subprojeto do curso de Filosofia-UFMS no Programa Residência Pedagógica, “Um dia no Museu” ampliou seus horizontes, consolidando-se como atividade de culminância para as regências, dinâmicas e oficinas que estão sendo desenvolvidas em duas escolas estaduais de Campo Grande durante o primeiro semestre de

⁴⁹ Dessa forma, podemos citar: E. E. Marechal Castelo Branco, Água Clara - MS; Instituto Educacional Cecília Meireles, Água Clara - MS; E. P. M. R. Manoel Valério da Silva, Anastácio-MS; E. M. Honorivaldo Alves Albres, Anastácio - MS; E. M. Franklin Cassiano, Aquidauana - MS; Instituto Educacional Falcão, Aquidauana - MS; E. E. Profa Ada Teixeira, Campo Grande - MS; E. E. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, Campo Grande - MS; E. M. Oswaldo Cruz, Campo Grande - MS; E.E. José Ferreira da Costa, Costa Rica - MS; E. M. C. M. Prof. Adenocre Alexandre de Moraes, Costa Rica - MS; E.E. Viriato Bandeira, Coxim – MS; as escolas integrantes da Feira da 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de MS, Campo Grande – MS: E. E. Padre José Scampini; E.E. Dolor Ferreira de Andrade; E. E. Antonio Delfino Pereira; E. E. Emygdio Widal; E. E. Henrique Correa; E. E. Lino Vilachor; E. E. Prof Clarinda Mendes de Aquino; E. E. Professor Manteiro; E. E. São Francisco; E. E. José Barbosa Rodrigues; E. E. Hércules Maymone; E. E. Maestro Heitor Vila Lobos; E.E. Marçal de Souza Tupã.

2023⁵⁰, sob a supervisão da professora de Filosofia Antiga da UFMS, Cristina de Souza Agostini.

Com efeito, a tematização que Aristóteles estabelece no livro I da *Política*⁵¹ acerca da natureza da moeda enquanto invenção humana a fim de facilitar as trocas, bem como seus derivados como o enriquecimento, os juros e o monopólio foram amplamente discutidos em turmas do 1 aos 3 anos do Ensino Médio. Assim, os alunos tiveram acesso ao argumento filosófico que legitima a utilização da moeda enquanto meio abstrato de valoração que, em si, não apresenta significado intrínseco, mas depende de um acordo humano. Além das regências empreendidas pelos residentes, estes elaboraram oficinas e dinâmicas com as turmas escolares para que, por meio de situações estanque, os adolescentes tivessem que fazer escolhas relacionadas à aquisição de bens para compreenderem a diferença entre as necessidades reais de uma família, em contraposição àquelas que foram, doravante, criadas pelos mecanismos de propaganda. Por meio dessas interações, a filosofia de Aristóteles adquiriu significado vivo para a crítica ao acúmulo desnecessário de bens supérfluos, bem como a restituição à moeda de sua primaz função, a saber, ser objeto de troca.



⁵⁰ As escolas são E.E. Hércules Maymone e E.E. Adventor Divino de Almeida.

⁵ 1252 a-1260b24.

Imagem 2 – Foto da Capacitação realizada para a Residência Pedagógica em Filosofia da FACH – UFMS (27/05/23). Acervo do RPF / FACH – UFMS.

Tendo, portanto, sido preparados, filosoficamente, os estudantes das escolas de Campo Grande em que o subprojeto de Filosofia-UFMS do Residência Pedagógica se desenvolve, culminarão sua formação com a exposição “Um dia no Museu”. Com efeito, agora, as questões relativas ao patrimônio material e cultural poderão estabelecer encadeamento mais aprofundado e palpável para alunos que têm diante de si um aspecto amplo da discussão econômica que leva em consideração a maneira segundo a qual o engenho humano esteve presente durante muitos séculos tanto na confecção de ferramentas para a aquisição de alimentos e materiais de abrigo e proteção quanto para a cunhagem de moedas, até a completa abstração com o advento do pix e dos bitcoins. Desse modo, é certo que além da educação patrimonial, a exposição de “Um dia no Museu” aliada ao Programa de Residência Pedagógica- Filosofia contribui para a promoção da economia sustentável. A partir da compreensão do efetivo significado da moeda, bem como das necessidades para uma boa vida, o questionamento ao consumismo e a percepção ao jogo de manipulação dos gostos pela propaganda e seus algoritmos, é disseminado na comunidade escolar de modo altamente reflexivo, por meio do protagonismo dos próprios alunos. Ademais, na medida em que as áreas de Filosofia e História trabalham em uníssono, contribuem para a efetiva vivência estudantil da transdisciplinaridade, tão cara para a formação integral dos educandos.

Nesse sentido, o projeto “Um dia no Museu” foi uma iniciativa relevante que buscou promover a acessibilidade e a popularização do conhecimento científico, museológico, histórico e arqueológico em Mato Grosso do Sul. Através de parcerias institucionais, atividades educativas, exposições itinerantes e aulas-oficina, o projeto alcançou um público

amplo, impactando estudantes, professores e funcionários escolares.

Ao levar exposições, palestras e oficinas para diferentes localidades do estado, o projeto contribuiu para a redução das desigualdades no acesso aos museus e ao patrimônio cultural. Além disso, despertou o interesse pela ciência e história, promovendo a valorização da identidade coletiva. A criação de recursos digitais e a divulgação dos resultados através de plataformas online ampliaram o alcance do projeto, permitindo que mais pessoas pudessem ter acesso ao conteúdo produzido. Os registros audiovisuais, entrevistas, apresentações em eventos e a interação nas redes sociais fortaleceram a visibilidade e o impacto do projeto.

A iniciativa também estimulou a formação de redes acadêmicas e institucionais, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes instituições e profissionais. Os resultados alcançados evidenciam a importância de projetos que visam à popularização da ciência e à valorização do patrimônio cultural, contribuindo para a formação educacional e cultural da sociedade.

Em suma, o projeto “Um dia no Museu” foi uma iniciativa abrangente e colaborativa, que promoveu o acesso ao patrimônio museológico, despertou o interesse pela ciência e história, e fortaleceu redes acadêmicas e institucionais. Os seus resultados evidenciam o impacto positivo na redução das desigualdades de acesso ao conhecimento científico e cultural, contribuindo para o enriquecimento educacional e cultural do estado de Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas

- ARANHA, P. M. E HERINGER, P. C. Análise das cunhagens do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a coleção do Museu Histórico Nacional. **Revista Tempo Amazônico**. v.3, n.1, julho-dezembro, p.128-158, 2015
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: António Campelo Amaral e Carlos de carvalho Gomes. Ed. Vega, 1998.

- BALOT, Ryan K. Rethinking the History of Greek and Roman Political Thought. In: BALOT, R. K.(org.) **A Companion to Greek and Roman Political Thought**. Massachusetts-EUA; Oxford - Reino Unido: Wiley-Blackwell Publishing Ltd, 2009, p. 03-19;
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Acessado em 22 de abril de 2020. Link de acesso: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
- CAIMI, F. E. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo** 11 (21), p.17-32, 2006.
- CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2005.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação** n° 2. Porto Alegre: Pannonica Editora, 1990, p. 177-229;
- FONSECA, T. N. de L. E. **História e ensino de história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FONSECA, Selva Guimaraes. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História** (Anos iniciais). São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.
- GERMANO, M. G. ; KULESZA, W. A. . Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 24, p. 07-25, 2007.
- HOWGEGO, C. **Ancient History from Coins**. London – UK: Routledge, 1995.
- KARNAL, L. Apresentação. In: SILVA, G. J. da. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da**

Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p.15.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 34. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 34, 1999.

MORENO, J. C. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI, **História & Ensino** 22 (1), p.7-27, jan./jun. 2016.

MOZENA, E. R.; OSTERMANN, F. A interdisciplinaridade na legislação educacional, no discurso acadêmico e na prática escolar do Ensino Médio: panaceia ou falácia educacional? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física** 33(1), p.92-110, abr. 2016.

ORÍÁ, R. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1998, p.133.

SILVA, T. D. M. da; DECCACHE-MAIA, E. Museus e centros de ciências itinerantes do estado do Rio de Janeiro: interiorizando o conhecimento científico. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 6, n. 2, p. 1-23, 2021.

TOSTES, V. L. (org). **Museu Histórico Nacional**. São Paulo: Ed. Olhares, 2013.

Parte II
Estudos numismáticos sobre a Antiguidade

Uma introdução aos estudos sobre réplicas de moedas romanas orientais na China

André Bueno

Antes de começar esse texto, gostaria de agradecer sobremaneira pelo gentil convite do meu grande e querido amigo Carlos Eduardo Campos, um pesquisador destacado nos estudos sobre império romano em nosso país. Sendo sinólogo, com estudos voltados para o campo do pensamento chinês tradicional, o desafio de analisar a tradição numismática dessa civilização representou uma tarefa considerável, e me pus a refletir sobre qual enfoque poderia construir um texto que escapasse das apresentações introdutórias e generalizantes. O resultado dessas pesquisas culminou em uma série de descobertas bastante enriquecedoras, das quais a que mais me atraiu a atenção foi a presença de moedas romanas na China. Eu já havia tangenciado brevemente o assunto em outros textos anteriores (Bueno, 2014; 2016), nos quais analisava as interações culturais e econômicas entre os mundos romano e chinês na antiguidade. Vislumbrei aqui uma excelente oportunidade de dar continuação a essa série de estudos, desvelando um tópico praticamente desconhecido do público brasileiro: a existência de réplicas chinesas de moedas romanas, principalmente bizantinas.

Para aqueles que já tiveram curiosidade, ou desenvolveram estudos sobre a Rota da Seda na antiguidade, o trânsito de mercadorias e ideias entre Ocidente e Oriente é uma constatação a ser necessariamente incluída nas narrativas históricas que constituem a escrita de uma nova história global (Maclaughlin, 2012; Hoppal, 2018a; Francopan, 2019). Nesse sentido, a descoberta de moedas romanas espalhadas pela Índia, China e Sudeste asiático não surpreende, mas constitui ainda uma série de desafios sobre o seu processo de circulação, uso e interpretação simbólica. Esse problema conecta-se diretamente com o achado de exemplares de

moedas romanas falsificadas em tumbas chinesas e depósitos arqueológicos, levando a questões consideráveis sobre sua cunhagem e emprego. É justamente sobre esse tema, pois, que decidi me debruçar, e sobre o qual apresento algumas conclusões retiradas de estudos chineses e ocidentais.

Numismática na China

O estudo numismático na China é um campo recente, surgido marcadamente pela influência das ciências ocidentais no país (Wang, 2019). Os chineses desenvolveram uma tradição notavelmente estável na padronização da cunhagem de moedas a partir da dinastia Qin 秦朝 (221-206 AEC), mantendo uma uniformidade invejável nos padrões de representação (Wang, 1951; Peng, 1994). Desde essa época, as moedas cunhadas sob a tutela imperial mantiveram o formato circular, usualmente informando o nome do soberano reinante, a fração de valor e possuindo um furo no meio, que servia para que elas fossem amarradas em um cordão (método preferido para transporte e uso ao invés de bolsas ou carteiras). O material empregado na cunhagem foi predominantemente o bronze, e foram pouquíssimos os exemplares de moedas de entesouramento (de ouro ou prata) produzidos ao longo da história chinesa. Para efeito de comparação, seguem dois exemplares de moedas chinesas:



Figura 1 – ½ Liang de bronze da dinastia Qin, séc. 3 AEC

Disponível em:

<http://www.cnm.com.cn/qbbwgyw/143585/143789/index.html>



Figura 2 – 1 Zhongbao de bronze da dinastia Qing (1861-1875 EC)

Disponível em:

<http://www.cnm.com.cn/qbbwgyw/143605/144180/index.html>

Esse modelo existiu sem quaisquer modificações relevantes até o início do século 20 EC, quando a presença das potências coloniais imprimiu fortes influências nos mais diversos campos do pensamento e da cultura chinesa. Talvez por isso os historiadores e especialistas chineses não desenvolveram uma atenção maior em relação à produção numismática, e seus interesses por moedas despertaram junto com a ampliação generalizada de escavações arqueológicas com o advento da república chinesa. Contudo, foi somente em 1982 que a *China Numismatic Society* 中国钱币学会 foi fundada, organizando uma coleção no *China Numismatic Museum* 中国钱币博物馆 (1992) e orientando os expedientes teóricos e metodológicos, o que mostra que esse campo de pesquisa ainda é bastante recente no contexto acadêmico chinês.

As teorias de Stephen Bushell (1886)

Por isso, precisamos retornar no tempo para conhecer as iniciativas individuais que foram estruturando os estudos numismáticos na China, e quando teria surgido a descoberta curiosa das réplicas sino-romanas. Um dos primeiros e grandes incentivadores nesse sentido foi Stephen Wootton Bushell (1844-1908), médico inglês que embarcou para a China no século 19 e acabou por tornar-se um importante orientalista, estudioso de línguas asiáticas diversas, arte, cerâmica e um dos fundadores dos estudos sobre moedas chinesas. De fato, Bushell era membro da *Royal Numismatic Society*, e ao longo dos anos de 1870-1880, publicou diversos artigos sobre o tema e constituiu uma importante coleção de moedas asiáticas, que seria posteriormente doada para o *British Museum*. As atividades de Bushell chamaram a atenção de curiosos e pesquisadores, e ele acabou angariando fama e respeito entre os intelectuais chineses, que estabeleceram um profícuo contato. Entre 1885-1886, chegou até suas mãos uma coleção de moedas que teriam sido descobertas no norte da China, na região de Shanxi 山西. Dessas, dezesseis moedas eram romanas, o que foi considerado uma descoberta surpreendente pelo autor, que publicou um artigo dedicado ao estudo dessa mesma coleção no *Journal of the Peking Oriental Society* de 1886. O exemplar mais antigo datava da época de Tibério (14-37 EC), e o mais recente do período de Aureliano (270-275 EC), e suas autenticidades foram confirmadas por Bushell (1886, p. 25-28). Contudo, suas conclusões sobre a presença dessas moedas em território chinês estavam permeadas pelo pensamento orientalista da época, e apontavam para soluções simples e muito pouco satisfatórias. Com base na dinâmica da Rota da Seda, Bushell propunha que essas moedas chegaram ao país graças a força política e econômica de Roma, sendo utilizadas em trocas comerciais, constituindo um ‘dinheiro forte’; e sua preservação estaria ligada a esse mesmo imaginário prestigioso acerca do distante Daqin 大秦 – o nome chinês, na antiguidade, para o império romano.



Figura 3 – Sólido de ouro de Justino I e Justiniano II, 527 EC, encontrado na tumba de Tian Hong (575 EC). Note-se os furos, feitos para passar um cordão (Luo Feng, 2018)⁵².

A revisão de Xia Nai (1961)

Esse pensamento era atraente para os leitores ocidentais, interessados em uma narrativa histórica onde a Europa mantinha um ativo protagonismo; mas uma análise mais crítica revela certo grau de ingenuidade da parte de Bushell. Havia vários problemas nessa interpretação; contudo, os chineses ainda estavam começando a apreciar os estudos numismáticos, e uma avaliação mais estruturada das ideias de Bushell só viria praticamente oitenta anos depois, quando o arqueólogo Xia Nai 夏鼐 (1910-1985) começou a desmontar essa tese. Xia estudou no University College of London, tinha uma vasta experiência em arqueologia antiga e formou-se como o primeiro doutor chinês em Egiptologia, o que lhe proporcionou uma excelente base de diálogo intercultural. Ao retornar para a China, Xia participou de dezenas de escavações, sendo considerado um dos mentores da “Nova Arqueologia Chinesa” (Xia, 2014), e começou a se deparar com mais exemplares de moedas romanas [e, de forma

¹ Para exemplares de moedas de ouro bizantinas na China, ver Michael Alram (2001) e Luo Feng (2018).

surpreendente, com algumas cópias das mesmas] espalhadas pelo país em tumbas e depósitos arqueológicos. O pressuposto dominante, na leitura hipotética desses achados, permanecia sendo a visão de Bushell; mas a experiência de Xia fê-lo entender a precariedade das afirmações que superestimavam a importância do prestígio romano. Em um artigo publicado em 1961 (Xia, 1961a, p. 135-142), Xia contestava se essas moedas haviam realmente sido escavadas em Shanxi, pois elas poderiam ter vindo de qualquer outro lugar (Bushell⁵³ admitia isso também). Além disso, as moedas provinham de uma coleção particular, doadas para apreciação de Bushell, estando totalmente divorciadas de seu contexto original. Elas poderiam ser provenientes de várias fontes diferentes, e não de um único depósito. Do mesmo modo, o fato delas constituírem um conjunto não significava que foram desenterradas em algum lugar específico, mas poderiam ter sido coletadas ao longo de séculos ou adquiridas de outros colecionadores. Xia considerava, fazendo larga concessão, que essas moedas talvez tivessem vindo com missionários jesuítas nas dinastias Ming 明朝 (1368-1644) e Qing 清朝 (1645-1912), e que era necessário reinterpretar o trânsito de dinheiro romano no país.

A análise de Xia Nai marcou uma nova percepção nas questões numismáticas chinesas, servindo para quebrar o paradigma de Bushell e reorientar as interpretações chinesas sobre os mecanismos da Rota da Seda. No entanto, era necessário explicar a grande quantidade de moedas que estavam aparecendo em depósitos arqueológicos legítimos, e principalmente – as cópias das moedas romanas, elemento que intrigava os pesquisadores chineses.

A função das moedas de ouro e prata na Rota da Seda

Os arqueólogos já topavam com moedas romanas ao longo da Rota da Seda, na Índia e Sudeste Asiático desde o

² Vide Bushell (1886, p. 24).

início do século 20 (Stein, 1928; Wheeler, 1955; Tchernia, 1995; Hoppal, 2018b), e a presença desses exemplares dentro da China poderia ser uma questão colateral ao trânsito de mercadorias. Ali Mazahery (1960) demonstrou que os comerciantes usavam as moedas como unidades de metal de troca, empregando a equivalência por peso. A chamada “balança romana”, uma balança portátil amplamente empregada no sistema comercial euroasiático era, na verdade, de origem chinesa, e servia para determinar os quantitativos de troca. Assim sabemos, por exemplo, que uma certa medida de ouro comprava o seu equivalente em pimenta ou seda. As efígies nas moedas cumpriam o papel de fornecer uma certificação de garantia sobre a origem e o peso do metal (embora saibamos, hoje, das grandes fraudes que eram empreendidas pelos governantes na mistura das ligas). Não apenas moedas romanas, mas centenas de partas, kushanas e sassânidas foram sendo descobertas em depósitos arqueológicos, provavelmente acumuladas pelas mesmas razões (Guo, 2008a). Em sua maioria são exemplares de prata ou de ouro, o que cria uma importante distorção na leitura dessas evidências arqueológicas. As moedas batidas com metais nobres eram usadas, em geral, para entesouramento ou comércio de alto nível, e não serviam para ampla circulação. Isso significa, portanto, que essas moedas estavam envolvidas somente em transações comerciais mais vultosas, não sendo empregadas no cotidiano. É igualmente provável que muitas fossem derretidas para fazerem lingotes, o que reduziu drasticamente o número de exemplares, e circunscreveu sua sobrevivência as tumbas de alguns nobres ou a depósitos alfandegários acidentalmente salvos de saques e depredações.

Moedas de ouro bizantinas na China

Por isso, não foi estranho quando moedas de ouro romanas começaram a surgir pontualmente, ao longo das décadas de 1950 e 1960, em escavações chinesas. Luo Feng 罗丰 (2018) fez uma estimativa de que aproximadamente meia centena de moedas de ouro romanas orientais foram

descobertas na China, sem contabilizar suas réplicas. Em 1915, Stein (1928) já havia encontrado três imitações de moedas de Justiniano I em Xinjiang 新疆 (território Uigur, hoje incorporado à China), e a possibilidade de exemplares como esses serem encontrados na China já eram aventadas. Em 1956, na antiga capital imperial, Xian 西安, foram achados onze áureos bizantinos de Justino e Justiniano, e uma réplica de uma moeda de Heráclio (575-641 EC), a primeira a chamar a atenção da comunidade acadêmica. Xia Nai, agora reconhecido por seu trabalho numismático, foi convocado a acompanhar essas escavações, produzindo dois artigos importantes sobre o tema (Xia, 1961b; 1977). A primeira coisa a ser feita por Xia foi redimensionar a periodização desses achados, tendo em vista que essas moedas foram encontradas em tumbas do período Tang 唐朝 (618-906 EC), equivalente ao decurso do império bizantino (ou romano oriental, termo preferido pelos autores chineses), à formação do período medieval na Europa e a ascensão do Islã no Oriente Médio, ou seja: um contexto bastante diferente daquele do império romano ocidental das moedas analisadas por Bushell. Esse dado pode parecer elementar para nós, mas não o era para os acadêmicos chineses, cuja cronologia histórica sinocentrada requiritava ajustes e adaptações em relação à periodização europeia. A dinastia Tang foi um dos momentos de ouro da história chinesa, expandindo as fronteiras do país em direção ao oeste, reabrindo e intensificando o trânsito na Rota da Seda e desenvolvendo uma economia próspera e estável (Lewis, 2009). Ademais, a sociedade foi marcada pelo cosmopolitismo, acolhendo povos de todas as partes do mundo que vinham em busca de um ambiente de tolerância e integração. Esses fatores permitiram a elite cultivar o uso de objetos de origem estrangeira como distintivos sociais, uma marca de status e prestígio advindo do poder econômico (Schafer, 1963). É possível, também, que alguns membros tivessem se convertido a uma das novas religiões que chegavam no país, tais como o cristianismo, islamismo, mazdeísmo, judaísmo, além de um revigorado budismo, o que

implicava em um natural diálogo com símbolos de outras culturas. Essas motivações podem explicar a aquisição e o uso de moedas como adornos ou símbolos de status, bem como nos ajudam a compreender o papel cultura da produção das réplicas pelos chineses.

Entendendo as imitações chinesas

Xia Nai continuou a estudar esse fluxo de moedas bizantinas de ouro para a China, enfrentando diversas dificuldades na sua identificação positiva e na leitura das mesmas. Embora agora esses exemplares fossem encontrados em depósitos arqueológicos mais seguramente datáveis, as moedas em si representavam desafios. Xia notou que muitas moedas haviam sido adulteradas, retirando-se delas lascas de metal precioso, modificando a borda ou apagando as inscrições. Esse procedimento era largamente empregado pelos persas sassânidas, cujas moedas também aparecem em quantidades significativas nesses mesmos depósitos, servindo para comparação (Guo, 2008a). Sua hipótese inicial era de que esses procedimentos visavam diminuir o peso da moeda, apesar dela continuar sendo usada no processo de troca, e poderia ter alguma relação cultural com os conflitos entre romanos e persas. Assim, o uso de réplicas poderia ser explicado como uma tentativa de produzir “dinheiro falso”, moedas com ligas de metal inferiores, mas com efígies estrangeiras que garantiram seu “selo de origem”. Isso não era impossível, mas não poderia ser considerado de forma geral. A proposta de Xia Nai acabou refutada pela análise do peso e algumas características das moedas. As réplicas eram muito mais leves (0,8 gr) do que as originais (aprox. 4gr), o que seria facilmente notado por mercadores experientes, habituados a reconhecer essas réplicas (Li, 2005, p. 55). Além disso, as imitações costumam ter bordas afiadas e dois, três ou quatro furos para a passagem de cordame, o que indica seu uso como ornamento, e não como moeda de troca.



Figura4 – *Bractato* de ouro (imitação de um *solidus* bizantino), encontrado no túmulo de Shi Suoyan (enterrado em 664), perto de Guyuan (Luo, 2018)

As explicações mais recentes para a fabricação dessas moedas na China envolvem várias hipóteses, que não são excludentes entre si e que nos permitem ampliar o cenário de interpretações possíveis. Elas partem basicamente das revisões feitas por Lin Ying 林英 (2003) reconhecido como um dos maiores especialistas em moedas ocidentais na China medieva, Li Yiquan 李一全 (2005) e Guo Yuyan 郭云艳 (2008b), ambos especialistas que incorporam as teorias e métodos da numismática moderna. Em primeiro lugar, Lin Ying ressaltou o papel dos trânsitos comerciais em direção ao mundo Tang, o que naturalmente fez fluir recursos monetários de várias partes do mundo. Um dos grupos mais ativos nesse processo de trocas eram os sogdianos, que trabalhavam próximos aos mercadores e funcionários chineses, mas possuíam autorização para transitar pelos territórios persas, islâmicos e bizantinos. É provável que eles dispusessem de uma quantidade razoável de moedas para a realização de trocas, ajudando em sua distribuição; mas a oferta de moedas bizantinas, em relação à de persas ou indianas, era significativamente reduzida, contribuindo para sua valorização monetária e estética. Por essa razão, o emprego sociocultural dessas moedas passava por algumas

limitações importantes. Os aristocratas chineses valorizavam o uso ornamental de “peças originais” romanas, e seu pingentes-moedas eram realmente feitos de solidii bizantinos; mas existiam outras camadas da população que, apesar de dispor de certos recursos financeiros, não podiam se dar ao luxo de dispensar moedas supervalorizadas como adereços. Outro costume comum aos sogdianos e chineses era o ato de enterrar os mortos com alguns de seus bens pessoais, e colocar-lhes uma moeda na boca ou na cabeça para realizar a travessia para o mundo dos mortos. Parte da riqueza dos falecidos acompanhava-os na tumba, mas os familiares estavam cientes da importância financeira que esses recursos representavam. Dispensar moedas bizantinas originais nesse procedimento, portanto, deveria parecer deveras perdulário.

Lin Ying notou que nas tumbas sogdianas, as moedas bizantinas usadas para esses fins – adereçamento ou uso funeral – eram réplicas, deixando que as originais fossem resguardadas para as transações comerciais. Para os bizantinos, a produção de réplicas era considerada um crime grave, passível com pena de morte, e o uso de falsificações poderia comprometer o bom trânsito dos sogdianos pelas rotas comerciais. Por essa razão, sensatamente, as falsificações começaram a ser utilizadas com fins estéticos, e seria pouco provável que elas fossem efetivamente usadas em transações comerciais. Não demorou para que os chineses menos ricos adotassem essa prática – embora seja difícil avaliar se eles sabiam realmente tratar-se de réplicas ou se as consumiam como moedas originais.

Em linhas gerais, Li Yiquan e Guo Yunyan concordaram com as afirmações de Lin, mas chamaram a atenção para algumas questões específicas do caso chinês. Além do costume de enterrar os mortos com moedas na boca, e de guardar dinheiro na tumba do falecido, moedas também eram usadas no ritual de lançar as fundações de um prédio, e seu uso como adereço ocorre principalmente em câmaras funerárias femininas, sendo um hábito menos comum entre os homens. Quem dispunha de recursos para construir tumbas

mais ricas e elaboradas provavelmente não considerava desperdício enterrar moedas bizantinas legítimas, assim como persas ou indianas. Isso pode significar que os chineses não sabiam tratar-se de réplicas ou, que eles consideravam a imitação simbolicamente tão legítima quanto a original, desprezando-se as questões do peso e da circulação financeira. Isso parece fazer sentido, tendo em vista o imaginário cosmopolita da sociedade Tang, que admirava as influências culturais externas na arte e na vida material cotidiana. Assim, a discussão sobre ser ou não uma imitação se esvaziaria, sendo o mais importante pensar que reelaborações conceituais e estéticas estavam em curso na mentalidade das camadas sociais que consumiam essas moedas.

Isso tanto mais faz sentido quando lembramos que a chegada de religiões estrangeiras impactou a vida cultural chinesa do período Tang. Uma quinta hipótese, que parece ser válida no jogo de análises que estamos desenvolvendo, é que algumas dessas moedas poderiam ser usadas como ornamentos por chineses convertidos ao cristianismo, num sinal de reconhecimento as figuras religiosas patriarcais e imperiais bizantinas, zeladoras da fé cristã. As moedas – e principalmente as réplicas – seriam empregadas então como um símbolo religioso, tal como um crucifixo. O problema dessa afirmação é que ela não explica porque em algumas dessas tumbas encontramos moedas de diversas origens. Há inúmeras explicações possíveis, revelando mais dúvidas que certezas: o uso de um adereço desprovido de uma compreensão clara de seu sentido, uma dificuldade em assimilar as diferenças geográficas e culturais das civilizações fora do contexto chinês, a circulação de uma moeda-colar entre alguém que fosse cristão para outro que não fosse e vice-versa... enfim, temos aqui uma série de opções, todas elas em certa medida válidas e coerentes, mas que revelam o quão complexo continua a ser a tentativa de explicar as razões que levaram os chineses do período Tang a produzir réplicas bizantinas.

Conclusões

O fim do período Tang em 907 EC levou a China a um período de desaceleração em seus contatos comerciais e políticos com o exterior. A dinastia seguinte, Song 宋朝 (960-1279), foi marcada por uma orientação cultural voltada para problemas internos, diminuindo consideravelmente a vivência cosmopolita conhecida no período anterior. Isso não significou o fim dos contatos com o mundo externo, mas ensejou uma perda de interesse sobre as culturas estrangeiras, que se refletiu nas construções estéticas e simbólicas. O número de moedas bizantinas (e também de outros povos) reduz-se drasticamente, acompanhando a diminuição das atividades comerciais e as mudanças nas percepções e no imaginário.

Contudo, cumpre salientar que a arqueologia chinesa tem estado em constante desenvolvimento, com um número crescente de descobertas materiais que contribuem firmemente para mudanças no quadro histórico. Isso significa que, assim como os autores mais antigos anteviram a possibilidade de moedas bizantinas – e suas réplicas – gradualmente surgirem nas tumbas chinesas, principalmente Tang, é possível que novos achados redimensionem nossa compreensão sobre o fluxo comercial e cultural entre o Ocidente e a China, e principalmente, possam nos fornecer explicações mais exatas sobre o papel cultural das réplicas chinesas de moedas bizantinas. Como vimos no início desse texto, a numismática na China ainda é um vasto e rico campo a ser explorado, e que nos proporciona evidências significativas para a reescrita de uma história global.

Referências

ALRAM, M. Coins and the Silk Road In: JULIANO, A.; LERNER, J. (eds.). **Monks and Merchants: Silk Road Treasures from Northwest China. Gansu and Ningxia, 4th-7th Century.** New York: Abrams; Asia Society, 2001, p. 271-291.

BUENO, A. Augusto Índico: a apropriação da imagem de Augusto pelos soberanos kushans nos sécs. 1- 2 EC. In: CAMPOS, C. E. da C. (Org.). **Caesar Augustus: entre práticas e representações**. 1ed. Rio de Janeiro: DLL-UFES / NEA-UERJ, 2014, v. 1, p. 299-317.

BUENO, A. The Roman views of Chinese in Antiquity. **Sino-Platonic Papers**, v. 261, p. 1-20, 2016.

BUSHELL, S. Ancient Roman Coins from Shansi. **Journal of the Peking Oriental Society**, v.1, n.1-2, p.17-28, 1886.

CHINA Numismatic Museum.

Disponível em:
<http://www.cnm.com.cn/qbbwgyw/index/index.html>

FRANCOPAN, P. **O coração do mundo: Uma nova história universal a partir da rota da seda: o encontro do oriente com o ocidente**. São Paulo: Crítica, 2019.

GUO Y. 郭云艳. ‘萨珊波斯帝国在拜占廷金币传入过程中的影响’. **安徽史学**, n.4, p.5-12, 2008a.

GUO Y. 郭云艳. ‘两枚拜占廷金币仿制品辨析’. **考古与文物**, n.3, p.87-91, 2008b.

HOPPAL, K. Comunicações interculturais em Roma, China e Ocidente-Oriente na antiguidade. In: BUENO, A.; ESTACHESKI, D.; CREMA, E.; SOUSA NETO, J. M. G. de (Orgs.). **Diversos Orientes**. União da Vitória/Rio de Janeiro: Edição Especial Sobre Ontens – LAPHIS/UNESPAR, 2018a, p.41-60.

HOPPAL, K.; YA H. L.; VIDA, I. All that glitters is not Roman? Roman coins discovered in East Java, Indonesia: A study on new data with an overview on other coins discovered beyond India. **Dissertationes Archaeologicae ex Instituto Archaeologico Universitatis de Rolando Eötvös nominatae**, Ser. 3. No. 6, Budapest, 2018b, p.461-492.

LEWIS, M. E. **China's Cosmopolitan Empire: The Tang Dynasty**. Harvard: Belknap Press, 2009.

LI Y. 李一全. ‘略谈我国出土的东罗马金币’. **考古与文物**, n.1, p.54-59, 2005.

- LIN Y. 林英. Sogdians and Imitations of Byzantine Gold Coin Unearthed in the Heartland of China. **Transoxiana**, Webfestschrift Marshak, 2003. Disponível em http://www.transoxiana.org/Eran/Articles/lin_ying.html
- LUO F. 罗丰. ‘中国境内发现的东罗马金币’. **新疆钱币**, n.3, p.78-103, 2004.
- MACLAUGHLIN, R. **Roma e o Oriente distante**. São Paulo: Rosari, 2012.
- MAZAHERY, A. L’origine chinoise de la balance “romaine”. **Annales** 150, n. 5, p.833-851, 1960.
- PENG X. 彭信威. **A Monetary History of China**. Trans. E. H. Kaplan. Washington: Western Washington University (East Asian Research Aids and Translations), 1994.
- SCHAFFER, E. **The Golden Peaches of Samarkand: A Study of T’ang Exotics**. Berkeley: University of California Press, 1963.
- STEIN, A. **Innermost Asia: Detailed Report of Explorations in Central Asia Kan Su and Eastern Iran**. London, 1928, vol.II,p.646-648; vol. IV, p.993-994.
- TCHERNIA, A. Moussons et Monnaies: les voies de commerce entre le monde gréco-romaine et l’inde. **Annales**, n.5, p. 991-1009, 1995.
- WANG Y.-Ch'uan. **Early Chinese Coinage**. Numismatic Notes and Monographs from American Numismatic Society. New York, 1951.
- WANG, H. A Short History of Chinese Numismatics in European Languages. **Early China**, v.35-36, p. 395-429, 2012-13.
- WHEELER, M. **Rome beyond the Imperial Frontiers**. London: Penguin, 1955.
- XIA N. 夏鼐. ‘西安土門村唐墓出土的拜占庭式金幣’. **考古**, n.8, p.446-447, 1961b.
- XIA N. 夏鼐. ‘贊皇李希宗墓出土的拜占庭金幣’. **考古**, n.6, p.403-406, 1977.

XIA N. 夏鼐. 考古学论文集. 北京 : 北京科学出版社, 1961a, p. 135-142.

XIA Z. 夏正楷. ‘夏鼐与新中国考古事业’. 大众考古, n.4, p.41-45, 2014.

“Mudras” na iconografia monetária do reino Indo-grego?

João Gomes Braatz

Considerações iniciais

Nesta produção, propõe-se uma reflexão a respeito de gestos feitos por reis e divindades presentes na iconografia do material monetário do reino indo-grego, definidas de forma genérica nos bancos de dados on-line *Coin India*⁵⁴, *Wild Winds*⁵⁵ e *Coin Archives*⁵⁶ como uma “benção”. Considerando o contexto de contatos culturais na região, tratamos a respeito da hipótese destes gestos serem representações de “mudras”, marcas com as mãos presentes no hinduísmo e no budismo. Ao longo de minha pesquisa de mestrado acadêmico⁵⁷, foram localizadas representações destes gestos em 11 moedas, de diferentes reinados: quatro unidades produzidas no reinado de *Hermaeus* (90-70 AEC); três unidades do período de *Nikias* (90-85 AEC); duas unidades do reinado de *Peukolaos* (95-90 AEC); e uma unidade produzida no período dos reinados de *Menander II* (90-85 AEC) e *Hippostratos* (65-55 AEC). Para compreender a hipótese desses gestos serem “mudras”, é necessário compreender o contexto em que essas moedas foram produzidas, considerando as múltiplas influências presentes na região.

¹ Disponível em: <<http://coinindia.com/archive.html>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.wildwinds.com/coins/greece/baktria/i.html>>. Acesso em: 08 dez. 2022

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.coinarchives.com>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

⁵⁷ Intitulada “Contatos culturais por meio do material monetário nos limites da expansão helênica na Bactria e na Índia (Séculos III-I AEC)”, Disponível em:

<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/8092/1/Dissertacao_Joao_Gomes_Braatz.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2022

Os reinos gregos da Bactria e da Índia

Os reinos gregos na Bactria e na Índia, conforme apontou Awadh Narain (1957, p. 8), são constituídos a partir de três influências nestas regiões, de grande impacto cultural: o Império Persa, as conquistas de Alexandre Magno ao longo do século IV AEC (Sales, 2017, p. 133), e o Império Maurya. A respeito da região da Bactria, antiga satrapia⁵⁸ do Império Persa, registros escritos podem ser encontrados no Livro XI da *Geografia de Estrabão*, em que o autor trata a respeito da Bactria e da região de Sogdiana, que também pertencia ao Império Persa e, após a conquista de Alexandre Magno, se une à Bactria formando uma só região.

Logo no início do capítulo, Estrabão trata da fertilidade das terras e dos costumes do povo local. Afirma que os sogdianos e os bactrianos não se diferenciavam muito em seus modos de vida, mas considerava que os bactrianos eram mais “civilizados” (Estrabão, *Geografia*, 11.11.3). Esta constatação de Estrabão de considerar os bactrianos mais “civilizados”, pode estar se referindo aos registros de gregos provenientes possivelmente da Ásia Menor residindo no extremo oriente do território persa (Narain, 1957, p. 3). O historiador Heródoto, que testemunhou e escreveu a respeito da guerra entre persas e gregos, registra a Bactria como um local de exílio dentro do território persa ao descrever as ameaças dos generais persas aos tiranos jônios, para que fizessem seu exército desistir de batalhar:

Agora, se não desistirem de sua atitude e insistirem em batalhar, ameça-los, detalhando-os sem omitir os detalhes sobre as calamidades que inevitavelmente pairarão sobre eles; é dizer que como sequela de sua derrota em batalha, serão escravizados, que castraremos seus filhos, que deportaremos suas esposas para a Bactria, e que entregaremos seu território para outros povos (Heródoto, *Histórias*, 6.6.4.).

² As satrapias eram unidades político-administrativas nas quais o Império Persa era dividido (Rossi, 2020, p. 374)

Como “Bactra”, Heródoto pode ter se referido à cidade na região da Sogdiana, nas fronteiras orientais do império persa, ou à região da Bactria em geral (Schrader, 1992, p. 223). Em ambas as possibilidades, é trazida a ideia de que a área mais ao oriente do império persa poderia ser utilizada como exílio para outros povos, como os gregos.

A partir das conquistas de Alexandre Magno, é possível observar uma influência ainda maior da cultura grega nessa região, por meio do império que se expandiu até o noroeste da atual Índia⁵⁹. Os primeiros contatos entre os macedônios e as zonas mais orientais do império persa, o que inclui a Bactria, se deu em meados de 329 AEC (Garcia, 2015, p. 152). Em seguida, vieram as conquistas da região de Gandhara, e o assentamento grego na cidade de Tásila (Bernard, 1994, p. 78). Diodoro Sículo registrou a extensão máxima de seu reino na obra *Biblioteca histórica*:

Alexandre da Macedônia, depois de dominar toda a Ásia, só deixou de lutar contra Gandhara: quando chegou ao rio Ganges⁶⁰ com todas suas forças e, apesar de ter vencido os demais indianos, quando soube que Gandhara teria quatro mil elefantes equipados belicamente, desistiu da campanha contra eles (Diodoro, *Biblioteca histórica*, 2.37).

Segundo Estrabão, Alexandre fundou oito cidades na Bactria-Sogdiana, e também destruiu algumas como Cariatas e a última fundação de Ciro II, situada próxima ao rio Yaxartes, Maracanda (Estrabão, *Geografia*, 11.11.4).

A outra grande influência na região em que se formaram esses reinos gregos foi o Império Maurya. O Império Maurya foi responsável pela primeira grande unificação do território que conhecemos como Índia nos dias atuais (Aldrovandi, 2010, p. 1). Este império foi resultado de

³ O império de Alexandre Magno incluiu a Grécia, o Egito, a Ásia Menor e a Ásia, dominando uma área que se estendia do Adriático ao Indo, do Danúbio às cataratas do Nilo (Sales, 2017: 130).

⁶⁰ Segundo notas de Francisco Parreu Alasà na tradução de “Biblioteca histórica”, o rio a qual Diodoro se refere como “Ganges”, se trata do rio Sutlej, afluente do rio Indo (Parreu Alasà, 2001, p. 386).

um processo de formação estatal que estabeleceu um controle sobre as 16 *Mahajanapadas*⁶¹ sob a liderança de Chandragupta Maurya. A extensão máxima do império unificou um vasto território (Figura 1).

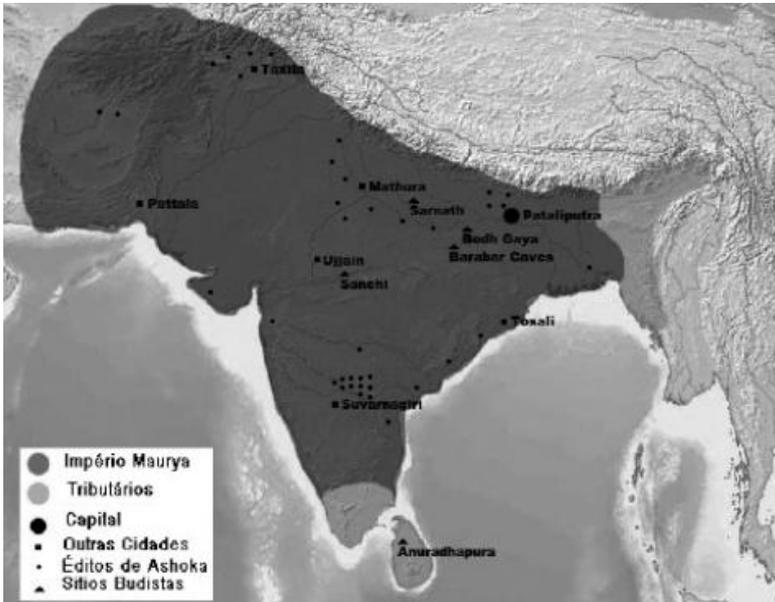


Figura 1 – Mapa do Império Maurya, 256 AEC (Aldrovandi, 2010, p. 5).

Essa expansão política sem precedentes no subcontinente indiano possibilitou uma maior integração entre essas regiões, inclusive nos padrões de assentamento (Aldrovandi, 2010, p. 4), e a desintegração do império não significou um retorno às estruturas anteriores, com sua influência ainda se fazendo presente no contexto dos reinos indo-gregos pois, ao aproveitar-se da fragmentação e das disputas políticas no Império selêucida, o Império Maurya

⁴ Conjunto de cidades fortificadas, formando os “grandes Estados” localizados no subcontinente indiano, são mencionados em fontes textuais como áreas de grandes assentamentos (Aldrovandi, 2010, p. 3).

anexou territórios como a Aracosia, Panjab e Gandhara (Rodriguez, 2016, p. 14).

A fragmentação do império de Alexandre iniciou-se com a sua morte, em 323 AEC. A partir deste momento, o Império foi dividido entre as dinastias de seus generais (diádocos, “sucessores”): os Lagidas (dinastia Ptolomaica) no Egito, de *Antiochus* na Síria, dos Selêucidas na Pérsia e dos Antigonas na região grega (Eyler, 2014, p. 126). Sem Alexandre como líder, o que se viu foi um período conturbado, de diversas guerras e disputas políticas para a conquista e/ou recuperação de territórios para consolidação política. É em meio a este panorama de instabilidade que a Bactria se rebela contra os pesados tributos cobrados pelo reino do selêucida *Antiochus* II. Em meados de 255 AEC, conquista sua independência por meio de Diodotus I, o primeiro rei greco-bactriano. A independência da Bactria deu início a um período de mais de um século de dinastias e confrontos pelo poder desta região, até o reino ser extinto devido principalmente às invasões de povos nômades da Ásia central, como os citas⁶². Na Figura 2, observamos as regiões da Bactria e Índia no século II AEC, com a localização do reino indo-grego:

⁵ Justino (*Epítome de las historias*, Prólogo do capítulo 41): “después, bajo su reinado (Diodotus), pueblos de la Escitia, saraucas y asianos, se apoderaron de Bactra y del país de los sogdianos.”.

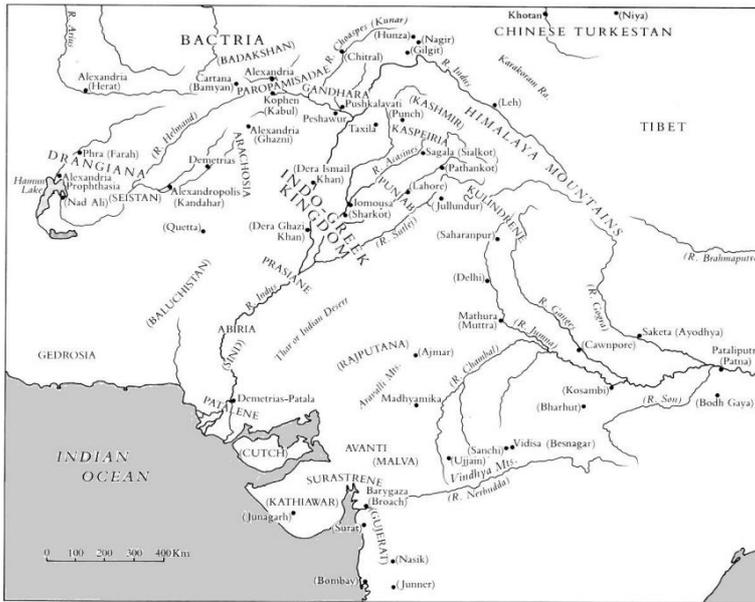


Figura 2 – Localização do Reino Indo-grego, século II AEC (Rodríguez, 2016, p. 16).

Neste período de aproximadamente dois séculos entre a independência da Bactria em relação ao Império Selêucida e a queda do reino indo-grego, foi possível localizar moedas com diferentes aspectos de interações culturais, como moedas bilíngues (com inscrições em grego e kharosthi⁶³) e uma diversidade de formatos (redondas e quadradas)⁶⁴. No âmbito iconográfico, identificou-se outros vestígios de interações culturais, como representações híbridas de Zeus montado em elefante nas moedas do rei Antialcidas (Braatz, 2021, p. 221-222). O elefante é um animal de grande importância para a Índia desde a antiguidade, representando um símbolo de

⁶ A kharosthi é uma escrita utilizada para representar a língua prácrita gandhari, sendo lido da direita para a esquerda.

⁷ Segundo Shalini Aggarwal (2015, p. 182), o formato quadrado ou por vezes retangulares de moedas é uma tradição na região, e o padrão de moedas arredondadas na Índia surgiu provavelmente após influência estrangeira.

status, prestígio, honra e realeza (Rebecca, 2017, p. 17). Há também a representação de um *dharmachakra* em uma moeda⁶⁵ de Menander I (Braatz, 2021, p. 55), um importante símbolo indiano que simboliza o dharma, ou a “roda do *Dharma*”. O *dharmachakra*, segundo Fonseca (2009, p. 36), designa o conjunto de direitos e deveres a serem seguidos por todos aqueles que pertencem a um determinado grupo na sociedade indiana. Essas evidências demonstram um contexto de intenso contato cultural entre gregos e povos da região, o que contribui para a possibilidade de interpretar que os gestos presentes em 11 moedas do reino indo-grego reproduzam *mudras*.

Mudras nas moedas do reino indo-grego?

Os *mudras* são gestos presentes no budismo e no hinduísmo. Segundo Saunders (1958, p. 48), o *mudra*:

[...] no sentido ritual e iconográfico, pode ser definido como a posição das mãos servindo como uma marca ou símbolo para identificar divindades ou para “marcar”, no sentido esotérico, as palavras do ritual. Filologicamente tem um sentido extenso que inclui esse de uma marca [...]. No sentido esotérico, *mudra* é uma marca de ritual, que denota uma boa parte de magia primitiva. *Mudra* também transmite a ideia de poder, como vista no Pali *muddika* de *mudda*, significando autoridade

A respeito de teorias sobre a origem da ideia dos *mudras* e sua utilização no budismo esotérico, Togano (1932, p. 474), sugere que esses sinais são derivados de gestos

⁸ Número do museu: IOC.104. Disponível em: <https://research.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?images=true&objectId=930456&partId=1>. Acesso em: 20 dez. 2022.

naturais, como pedir calma mostrando a palma da mão e oferecer um presente estendendo a mão. Historicamente, podemos perceber primeiramente esses gestos no período Védico, na forma de movimentos de mãos para indicar os acentos nas palavras em rituais (Saunders, 1958, p. 48).

Na moeda representada na Figura 3, do período de *Hippostratos*, é possível observar no reverso da moeda uma representação da deusa Tique, realizando um gesto com a mão direita:



Figura 3 – Tetradracma de prata do período de Hippostratos (65-55 AEC). Referência: MIG 439A. (Braatz, 2021, p. 304)

Hippostratos reinou na região do Punjab após o domínio dos *Sakas*⁶⁶ e, das moedas que foram possíveis de localizar dos reis indo-gregos, foi o último a ter sido representado em tetradracmas. Em um de seus tetradracmas, este rei optou por ser o único a representar em uma moeda a deusa grega Tique, deusa grega ligada à sorte (negativa ou positiva), ao destino e à esperança (Pinheiro; Bezerra, 2014, p. 358). Acompanhado da divindade, é possível observar uma cornucópia, símbolo normalmente associado a ela (Lambert, 2018, p. 135). Além de Tique, foram encontradas mais duas divindades realizando este gesto nas moedas de reis indo-gregos, Atena (Figura 4) e Zeus (Figura 5):

⁹ Os *Sakas* (ou Citas) foram um grupo de povos nômades que habitaram historicamente principalmente a região da Eurásia, até as conquistas no Norte da atual Índia (Beckwith, 2009, p. 85).



Figura 4 – Unidade quádrupla de bronze do período de *Menander* II (90-85 AEC). Referência: MIG 252C. (Braatz, 2021, p. 267).

Nesta unidade quádrupla de bronze do período de *Menander* II, é possível observar, no anverso, a divindade Atena realizando um gesto. *Menander* II foi um rei indo-grego que reinou por um breve período. Durante o período de reinados gregos na Índia, as moedas em bronze foram feitas para circularem localmente, para trocas “triviais”, devido ao seu pouco valor (Morkholm, 1991, p. 6); foram produzidas em formato quadrado ou retangular, e adotadas principalmente para atender a tradição da cunhagem indiana (Glenn, 2015, p. 76). Considerando a relação do formato quadrado da moeda devido à tradição indiana de cunhagem e a iconografia de Atena presente na moeda, é possível considerar a implementação de um elemento cultural indiano como um *mudra* acompanhando a divindade grega.



Figura 5 – Tetradracma de prata do período de *Hermaeus* (90-70 AEC). Referência: MIG 414K. (Braatz, 2021, p. 277).]

Neste tetradracma de prata, é possível observar uma representação de Zeus realizando um gesto com as mãos. Considera-se a semelhança deste gesto com um *mudra* realizado com os dedos indicador e mínimo, o *apana mrigi mudra*. *Hermaeus* foi o último rei indo-grego a reinar na região de Paropamisade, e majoritariamente adotou Zeus para representar em suas moedas. A imagem de Zeus era associada à Alexandre na Ásia, como um deus supremo, com semelhanças com as divindades locais (Morkholm, 1991, p. 43). Segundo Pierre Grimal (2005, p. 469), Zeus “preside não só as manifestações celestes, como provoca a chuva lança o raio e os relâmpagos, mas, sobretudo, mantém a ordem e a justiça no mundo”. Visto que manter a ordem e a justiça estavam entre as principais tarefas de um rei (Auboyer, 2002, p. 60), a associação com Zeus em suas moedas transmite um significado de liderança, força e ordem.

Nestes três exemplos, pudemos observar divindades do panteão grego realizando um gesto. Segundo Saunders (1958, p. 48), os *mudras* são marcas próprias de divindades e simbolizam seu poder. Porém, nas três unidades do período de reinado de *Nikias* (90-85 AEC), a representação não aponta para uma divindade, mas para um guerreiro – ou o próprio rei. Nas moedas do reino indo-grego, há exemplos de reis adotando em legendas de moedas⁶⁷ a palavra grega *ΘΕΟΥ* (deus) acompanhando o nome do rei, como um epíteto. Desta forma, parece possível que em sua representação, reis incorporem esses gestos característicos de divindades (Chosky, 1990, p. 205), divinizando-se. Na Figura 6, está o reverso de uma moeda do período de *Nikias* representando um guerreiro, a qual Alexander (2017, p. 99) e Chosky (1990, p. 205) entendem ser uma representação do próprio rei *Nikias*, que faz um gesto – um possível *mudra* – com a mão direita:

¹⁰ Vide exemplos em outras publicações do autor (Braatz, 2021, p. 135-141).



Figura 6 – Reverso de moeda do período de reinado de *Nikias* (90-85 AEC). Referência: MIG 379A. (Braatz, 2021, p. 262).

Concorda-se com a hipótese de Ledio Hysi (2012, p. 66) e Jacob Kolodny (2020, p. 27), que identificam o gesto que se dá com a formação de um círculo feito com os dedos indicador e polegar da mão, como um *mudra*. Neste caso, este seria o “*mudra* do ensinamento”, *viktarka mudra*, que, no budismo é o sinal da transmissão do conhecimento de Buddha.

Há também de se considerar, nestas moedas cunhadas nos reinados de *Nikias* e *Hermaeus*, a associação deles a *Menander* I⁶⁸. De acordo com Green (1990, p. 735) e Rodriguez (2016, p. 34), o seu epíteto em comum nas moedas, “salvador”, pode indicar que estes reis sejam os sucessores de *Menander*, um dos reis de maior prestígio e aproximação com a população nativa no reino indo-grego (Narain, 1957, p. 99), sendo um dos poucos reis gregos da região registrado em uma fonte escrita indiana.

Na história intitulada *Milinda Paña*, há o diálogo entre *Menander* e um sábio budista chamado Nagasena. A

⁶⁸ A respeito de *Menander*, ver outras publicações indicadas na bibliografia (Kolodny, 2020; Bopparachchi, 1990)

aproximação de *Menander* I ao budismo fica evidente na forma que o texto é encerrado: “Que o venerável Nagasena me aceite como um defensor da fé, como um verdadeiro convertido de hoje em diante, enquanto a vida durar!” (*Milinda Pañā*, 7, 7). Este relato da obra dá margem para interpretação de uma possível conversão do rei à religião budista. Porém, há controvérsias a respeito desta conversão, justamente pela falta de evidências além desta passagem, que não aparece na versão chinesa do *Milinda Pañā*. Nesta, consta: “tendo terminado de falar, Na-Sien decidira partir. Então o rei se levantou e se curvou a Na-Sien” (Demiéville, 1924, p. 180). Apesar da dificuldade em se afirmar se houve ou não uma conversão do rei *Menander* I ao budismo, há, de fato, uma aproximação a esta religião, ao ponto de ser registrado em uma obra. Considerando *Nikias* e *Hermaeus* como descendentes de um rei de grande prestígio marcado pela proximidade com o budismo, poderiam também ter buscado uma aproximação por meio da adoção de uma marca do budismo como os *mudras* em suas moedas.

Considerações finais

Ao realizar uma análise do material monetário do reino indo-grego, é possível identificar evidências de um contexto sob “constante negociação” (Dougherty; Kurke, 2003, p. 1) no âmbito cultural, abarcando instâncias como assimilação e hibridismo. Atendo-se à iconografia monetária, há representações híbridas como Zeus montado em elefante nas moedas do rei Antialcidas (Braatz, 2021: 221-222). Também há a representação de um *Dharmachakra* durante o período de reinado de *Menander* I (160-130 AEC), importante símbolo indiano que representa o dharma.

Não há conclusões sobre o significado dos gestos presentes na iconografia destas moedas do reino indo-grego. Nos bancos de dados on-line, pela predominância de divindades realizando esses sinais, o gesto é descrito como uma “benção”. Porém, considerando esse contexto como de intensos contatos culturais e as posições de mãos

representadas, há a possibilidade de entendimento dessas marcas como *mudras*, em uma forma de se aproximar do budismo. As moedas cuja iconografia apresentam possíveis representações de *mudras* têm sua produção durante os reinados de *Peukolaos*, *Nikias*, *Hermaeus*, *Menander II* e *Hippostratos*, que reinaram em regiões indianas. Concordando com Rodriguez (2016, p. 35), estabelecer uma relação com o budismo nessas regiões seria muito interessante para os reinados e, as moedas por seu grande alcance e circulação, serviriam como uma importante ferramenta para difundir e fortalecer essa relação.

Documentação literária

DIODORO SÍCULO. **Biblioteca Histórica**. Traduzido por F. Parreu Alasà. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

ESTRABÃO. **Geografia**. Traduzido por J. Vela Tejada e J. Gracia Artal. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

HERÓDOTO. **Historia**. Traduzido por C. Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

MILINDA PAÑA. Traduzido por R. Xavier. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1972.

Referências bibliográficas

AGGARWAL, S. Arts and crafts in India. **Tese** (Doutorado de filosofia em História), Maharshi Dayanand University, Rohtak, 1998.

ALDROVANDI, C. A morfogênese espacial da antiga Bácia: interações e paradigmas em uma paisagem fractal. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 20, p. 163-196, 2010.

ALEXANDER, F. The so-called hellinization of Gandhara: An analysis on indo-greek period numismatics and acculturation. **Tese** (Doutorado em História) University of Houston, Houston, 2017.

AUBOYER, J. **A vida quotidiana na Índia antiga**. Ed 2. Rio de Janeiro: Shu, 2002.

- BECKWITH, C. **Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia from the Bronze Age to the Present.** Princeton: Princeton University Press, 2009.
- BERNARD, P. The Greek Kingdoms of Central Asia. In: **History of civilizations of Central Asia.** Paris: UNESCO Publishing, 1994.
- BIAZOTTO, T. Diodoro Sículo e sua apreciação de Alexandre Magno no livro XVII da Biblioteca Histórica. **Revista de estudos filosóficos e históricos da Antiguidade**, n. 30, 2016.
- BOPEARACHCHI, O. Ménandre Sôter, um roi Indo-Grec. Observations chronologiques et géographiques. **Revista Studia Iranica**, Ed 19, 1990.
- BRAATZ, J. Contatos culturais por meio do material monetário nos limites da expansão helênica na Bactria e na Índia (Séculos III-I AEC). **Dissertação** (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- CHOKSY, J. Gesture in Ancient Iran and Central Asia II: Proskynesis and the Bent Forefinger. **Bulletin of the Asia Institute**, p. 201-207, 1990.
- DEMIÉVILLE, P. Les versions chinoises du MilindaPañha. **Bulletin de L'ecole Française D'Extreme-Orient**, v. 24, 1924.
- DOUGHERTY, C.; KURKE, L. **The Cultures within Ancient Greek Culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- EYLER, F. **História Antiga Grécia e Roma.** v. 2. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FONSECA, C. Índia, uma história crítica. **Organon**, n. 27, p. 207-220, 1999.
- GARCÍA, C. Análisis iconográfico de las monedas de Alejandro Magno y los Diádocos. **Revista Numismática Hécate**, v. 2, p. 1-52, 2015.
- GLENN, S. Royal coinage in Hellenistic Bactria. **Tese** (Doutorado em Filosofia), Oxford University, Oxford, 2015.

- GREEN, P. **Alexander to Actium**. The historical evolution of the Hellenistic Age. Berkeley: University of California Press, 1990.
- GRIMAL, P. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Tradução de V. Jabouille. Ed 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HYSI, L. The Hellenic axel: The Greek Hellenization of Central Asia and its impact of the development of Buddhism. **Tese** (Doutorado em História), University of Central Florida, Florida, 2012.
- KOLODNY, J. Menander: A Greco-Buddhist King?. **Student Research Submissions**, 2020.
- LAMBERT, M. Impermanência e queda: coreografias da Fortuna [e do erro]. **Cultura, espaço e memória**, n. 9, p. 129-153, 2018.
- MORKHOLM, O. **Early Hellenistic Coinage: from the accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-186 B.C.)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- NARAIN, A. **The Indo-Greeks**. Oxford: University of Oxford, 1957.
- PINHEIRO, T; BEZERRA, B. Tradução Intersemiótica dos Deuses e Heróis mitológicos clássicos nos escudos dos times de futebol. **Revista Cultura e tradução**, v. 3, n. 1, 2014.
- REBECCA, R. Historically tracing the symbolism of elephants in Hinduism. **Dissertação** (Mestrado em História), Lovely Professional University, Punjab, 2017.
- RODRÍGUEZ, D. Relaciones biculturales y de sincretismo entre Grecia y la India: el caso de los reinos indo-griegos. **Monografia de Conclusão de Curso** (Graduação em História), 2016.
- ROSSI, L. Yehud no período persa. **Revista Pistis e Práxis: Teologia e pastoral**, v. 2, p. 371-390, 2020.
- SALES, J. de “garoto inofensivo” a Basileus Alexandros. Sobre as etapas de construção do império de Alexandre. **Revista Hélade**, v. 3, n. 2, 2017.

SAUNDERS, E. Symbollic gestures in Buddhism. **Artibus Asiae Publishers**, v. 21, p. 47-63, 1958.

Os desafios nas análises numismáticas e arqueológicas sobre a Judaea-Palaestina sob dominação romana entre os séculos I AEC e II EC

Vagner Carvalheiro Porto
Gladys Mary santos Sales

Introdução

Os estudos relacionados à Antiguidade no Brasil têm sofrido grandes embates no campo científico e político, principalmente com a difusão das mídias sociais em que o passado se tornou uma apropriação falseada dos fatos históricos em uma perspectiva reducionista e de negacionismo generalizados, os quais têm impactado negativamente os avanços dos debates públicos sobre a crucialidade do Ensino das Ciências Humanas na Base Curricular Nacional e na conquista de direitos e mentes.

Nos surpreendemos com o descaso direcionado ao ensino-aprendizagem das Ciências Sociais, todavia, ele está intrinsecamente relacionado à estratégia capitalista de generalização do conhecimento como instrumento de demanda imediata de mão-de-obra acessível e barata, e assim, quando o componente da indiferença humana é culturalmente aceito e naturalizado, assistimos horrorizados aos ataques brutais direcionados aos estudantes nas escolas, em uma complexa rede de desvalorização da Ciência por meio da imposição de receitas milagrosas de “coaches”, “youtubers”, “gratiluzes”, “religiosos” e “meritocratas”, no reducionismo absoluto do conhecimento que se cria como ‘entidade espontânea’ e irrefutável.

As reflexões presentes neste trabalho têm suas bases em uma longa trajetória de pesquisas sobre o Império Romano que se alinha às novas concepções arqueológicas sobre o Império Romano desenvolvidos no Brasil (Guarinello, 1985, 2008, 2006; Fleming, 2001, 2008, 2014; Funari, 2005,

2006, 2008), bem como na absorção dos conhecimentos adquiridos com a presença de brasileiros em escavações de sítios romanos ocidentais (Garraffoni; Cavicchioli; Silva, 2001); e da equipe brasileira que escavou pela primeira vez um sítio romano oriental denominado sítio arqueológico de Apollonia (Marshall, 2003). Esta última, uma escavação desenvolvida na área E, no estrato romano de Apollonia, em trabalho coordenado pela Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano do MAE-USP e pelo Prof. Dr. Francisco Marshall da UFRGS, que escavaram uma área identificada inicialmente como *villa maritima*⁶⁹ (Rech, 2003; Roll; Tal, 1999). Estudos mais recentes têm demonstrado que, ao invés de *villa maritima*, este sítio se trate de uma *mansio*⁷⁰, construída por volta de 70 EC ao longo da Via Romana Jope-Cesareia, estabelecida no contexto da Primeira Guerra Judaica (Tal; Teixeira-Bastos, 2012).

Atualmente, importantes centros de estudos no país acerca do Império Romano como o LARP-MAE/USP; o LEIR-MA da USP e de diversas outras instituições; a UNICAMP, a UNESP, a UFES, a UFRJ, a UFSC, a UFPE, a UFPR, a UFOP, e UFRN, dentre outros, têm procurado aprofundar e dar cores bastante locais às discussões brasileiras sobre o Império Romano.

⁶⁹ Segundo Teixeira-Bastos (2015, p. 225) a *villa* originalmente caracterizava-se como uma moradia de luxo, destinada à elite romana. Desde suas origens, a função e ideias a respeito da *villa* transformaram-se consideravelmente. Após o período da República Romana, as *villae* transformaram-se em pequenos entrepostos agrícolas, e durante a Antiguidade Tardia, tornaram-se cada vez mais fortificadas. Em muitos dos casos, sob o domínio Bizantino foi transferida a posse do lugar à Igreja para reutilização como centro religioso, comumente mosteiros.

⁷⁰ *Mansio*, que vem do verbo latino *mansus* e derivada de *manere* (forma verbal), significa “lugar para passar a noite enquanto viajam”. Esse entreposto tratava-se de uma parada oficial em uma via romana e era mantida pelo governo central para o uso de oficiais e negociantes ao longo de suas viagens ao redor do Império. Em período posterior foram adaptadas e transformadas para acomodar os mais diversos viajantes e habitantes fixos (como no caso de *Apollonia*) de todas as esferas da sociedade (Teixeira-Bastos, 2015, p. 225).

Recentemente, o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP/MAE/USP foi representado pelas pesquisadoras Dra. Gladys Mary Santos Sales, Ma. Claudia Gradim e Dra. Lygia Ferreira Rocco nas escavações em Tiberíades, Israel, organizadas pela Universidade Hebraica de Jerusalém, sob a coordenação da Profa. Dra. Katia Cytryn-Silverman, e intituladas *Projeto Tiberíades em 2018*. Estas incursões à campo trouxeram e trazem grande vivência que se soma às reflexões teóricas já desenvolvidas pelas e pelos importantes professores de História e Arqueologia dos centros mencionados.

A Judaea-Palaestina sob dominação romana – séculos I AEC ao II EC

As análises numismáticas e arqueológicas realizadas no MAE/USP por meio de estudo que integra a documentação numismática e a organização urbana proporcionaram o entendimento de que a dominação romana na *Judaea-Palaestina* se manifestava a partir de relações assimétricas entre Roma e as elites locais. Logo, a coesão social era mantida pelo sentimento local da integração imperial com as comunidades provinciais em uma complexa rede multidirecionada de emaranhados biosociomateriais.

Para o desenvolvimento de um estudo integrativo, houve a preocupação da análise dos elementos arquitetônicos e das moedas cunhadas e que circularam na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC). Para isso, seguimos múltiplos conceitos, dentre eles a conceituação de dominação romana, que se alinha à utilizada por Norberto Guarinello (2008), que afirma que havia duas áreas de dominação romana: Oriente e Ocidente, passíveis de estratégias de dominação diferentes. Enquanto no Ocidente houve a promoção do “ser romano”, com ênfase no latim, nos modelos arquitetônicos e em convenções de difusão dos ideais romanos (vestimentas, os *fora* e o anfiteatro), no Oriente, o evergetismo e o urbanismo pré-romano, promoveram o helenismo e a disseminação do grego. Assim, as estratégias romanas no Oriente “visavam

reforçar características helenísticas que já haviam interagido com as culturas daquela região” (Guarinello, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, as estratégias romanas nas províncias orientais, relacionavam-se à emulação da herança helenística na região, o que não era algo automático e pronto, conforme Márcio Meirelles Gouvêa Júnior (2012, p. 6):

No século II a.C., Políbio propôs descrever sob qual espécie de constituição política Roma pôde, em tão curto tempo, dominar o mundo (Plb. 1.1). Embora o texto reflita a reverência do autor pela nova potência, em um momento único da obra, Políbio deixou trair sua admiração e chamou Roma de bárbara. Reprovando o método de reflexão do historiador Tímeu, ele disse que, no trecho em que esse narrara a vida de Pirro, interpretara de modo infantil o costume romano de sacrificar um cavalo no Campo de Marte durante a comemoração anual da queda de Troia, relacionando-se ao fato de ter sido um cavalo de madeira o responsável pela vitória dos Aqueus. Segundo Políbio, a interpretação correta teria sido a de que Roma conduzia um sacrifício comum com os bárbaros, que abatiam o animal antes das batalhas para lerem a sorte da guerra na observação do lado em que esse caía. Assim, Políbio afirmava que, caso se desse crédito a Tímeu, os outros bárbaros também deveriam ser considerados descendentes dos troianos, mercê da disseminação de tal costume pelo mundo bárbaro (Plb. 12.4 *apud* Gouvêa Júnior, 2012, p. 6).

Dessa forma, ao longo do tempo, houve a imposição do modo de vida dos romanos e seus valores éticos e estéticos aos povos vistos por eles como “não-civilizados”, por meio do processo gradativo e imperialista de conquista de agrupamentos humanos sob dominação romana.

No processo imperialista citado anteriormente, Roma deparou-se, principalmente na área Oriental do Império (amplamente helenizada), com um emaranhado cultural extremamente complexo, que exigia do dominador uma série de transformações, negociações, cooptações das elites locais e assimilação de costumes, crenças e hábitos. Assim, a noção de *humanitas* foi instrumentalizada pelos romanos no processo de seu imperialismo no Mediterrâneo, na articulação da “superioridade moral e cultural” romana, como justificava para suas dominações e ações bélicas na região (Gouvêa Júnior, 2012, p. 9).

A disseminação do termo *humanitas* deu-se por meio de integração e interação cultural, que de acordo com Guarinello (2008) e com as concepções de Costa Junior (2010; 2011), ocorreu pelo estabelecimento de diálogo entre culturas assimétricas:

As estratégias de dominação romana e a resistência apresentada pela população nativa, evidenciam que o processo de dominação imperial acarretava, invariavelmente, um diálogo entre as culturas do dominador e do dominado. Ao deixar de lado a coerção física (intervenção militar) e partir para novas formas de aproximação (negociação), baseadas principalmente nas relações entre a elite romana e as elites provinciais, Roma iniciou um processo definido por Gramsci como “negociação colonial” (Gramsci, 1971 *apud* Portelli, 2002, p. 32), que manteve a hegemonia política nas mãos do conquistador, por

meio da colaboração política da elite local (Costa Junior, 2010, p. 27; 2011, p. 69 *apud* Sales, 2018).

A definição de Gramsci (1971) referente à negociação colonial apresenta outras formas de dominação sem o uso das armas. Estas outras formas foram observadas na *Judaea-Palaestina* no século I AEC ao II EC, posto que esta região abrigava uma pluralidade étnico-cultural (com a presença de gregos, judeus, samaritanos, dentre outros), que exigia dos romanos habilidade política e sagacidade nas formas de abordagem com os diferentes grupos humanos que compartilhavam o mesmo espaço geográfico. Todavia, embora a dominação do Oriente romano englobasse negociações, ela se deparou com a resistência da comunidade local, o que evidencia que o imperialismo romano não ocorreu de forma uniforme e constante, mas foi obrigado a adequar-se às especificidades culturais da região.

Diante do entendimento referente à negociação colonial mencionada acima, esclarecemos que este estudo se alinha aos pressupostos teóricos-metodológicos dos estudos arqueológicos e numismáticos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, que permitem análises pautadas no posicionamento das populações locais, diante da dominação romana. Neste sentido, nossas reflexões sobre a arquitetura e o desenvolvimento da malha urbana, assim como a produção local de moedas passam por essas reflexões. Dessa forma, argumentamos que o estudo do processo de dominação imperial romana na *Judaea-Palaestina* precisa considerar as interações e mudanças culturais em Roma e nas províncias.

Segundo Teixeira-Bastos e Funari (2019, p. 89), a região do Oriente Antigo, durante aproximadamente oito séculos se viu dividida entre as influências grega e romana, em sua porção ocidental e as do Império Parta e Persa Arsácida, em sua porção oriental. Assim, essa região foi permeada por

intenso fluxo de pessoas e culturas, o que possibilitou diferentes períodos de hegemonia local.

O processo de expansão e demarcação dos limites geográficos e culturais do Oriente Antigo levou à formação de inúmeras cidades, à criação de diversas instituições que contribuíram para o aumento da imigração e das diferenças linguísticas e culturais nas mais diversas regiões. Logo, a importância dessa região para o Império Romano se dava em termos econômicos, culturais e estratégicos (Teixeira-Bastos; Funari, 2019, p. 83).

A conquista imperialista romana se consolidou sucessivamente no quadro das campanhas no Oriente, conduzidas pelos generais Silla, Lucullo e Pompeu, sendo o último responsável por assegurar a presença romana em 62-63 AEC na Judeia. Nesse processo de anexação imperialista, os reinos de Galácia (Commagene), Emesa, Nabatania e a Judeia foram progressivamente desaparecendo (Teixeira-Bastos; Funari, 2019, p. 83).

De acordo com Tufi (2000, p. 323) “a realidade política mais relevante com que Roma entrou em contato nesta área tão significativa do Oriente Antigo foi a grande dinastia helenística dos Selêucidas, que foi fundada por Selêuco I *Nicátor* (301-281 AEC) em uma área que compreendia também a parte da Ásia Menor”.

Com a dominação romana da *Judaea-Palaestina*, os governantes adquiriram diferentes funções e poderes à medida que se adaptavam às novas realidades locais. A eliminação dos estados clientes a oeste do Eufrates e a consolidação do poder imperial na porção oriental coincidiram com a presença do próprio imperador na região. Aos poucos, o Oriente Antigo reconheceu o imperador e seu governo como uma realidade presente (Teixeira-Bastos; Funari, 2019, p. 83).

A dominação romana na porção oriental do Império pode ser observada, também, na emissão de moedas nas províncias. De acordo com Porto (2007, p. 78), de modo geral (ainda que existissem exceções), quem tinha a prerrogativa de

cunhar moedas em prata e ouro, eram os poderes externos, ou seja, sob a gestão dos dominadores da região como um todo. Assim, a elite local fabricava numerário de menor valor monetário, de uso mais restrito, em geral em bronze.

Observamos a associação existente entre a autoridade imperial e as cidades autorizadas a bater moedas que herdaram, a princípio, os mecanismos utilizados pelos Selêucidas, que preferiam as cidades que já possuíam uma oficina monetária e uma estrutura deixada pelo império persa na região. Logo, tanto a autorização de cunhagem nas cidades, quanto a elevação do *status* administrativo delas, estavam intrinsecamente relacionadas às alianças estabelecidas localmente, por meio de negociações, logo, sem o uso da força militar. Assim, os romanos convergiam com a estratégia utilizada no período helenístico e autorizavam a emissão de moedas, de acordo com a relação de confiança e no jogo de alianças locais, na evidenciação das estruturas de poder e negociação que permeavam a concessão das oficinas locais de emitirem moedas próprias (Porto, 2007, p. 80).

No período romano muitas cidades cunhavam suas próprias moedas, que geralmente representavam nos aversos o imperador ou um membro da família imperial e, nos reversos, imagens que representavam o universo cultural local (Lichtenberger, 2017, p. 197). Portanto, as moedas, especialmente os reversos, serviam como suportes físicos das expressões e representações das cidades emissoras, as quais selecionavam seus motivos locais. Logo, percebemos que a produção de moedas transcendia a finalidade de facilitação nas trocas econômicas, assim, torna-se uma fonte primordial para o entendimento de identidades e história cultural.

No campo da dominação e negociação romana com as elites locais, as emissões monetárias se destacavam como elementos de integração cultural. Assim, tanto as emissões monetárias quanto a organização do território conquistado serviam uma lógica de legitimação do poder do dominador.

No âmbito da integração cultural do território conquistado, a província romana denominada “Judeia” estava

inserida na paisagem geográfica do Oriente Antigo, às vezes escrita em suas formas latinas originais *Indæa* ou *Judæa*, as quais distinguem-se do termo “Judeia” usado para nomear esta região geográfica (anterior ao domínio romano), que incorporava as regiões da Judeia, Samaria e Idumeia, e se estendia por partes das antigas regiões dos reinos hasmoneus e herodianos (Fig. 1). Assim, ela foi nomeada após a Tetrarquia⁷¹ da Judeia de Herodes Arquelau, mas a província romana abrangia um território mais extenso. Em termos cronológicos, podemos situar a província *Judæa* entre 6 EC a 135 EC (Porto, 2021).

¹ Segundo Porto (2021), a Tetrarquia Herodiana foi formada após a morte de Herodes, o Grande, em 4 AEC, quando seu reino foi dividido entre seus filhos Herodes Arquelau como etnarca, Herodes Antipas e Filipe como tetrarcas, enquanto a irmã de Herodes, Salomé, brevemente governou a toparquia de Jamnia. Após a deposição de Herodes Arquelau em 6 EC, seus territórios (Judeia, Samaria e Idumeia) foram transformados em uma província romana (Ben-Sasson, 1976, p. 246). Com a morte de Salomé I, em 10 EC, seu domínio também foi incorporado à província. No entanto, outras partes da tetrarquia herodiana continuaram a funcionar sob os reis herodianos. Assim, Filipe, o Tetrarca, governou a Bataneia, Traconítides e Auranítide até 34 EC (seus domínios mais tarde foram incorporados à província da Síria), enquanto Herodes Antipas governou a Galileia e a Pereia até 39 EC. O último governante notável herodiano com algum nível de independência foi Agripa I, a quem foi concedida a província da *Judæa*, embora, com sua morte em 44 EC, o status provincial da *Judæa* tenha sido restaurado para sempre (Sales, 2022).

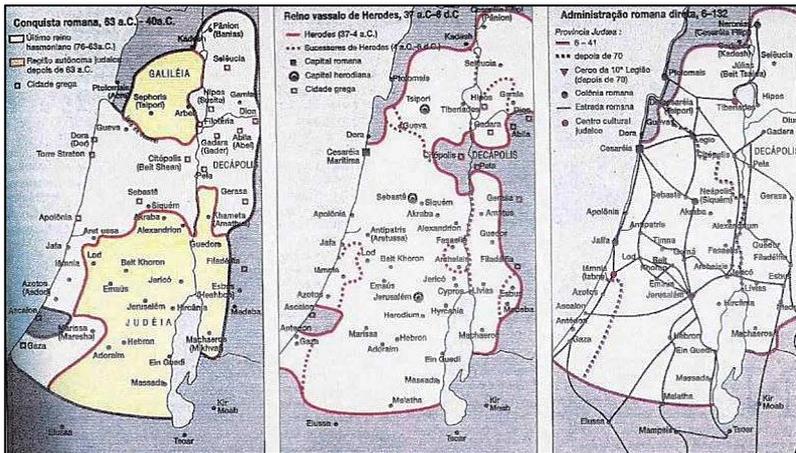


Figura 1 – Mapas de diferenciação entre o termo “Judeia” e “província romana *Judaea*” – do século I AEC ao II EC. Fonte: Barnavi (1995, p. 49).

Observamos na Fig. 1 que o território hasmoneu em 63 AEC abarcava as regiões da Galileia e Judeia, que foram anexadas ao domínio herodiano de 37AEC-6 EC, todavia, a Província *Judaea* (6-132[5] EC), apresentava limites territoriais maiores do que os observados nos anos 63 AEC ao 6 EC.

Segundo Teixeira-Bastos e Funari (2019, p. 85), a região da Judeia se tornou independente do reino selêucida da Síria em 142 AEC, a partir do reinado da dinastia dos hasmoneus. No entanto, no ano de 63 AEC, Pompeu promoveu a anexação da Judeia ao Império Romano. Hircano II, por ter apoiado Pompeu, se tornou o sumo-sacerdote e recebeu o título de “etnarca” (líder do povo). Dessa forma, quando ocorreu a confirmação da nomeação de Hircano II como etnarca, César designou Antípater como *Procurator Augusti da Judaea*. Então, Pompeu dividiu a região em duas partes: uma ao sul que abrangia parte da Judeia, da Idumeia, e da Pereia; e outra ao norte, que englobava a Samaria e a região da Galileia (vide Fig. 1).

Percebemos na relação do Império Romano com a dinastia herodiana, que os romanos estabeleceram na região a

mesma lógica do sistema de domínio selêucida, o que possibilitou por meio do evergetismo/patronagem, a aproximação romana às famílias pertencentes às elites locais, e assim, maior articulação dos interesses imperiais à lógica local como elemento de controle sob o estrato social reinante. Todavia, embora houvesse certa autonomia dos governantes locais, Herodes frequentemente articulava relação de patronagem com Roma para a manutenção de seu poder na região.

Após a morte de Herodes seus sucessores não usufruíram das mesmas relações de evergetismo/patronagem com os imperadores romanos, uma vez que Arquelau (4-6 EC) foi substituído por um *Procurator Augusti*, subordinado ao governador romano da Síria. Todavia, Herodes Antipas, se manteve como soberano da Galileia durante trinta e três anos, sendo que após seu governo, a administração foi designada novamente aos procuradores romanos (Teixeira-Bastos; Funari, 2019, p. 86-87).

Ressaltamos que até o ano 41 EC a Judeia, Samaria e a Idumeia foram administradas por procuradores romanos e, segundo o historiador Flávio Josefo, imediatamente à deposição de Herodes Arquelau (6 EC) a Judeia tornou-se uma província romana, e assim, os procuradores romanos receberam a autoridade para a execução de opositores como medida de punição na região. Adicionalmente, ainda no primeiro ano destas mudanças, houve o estabelecimento do censo de *Quirinius* que resultou na imposição de uma taxa *per capita* sobre a população de toda a *Judaea* (Teixeira-Bastos; Funari, 2019, p. 87).

Conforme os autores mencionados anteriormente, as taxações e opressões fiscais, possivelmente, foram os principais motivos das revoltas judaicas contra Roma. Assim, a dominação romana não se restringiu à taxação da população local, conforme Teixeira-Bastos e Funari (2019, p. 87-88):

Calígula, em seu governo (37-41 EC), interferiu diretamente na religião da

população e procurou substituir o culto judaico a יהוה (grego: τετραγράμματον, transliterado, YHWH) pelo seu próprio culto, instalando uma estátua a sua semelhança em Jerusalém com o objetivo de fortalecer o culto ao imperador. A combinação de elementos simbólicos, econômicos e culturais alimentou a rejeição ao domínio romano. A *Iudaea* foi agregada como província tardiamente (44 EC), a tensão desse outrora reino manteve-se, todavia, elevada, essencialmente por causa do mau governo dos magistrados romanos e da altivez do povo de Israel na tentativa de defender suas próprias tradições. A Primeira Guerra Judaico-Romana (latim: *Primum Iudæorum Romani Bellum*), também conhecida como a Grande Revolta Judaica (hebraico: מרד הגדול, *ha-Mered Ha-Gadol*), terminou com a vitória de Tito, em 70 EC, com a conquista de Jerusalém e a definitiva destruição do Templo de Israel. A Segunda Guerra Judaico-Romana (em hebraico מרד תיולגה, *mered ha'galoyot*, ou “Rebelião do Exílio”), também chamada de “Guerra de Kitos”, uma corruptela do nome do General romano Lúcio Quieto, explode com Adriano [...] quando este imperador começa a transformação e reconstrução de Jerusalém sob nova designação e religião oficial, Colônia Élia Capitolina (latim: *Colonia Aelia Capitolina*). Ainda entre os anos de 132-135 EC um terceiro conflito ainda foi vivenciado. A chamada Revolta de Bar Kokhba (nome que recebeu por seu principal expoente, Simão Bar-Kosba, em hebraico, יוֹעֲזֵב בֶּרֶךְ, *יועזב בר אבתיב* (foi vencida por Severo e sob as

ordens de Adriano a paisagem da *Iudaea* foi intencionalmente transformada). Adriano conseguiu prevalecer e na esplanada do Templo de Jerusalém foram colocadas as estátuas de Júpiter e do próprio imperador, assegurando seu culto e prestígio. A revolta encabeçada por Simão Bar-Kokhba resultou, portanto, numa diminuição demográfica em toda *Iudaea* e com o passar do tempo, a região foi se recuperando dos efeitos causados por esses acontecimentos. [...] Sumariamente, a demografia e a paisagem da região foram afetadas pelos conflitos de anexação. Em 66 EC, duas legiões com oito esquadrões de cavalaria, sob o comando de Vespasiano foram designadas para o combate aos judeus rebeldes e o restabelecimento da ordem na região. Durante a guerra Vespasiano tornou-se patrono de Flávio Josefo, um dos principais líderes intelectuais da resistência judaica. Num curto intervalo de tempo, entre os anos de 115-117 EC, eclodiu o segundo conflito e a partir de 135 EC a província passou a ser designada como *Syria Palaestina* e os judeus foram proibidos de entrar na cidade por um período, bem como expulsos dessa província romana de maneira geral. Contudo, um número significativo da população permaneceu na região e adaptou-se ao novo contexto de controle estabelecido.

Segundo Degan (2013), apesar da resistência judaica, os romanos conseguiram romper as muralhas da cidade, e dessa forma, a Primeira Revolta Judaica terminou com a queda de Jerusalém em 70 EC. Logo, conforme Porto (2021), o Segundo Templo de Jerusalém foi destruído pelos romanos

em 70 EC, perto do final da Primeira Guerra Judaico-Romana, e o *Fiscus Judaicus* foi instituído.

Ao término da Primeira Revolta, ocorreram comemorações em Roma, sob a liderança de Vespasiano e Tito, os quais articularam a realização de desfiles de prisioneiros e tesouros saqueados de Jerusalém. Esses espólios de guerra incluíam a *menorah* (candelabro de sete braços) e a mesa de pães da proposição do Templo de Jerusalém, que foram representados no Arco Triunfal de Tito, edificado no Fórum Romano e em exposição em um templo que Vespasiano dedicou à Paz (Sales, 2018).

Ao final desta revolta (depois de 70 EC), Jerusalém ficou em destroços e para o fortalecimento romano sobre a região, alterou-se as instâncias administrativas e a província da *Judaea* tornou-se independente da Síria e a Décima Legião *Fretensis* ficou acampada em Jerusalém (Sales, 2018).

A destruição de Jerusalém foi mantida na cidade até 129-130 EC, quando o imperador Adriano viajou à Jerusalém e promoveu a reconstrução da cidade, sob o nome de Aelia Capitolina. A referida cidade seguiu o modelo construtivo romano, com a existência de um templo dedicado a Júpiter Capitolino construído no Monte, que um dia abrigou o Templo de Salomão (Sales, 2022).

Com a refundação de Jerusalém como Aelia Capitolina, a região vivenciou uma nova revolta judaica em 132 EC. Essa revolta dos judeus contra os romanos foi liderada por Simeão Bar Kosiba (Bar-Kokhba) – que supostamente teria recebido apoio de um importante rabino chamado Rabi Aqibaben Joseph (Kippenberg, 1988, p. 150-151). Logo, nas proposições de Porto (2007, p. 64), essa nova revolta provavelmente ocorreu pela opressão vivida na região (principalmente pela ausência de autonomia da elite agrária nos contratos de arrendamento, e pela imposição romana de novos impostos no campo).

A maior parte da informação histórica sobre a Revolta de Bar Kokhba vem das obras de Dion Cássio (autor romano do século III EC). Todavia, a descoberta de documentos

arqueológicos no Deserto da Judeia promoveu a elucidação de alguns fatos ocorridos durante a Revolta de Bar-Kokhba. Assim, a documentação arqueológica e numismática têm fornecido informações imprescindíveis referentes à Revolta de Bar Kokhba, que tem complementado as lacunas existentes na exígua fonte documental.

De acordo com os documentos encontrados em contexto arqueológico e numismático, os seguidores de Bar-Kokhba (o filho de uma estrela), o associavam ao messianismo de textos judaicos, mas a literatura rabínica o chama de Bar-Kosiba – o filho de um mentiroso ou enganador – em virtude de o interpretarem como um falso messias que liderou uma fracassada revolta (Allegro, 1976, p. 231). Dessa forma, essa revolta foi encerrada com a tomada de Bethar (perto de Belém), e com a morte do líder Bar-Kokhba.

Segundo Teixeira-Bastos e Funari (2019, p. 89), em 135 EC a *Judaea* foi renomeada *Syria Palaestina* (uma lembrança do termo usado por Heródoto, I, 105). Assim, a derrota judaica na Revolta de Bar Kokhba resultou no êxodo populacional nos séculos seguintes, quando grande parte da população judaica se estabeleceu ao Norte (Galileia e Golan).

Para Rajak *et al.* (1992, p. 11), a diáspora judaica citada proporcionou a formação do judaísmo rabínico, que foi fortalecido pela derrota judaica na Primeira Revolta contra Roma e pela destruição do Templo em 70 EC, por isso, observamos o crescimento do judaísmo rabínico na vida e no pensamento judaico ao longo dos primeiros cinco séculos da era cristã (Sales, 2018).

A produção de textos rabínicos teve início por volta do ano 200 EC com a compilação textual da *Mishná*, a qual apresentava de maneira sucinta, as práticas judaicas com seus respectivos comentários. A obra citada recebeu complementação por meio do *Tosefta*, todavia, uma compilação massiva e heterogênea do século V EC destacou-se nesse período e foi chamada de Talmude Babilônico. Esta

obra não foi produzida na *Judaea-Palaestina*, mas durante a diáspora, em aramaico (Sales, 2018).

Para a compreensão do contexto histórico do século I AEC ao II EC, especificamente na cidade de Jerusalém/Aelia Capitolina, discorreremos de forma sucinta, a seguir, sobre a histórias dessa cidade.

História Concisa: uma apresentação de Jerusalém/Aelia Capitolina

O recorte temporal dessa pesquisa (século I AEC ao II EC) está inserido, no período denominado Segundo Templo (538 AEC a 70 EC), cujos componentes urbanos, demográficos, topográficos e arqueológicos de Jerusalém/Aelia Capitolina estiveram repletos de regimes políticos, instituições públicas, grupos sociorreligiosos, estruturas culturais e religiosas. Dessa forma, Jerusalém no período do Segundo Templo se encontrava sob o domínio dos persas, dos reis helenísticos e dos romanos, respectivamente, e assim, estes amplos e difusos contextos socioculturais influenciaram profundamente a maioria dos aspectos da vida da cidade e desempenharam um papel importante, direta e indiretamente na formação de seu perfil urbano.

Segundo Rocha (2005, p. 129), a palavra “Jerusalém” é uma composição de “*Yerú+Shalem*”, com o significado de fundação (do deus) “*Shalem*” (= aquele que leva à perfeição; “estrela que completa o dia”), ou seja, um lugar onde existia, originalmente, um templo ou uma edificação dedicada ao deus “Shalem”.

De acordo com Andrade (2012):

[...] a denominação mais antiga de Jerusalém é atestada nas tabuinhas de *Tell el-Amarna*, datando de 1350 AEC quando o rei de *Wru-shalém* enviou cartas ao faraó Amenófis IV pedindo ajuda bélica contra os bandos de guerreiros

que tentavam assediá-la. Jerusalém era uma cidade-estado cananeia pertencente aos jebuseus. Em ugarítico chamava-se *Wru-shalém*, uma palavra composta pelo termo “*wru*”, que significa “fundada” ou “fundamento” e “Shalém” uma das divindades dos povos cananeus. *Wru-shalém* era um nome teofórico que significava “fundada pelo deus Shalém” ou “cujo fundamento é o deus Shalém” (Andrade, 2012, p. 3).

Para Magness (2012, p. 20), os vestígios arqueológicos mais antigos escavados em Jerusalém são, principalmente, vasos cerâmicos associados à túmulos e vestígios arquitetônicos associados às casas, que indicam que a cidade provavelmente se organizou no início da Idade do Bronze (cerca de 3000 AEC).

De acordo com as fontes historiográficas a antiga cidade de Jerusalém era a capital do reino de Judá e a sua história é dividida em dois períodos distintos: o período do Primeiro Templo (ca. 1000-586 AEC), quando a cidade serviu como capital do reino de Judá e o período do Segundo Templo (538 AEC a 70 EC), quando Jerusalém esteve majoritariamente sob o domínio estrangeiro (Levine, 2002, p. xiii).

A Arqueologia evidenciou alguns documentos da Idade do Bronze do Egito (1900 AEC) que confirmam a existência de um assentamento em Jerusalém neste momento. Estes documentos referem-se a Jerusalém como “Rushalimum”, semelhante ao nome “Urusalim”, que é mencionado em textos acadianos posteriores (Sales, 2018).

Segundo Rocha (2005, p. 129), são nos *Textos de Execração* egípcios dos séculos XIX e XVIII AEC, que aparecem pela primeira vez menção à Jerusalém, numa forma equivalente à “Urushalim”. Nas Cartas de Amarna (séc. XIV AEC) aparece como “Urusalim” e, posteriormente, nos textos assírios como “Urusilimmu”. O texto massorético indica a

leitura “Yerushalayim”, enquanto o aramaico traz “Yerushalem”, transliterado como “Jerusalém”, que se tornou o nome corrente da cidade – Jerusalém.

De acordo com o autor mencionado (2005), a palavra “Jerusalém” é uma composição de “*Yerú+Shalem*”, com o significado de fundação (do deus) “*Shalem*” (= aquele que leva à perfeição; “estrela que completa o dia”), ou seja, um lugar onde existia, originalmente, um templo ou uma edificação dedicada ao deus “*Shalem*”.

Em 1887, foi encontrado na antiga Akhetaton², parte de seus arquivos reais, composto de tabuinhas de argila escritas em cuneiforme acadiano, algumas foram examinadas por peritos, que as declararam espúrias e diziam que o cuneiforme jamais havia sido usado no Egito. Todavia, o valor arqueológico desse achado só foi percebido cinco anos mais tarde. Eram tabuinhas de argila que datam de 1400-1360 AEC e se encontram espalhadas no Museu Britânico, na Universidade de Oxford, no Museu de Berlim, no Cairo e outras em coleções particulares (Sales, 2022).

As tabuinhas de argila correspondem a um período histórico em que os egípcios haviam conquistado a Judeia e a Síria e as dominavam, quando, de acordo com o texto bíblico, Moisés conduziu os israelitas pelo deserto. Na maior parte são cartas dirigidas aos faraós Amenotepe III e Amenotepe IV do Egito, pelos reis e governadores dos países vassalos da Síria e da Judeia. Sete delas foram escritas pelo rei Arad-Hiba de *Urusalim* (Jerusalém), outras foram escritas pelos reis de Tiro, de Sídon, de Biblos, dentre outros. O conteúdo é múltiplo: algumas tratam de negócios, de presentes oferecidos e

² Atual Amarna, El Amarna ou Tel el-Amarna (em árabe: العمارنة; romaniz.: *al-'amārnab*) é o nome atual em árabe de uma localidade que funcionou como capital do Antigo Egito construída pelo faraó Akenatôm (também conhecido como Amenotepe IV ou Amenófis IV), sendo então designada como Akhetaton (em árabe: أخاتون, lit. “O horizonte de Áton”). Está situada na margem oriental do rio Nilo na província egípcia de Al Mínya, a cerca de 312 quilômetros ao sul da cidade do Cairo (David, 1998).

recebidos e outros assuntos relacionados com a política externa, porém, a grande maioria trata de pedidos de socorro para que fossem mandados reforços imediatos a fim de resistirem aos invasores, os quais ameaçavam a segurança dos locais sob a dominação egípcia (Sales, 2022).

Segundo Henry (2003, p. 85), a arqueologia bíblica⁷³, por muito tempo acreditou que essas tábuas de *Urusalim* descreviam uma alerta aos avanços de um exército rebelde vindo do leste, que invadiu as terras (e cidades) tradicionalmente pertencentes a *Urusalim*. Os invasores foram chamados nessas tábuas de “Habiru”, que em hebraico significa “companheiros de ladrões” (Livro de Isaías, 1:23); “tropas de ladrões” (Livro de Oséias, 6: 9); ou “companheiros

³ Segundo Darius e Hosokawa (2017), assim como a Arqueologia, a sua vertente denominada “Arqueologia Bíblica” surgiu do nacionalismo observado no século XIX, na demonstração de força, da percepção de superioridade racional, em um momento histórico em que Charles Darwin lançava as bases de sua famosa teoria acerca da seleção natural. Nesse sentido, uma comprovação empírica dessa superioridade, por meio de uma escavação arqueológica, poderia auxiliar na construção dos “mitos de fundação” de determinada nação e ampliar a própria noção de “nação”. É neste contexto histórico que surge a Arqueologia Bíblica. Esclarece-se que não há metodologia distinta para supri-la, ou tampouco, técnica específica que não sirva também para a Arqueologia como um todo. Ressalta-se, todavia, a existência dos mesmos perigos de usos e propósitos da arqueologia geral e da bíblica: enquanto o nacionalismo do século XIX serviu para incursões arqueológicas, a arqueologia bíblica, por vezes, se posicionou como a ciência que, por fim, “comprovaria empiricamente a verdade bíblica”. Todavia, a Arqueologia Bíblica pode hoje ser usada para comprovar ou refutar o texto bíblico. Em 1955, o jornalista Werner Keller escreveu o clássico *E a Bíblia tinha razão*, que foi utilizado por muitos pastores e teólogos como evidência arqueológica da existência factual de uma infinidade de sítios bíblicos. A referida obra foi refutada em 2003, pelo livro *E a Bíblia não tinha razão*, escrita pelo arqueólogo israelense Israel Finkelstein com a colaboração de Neil Asher Silberman, contestando o texto de Keller. O simples exemplo ora apresentado, esclarece que o uso da Arqueologia com pretensão ideológica, ou, no mínimo, mercadológica, impede que os resultados das escavações arqueológicas falem por si mesmos. Por conta disso, é indispensável que a Arqueologia, enquanto ciência, não defenda determinado ponto de vista, atestando seu uso puramente ideológico (Sales, 2022).

de um destruidor” (Livro de Provérbios, 28:24). O termo “Habiru” é usado de forma intercambiável nas letras com “SA-GAZ”, que é traduzido como “assassinos” e “bandidos”. De fato, quando as cartas foram traduzidas pela primeira vez, o termo “Habiru” foi considerado a primeira menção literária a “hebraico” (Sales, 2022).

O vestígio arqueológico das cartas do rei Arad-Hiba de *Urusalim* (Jerusalém), apenas demonstram que o território estava sofrendo uma invasão, porém, há grande dificuldade de datação desse período em associação ao texto bíblico.

A existência de mais de um século de explorações arqueológicas em Jerusalém, de acordo com Finkelstein (2010) falhou em revelar evidências de qualquer atividade de construção significativa do século X AEC. A famosa estrutura de pedra escalonada – geralmente apresentada como a monarquia unificada mais importante demonstra um esforço contínuo de construção que visava apoiar a íngreme encosta oriental da cidade de David (Cahill, 2003; Mazar, 2006). Fragmentos cerâmicos datados do século IX AEC foram encontrados no setor mais antigo da estrutura de pedra escalonada, enquanto sua parte superior foi provavelmente reconstruída nos tempos helenísticos, a fim de apoiar o Primeiro Muro do período dos hasmoneus (Finkelstein *et al.*, 2007).

Segundo Levine (2002), a política persa, por exemplo, permitiu e facilitou o retorno de dezenas de milhares de judeus da Babilônia. Mais tarde, depois de Alexandre, o Grande conquistar a região em 332 AEC, Jerusalém tornou-se parte integrante dos mundos helenístico e romano, cujas culturas também deixaram vestígios materiais na organização da cidade.

A arte e a arquitetura da cidade se inspiraram na arte helenística e nos modelos romanos. Os edifícios públicos como o ginásio, teatro, hipódromo e anfiteatro foram erguidos, assim como o uso de utensílios de cozinha, móveis, joias e moedas populares produzidos em outras cidades do

Oriente romano também foram amplamente utilizadas em Jerusalém.

Para Levine (2002):

[...] Jerusalém se diferia pouco de qualquer outra cidade greco-romana. Não obstante, apesar do profundo impacto dos impérios persa e greco-romano, Jerusalém sempre manteve um caráter judaico distinto, que encontrou expressão em sua demografia, calendário, feriados, instituições religiosas, formas de adoração, memórias históricas e outras facetas da vida urbana. Andando pelas ruas da cidade no primeiro século EC, não se podia deixar de ser atingido pela ausência de ídolos, estátuas e arte religiosa que diferenciam Jerusalém de todos os outros centros urbanos da antiguidade. Além disso, o número e variedade de banhos rituais e utensílios de pedra para uso doméstico eram exclusivos da cidade e atestavam a ênfase na pureza ritual observada por muitos de seus habitantes. Essa dupla orientação, refletindo tanto o universal quanto o particularista, distingue Jerusalém dentro da sociedade judaica do mundo romano. Como veremos, essa era a cidade mais judaica e, ao mesmo tempo, a mais cosmopolita das cidades judaicas [Tradução livre] (Levine, 2002, p. xiv).

De acordo com Widengren (1977), a extensa informação literária e arqueológica de que dispomos sobre a antiga cidade de Jerusalém e de sua população no período do Segundo Templo está longe de ser uniforme. As fontes relativas à era persa são bastante escassas, sendo a maioria das informações encontradas nos textos bíblicos (Esdras,

Neemias, Crônicas, Ageu, Zacarias, Malaquias e talvez Naum e Joel), que provavelmente são datados desse período, mas a documentação arqueológica é quase insignificante (Widengren, 1977, p. 489).

O início da era helenística compartilha uma escassez semelhante de fontes materiais, no entanto, a partir da primeira metade do século II AEC (175-141), e especialmente com o surgimento da dinastia dos hasmoneus (141-63 AEC), há maior abundância de fontes primárias disponíveis. Estas incluem a segunda metade do livro de Daniel, 1 e 2 Macabeus, e uma série de livros apócrifos (por exemplo, Jubileus, partes de Enoque e os Testamentos dos Doze Patriarcas e Judith), Flávio Josefo, os pergaminhos do Mar Morto, vários escritos helenísticos, e muito mais achados arqueológicos do que nos períodos anteriores (Schürer, 1973; Schäfer, 1977; Grabbe, 1992). Assim, em comparação ao período anterior do Segundo Templo, a história da cidade, isto é, da conquista de Pompeu em 63 AEC até a destruição do Templo em 70 EC, é infinitamente mais documentada, devido aos eventos detalhados por Flávio Josefo.

Referente a posição geográfica, a cidade de Jerusalém está localizada entre as colinas arborizadas da Judeia e planícies férteis (Shefelah) à Oeste, e o deserto árido da Judeia para o Leste, a uma altitude de 800 metros acima do nível do mar (Sales, 2022).

A cidade de Jerusalém faz parte da terra que foi chamada pelos judeus de *Eretz Israel* (Terra de Israel), local sagrado onde se localizava o Grande Templo judaico, a Terra Prometida descrita na Bíblia hebraica – “que emana leite e mel”. Para os cristãos tornou-se a Terra Santa, onde Jesus – o Messias ou o ungido nasceu, pregou e se ofereceu como o sacrifício perfeito. Para os muçulmanos, Jerusalém é uma cidade santa porque lá se localiza a mesquita que abriga o Domo da Rocha, ou seja, o rochedo de onde Maomé teria alçado voo aos céus (Sitchin, 1980, p. 191).

De acordo com os gregos e os romanos, o termo “Judeia” estava relacionado ao reino bíblico de Judá. Após a

revolta de Bar-Kokhba terminar em 135 EC, Adriano renomeou a província de Síria-Palestina (*Syria-Palaestina*), para a rememoração do reino há muito desaparecida da Filistia (Magness, 2012, p. 1).

A documentação historiográfica e arqueológica atesta que a principal obra do programa de construções monumentais de Herodes, o Grande em Jerusalém foi a reconstrução do Segundo Templo. Ele reconstruiu o templo em si, bem como todo o complexo que o envolvia, como a esplanada ou plataforma em torno dele (Monte do Templo). Essa obra de reconstrução do templo foi realizada entre 23/20 e 15 AEC, mas a construção do complexo em torno dele continuou até 64 EC (Sales, 2022).

O governo de Herodes foi marcado por grandes obras arquitetônicas como a reconstrução do templo de Jerusalém, a construção de um porto na região da Torre de Estratão (Cesareia Marítima), a construção de um palácio de inverno em Jericó, e o estabelecimento de palácios fortificados no deserto da Judeia, incluindo *Herodium* e *Massada*. Herodes morreu em Jericó em 4 AEC, depois de sofrer de uma doença agonizante e foi sepultado em *Herodium* (Sales, 2018).

Com a morte de Herodes, o Grande, seu reino foi dividido entre três de seus filhos (todos nomeados Herodes): Herodes Arquelau recebeu a Judeia, Samaria e Idumeia; Herodes Antipas recebeu a Galileia e Pereia; Herodes Filipe recebeu Gaulanitis, Trachonitis, Batanea e Panias (Magness, 2012, p. 138).

Os vestígios arqueológicos e numismáticos têm proporcionado a compreensão histórica da região da Judeia, que embora seja um testemunho muito fragmentário, têm permitido a reconstrução do passado local por meio da cultura material. Para além das estruturas de cunho religioso judaico, a Arqueologia e a Numismática também observa outras estruturas do cotidiano, que possibilitam a reconstrução da vida nas pequenas e isoladas vilas, a partir da Arqueologia da Paisagem, do estudo dos fragmentos cerâmicos, estudos numismáticos, dentre outros. A

descoberta, por exemplo, de um importante registro arqueológico e numismático da presença romana e da Décima Legião *Fretensis* em Jerusalém/Aelia Capitolina, encontrado pela *Israel Antiquity Authorities*. Esta divulgou a descoberta de um fragmento em pedra que foi localizado em uma das escavações realizadas em 2013 ao norte do Portão de Damasco (Sales, 2022).

O referido fragmento em pedra continha inscrições em seis linhas em latim e “foram dedicadas a Adriano pela Décima Legião *Fretensis* no ano 129 ou 130 EC” (Ecker; Cotton, 2014).

De acordo com os arqueólogos mencionados, as inscrições em latim apresentavam caráter honorífico à Adriano em nome da Décima Legião *Fretensis*: “Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do deificado Trajano Pártico, neto do Deificado Nerva, sumo sacerdote, investido com poder de tribuno pela 14ª vez, cônsul pela terceira vez, pai da nação (dedicado por) a décima legião *Fretensis Antoniniana*” (Sales, 2018).

Ecker esclareceu que a inscrição foi dedicada pela X Legião *Fretensis* ao imperador Adriano no ano 129/130 EC, assim:

[...] a data é uma confirmação significativa e tangível do relato histórico relativo à presença da X legião romana em Jerusalém durante o período intercalar entre as duas revoltas (judaicas), e provavelmente até da localização do acampamento militar romano na cidade, e uma das razões para o rebentar da revolta liderada por Bar Kokhba alguns anos depois e o estabelecimento de Aelia Capitolina (nome dado a Jerusalém pelos romanos, na tentativa de apagar a memória da ligação dos judeus à cidade) (Sales, 2018).

Nas proposições de Ecker e Cotton (2014, p. 96), a refundação de Jerusalém como Aelia Capitolina é tradicionalmente datada após a visita de Adriano à Judeia entre 129-130 EC. Dessa forma a oficina monetária em Roma produziu moedas que representavam a visita de Adriano à *Judaea/Palaestina* (ver Fig. 2). Na Fig. 2, temos um sestércio de bronze, produzido em Roma por volta de 130 EC, que traz no anverso o busto do imperador Adriano, laureado à direita, com legenda em latim “HADRIANVS AVG COS III PP”; e no reverso vemos Adriano em pé, levantando a mão direita, de frente para a personificação da *Judaea*, que segura em uma mão uma *patera* e na outra um copo. Complementarmente, aos seus pés, dois meninos pequenos à frente e um atrás da imagem que representaria a Província da *Judaea*, cada um segurando uma folha de palmeira; entre eles, há um altar com um touro sacrificial deitado. A legenda do reverso em latim “ADVENTI AVG IVDAEAE”, e a sigla “SC” no exergo.

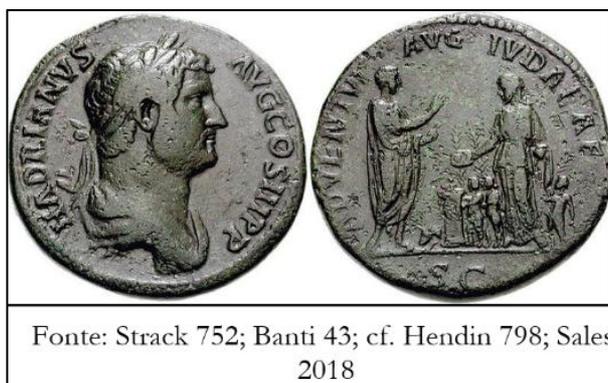


Figura 2 – Moeda romana referente à visita de Adriano à *Judaea/Palaestina*

Vemos que a Fig. 2 é a representação monetária da passagem de Adriano pela *Judaea* durante seu reinado, assim

como observamos também tal passagem pela documentação textual (Sales, 2018).

Segundo Ecker e Cotton (2011, p. 492), as primeiras moedas produzidas na oficina monetária de Aelia Capitolina trazem no anverso a legenda “IMP (eratori) CAES (ari) TRAI (ano) Hadriano.AVG (usto) P (atri) P (atriae)”. No reverso, vê-se o imperador arando o “*pomerium*”⁷⁴ da nova colônia com um arado preso a uma vaca e um boi, com a inscrição: “COL (olonia) AEL (LA) KAPIT (olina) COND (itor)”: “a colônia Aelia Capitolina ao seu fundador”, observa-se COND (itor) no exergo, (vide Fig. 3).



Figura 3 – Moeda referente à fundação da colônia Aelia Capitolina

De acordo com Ecker e Cotton (2011, p. 492), o imperador Adriano recebeu o título “*Pater Patriae*” em 128 EC, e dessa forma, permite a datação da cunhagem deste tipo de moeda entre 128 e 138 EC, e não 130-138 EC como sugere Meshorer (1989, p. 21-24).

Outra informação importante dessa cunhagem é a abreviatura “COND” para “CONDITOR” (fundador), que corrobora, caso se faça necessário, que Adriano foi o fundador da Colônia Aelia Capitolina, assim como a coroa de

⁴ Segundo, Samuel Ball Platner (1929), 1929, a palavra *poméio* vem do latim: *pomerium* ou *pomoerium*, que significa “após o muro”. Na Roma Antiga, era uma designação para a fronteira simbólica da cidade.

louros na cabeça da pessoa que conduz o arado a identifica como sendo o imperador (Sales, 2018).

Ecker e Cotton (2011, p. 492) esclarecem que embora a moeda referente à fundação da colônia Aelia Capitolina tenha sido, possivelmente, a primeira moeda cunhada em Aelia Capitolina, algumas vezes as cunhagens monetárias tinham início tempos depois à fundação da cidade, quando a oficina monetária se tornava operacional. Assim, a evidência numismática não permite a datação absoluta da fundação de Aelia Capitolina por Adriano, assim como, não permite a conclusão de sua fundação como colônia, antes ou depois da revolta de Bar Kokhba.

As informações mencionadas foram atestadas pelas intervenções arqueológicas no *Cardo Oriental*, que demonstram a materialidade da reconstrução de Jerusalém entre 100 e 120 EC, mas não há cultura material que sustente sua reconstrução após 130 EC (Wexler-Bdolah, 2011). Assim, para o autor, se a colônia de Aelia Capitolina foi fundada em 130 EC, a reconstrução da cidade teve início algum tempo antes. Logo, podemos interpretar que a visita do imperador Adriano à Jerusalém foi motivada pela comemoração da reconstrução da cidade, por meio de sua refundação como colônia Aelia Capitolina.

Segundo Magness (2012), o imperador romano povoou Aelia Capitolina com veteranos militares romanos (a *Décima Legião Fretensis*), que permaneceu estacionada em Aelia Capitolina até que o imperador Diocleciano a transferiu para Aila (moderna Aqaba), no Mar Vermelho em torno de 300 EC.

A Colônia Aelia apresentava um plano urbanístico típico de uma cidade romana com uma malha urbana parcialmente quadriculada, com orientação baseada nos pontos cardeais, e um portão principal, no centro de cada lado. Estes portões permitiam o acesso a duas estradas principais que interligavam a cidade de norte a sul e de leste a oeste, com cruzamento no centro delas (Sales, 2018).

Outras estradas foram dispostas paralelamente às duas estradas principais, criando um “gradeado” de ruas no sentido norte-sul e leste-oeste. Os romanos chamavam a estrada norte-sul de *cardo*, e a estrada leste-oeste de *decumanus*. A principal estrada norte-sul era o *Cardo Maximus*, e a principal via leste-oeste foi o *Decumanus Maximus*. Este tipo de plano da cidade está relacionado com a malha urbana de campos militares romanos, como os de Madaba. Ela representa uma adaptação do plano Hipodâmico de cidade comum no mundo helenístico, que tinha uma grade de ruas no sentido norte-sul e leste-oeste, mas não tinha o traçado regular (quadrado) dos romanos ou duas estradas principais que atravessavam a cidade (Sales, 2018).

Esse plano arquitetônico Hipodâmico foi ilustrado no mapa de Madaba, na Jordânia. Trata-se de um piso de mosaico de uma igreja bizantina que seria a representação da Terra Santa. Nesse mapa, Jerusalém/Aelia Capitolina aparece ao centro com algum detalhe (mas sem a cidade de Davi, que foi perdida no mosaico). Embora o mapa mostre a Terra Santa por volta de 600 EC é uma fonte importante nos estudos referentes a Aelia Capitolina (Magness, 2012, p. 272-273). Assim, a moderna cidade de Jerusalém preserva os principais elementos da malha urbana de Aelia Capitolina, porque nunca mais a cidade foi arrasada e reconstruída a partir do zero.

Considerações Finais

Ao término deste capítulo, compreendemos o quão preciosas e necessárias têm sido as discussões acadêmicas e na educação formal para o entendimento da Antiguidade e usos do passado, como instrumentos imprescindíveis para as análises fundamentadas em dinâmicas biossociomateriais, na evidenciação de que poder e resistência ultrapassam posições culturais maniqueístas e monolíticas. Assim, a organização urbana e as moedas estão inseridas em um universo polissêmico, multicultural, dinâmico e orgânico que faz das relações histórico-culturais, políticas e econômicas novas

formas de se pensar a dominação imperial no mundo antigo e no neocolonialismo moderno.

Para a fundamentação teórico-metodológica das pesquisas arqueológicas e numismáticas sobre imperialismo, as correntes pós-processuais e pós-coloniais apresentam importantes resultados sobre as relações de poder existentes entre Roma e suas províncias orientais. Logo, compreendemos que esta pesquisa teve êxito em transpor os problemas enfrentados pela Arqueologia Clássica no final do século XIX, início do século XX, com o uso de um referencial teórico que permitiu a compreensão da cultura material e suas representações culturais, a partir de uma análise contextual.

Consideramos crucial o entendimento do discurso sobre o passado pautado na compreensão dos aspectos ideológicos que envolviam as relações interpessoais no mundo antigo. Assim, tanto o espaço construído quanto o sistema monetário, propiciam a compreensão da materialidade e suas representações nas relações sociopolíticas, histórico-sociais, religiosas e econômicas na *Judaea-Palaestina*.

Finalizamos este capítulo com a percepção de que a Arqueologia é uma ciência extraordinária, que dialoga com uma infinidade de outras áreas do conhecimento. Logo, acreditamos que a Arqueologia, a Numismática e os estudos do passado têm ultrapassado, nas últimas décadas, os limites geográficos e cronológicos, na construção de pesquisas voltadas às contingências e vicissitudes sociopolíticas, históricas e culturais no Brasil do século XXI.

Referências

- ALLEGRO, J. **O Povo Eleito**. São Paulo: Editora Três, 1976.
- ANDRADE, A. L. P. Como Jerusalém se tornou a Cidade Santa. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar** Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, PI, 2012.

BARNAVI, E. (org.). **História universal dos judeus**. Da gênese ao fim do século XX. Belém/São Paulo, Editora Cejup, 1995.

BÍBLIA HEBRAICA. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

COSTA JUNIOR, J. G. *Judaea Romana: negociação e resistência*. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA JUNIOR, J. G. A aplicação do conceito de resistência ideológica nas moedas judaicas da primeira revolta dos Judeus contra os romanos. **Revista Jesus Histórico**, v. 6, p. 68-80, 2011.

DAVID, A. R. **Handbook to life in ancient Egypt**. [S.l.]: New York: Facts on File, 1998.

DEGAN, A. *Judaísmo em Suspensão: O Judaísmo de Flávio Josefo*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2013.

ECKER, A.; COTTON, H. M. Special Announcement: A New-Old Monumental Inscription from Jerusalém Honoring Hadrian. In: **New Studies in the Archaeology of Jerusalém and its Region**. Collected Papers, vol. 8. Jerusalém: Israel Antiquities Authority and the Hebrew University of Jerusalem, 2014, p. 96-101.

ECKER, A.; COTTON, H. M. Tituli Picti and Graffiti. In: AMELING, W.; COTTON, H.M.; ECK, W. *et al.* (eds.). **Corpus Inscriptionum Iudaeae/Palaestinae**. Vol II – Caesarea and the Middle Coast, Walter De-Gruyter, Berlin/New York, 2011.

FINKELSTEIN, I. A Great United Monarchy? Archaeological and Historical Perspectives. In: KRATZ, R. G.; SPIECKERMANN, H.; CORZILIUS, B.; PILGER, T. **One God - One Cult - One Nation**. Archaeological and Biblical Perspectives. New York, NY: de Gruyter, 2010.

FINKELSTEIN, I.; HERZOG, Z.; SINGER-AVITZ, L.; USSISHKIN, D. Has King David's Palace in Jerusalem Been Found? **Journal of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University**, Tel Aviv, n° 34, p. 142–164, 2007.

FLEMING, M. I. D'A. Aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas. **Revista CPC**, São Paulo, n. 6, p. 219-230, 2008.

FLEMING, M. I. D'A. Apresentação. **R. Museu Arq. Etn. Supl.**, n. 18, Anais do I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial “Representações da romanização no mundo provincial romano”, 2014.

FLEMING, M. I. D'A. Poder Político e cultura material: as vasilhas de metal romanas no contexto imperial e nas áreas periféricas da Europa central e do norte. In: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. A. (Org.). **Ética e Política no Mundo Antigo**. Campinas: UNICAMP, Revista FAPESP, 2001. p. 101-116.

FUNARI, P. P. A. Brasileños y romanos: colonialismo, identidades y el rol de la cultura material. In: FUNARI, P. P. A.; PÉREZ-SANCHES, D.; DA SILVA, G. J. (Eds.). **Arqueología e Historia del mundo antiguo: contribuciones brasileñas y españolas**. Oxford: BAR Internations Series 1791, 2008, p. 41-45.

FUNARI, P. P. A. La contribution d'une approche postprocessual pour la compréhension de la consommation d'hile d'olive en Bretagne romaine. **Studio Historica. Historia Antigua**, v. 26, p. 271-302, 2008b.

FUNARI, P. P. A. **Roma Vida Pública e Vida Privada**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia: por quê, para quê, em benefício de quem? **Anais da III reunião anual da sociedade brasileira de estudos clássicos**, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos, 1988, p. 2.

FUNARI, P. P. A. **Cultura material Histórica e Patrimônio**. Campinas, IFCH/Unicamp, Abril/2003.

FUNARI, P. P. A. Latin epigraphy, an interdisciplinary approach to the ancient world. **Revista Clássica**, São Paulo, v. 17/18, p. 311-322, 2006.

- FUNARI, P. P. A. The Economic history of Roman Britain: olive oil contribution to the debate. **História e economia**, v. 1, p. 29-46, 2005.
- FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma**: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade, v. 2, 2002.
- GARRAFFONI, R. S.; CAVICCHIOLI, M.; SILVA, G. J. Escavação arqueológica em uma cidade romana: a experiência de três brasileiros. **Boletim do CPA**, ano VI, n. 11, 2001, p. 149-153.
- GRABBE, L. L. **Judaism from Cyrus to Hadrian**. 2 vols. Minneapolis: Fortress, 1992.
- GOUVÊA JÚNIOR, M. M. Roma et Barbaries: a evolução do conceito de barbárie na antiga Roma. **PhaoS – Revista de Estudos Clássicos**, nº 12, p. 5-27, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- GUARINELLO, N. L. Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos. In: FELDMAN, S. A. et al. (Org.). **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.
- GUARINELLO, N. L. Análise espacial de um Edifício Rural Romano - a vila da localidade de Sette Termini no ager pompeianus. **Dédalo**, São Paulo, v. 24, p. 207-234, 1985.
- GUARINELLO, N. L. O Império Romano e Nós (Introdução). In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, p. 13-19.
- GUARINELLO, N. L. Modelos Teóricos sobre a Cidade do Mediterrâneo Antigo. **Estudos sobre a Cidade Antiga**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2009.
- GUARINELLO, N. L. **A história antiga contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

- KIPPENBERG, H. **Religião e formação de classes na antiga Judeia**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- LEVINE, L. I. **Jerusalem: Portrait of the City in the Second Temple Period (538 BCE-70 CE)**. Philadelphia: Jewish Publication Society, 2002.
- LEVINE, L. I. A propos de la foundation de la Tour de Straton, **RB**, vol. 80, 1973.
- LEVINE, L. I. The Hasmonean Conquest of Straton's Tower, **IEJ** (24), p. 62–69, 1974.
- LEVINE, L. I. The Jewish-Greek Conflict in First Century Caesarea, **JJS** (25), p. 381–97, 1974b.
- LEVINE, L. I. **Caesarea Under Roman Rule**. Leiden: Brill, 1975a.
- LEVINE, L. I. Roman Caesarea: An Archaeological-Topographical Study. **Qedem** 2; Jerusalem: The Institute of Archaeology, The Hebrew University of Jerusalem, 1975b.
- LEVINE, L. I. R. Abbahu of Caesarea. In: NEUSNER, J. (ed.). **Christianity, Judaism and Other Greco-Roman Cults: Studies for Morton Smith at Sixty**, Leiden: Brill, 1975c, p. 56–76.
- LICHTENBERGER, A. Coin Iconography and Archaeology: Methodological Considerations about Architectural Depictions of City Coins of Palestine. In: TAL, O.; WEISS, Z. (eds.). **Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period** (Contextualizing the Sacred). Turnhout: Brepols, 2017, p. 197-220.
- MAGNESS, J. **The Archaeology of the Holy Land: From the Destruction of Solomon's Temple to the Muslim Conquest**. Cambridge: CUP, 2012.
- MARSHALL, F. (Ed.). História Antiga e Arqueologia. Dossiê Projeto Apollonia. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, 2003.
- PORTELLI, A. Apresentação. In: FREITAS, S. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas; I.O.E., 2002.

- PORTELLI, A. Habitação e Cidade: ordenação do espaço no Mundo Clássico. **Anos 90**, v. 8, n. 14, p. 113-134, 2000.
- PORTO, V. C. A iconografia judaica e as moedas da Judeia. **Lumen et Virtus: revista de cultura e imagem**, v. IV, p. 22-48, 2013.
- PORTO, V. C. As moedas romanas da Península Ibérica e da Síria-Palestina: uma tentativa de diálogo. **Revista Mare Nostrum**, n. 3, p.13-32, 2012.
- PORTO, V. C. Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana. **Tese** (Doutorado). Universidade de São Paulo – MAE/USP. São Paulo, 2007.
- PORTO, V. C. Jogos, espetáculos e competições na Palestina romana. **R. Museu Arq. Etn.**, 29, p. 119-136, 2017.
- PORTO, V. C. Império Romano e as cidades da Judéia/Palestina: um estudo iconográfico das moedas. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. O. (Org.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume; Revista FAPESP, 2009, p. 107-130.
- PORTO, V. C. A cidade como discurso ideológico: monumentalidade nas moedas do Império Romano. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo – MAE/USP. Supl., São Paulo, n. 18, p. 79-87, 2014.
- PORTO, V. C. Material Culture as Amulets: Magical Elements and the Apotropaic in Ancient Roman World. **Philosophy Study**, Vol. 10, No. 8, p. 492-502, 2020.
- PORTO, V. C. Interações sociais, políticas e culturais nas cidades costeiras da Judaea-Palaestina entre os séculos I a.C. e III d.C.: entre a documentação textual e arqueológica. In: CARVALHO, M.M. **Projeto Temático**. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP. São Paulo, 2021.
- RAJAK, T.; NORTH, J.; LIEU, J. (Ed.). **The Jews among Pagans and Christians in the Roman Empire**. London and New York: Routledge, 1992.
- RECH, R. M. Apollonia Romana e sua Villa Maritima. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 17, 2003.

- ROCHA, I. E. Dominadores e dominados na Palestina do século I. **História, Franca**, v. 23, n. 1-2, p. 239-258, 2004.
- ROCHA, I. E. Jerusalém: percurso histórico e simbólico. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 1, p. 129-137, 2005.
- ROCHA, I. E. O poder romano por Flávio Josefo: uma compreensão política e religiosa da submissão. In: CARVALHO, M. M. *et al.* **História militar do Mundo Antigo: guerras e representações**. S. Paulo: Annablume; FAPESP; Campinas: Unicamp, 2012.
- ROLL, I. Roman Roads to Caesarea Maritima. In: RABAN, A.; HOLUM, K. G. (eds.). **Caesarea Maritima. A Retrospective After Two Millennia**. Leiden, New York, Koln: Brill, 1996.
- SALES, G. M. S. Estruturas de poder – patronato, honra e prestígio nas representações discursivas das moedas de Aelia Capitolina e Cesareia no século III EC. **Dissertação** (Mestrado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, 2018.
- SCHAFER, P. The Hellenistic and Maccabaeian Periods. In: HAYES, J. H.; MILLER, J. M. (ed.). **Israelite and Judean History**. Philadelphia: Trinity Press International, 1977.
- SCHÜRER, E. **The History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ**. Volume I. Edinburgh: T&T Clark, 1973.
- SITCHIN, Z. **The Stairway to Heaven**. New York: Avon Books, 1980.
- TAL, O.; TEIXEIRA-BASTOS, M. **Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation**. Tel Aviv, v. 39/1, p. 105-115, 2012.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. Análise e distribuição espacial de lamparinas romanas de disco: o caso das províncias da Palestina e do norte da África. **Tese** (Doutorado), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2016.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. Arqueologia Romana em Israel: o uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XII, n°24, 2015.

TEIXEIRA-BASTOS, M. Cristianização dos Espaços na Antiguidade Tardia: O caso de Apollonia-Arsuf. **Dissertação** (Mestrado), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA-BASTOS, M. FLEMING, M. I. D. A.; PORTO, V. C. Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), 14(27), p. 10-28, 2017. TEIXEIRA-BASTOS, M.; FUNARI, P. P. A. A presença de Roma no Oriente: Iudaea Capta e as tradições culturais da Palaestina. **Hvmanitas**, v. 73, p. 81-104, 2019.

TEIXEIRA-BASTOS, M.; MENEZES FERREIRA, L.; HODDER, I. Isso não é um artigo: dialogando com Ian Hodder sobre a virada ontológica em Arqueologia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 118–134, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i2.775.

TUFI, S. R. **Archeologia delle Province Romane**. Roma: Carocci, 2000.

WEXLER-BDOLAH, S. The Foundation of colonia Aelia Capitolina in the Light of the New Excavation of the Eastern Cardo underneath the Western Wall Plaza. Jerusalem, Israel Exploration Journal, 2011.

WIDENGREN, G. The Persian Period. In: HAYES, J.; MILLER, J. M (Org.). **Israelite and Judean History**. Philadelphia: Trinity Press International, 1977.

Adriano: Entre a *História Augusta* e a numismática

Filipe Noé da Silva
Pedro Paulo A. Funari

Introdução

Este capítulo trata de duas narrativas contrapostas: a tradição textual aristocrática, misógina e crítica dos imperadores, por um lado; e as moedas, emitidas pelos próprios imperadores e em busca da sua glorificação. Ambas são tendenciosas, como toda e qualquer narrativa, mas seu contraste pode contribuir para buscar entender de maneira mais intrincada as situações e narrativas históricas. Neste caso, estudamos a narrativa da *História Augusta* e outras fontes literárias sobre a vida de Adriano e algumas moedas cunhadas em seu Principado. Para isso, não se pode deixar de acenar para o predomínio, por tanto tempo, de uma historiografia moderna também ela pouco afeita à diversidade, como se os padrões modernos e cientificistas pudessem ser acomodados à visão aristocrática antiga. Neste aspecto, as moedas permitem questionar a naturalidade tanto do discurso aristocrático antigo, como da historiografia normativa e conservadora da modernidade.

Adriano e Antínoo: entre o antigo e o moderno

Em meio à multiplicidade de temas contemplados pelos estudos históricos e biográficos dedicados à vida e ao governo de Públio Élio Adriano (Augusto), imperador romano entre os anos de 117 e 138 da Era Comum, pode notar-se um significativo interesse por seu envolvimento com o jovem Antínoo (Silva & Funari, 2017). Na literatura, ambos os personagens inspiraram versos como os de Fernando Pessoa (1918) e também protagonizaram romances históricos, sempre fictícios, lavrados por Marguerite Yourcenar (1951) e Daniel Herrendorf (2000). O interesse pelo homoerotismo

praticado no Mediterrâneo Antigo (Aldrich, 1993), presente em inúmeras produções artísticas e literárias, pode ser considerado como resultante da importância atribuída à sexualidade, na modernidade, enquanto um domínio onde seria possível vislumbrar a verdade, a identidade e os desejos de cada indivíduo (Foucault, 1988; Foucault, 2012). Como corolário, não raro, ainda é possível observar a transposição acrítica de categorias modernas, como “homossexual” e “heterossexual”, para caracterizar as relações homoeróticas da Antiguidade (Silva, 2016).

A quase onipresença desse tema na historiografia contemporânea, contudo, também é resultante da própria atenção despendida pela documentação antiga ao envolvimento do imperador com seu jovem amante. Tanto a tradição textual, quanto os artefatos arqueológicos, com destaque para o número significativo de estátuas retratando Antínoo (Vout, 2007), sugerem um contexto de ampla circulação de informações a respeito de ambos os personagens. Em sua *Descrição da Grécia* (Paus. 8.9.7), Pausânias afirma ter observado a construção de templos e a organização de cultos a Antínoo em diversas cidades. Sua narrativa, de certa forma, antecipa um assunto que continuaria a reverberar em escritos posteriores, referente às homenagens oferecidas por Adriano por ocasião da morte de Antínoo. Díon Cássio⁷⁵ (69.11.02-03) apresenta duas hipóteses a respeito do afogamento, ocorrido no ano de 130, e que teria tirado a vida do favorito de Adriano: um acidente ocorrido no Rio Nilo, ou um auto-sacrifício, ritual (*ἱεροουργέω*, conjugado: *ἱεροουργηθείς*), operado em proveito da longevidade do governante romano. A fundação de uma cidade em homenagem a Antínoo e a disseminação de estátuas religiosas (*ἀγάλματα*) para seu culto são contrastadas à (suposta) indiferença do imperador diante da morte de sua irmã Paulina,

¹ Como já destacado no estudo de Fergus Millar (1964), excertos dos livros correspondentes à vida e ao governo de Adriano, e que foram incluídos na obra *Historiae Romanae* de Díon Cássio, podem ter sido alterados, já em um período posterior, pelo monge bizantino João Xifilino.

para quem, segundo Dión Cássio (69.11.04), nenhuma honra teria sido oferecida.

Outros supostos excessos de Adriano foram detalhados pelo autor da *Vida de Adriano*, apresentada na coletânea biográfica conhecida como *História Augusta*. Neste caso, considerando as próprias características e pretensões da biografia antiga (Momigliano, 1993; Funari, 2007; Silva, 2008), as anedotas referentes à vida e aos feitos de uma determinada pessoa estão subordinadas à tarefa de construir um retrato sobre o caráter do personagem biografado. Após examinarmos as considerações da *História Augusta* acerca de Adriano, sobretudo a maneira como este texto biográfico retrata a vida afetiva e sexual do imperador, destacamos as possíveis contribuições da documentação numismática para o estudo desta temática.

O Adriano da *História Augusta*: retratos de um imperador descomedido

Composta por trinta textos biográficos sobre imperadores romanos, mas também sobre eventuais regentes, usurpadores e herdeiros do trono imperial, a *História Augusta* (assim conhecida desde o século XVI) chegou à modernidade por meio do *Codex Palatinus Latinus 899*, oriundo da Biblioteca Vaticana e datado do século XI da Era Comum. Desde o final do século XIX, mas sobretudo ao longo do século XX, a referida coletânea biográfica esteve no cerne de debates historiográficos e filológicos acerca de sua autoria, datação, fontes, veracidade das informações e contexto de produção textual (Silva, 2016). Nos dias atuais, contudo, admite-se que a *História Augusta* teria sido redigida entre os séculos IV e V da Era Comum (c.392-423), por uma única pessoa, no âmbito da aristocracia senatorial não-cristã da cidade de Roma (Benario, 1980; Corassin, 1984; 1997; Machado, 1998). Mesmo que tenha sido redigida em uma época em que o poder e influência dos senadores já não possuía a mesma eficácia e abrangência de outrora (Corassin, 1984; 1997; Cameron, 2011), a *História Augusta* avalia os

personagens que retrata, também, a partir da relação (respeitosa ou abusiva) destes últimos em relação ao Senado e à aristocracia. Em consonância com um padrão narrativo já observado na tradição textual dos primeiros séculos da Era Comum, as *vitae* apresentadas na *História Augusta* avaliam seus personagens a partir de um ideal senatorial do bom príncipe (Silva, 2016).

A avaliação que a *Vita Hadriani* apresenta sobre este imperador também é tributária da perspectiva senatorial. Convém ressaltar, no entanto, que o retrato de Adriano construído pelo texto biográfico é heterogêneo e oscilante quanto aos julgamentos a respeito deste imperador (Benario, 1980; Poignault, 1991; Brandão, 2013). No decorrer dos vinte e sete capítulos que compõem a *Vida de Adriano* apresentadas pela *História Augusta* são apresentadas anedotas diversas, verdadeiras ou infundadas, que ora enaltecem as prováveis virtudes do personagem, ora colocam em evidência seus supostos vícios.

Em seu *Comentário à Vida de Adriano*, Herbert Benario (1980) propõe uma divisão quádrupla para este texto. A primeira parte, congregando os capítulos de 01 a 04, refere-se aos ancestrais, aos primeiros anos de vida do futuro imperador e a sua ascensão ao trono imperial. A segunda parte, entre os trechos 05 e 14, narra as políticas de Adriano em Roma, sua relação com o Senado, as reformas militares e suas viagens pelo território do Império. Entre os capítulos 14 e 22, na terceira parte, são apresentados alguns dos supostos gostos pessoais do imperador, mas também seus empreendimentos políticos e intervenções em prol das cidades, com ênfase nas obras públicas e reformas, jogos e festivais promovidos por Adriano. A quarta (e última) parte da *Vida de Adriano*, narrada entre os capítulos 23 e 27, faz menção ao retorno de Adriano a Roma, seus últimos feitos e à sua morte. Apesar de não adotar uma sequência cronológica rigorosa, à maneira de escritores como Suetônio, por exemplo (Benario, 1980), a *Vita Hadriani* apresenta as características básicas de um texto biográfico antigo (Momigliano, 1993).

No que se refere aos supostos vícios e excessos de Adriano, a *História Augusta* explora, entre outras coisas, o (suposto) descomedimento do imperador no âmbito dos amores, desejos e prazeres. Não raro, de acordo com o referido testemunho biográfico, o governante romano fazia uso de sua arte e sensibilidade (Gaia, 2020) para render homenagens às pessoas amadas:

Fuit enim poematum et litterarum nimium studiosissimus. Arithmeticae geometriae picturae peritissimus. Iam psallendi et cantandi scientiam prae se ferebat. In voluptatibus nimius; nam et de suis dilectis multa versibus composuit. Amatoria carmina scripsit.

Foi, de fato, muito estudioso da poesia e das letras. Peritíssimo na geometria, aritmética e pintura. Carregava consigo a habilidade de tocar cítara e cantar. Nos prazeres era excessivo; e compôs muitos versos àqueles que amava. Escreveu poemas de amor (S.H.A. *Hadr.* XIV, 08-09; Tradução dos autores).

Para além da dedicação poética do imperador às pessoas amadas, a *História Augusta* relata episódios de adultério levados a cabo por Adriano: providos ou não de fidedignidade histórica, tais episódios ajudam a construir, na economia da *Vida de Adriano*, o retrato de um personagem desprovido de autocontrole sobre seus próprios desejos. A postura adúltera mencionada pelo texto biográfico, com efeito, torna patente este objetivo:

Et hoc quidem vitiosissimum putant atque huic adiungunt quae de adulatorum amore ac nuptiarum adulteriis, quibus Hadrianus laborasse dicitur, adserunt, iungentes quod ne amicis quidem servaverit fidem.

E aqueles que o consideram como o mais cheio de vícios, acrescentam ainda: seu amor por homens adultos e os adultérios com mulheres casadas, aos quais Adriano teria se deixado levar. Acrescentam, alguns, que tampouco conservava a confiança dos amigos (S.H.A. *Hadr.* XI, 07).

Além do comportamento adúltero, do envolvimento com mulheres casadas, de nascimento livre, Adriano, de acordo com o relato da *História Augusta*, também teria se interessado pelos favores (sexuais?) dos libertos e *pueri delicati* pertencentes à corte de Trajano. A respeito deste envolvimento, a *Vita Hadriani* destaca que:

Corrupisse eum Traiani libertos, curasse delicatos eosdemque saepe inisse per ea tempora quibus in aula familiarior fuit, opinio multa firmavit.

Que ele tenha corrompido os libertos de Trajano, e que tenha também tenha se interessado a seus favoritos, por diversas vezes, à época em que esteve em seu círculo familiar, é opinião geral e segura (S.H.A. *Hadr.* IV, 04-05).

Por vezes escravizados e trazidos das cidades orientais gregas para Roma, os *pueri delicati*, garotos jovens do sexo masculino submetidos à prostituição e à exploração sexual por parte de seus proprietários e eventuais convivas, integravam os espaços aristocráticos de sociabilidade com o intuito de, por um lado, tornar patente a riqueza e generosidade de um determinado anfitrião, e ao mesmo tempo, por outro lado, oferecer ocasiões de sensualidade e favores sexuais aos presentes (Dupont & Éloi, 2001). A

atração do imperador por *delicati*, por sua vez, está longe de ser um comportamento excêntrico e/ou desconhecido entre os romanos.

De maneira diferente do que acontecia na Atenas do período clássico, onde leis específicas regulamentavam o envolvimento com jovens, com idade entre doze e dezoito anos, em relações pederásticas formativas (Cantarella, 1991), o período imperial romano considerava crime a cooptação e eventual penetração sexual contra os corpos de meninos e meninas nascidos livres, podendo mesmo levar o praticante condenado por *stuprum* à pena capital (Dig. 47.11.1.2; Williams, 1999). Também era admitida, nesta categoria, a violação sexual, voluntária ou não, de mulheres casadas (como aquelas que a *História Augusta* acusa Adriano de ter se envolvido!) ou viúvas: em ambos os casos, mulheres nascidas livres, *ingenuae* (Pinto, 2012).

A tentativa legal de proibir o envolvimento sexual e afetivo com *ingenui*, por sua vez, torna patente a regularidade desta prática entre os romanos. Não por acaso, são inúmeras as menções a este tema na documentação antiga. Um epigrama pederástico de Marcial lamenta o inevitável envelhecimento de seu amante masculino, outrora imberbe e agora um adulto e másculo *vir*:

*Cur, here quod dederas, hodie, puer Hylle,
negasti,
durus tam súbito, qui modo mitis eras?
Sed iam causaris barbamque annosque pilosque.
O nox quam longa es, quae facis una senem!
Quid nos derides? Here qui puer, Hylle, fuisti,
dic nobis, hodie qua ratione uir es?*
(Marcial. *Epigramas*. IV, 07).

Agora negas, menino, o que ontem deste,
ó Hilo?,
agora rude, há pouco só doçura?

Alegas barba e idade e pelos: como és
longa,
noite, que fazes, tu sozinha, um velho!
Ris de quê, Hilo? Tu, que ontem eras
menino,
hoje, me diz, por que razão és homem?
(Tradução de Fábio Paiffer Cairolli e
João Angelo Oliva Neto, In: Carvalho *et*
al. 2017).

Em âmbito popular (Funari, 1995; Feitosa, 2016), do mesmo modo, o tema do amor pederástico também se faz presente: algumas das inscrições preservadas em Pompéia fazem menção explícita à modalidade de envolvimento sexual e afetivo envolvendo homens maduros e jovens meninos (Imagem 01):

Hysocryse puer Natalis verpa te salutat.
(CIL IV, 01655). Local: Pompéia. Data:
Século I da Era Comum.

Hisócriso, menino, o pênis de Natális te
saúda.
(Tradução nossa).

A photograph of a handwritten inscription on a wall in Pompeii. The text is written in capital letters and reads: HYSOCRYSE PUER NATALIS VERPA TE SALUTAT. The handwriting is somewhat stylized and appears to be a mix of Greek and Latin characters.

Imagem 01 – Inscrição parietal de Pompéia. Fonte: Funari (1995).

A presença de *puer*, palavra correspondente a “menino” e também utilizada para como sinônimo de “escravizado”, nos permite questionar qual seria a condição social do indivíduo saudado nesta inscrição. Esse aspecto é de fundamental importância: a julgar pelo nome de origem grega, Hisócriso, por um lado, pode ter sido um escravizado e, na ocasião, submetido à prostituição e à exploração sexual. Por

outro lado, tampouco se pode desconsiderar a possibilidade de o registro epigráfico estar se referindo a um menino de nascimento livre (*ingenuus*). Noutra inscrição (Imagem 02), pode-se observar a mesma ambiguidade relacionada ao vocábulo *pueros*:

Secundus pedicav(í)<t=D> / pueros / luclē utis (luclente, lucentis)
(CIL IV, 2048). Local: Pompéia. Data: Século I da Era Comum.

Segundo penetrou meninos (ou escravos) de Lucente (?).

Ou:

Segundo penetrou com alegria os meninos.

(Tradução nossa).

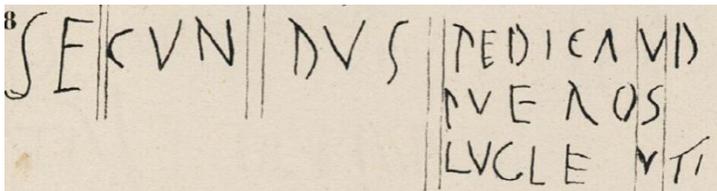


Imagem 02 – Apógrafa da inscrição: CIL IV, 2048. Fonte: CIL IV, 1871. Tab. XXXIV, N°8.

A inscrição é de difícil reconstrução e controvertida interpretação. Está escrita com bastante afastamento da norma culta e bem apegada à expressão oral, o que aumenta a dificuldade. Isso já fica claro na conjugação do verbo *pedico* (ter relação anal). De acordo com a norma culta, estaria *pedicavit* (tive relação anal), mas está *pedicavd*. A frase, então, significa “Segundo teve relação anal com pueri”, palavra que pode indicar tanto “garotos, meninos”, como “escravos”. Ao final, há diversas possibilidades de leitura: *luclentis*, em termos paleográficos, continua a ser a mais citada, mas sem sentido claro. Giovanni Dall’Orto (1992) foi original na sua leitura, ao seguir a leitura considerada improvável pelo editor original da inscrição no CIL IV (*luclentis tamen vix potest, “luclentis contudo dificilmente pode ser”*):

“Secondo s'è inculato i ragazzini” (o “gli schiavi”, il che è lo stesso) “di Lucente” (*Secundus pedicavd* (sic) *pueros Lucentis*, 2048) (Dall’Orto, 1992).

Seu estudo interpreta *Lucens* como possível *cognomen*, no genitivo, de modo que *pueri* seriam escravos de Lucente. Essa interpretação permite juntar os dois sentidos de *puer*: menino e escravo. O exame paleográfico do apógrafo (Imagem 02) do grafite indicaria a leitura *luclente* (por *luculente*, advérbio, brilhantemente, alegremente, afortunadamente). O certo é que Segundo afirma ter penetrado meninos, o final da inscrição não é de todo certa.

Como demonstrado no estudo de Adams (1982), o verbo latino *pedicare* alude à penetração anal: embora Marcial (11.104.17) o empregue também para se referir às relações sexuais praticadas com mulheres, seu uso, na maioria das vezes, ocorre em contexto homoerótico masculino. Em termos etimológicos, há a possibilidade de o vocábulo em questão ter derivado do grego *παιδικός/παῖς*, cujo significado primário se refere à pessoa jovem, pequena em idade infantil (Ernout & Meillet, 2001). Não por acaso, em seu relato sobre a vida de Adriano, Díon Cássio (69.11.02) utiliza *παιδικά* para referir-se a Antínoo, ao jovem amante e favorito do imperador.

Na narrativa da *História Augusta (Vita Hadriani)*, a anedota acerca do envolvimento de Adriano com o jovem bitiniano também se encontra subordinada à tarefa biográfica de criar o retrato de um governante caracterizado por seu descontrole emocional (Williams, 1999; Thuillier, 2013). Ao se referir à morte de Antínoo, o texto biográfico ressalta que:

*Antinoum suum, dum per Nilum navigat,
perdidit, quem muliebriter flevit*

Enquanto navegava pelo Nilo, perdeu seu Antínoo, e chorou-o à maneira de uma mulher (S.H.A. *Hadr.* XIV, 05).

A reação emocional decorrente do perecimento do *puer delicatus* do imperador, segundo os estudos de Williams (1999) e Thuillier (2013), representaria um comportamento incompatível com os protocolos sociais de virilidade pretendidos pelas elites romanas: ainda mais se considerarmos que o luto, as atenções e homenagens despendidas foram dedicadas a um indivíduo de *status* social inferior (servil?). De acordo com Thuillier (2013):

A expressão acentuada, forte, dos sentimentos, é vista como desvirilizante. Um exemplo emblemático é aquele da relação entre Adriano e Antínoo: esta ligação não desencadeia em si uma condenação da opinião pública, que finalmente a considera normal, já que ela se dá entre um homem e um *puer*, Antínoo tendo então uns 20 anos e, por outro lado, sendo originário do Oriente, como muitos destes belos garotos ‘importados’ por Roma. O que se reprova, no entanto, é ele ter chorado seu amado morto como uma mulher sentimental o faz (*muliebriter*) e não como um homem viril que deve esconder e superar seu sofrimento (Thuillier, 2013, p.119-120).

No que concerne à sua caracterização como mulher, por sua vez, consideramos válido salientar que as celebrações funerárias romanas também eram pensadas sob uma perspectiva de gênero: em ocasiões fúnebres também se esperava o cumprimento de práticas e comportamentos socialmente caracterizados como masculinos e outros

femininos (Hope, 2011; Erkes, 2011). Em seu estudo, Erkes (2011) avaliou que eventos fúnebres, a julgar pelas fontes masculinas e advindas das elites romanas do período imperial, a manifestação feminina do luto poderia ser realizada de três maneiras principais pelas mulheres: por meio de lamentações, da entoação de hinos fúnebres ou de choro sentimental. Também era esperado, argumenta a autora, que as mulheres se manifestassem com gritos, situações de desconsolo e o desferimento de golpes contra o próprio peito (Erkes, 2011). Presumir o cumprimento estrito dessas proposições, no entanto, significaria a reiteração de uma História conservadora e normativa. Ao contrário, o choro de Adriano nos permite vislumbrar o caráter flexível e esporádico de preceitos (do passado e do presente) que aspiram à universalidade, mas que sempre podem ser desafiados e transformados mediante práticas de resistência, transgressões e constituição de subjetividades.

A imagem de um imperador desprovido de qualquer controle sobre os prazeres oferecida pela *História Augusta*, no entanto, precisa ser lida com o devido cuidado. O cotejo do relato biográfico apresentado na *Vita Hadriani* com a documentação numismática referente a este mesmo personagem permitirá constatar a estética persuasiva (Funari, 2003) de ambas as categorias documentais: a tradição textual e a cultura material.

O Adriano das emissões monetárias: comedimento e *pudicitia*

Diz-nos, pois, o que te parece: devemos ou não devemos pagar tributo a César? Sabendo Jesus da malícia deles, disse: “Por que me pondeis à prova, hipócritas? Mostrai-me a moeda do imposto”. Eles levaram-lhe um denário. E Jesus lhes disse: “De César”. Então ele diz-lhes: “Pagai as coisas de César a César; e as coisas de Deus a Deus”. E eles ficaram

espantados ao ouvir isto e, deixando-o, foram-se embora. (Mateus, 22, 17-22. Tradução: Lourenço, 2017)

O diálogo de Jesus com os fariseus a respeito dos impostos aproxima-nos de dois aspectos fundamentais relacionados às moedas da Antiguidade. Por um lado, o conhecido excerto do Evangelho de Mateus evoca sua natureza econômica, sua utilização como meio de troca, e associada ao pagamento e recolhimento de impostos mesmo em territórios longínquos do Império Romano. A menção ao *denarius* tampouco é fortuita, uma vez que esta, cunhada desde o ano 211 antes da Era Comum e mesmo sendo submetida a inúmeras variações de composição ao longo dos anos, foi a moeda referencial do Império Romano durante os três primeiros séculos da Era Comum (Greene, 1990; Harl, 1996).

Por outro lado, ao mencionar a efigie e a inscrição (ἑπιγραφή) da referida cunhagem, a anedota do texto cristão também alude à simbologia do poder romano (Florenzano, 2015) retratada na moeda em questão. A referência a uma autoridade emissora tem acompanhado as cunhagens desde o seu surgimento na Ásia Menor, na Lídia, em meados do século VII antes da Era Comum, e seu propósito primordial estava era assegurar o valor fiduciário das moedas (Florenzano, 2001; Funari & Carlan, 2012). A partir do período helenístico, parte das emissões monetárias fomentadas no Mediterrâneo Antigo começaram a fazer referência a governantes específicos: esta prática seria perpetuada, também, pelos romanos, sobretudo os imperadores, que passaram a fazer uso das moedas como veículo de informação e disseminação de suas mensagens políticas. Deste modo:

Por meio da imagem, a mensagem política de um governo era transmitida aos seus governados, analfabetos em sua maioria. Não podemos subestimar o fato

de que, até o século XX, a maioria das pessoas era analfabeta e que as imagens, em geral, e nas moedas, em particular, constituíam um elemento central de identificação [...]. Atuavam como um meio de propaganda, onde as representações, em seus aversos e reversos, legitimavam seu poder (Funari & Carlan, 2012, p.65-66).

Seja por sua precisão cronológica, mas também por se caracterizar como uma representação oficial da instituição governamental que a emitiu, a moeda pode ser considerada uma modalidade documental de primeira importância para o estudo do Império Romano. Ao examinar o anverso e o reverso das cunhagens de imperadores romanos dos primeiros séculos da Era Comum, Andrew Wallace-Hadrill (1981) observou que, além de eventuais inscrições e imagens celebrativas, as moedas imperiais também associavam as efígies dos governantes às representações (inclusive personificadas) de suas supostas virtudes: “*Aequitas, Clementia, Constantia, Indulgentia, Iustitia, Liberalitas, Munificentia, Patientia, Pietas, Providentia, Pudicitia, Virtus*” (Wallace-Hadrill, 1981, p.310, n. 56). Ainda que poucas modificações temáticas e estilísticas tenham sido empreendidas nas moedas cunhadas durante os primeiros séculos do Principado (Duncan-Jones, 1994), algumas alterações podem ser observadas nas emissões monetárias da época de Adriano, quando, em decorrência das viagens empreendidas às províncias, houve a inclusão de imagens deste governante como restaurador de diversas localidades.

Dentre as inovações temáticas trazidas pelas cunhagens de Adriano, tem-se reconhecido a inclusão de uma virtude até então utilizada apenas em moedas com efígies de personalidades femininas: a *pudicitia* (Noreña, 2007). Conforme definição do *Oxford Latin Dictionary* (Glare, 1968), o vocábulo *pudicitia* era utilizado na língua latina como sinônimos de “pureza sexual, castidade e virtude”. Admitida

como uma qualidade moral, a *pudicitia* adquiriu uma representação personificada entre os romanos e chegou a ser cultuada, também, por mulheres casadas (Langlands, 2006).

Um denário⁷⁶ cunhado em Roma, entre os anos de 112 e 115 da Era Comum (RIC II, N°733, p.298), por exemplo, apresenta, no seu anverso, o busto da imperatriz Plotina com o rosto voltado à direita. No reverso, há a representação de um altar retangular com cinco degraus. Sobre o altar, há a representação da pudicícia coberta e disposta em frente a uma cadeira. Na inscrição do exergo, há a referência a um altar de culto à *pudicitia*. Pode-se presumir uma tentativa de caracterizar a imperatriz, a esposa de Trajano, como um referencial principal de preservação e culto ao comedimento sexual. Proposta similar pode ser observada nas cunhagens de Sabina: um *denarius*⁷⁷ cunhado em Roma, entre os anos de 130 e 138 da Era Comum (RIC II, N°406, p.388), apresenta, no anverso, o busto de Sabina voltado à direita acompanhado das seguintes inscrições: *SABINA AVGVSTA HADRIANI AVG P P*. No reverso, há a representação da *pudicitia* em pé, coberta, e com a mão direita sobre o peito. Na inscrição do reverso há também uma legenda, identificando a personificação: *PVDICITIA*.

Ao incorporar (de maneira pioneira entre os imperadores) a pudicícia ao rol de virtudes retratadas em suas cunhagens, Adriano tinha por objetivo fazer veicular a imagem de um governante respeitador das leis e costumes referentes às práticas sexuais: sua associação à *pudicitia* representaria, de maneira simbólica, seu compromisso com a proteção e integridade sexual das pessoas nascidas livres (Silva & Funari, 2017). Dentre as distintas representações de Adriano sob o signo da *pudicitia*, pode-se observar um denário

² Disponível para visualização em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1977-1101-7. Acesso em 02 de Janeiro de 2023.

³ Disponível para visualização em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-12346. Acesso em 02 de Janeiro de 2023.

(RIC II, N°176, p.360. Imagem 03) cunhado em Roma, entre os anos de 124 e 127 da Era Comum, no qual o anverso apresenta o busto laureado do imperador retratado com a face voltada para a direita sob as seguintes inscrições: *HADRIANVS AVGVSTVS*. O reverso, por sua vez, apresenta a personificação da *Pudicitia* em pé, voltada para a esquerda e coberta por um véu que é segurado por sua mão direita de modo a esconder o rosto com o referido tecido. A inscrição *COS III*, referente aos consulados de Adriano, também pode ser observado no reverso desta moeda:



Imagem 03 – Denário cunhado à época de Adriano. Fonte: Wikimedia Commons.

Noutro denário (RIC II, N°179, p.360. Imagem 04) da mesma época (124-127), o busto de Adriano também é apresentado, no anverso, laureado e com face voltada para a direita. As inscrições também são similares àquelas da moeda anterior: *HADRIANVS AVGVSTVS*. No reverso, porém, há uma variação da representação da *Pudicitia*: nesta cunhagem, sua personificação está sentada sobre um trono, voltada para a esquerda, coberta por um véu que é segurado com a mão direita sobre a cabeça, enquanto seu outro braço repousa sobre as próprias pernas. A inscrição do reverso traz os dizeres *COS III*, referente aos consulados de Adriano, e um pequeno globo no exergo:



Imagem 04 – Denário cunhado à época de Adriano. Fonte: Wikimedia Commons.

Considerações Finais

Como conciliar as moedas emitidas por Adriano e as narrativas aristocráticas antigas e algumas leituras normativas modernas? Tanto os autores antigos, como os modernos, conheciam essas representações da pudicícia, mas não hesitaram em pintar um príncipe impudico. Pode supor-se uma disjunção entre a imagem pública que o próprio imperador Adriano queria passar, com o pudor em destaque, e seu comportamento. A moeda procuraria incentivar o pudor, sem que esse comedimento devesse aplicar-se, sempre, ao imperador. De fato, tanto no passado, como no presente, costuma haver discrepância entre o que o poder quer propagar e o comportamento dos próprios poderosos. Os lemas são normativos e o comportamento, tanto dos poderosos, como de todas as demais pessoas não seguem mesmo as palavras de ordem. Importa-nos não constatar a suposta e efetiva desmedida ou pudicícia, mas questionar a aceitação de narrativas que naturalizam os comportamentos, como se valores (normativos) do presente fossem também (normativos) no passado. As fontes aristocráticas pintavam o poder imperial desmedido, mesmo quando sabiam que sua narrativa iconográfica numismática podia enfatizar outros valores. Estavam inseridos nas lutas sociais de seus contextos. Já as leituras historiográficas que naturalizam o feminino

como desmedido e o masculino como controlado, no presente e no passado, fora do tempo e da cultura, mostram como estão inseridas no cientificismo modernista. A fluidez dos valores, no entanto, permite compreender a convivência de narrativas tão díspares, pois os comportamentos, no passado e no presente, eram e são mais intrincados e complexos do que qualquer normativa. Diferenças (Veyne, 1989) e contradições não são aporias (Benjamin, 1980), são a própria vida:

Life's but a walking shadow, a poor
player,
That struts and frets his hour upon the
stage
And then is heard no more. It is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury,
Signifying nothing
(Shakespeare, *Macbeth*, Act V, Scene V)

A vida é apenas uma sombra errante, um
mau ator
A se pavonear e afligir no seu momento
sobre o palco
E do qual nada mais se ouve. É uma
história
Contada por um idiota, cheia de som e
fúria,
Significando nada
(Tradução de Rafael Raffaelli)

Pudico e desmedido: narrativas diversas de uma
mesma vida.

Documentação literária e numismática

BÍBLIA. **Novo Testamento.** Os quatro evangelhos.
Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das
Letras, 2017.

- CAIROLLI, F. P. Marcial Brasileiro. **Tese** (Doutorado). FFLCH/USP. São Paulo, 2014.
- DIO CASSIUS. **Roman History**. Vol. VIII, Books 61-70. Translated by: E. Cary & H. B. Foster. Harvard: Loeb Classical Library, 2001.
- HISTORIA AUGUSTA**. Volume I: Hadrian. Aelius. Antoninus Pius. Marcus Aurelius. L. Verus. Avidius Cassius. Commodus. Pertinax. Didius Julianus. Septimius Severus. Pescennius Niger. Clodius Albinus. Translated by D. Magie. Harvard: Loeb Classical Library, 1921.
- HISTÓRIA AUGUSTA**. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo. Volume I. Tradução, introdução, notas e índice: C. A. Teixeira, J. L. Brandão e N. S. Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- MARTIAL. **Epigrams**. Volume I: Spectacles, Books 1-5. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Harvard: Loeb Classical Library, 1993.
- MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. **The Roman Imperial Coinage**. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926.
- PAUSANIAS. **Description of Greece**. Vol. IV, Books 8.22-10: Arcadia, Boeotia, Phocis and Ozolian Locri. Translated by: W.H.S. Jones. Harvard: Loeb Classical Library, 1935.
- ZANGEMEISTER, K. F.W (Editor). **Corpus Inscriptionum Latinarum IV**: Inscriptiones parietae Pompeianae Herculanae. Berlin, 1871.

Referências bibliográficas

- ADAMS, J.N. **The Latin sexual vocabulary**. Londres: Duckworth, 1982.
- ALDRICH, R. **The Seduction of the Mediterranean**. Writing, Art and Homosexual Fantasy. London: Routledge, 1993.

- BENARIO, H. **A commentary on the Vita Hadriani in the Historia Augusta**. Ann Arbor: The American Philological Association, 1980.
- BENJAMIN, W. **Gesammelte Schrifte**, Bd. I-2, Frankfurt: Suhrkamp, 1980 (Über den Begriff der Geschichte, 1940, p. 691-704).
- BRANDÃO, J. L. L. Introdução. In: **História Augusta**. Vol. I. Coimbra: University Press, 2013.
- CAMERON, A. **The last pagans of Rome**. Oxford: University Press, 2011.
- CANTARELLA, E. **Según natura**. La bisexualidad en el mundo antiguo. Madrid: Aikal, 1991.
- CARVALHO, R. *et al.* (Orgs.). **Por que calar nossos amores?** Poesia homoerótica latina. Edição Bilingue. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- CORASSIN, M. L. Um estudo sobre a História Augusta. A vita Alexandri Severi. **Tese** (Doutorado), FFLCH/USP. São Paulo, 1984.
- CORASSIN, M. L. A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma. **Boletim do CPA**, N°04, p.197-211, 1997.
- DALL'ORTO, G. Scritto sui muri. Graffiti di Pompei ed omosessualità, **Babilonia**, n. 99, p. 64-66, aprile 1992, consultado em 03/01/2023 em <http://www.giovannidallorto.com/saggistoria/pompei/pompei.html>.
- DUPONT, F.; ÉLOI, T. **L'erotisme masculin dans la Rome antique**. Paris: Belin, 2001.
- ERKER, Š. E. Gender and Roman Funeral Ritual. In: HOPE, V. M; HUSKINSON, J. (Eds.). **Memory and Mourning**. Studies on Roman Death. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 40-60.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A.. **Dictionarie étymologique de la langue latine**. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 2001.

- FEITOSA, L. M. G. C. Amor e sexualidade no popular pompeiano: uma análise de gênero em inscrições parietais. **Tese** (Doutorado), IFCH/Unicamp. Campinas, 2002.
- FEITOSA, L. M. G. C. O amor entre iguais: o universo masculino na sociedade romana. In: ESTEVES, A.M; AZEVEDO, K.T; FROHWEIN, F (Orgs.). **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p.124-140.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Volume I. A vontade de saber. São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, M. Não ao sexo-rei. In: **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal, 2012.
- FUNARI, P. P. A. Apotropaic symbolism at Pompeii: a reading of the Graffiti evidence. **Revista de História**, n. 132, p. 09-17, 1995.
- FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica**. A História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- FUNARI, P. P. A. Introdução a Plutarco. In: SÜETÔNIO & PLUTARCO. **Vidas de César**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- GAIA, D. V. Adriano – O imperador greco-romano. In: REDE, M. (Org.). **Vidas Antigas: ensaios biográficos da Antiguidade**. Volume 2. São Paulo: Entremeios, 2020, p.47-74.
- GLARE, P.G.W. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: University Press, 1968.
- HERRENDORF, D. **Memórias de Antínoo**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- HOPE, V. M; HUSKINSON, J. (Eds.). **Memory and Mourning**. Studies on Roman Death. Oxford: Oxbow Books, 2011.
- LANGLANDS, R. **Sexual Morality in Ancient Rome**. Cambridge: University Press, 2006.
- MACHADO, C. A. R. Imperadores Imaginários. Política e Biografia na História Augusta. **Dissertação** (Mestrado), FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

- MILLAR, F. **A Study of Cassius Dio** . Oxford: Clarendon Press, 1964.
- MOMIGLIANO, A. **The Development of Greek Biography**. Expanded Version. Harvard: University Press, 1993.
- PESSOA, F. **Antinous: A poem**. Lisbon: Monteiro & Co, 1918.
- PINTO, R. O ‘crime’ da homossexualidade no exército e as representações da masculinidade no mundo romano. In: CARLAN, C.U; FUNARI, P. P. A; CARVALHO, M.M; SILVA, E.C.M. (Orgs.). **História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Cultura**. Volume III. São Paulo: Editora Annablume, 2012, p.109-132.
- POIGNAULT, R. Images de l’Empereur Hadrien D’après L’Histoire Auguste relue par Marguerite Yourcenar. **Revue des Études Latines**, No.69, p.203-218, 1991.
- SHAKESPEARE, W. **A tragédia de MacBeth**. Tradução de R. Raffaelli. Florianópolis, UFSC, 2016.
- SILVA, U.G. A Escrita Biográfica na Antiguidade: Uma Tradição Incerta. **Politéia** (UESB), v. 08, p. 67-81, 2008.
- SILVA, F. N. Gênero e poder no Império Romano. Considerações sobre o imperador Adriano. **Dissertação** (Mestrado), IFCH/Unicamp, 2016.
- SILVA, F. N.; FUNARI, P. P. A. Adriano e a masculinidade. **Veredas da História**, Vol.10, n. 01, p.104-118, Julho, 2017.
- THUILLIER, J.-P. Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus. In: COURBIN, A; COURTINE, J; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História da Virilidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p.71-124.
- VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- VOUT, C. **Power and eroticism in Imperial Rome**. Cambridge: University Press, 2007.
- WALLACE-HADRILL, A. The emperor and His Virtues. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Bd.30, H.3 (3rdQtr), 1981, p.298-323.

WILLIAMS, C. A. **Roman Homosexuality.** Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity. Oxford: University Press, 1999.

YOURCENAR, M. **Mémoires d'Hadrien.** Paris: Plon, 1951.

Economia e sociedade em *Bracara Augusta*: O contributo dos tesouros numismáticos

Diego Machado

Introdução

O precoce contacto da região ocidental da área galaico bracarense com os exércitos romanos e a sua aparente pacificação, associada a uma reconhecida hierarquização do povoamento no século I a.C., terão porventura reforçado a especificidade cultural desta região meridional do NO peninsular relativamente às regiões mais setentrionais e interiores. De facto, este território possui traços culturais distintivos, particularmente perceptíveis na estruturação de um povoamento hierarquizado, encabeçado por *oppida*, povoados por vezes com quatro linhas de muralhas que encerravam grandes áreas, alguns com mais de 10 hectares, com uma organização ortogonal das áreas residenciais (Martins; Lemos; Pérez Losada, 2005).

Acrescem ainda outros traços diferenciadores, como a prática de colocar estátuas de guerreiros em pontos destacados das muralhas, que se supõe relacionada com processos de afirmação identitária das comunidades, bem como com a emergência de uma elite, que se afirmaria também através de uma linguagem decorativa que ornamenta as pedras formosas de alguns balneários ou as portas de algumas casas (Calo Lourido, 1994; González Ruibal, 2004; 2012).

Entre as questões historiográficas que tradicionalmente se colocaram, relativamente à integração e urbanização do NO, destaco três, cuja avaliação depende de dados de natureza textual e que se articulam diretamente com a reforma administrativa de Augusto, como seja, a integração provincial, a organização conventual e o estatuto jurídico das respetivas capitais.

Relativamente à integração provincial do NO sabe-se hoje, graças ao conteúdo da tabula de bronze de Bembibre, também chamada éditto de El Bierzo, datada do ano 15 a.C., que as regiões de *Asturia* e *Callaecia* se encontravam nessa data integradas na província Transduriana, hipoteticamente criada em 25 a.C., para fazer face às necessidades militares e organizacionais associadas às guerras cantábricas e ao controlo do território, ainda que o seu efetivo funcionamento possa ser mais tardio, em torno do ano 22 a.C., por ação de *Lucio Sestio Quirinal* (Cavada Nieto; Villanueva Acuña, 2001).

No entanto, sabemos que a vida dessa província foi curta, tendo os territórios do NO acabado por ser integrados na Citerior, ainda durante a última estadia ocidental de Augusto, que terá tido por objetivo o ultimar da *divisio* provincial da Hispânia em três províncias e a organização da malha conventual. Sabe-se hoje que os conventos jurídicos foram uma criação de Augusto, tendo por base os dados propiciados pela tabula *Lougeiorum*, datada do ano 1 a.C., facto que não deixa dúvidas quanto à assinatura de Augusto na subdivisão das províncias em unidades administrativas de carácter judicial (Dopico Caínzos 1986).

Já a questão relativa à natureza jurídica das três capitais conventuais permanece problemática, dada a ausência de evidências epigráficas sugestivas do seu estatuto fundacional, ou mesmo sobre a sua eventual promoção municipal em época flávia. Por isso, considerando a relevância política e administrativa das três capitais de conventos do NO e sendo certo que possuíam instituições de governo semelhantes aos municípios, parece hoje bastante verossímil que possam ter gozado do direito latino desde a sua fundação (Le Roux, 1994; Dopico Caínzos, 2016).

A integração do noroeste ibérico ao Império Romano

A anexação do noroeste da Península Ibérica ao *imperium* de Roma, nos finais do século I a.C., uma vez terminadas as Guerras Cantábricas, permitiu a inserção de um

território vasto e densamente povoado à área de influência direta de um Império que se vinha constituindo há quatro séculos. Esse longo período de expansão e conquista permitiu aos romanos a constituição de mecanismos administrativos bastante eficazes, seja por sua capacidade de adaptação a diferentes realidades, ou pelo longo desenvolvimento que conheceu desde as primeiras cidades na Península Itálica, ainda no século IV, ou às diferentes regiões da *Hispania*, integradas paulatinamente desde a Segunda Guerra Púnica (Sewell, 2010). Administrativamente, a península conheceu uma nova divisão em três províncias, *Lusitania*, à sudoeste, *Baetica*, a sul, e a *Tarraconensis*, que ocupava a área norte e este, onde foram integradas as recentes conquistas.

O enquadramento pré-romano de *Bracara Augusta* é conhecido em resultado de um número significativo de trabalhos realizados sobre a ocupação proto-histórica, dispondo-se igualmente de uma boa base arqueológica para a caracterização do território no período romano. O conjunto dos dados disponíveis torna possível compreender as dinâmicas que presidiram à fundação da cidade, bem como os impactos decorrentes da criação dessa nova realidade (Carvalho, 2008).



Figura 1 – Mapa das *Hispaniae* com as principais cidades romanas (©Wiki Commons).

O inegável protagonismo assumido pelos indígenas na vida económica e na estrutura social de *Bracara Augusta*, bem documentado pela epigrafia, parece demonstrar que a sua criação se deveu a uma decisão política consensual entre Roma e as elites indígenas bracarenses, a qual terá sido precisada com os necessários instrumentos jurídicos e administrativos romanos. Somente após esses procedimentos se terão realizados os necessários trabalhos de *agrimensura*, certamente anteriores ao processo de povoamento da área urbana e das atividades construtivas que estariam já em desenvolvimento quando *Paulus Fabius Maximus* se deslocou à cidade, entre 3-2 a.C., na qualidade de legado imperial, e tomou parte da homenagem que os *bracaraugustani* prestaram a Augusto (Martins; Carvalho, 2016; Martins; Magalhães; Botica, 2019).

Em suma, a integração dos novos territórios deu-se a partir de dois vetores: por um lado, a máquina estatal através

de instrumentos administrativos e jurídicos que permitiram a articulação do noroeste com o Império, e por outro, por meio da fixação de agentes ligados às atividades comerciais de modo a expandir seus negócios através de acordos de *patrocinium* com as elites indígenas interessadas em manter os seus estatutos sociais. Cabe destacar, ainda, o dinamismo entre as capitais dos *conuentus* e as capitais das províncias, como aconteceu no NO peninsular que mantinha uma forte ligação com Tarraco, capital da *Tarraconensis*, bem retratada nas carreiras políticas e religiosas de elementos de extrato indígena, já nas primeiras décadas (Étienne, 1974; Fishwick, 1987).

Aspetos urbanísticos e arquitetónicos de *Bracara Augusta*

O processo de materialização dos limites e a subdivisão do espaço físico da cidade de *Bracara Augusta* pode ser inferido a partir dos dados arqueológicos disponíveis, sendo possível estimar que a cidade teria o seu eixo maior no sentido E/O e uma área planificada de cerca de 29,85 hectares. Por outro lado, a valorização conjunta dos elementos determinantes da morfologia urbana forneceu-nos a base para restituir o módulo usado na marcação da cidade. Assim, os vestígios construtivos documentam que a cidade possuía uma orientação NNO/SSE, sendo a distância medida entre os eixos das ruas conhecidas de 156 *pedes*, quer no sentido N/S, quer no sentido E/O, facto que sugere um modelo planimétrico baseado no cruzamento de dois eixos principais, com subsequente marcação de eixos paralelos, que definiam uma grelha quadrada (Martins *et al.*, 2017a).

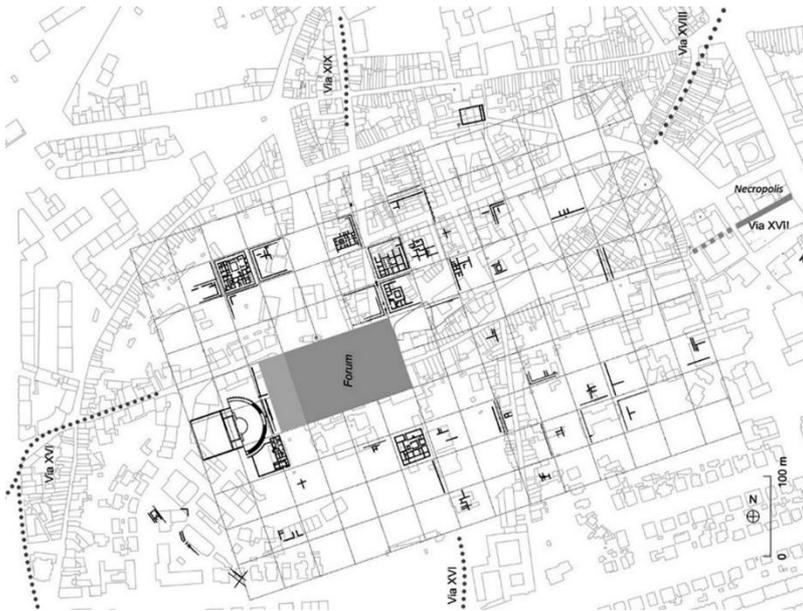


Figura 2 – Malha urbana de *Bracara Augusta* no século II (Martins; Magalhães, 2021, p. 416)

Já nas primeiras décadas após a fundação da cidade ter-se-ão iniciado as atividades construtivas associadas ao *forum*, que terão exigido uma considerável mão-de-obra indígena. No entanto, nada sabemos sobre a estrutura do centro administrativo e religioso de *Bracara Augusta*, uma vez que ainda não foi arqueologicamente intervencionado, sendo a sua localização conhecida sobretudo através de referências presentes na cartografia histórica da cidade (Martins *et al.*, 2017b, p. 254).

Podemos ainda atribuir ao período de Augusto alguns silhares que marcavam os limites dos quarteirões, alguns muros de contenção, construídos em aparelho poligonal de tradição indígena, bem como um invulgar espaço construído, cujas características sugerem a sua possível função como espaço comercial (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2017a).

No entanto, a imagem que podemos recriar da cidade de Augusto e júlio cláudia em nada se assemelha à da cidade

de época flávia, pois datam já de um período avançado, entre finais do século I e os inícios do II, alguns dos principais equipamentos públicos reconhecidos pela Arqueologia, que representavam imprescindíveis *ornamenta* de qualquer cidade romana provincial, e a efetiva ocupação dos quarteirões habitacionais (Martins; Magalhães, 2021, p. 417-419).

O edifício comercial antes referido, datável dos inícios do século I, foi arrasado para a construção, nos inícios do século II, de umas termas públicas e um teatro anexo. Estes dois edifícios constituem os exemplares melhor conhecidos da arquitetura pública romana, situando-se nas imediações do *forum*. O edifício das termas ocupava uma área quadrada, com 150 *pedes* de lado, que incluía as zonas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra*. O primeiro projeto define uma construção retangular alongada que permitia uma circulação axial retrógrada. A área de banhos ocupava uma superfície reduzida, sendo composta por um amplo *apodyterium*, associado a uma piscina, por um *frigidarium*, também com uma piscina, dois *tepidaria* e um *caldarium*. O edifício foi objeto de sucessivas reformas até ao seu abandono, nos inícios do século V, tendo mantido, contudo, a sua configuração inicial (Martins, 2005; 2015).

O teatro anexo às termas, ainda em fase de escavação, possui uma *caenea* com diâmetro máximo de cerca de 70m, delimitada por um robusto muro perimetral com contrafortes. A *orchestra* possui 20,80 m de diâmetro máximo estando desprovida do pavimento, que seria constituído por grandes lajes de granito polido, tal como o *aditus* norte. O corpo cénico integrava o *pulpitum* com 7,37 m de profundidade por 29,54m de comprimento, estando limitado por duas basílicas, enquanto na parte traseira do teatro foi identificado um *porticus post scaenam*. O abandono do edifício ocorreu nos finais do século III, tendo sido parte de sua estrutura reaproveitada para a implantação da muralha, nos inícios do IV (Martins *et al.*, 2013; 2018b).

Uma vez que a estrutura urbana estava criada, foi iniciada a ocupação do parque habitacional da cidade, em

época flávia, que estava representado por *domus* que preenchiam a metade ou a totalidade dos quarteirões, rodeados por eixos pedonais porticados, e reproduziam, com grande qualidade, o léxico arquitetónico itálico nas plantas e na escolha dos materiais. Trata-se, maioritariamente, de *domus* de peristilo, ladeadas de pórticos que bordejavam as vias e facilitavam o acesso às lojas, que se desenvolviam na parte baixa das casas (Magalhães, 2016; 2019).

A única casa romana integralmente escavada em Braga está representada pela *domus* das Carvalheiras, que ocupava a totalidade de um quarteirão urbano, cujo primeiro projeto data da época flávia, oferecendo a particularidade de ser uma *domus* de átrio e peristilo. A construção exhibe características que podem ser consideradas típicas da arquitetura doméstica provincial, onde se testemunham os clássicos espaços de receção e representação, em torno das áreas abertas e ajardinadas do *atrium* e do *peristylium*. A casa sofreu uma primeira remodelação no século II, altura em que um quadrante da habitação foi sacrificado para a construção de um balneário para uso público. As sucessivas reformas do conjunto doméstico das Carvalheiras até aos séculos V/VI são reveladoras da sua longa ocupação, mas também da sua paulatina metamorfose, refletindo a evolução urbanística e arquitetónica dos quarteirões residenciais de *Bracara Augusta* (Martins; Ribeiro; Meireles, 2011; Ribeiro; Martins; Magalhães, 2016; Magalhães, 2019).

Em finais do século III, *Bracara Augusta* tornou-se capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano. O novo estatuto político da cidade no século IV terá justificado um importante programa de renovação urbana, perceptível pela remodelação de equipamentos de carácter público e pela generalizada renovação do parque habitacional. Enquanto capital provincial, *Bracara* constituiria, no século IV, uma cidade atrativa para todos os que procuravam competir pelos altos cargos administrativos do estado romano (Machado *et al.*, 2020).

A muralha, edificada no século IV, constitui o maior investimento construtivo deste período. A fortificação foi identificada através de escavações realizadas em áreas periféricas da cidade, que permitiram identificar vários tramos desta poderosa estrutura que cercava uma área de 48ha, ligeiramente mais ampla que a cidade planificada fundacional. A implantação desse aparelho defensivo resultou, ainda, numa maior hierarquização das vias públicas, tendo-se documentado o avanço da área construída privada sobre os eixos pedonais em diversas habitações e, em alguns casos, sobre as ruas, que, certamente, perderam importância face à limitação dos acessos à cidade, que estavam restritos às portas rasgadas no pano da muralha (Lemos; Leite; Cunha, 2007; Pereira, 2018).

A partir de finais do século III, muitas *domus* sofreram alterações substantivas, vendo desaparecer os pórticos, que foram integrados nas construções, ao mesmo tempo que adotam evidentes sinais de luxo, com a instalação de balneários privados, verificando-se igualmente o uso sistemático de mosaicos e de estuques a revestir os pavimentos e as paredes (Magalhães, 2010).

Um caso bastante paradigmático desse fenómeno pode ser observado na *domus* da Escola Velha da Sé, cujo quarteirão sofreu uma profunda remodelação nesse período, como consequência da aquisição dos dois lotes por um único *dominus*. O resultado dessa alteração tornou a área da antiga habitação a sul, de época flávia, um espaço certamente associado às práticas simposiásticas e de receção de *convivas*, fruto da transformação do peristilo num pátio aberto e com a instalação de um balneário na parte oeste do quarteirão (Magalhães, 2019).

Apesar do fim do domínio romano na Hispânia e a instalação dos Suevos na região da *Gallaecia* a florescente cidade do século IV persistiu nos séculos V e VI, tendo-se mantido ocupada na sua maior extensão, verificando-se a continuidade das importações e uma intensa atividade artesanal. Os dados disponíveis apontam para mudanças de

natureza sociocultural, reconhecendo-se um máximo aproveitamento das estruturas preexistentes, com reduzido investimento construtivo e uma clara ausência de soluções construtivas padronizadas. A primeira basílica paleocristã foi implantada onde teria existido um mercado, no setor nordeste do perímetro amuralhado, junto à cerca. As mudanças configuram, ainda, um novo modelo residencial, com o peristilo a ceder lugar ao pátio, que dava acesso a diferentes unidades habitacionais. Simultaneamente, assiste-se ao aparecimento de novos edifícios de carácter habitacional e artesanal, que se erguem, de forma orgânica, em anteriores espaços e edifícios públicos desafetados, como aconteceu na área do teatro (Martínez Peñín; Martins, 2016; Martins *et al.*, 2018a; Machado *et al.*, 2020).

Os tesouros numismáticos de contextos domésticos

No decorrer da atividade arqueológica que se realiza em Braga de forma sistemática desde 1976, no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, foram efetuadas mais de 300 escavações, que veem proporcionando um surpreendente manancial de dados para o estudo da cidade romana e sua evolução em época medieval e moderna. Soma-se a essa vasta documentação os textos produzidos por eruditos modernos e investigadores dos inícios da contemporaneidade, anteriores aos desenvolvimentos epistemológicos e metodológicos que as ciências conheceram a partir da segunda metade do século XX, mas igualmente importantes para o conhecimento de realidades materiais que não se conservaram, ou encontram-se desaparecidas (Oliveira, 1985; Martins, 1991-92).

Nesse longo período de atividades arqueológicas, assim como na reunião de referências sobre achados fortuitos pela cidade, foram identificados seis tesouros numismáticos no interior de unidades habitacionais de *Bracara Augusta*.

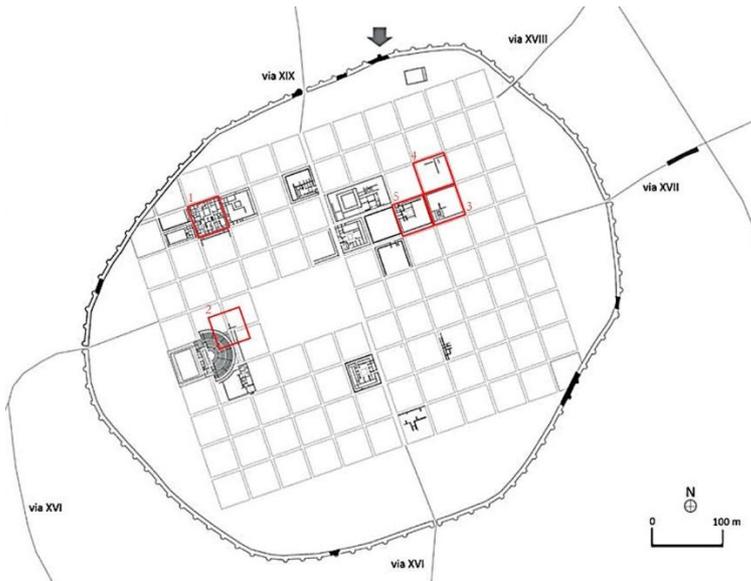


Figura 3 – Localização das zonas arqueológicas onde foram identificados os tesouros numismáticos: 1) Carvalheiras; 2) Casa da Bica; 3) Seminário de Santiago; 4) Rua Afonso Henriques n° 86; 5) Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade (adapt. Martins; Magalhães, 2021, p. 421).

O tesouro das Carvalheiras

Em 1992 foi realizada uma campanha de escavações na *domus* das Carvalheiras que incidiu na plataforma norte, na área onde estavam localizados os compartimentos envolventes da área aberta que conformou o peristilo da casa flaviana. Em uma dessas estâncias foi identificado um tesouro composto por 44.970 moedas de bronze e 12 de prata, que se encontrava depositado junto à soleira da entrada de um desses compartimentos, cuja função havia sido modificada, a partir do século II, com a instalação, naquele setor do quarteirão, da palestra do *balneum*, convertendo-se assim em uma loja. Uma vez que a ocupação daquele sítio persiste até o século VII, e que o edifício termal deixa de funcionar nos finais do século IV, essas estruturas podem ter assumido novamente uma função residencial nesse período, apesar de não conseguirmos

restituir a planimetria desse novo edificado, mau grado a má conservação dos muros (Martins, 2015, p. 22-24; 1997-98, p. 35).

As moedas que compõem o tesouro não se encontram classificadas ou catalogadas, tendo sido apenas objeto de uma avaliação preliminar, que documenta a presença de um significativo conjunto de emissões datáveis do século IV, com grande presença das emissões de Constantino (Zabaleta Estévez, 1999, p. 84-85).

O tesouro da “Casa da Bica”

Durante a campanha de escavação realizada em 2015 no Teatro romano de *Bracara Augusta* uma das áreas intervencionadas incidiu num sector conhecido por “Casa da Bica”, uma unidade habitacional que aproveita o abandono do edifício de espetáculos, em finais do século III/inícios do IV. A cronologia de ocupação desta estrutura, tendo por base os materiais datantes, permite situá-la entre finais do século IV e o século VII (Martins *et al.*, 2016a). Nos referidos trabalhos arqueológicos foi identificado um tesouro composto por 371 moedas de bronze, que estaria envolto num saco em tecido, tendo sido encontrado num nível que integrava elementos do derrube da parede poente da construção, presumindo-se que nela teria sido escondido.

As moedas desse ocultamento foram analisadas com pormenor, facto que nos permite balizar as emissões entre os finais do século III e a primeira metade do V, apresentando como cunhagem mais antiga um *Ae3* a ostentar, no anverso, um busto radiado de *Tetricus I*, datável de 270-273, enquanto a mais recente está representada por *Ae4* fabricado em Roma, em 425-430, com os *signa* do imperador *Valentinianus III* (RIC X W. Empire 2132; Machado, 2017).

O tesouro do Seminário de Santiago

Em 2016, aquando de uma campanha de escavações nos claustros e jardins internos do Seminário de Santiago e Museu Pio XII com o objetivo de se verificar o potencial

arqueológico daqueles terrenos e o estado de conservação de eventuais vestígios construtivos que pudessem ali existir, foi identificado um tesouro composto por 481 moedas de bronze. Este pequeno ocultamento foi encontrado num nível de destruição, associado ao abandono do compartimento que foi construído na área do pórtico, aquando da reforma que a *domus* ali existente sofreu nos finais do século III/inícios do IV. Muito embora se desconheça a natureza das atividades que aí se desenrolaram é inquestionável que este novo espaço terá sido usado no século IV, podendo ter persistido ocupado ao longo da Antiguidade Tardia, tendo em conta os materiais associados aos níveis arqueológicos detetados (Martins *et al.*, 2016b).

Da mesma maneira que o tesouro anteriormente descrito, esse também foi alvo de um estudo mais aprofundado, facto que nos permite apresentar mais dados acerca de sua composição. Trata-se, com efeito, de um ocultamento composto por cunhagens bastante homogéneas, no que toca ao metal das moedas, exclusivamente representado por bronze, mas muito heterogéneo ao verificarmos as cronologias das emissões dos objetos. Com efeito, a cunhagem mais antiga identificada no ocultamento trata-se de um *Ae4* de *Diocletianus*, datável de 284-294 (RIC VII 299 Cyzicus), enquanto a mais recente está representada por um *Ae3* com os *signa* de *Valentinianus III*, produzido entre 425 e 435 (RIC X 2147; Machado *et al.*, 2021).

O tesouro da rua D. Afonso Henriques nº 86

Diferentemente dos demais ocultamentos, o tesouro da rua D. Afonso Henriques nº 86 não foi encontrado no âmbito de intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Braga, mas durante umas obras realizadas numa habitação localizado naquele lote nos finais do século XIX, tendo sido referido, ao longo de décadas posteriores, por alguns eruditos e investigadores sempre de maneira diferentes e, por vezes, contrastante.

Aquando da sua deslocação a Braga, em março de 1896, José Leite de Vasconcelos terá tomado conhecimento de um tesouro composto por milhares de moedas romanas de cobre, chamadas por ele de ‘bronzes mínimos’, do qual dá conta na revista “O Arqueólogo Português”, na edição de 1918. Nesta publicação, o autor afirma que os objetos encontravam-se depositados em uma talha cerâmica e ainda assinala a presença maioritária de cunhagens de Constantino e transcreve alguns das legendas que se encontravam visíveis, designadamente *CRISPVS NOB CAES, LICINIVS.. N, FL CL IVLLIANVS, FL IVL CONSTANTIVS NOB, DN VALENS, CONSTANTIVS PF AVG, DN THEODOSIVS, VALENTINIANVS, DN GRATIANVS* (Vasconcelos, 1918, p. 357).

Um outro erudito dos finais do século XIX e inícios do XX, Albano Belino, produziu um catálogo das moedas da Sociedade Martins Sarmento, publicado em 1900, no qual salienta o aparecimento de duas moedas de ouro de *Honorius*, que teriam aparecido aquando da demolição de casas para a abertura da rua d’El Rei, atualmente rua D. Afonso Henriques, as quais acreditamos corresponderem a objetos pertencentes ao tesouro referido por Vasconcelos (Belino, 1900).

Trata-se de dois *solidi* de 395-402 (RIC X 1206) em que no anverso figura o busto de *Honorius* diademado voltado à direita com a legenda *D N HONORIVS P F AVG*. No reverso temos o imperador de pé, voltado à direita, com um estandarte na mão direita e a *Victoria* sob um globo na mão esquerda e a legenda *VICTORIA AVGGG* (apesar de Belino transcrever “*VICTORIA AVGG*”). No campo, o numisma apresenta a inscrição “*MD*”, que nos permite identificar a cidade em que a moeda foi cunhada, *Mediolanum* (Belino, 1900, p. 141; Kent, 1994, p. 318).

Eduardo Oliveira (1978), ao realizar um balanço dos apontamentos arqueológicos de José Teixeira, reitera as informações produzidas por José Leite de Vasconcelos e anexa uma fotografia com alguns exemplares dos numismas deste tesouro. A partir deste registo é possível perceber alguns

dos reversos das moedas provenientes deste ocultamento, dos quais salientamos os representantes da série *nota* com grinalda, acampamento militar, globo sobre altar (*beata tranquillitas, notis uicennialibus*), entre outros. Salientamos também a presença de anversos pertencentes à série póstuma de *Constantinus I* e à série urbana de *Roma* ou de *Constantinopolis* (Bruun, 1966; Kent, 1981).

Por fim, David Mendes (2015, p. 236), foi o primeiro a informar a quantidade de numismas identificados nesse tesouro, tendo assinalado um conjunto composto por 22.468 moedas de bronze e uma de prata.

A análise das moedas, segundo as referências apontadas por José Leite de Vasconcelos (1918), Albano Belino (1900), Eduardo Pires de Oliveira (1978) e David Mendes (2015), sinaliza um tesouro com grande concentração de moedas do século IV e com algumas ocorrências de objetos do início do século V. Em relação aos imperadores que o figuram, embora ainda restem muitas dúvidas, quando apresentamos todas as opções levantadas pelas descrições e fotografias apresentadas pelos autores, vemos uma alta concentração de peças da dinastia constantiniana, representadas por *Constantinus I* e *II*, *Constantius Gallus*, *Constantius II*, *Crispus*, *Licinius* e *Iulianus*, bem como de membros da dinastia valentiniana, com *Valens*, *Valentinianus I* e *II* e *Gratianus*, e theodosiana, dentre os quais *Honorius*, *Theodosius I* e *II* e *Valentinianus III*. Contudo, apesar de unânimes em relação ao aparecimento de milhares de bronzes, é indicado exclusivamente por Belino a presença de dois *solidi* e por Mendes de um *argenteus*.

Os tesouros da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade

Entre 1982 e 1983 foi realizada uma ampla campanha de escavação nos terrenos da antiga fábrica do Cardoso da Saudade. Nesta intervenção foi possível identificar um amplo conjunto de estruturas, cujas valas de fundação apresentam materiais de época romana com cronologias que vão do

século I ao V. Durante essas intervenções arqueológicas foram identificados dois tesouros monetários, compostos, respetivamente, por 595 e 851 numismas, cronologicamente situados no período tetrárquico, com ênfase no século IV (Delgado *et al.*, 1984, p. 95-97; 1989, p. 10-11; Mendes, 2015, p. 236).

Na verdade, os dados acerca da ocupação romana naquela área da cidade contam com relatos e intervenções desde os finais do século XIX. Albano Belino (1895, p. 99-100) relatou três epígrafes que estavam dispostas nos quintais de um edifício habitacional ali localizado, enquanto José Leite de Vasconcelos, em artigo publicado no *O Archeologo Português* (1918, p. 358), dá conta de um tanque retangular (5,33x3,97x1,86m) revestido com *opus tessellatum* no lastro e paredes, onde foram verificados temas relacionados com a fauna marinha, designadamente peixes policromados, contudo, o autor salienta que o mesmo foi destruído nos inícios do século XX.

Na segunda metade da centúria passada, em 1967, foram realizadas duas escavações arqueológicas, coordenadas por Rigaud de Sousa e Salette Ponte, com o objetivo de verificar o prolongamento das ruínas associadas ao peristilo de uma *domus* encontrado no ano anterior nas intervenções executadas no claustro do Seminário de Santiago. Apesar de não ter sido possível identificar, na área mais próxima ao edifício religioso, os vestígios da ocupação romana que se prolongaria, naquele quarteirão de *Bracara Augusta*, fruto do desmantelamento das estruturas mais antigas aquando do rebaixamento daqueles terrenos para a abertura da rua D. Gonçalo Pereira e largo de São Paulo (Sousa; Ponte, 1967, p. 2).

No ano seguinte, outra sondagem foi aberta, mais afastada, com o intuito de se verificar o estado de conservação das estruturas relatadas por José Leite de Vasconcelos. Nessa campanha foram identificados muros com cronologia romana, mas que foram bastante desbastados

para a construção do antigo Colégio de S. Paulo, fundado no século XVI (Sousa; Ponte, 1970, p. 393-394).

A partir dos dados disponíveis é possível caracterizar duas fases de ocupação desta zona arqueológica. A primeira estaria relacionada com a construção de uma habitação romana, nos finais do século I/inícios do século II, que teria sofrido uma reforma, provavelmente nos inícios do século IV, que resultou na implantação do mosaico policromado, fenómeno bem conhecido em outras *domus* da cidade, nas quais foi verificado, nesse período, amplas remodelações dos espaços de representação e um grande investimento em elementos decorativos e salas balneares (Magalhães, 2019).

Análise da composição dos tesouros da Casa da Bica e Seminário de Santiago

O significativo número de tesouros identificados em *Bracara Augusta*, provenientes de contextos domésticos, documenta a recorrência do excedente de numerário que foi alvo de ocultamentos na cidade no período baixo imperial. De modo geral, podemos salientar que esses conjuntos numismáticos apresentam configurações bastante aproximadas, em que se verifica uma grande presença de moedas do século IV, sobretudo cunhadas durante a dinastia constantiniana e uma considerável diminuição do numerário nos momentos posteriores.

Mau grado o baixo número de estudos já realizados sobre a composição desses ocultamentos, facto que dificulta uma análise pormenorizada de processos económicos que se desenrolariam na cidade durante o período tetrárquico, avaliaremos dois tesouros, que foram alvo de uma classificação integral de seus numismas, designadamente o da Casa da Bica e Seminário de Santiago⁷⁸ (Machado, 2017).

¹ *Dataset* das moedas do Seminário de Santiago:
<https://doi.org/10.34622/datarepositorium/ID6UZ5>
Dataset das moedas da Casa da Bica:
<https://doi.org/10.34622/datarepositorium/N2DS3A>

Análise do tesouro da Casa da Bica

O tesouro da Casa da Bica era composto por 371 moedas de bronze, das quais a mais antiga foi cunhada por *Tetricus I*, entre 270 e 273, e a mais recente está representada por uma emissão de *Valentinianus III*, de 430-437. A concentração de numismas emitidos pela família constantiniana corresponde a 63,34% do ocultamento, enquanto as emissões das duas dinastias seguintes reunidas, valentiniana e teodosiana, equivalem a 8,63%. Somado a isto, há ainda 104 exemplares, que perfazem 28,03% do tesouro, para os quais não foi possível realizar uma atribuição a uma das três dinastias da época.

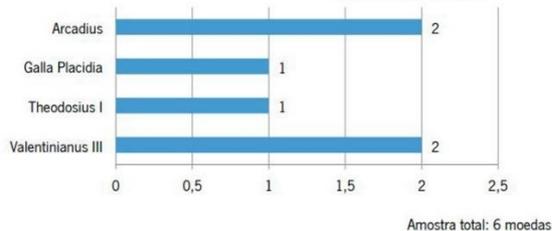
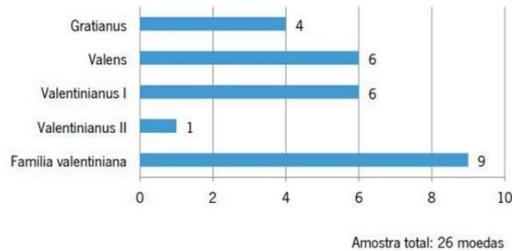
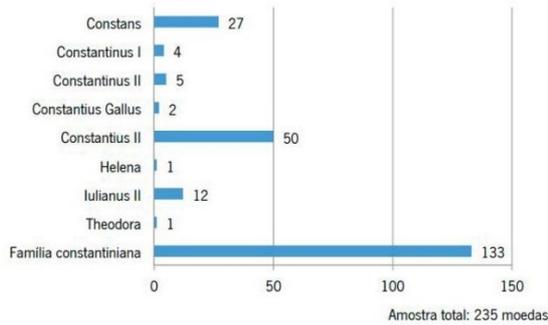


Figura 4 – Gráficos com a distribuição das moedas do tesouro da Casa da Bica por dinastias e imperadores ou imperatrizes (Machado, 2017, p. 77-78).

As moedas cuja casa de cunhagem foi possível identificar estão representadas em apenas 123 exemplares, que permitiram afinar a procedência a nível da cidade que os produziu, o que caracteriza 33,15% do ocultamento. Percebe-se uma significativa presença de cunhagens de *Arelate* e *Roma*, as quais correspondem a 52,03% desses objetos, mas igualmente foram identificadas emissões produzidas em diversas partes do Império, tanto Ocidental como Oriental, a exemplo de *Aquileia* ou *Lugdunum*, assim como *Thessalonica* ou *Antioquia*.

Análise do tesouro do Seminário de Santiago

O tesouro da *domus* de Santiago é composto por 481 moedas de bronze, das quais a mais antiga está representada pela emissão de um *Ae4* de Diocleciano, de 284-294, e a mais recente um *Ae3* de Valentiniano III, cuja datação pode ser balizada entre os anos 425 e 435. Contudo, apesar dessas cunhagens realizadas nos séculos III e V, todos os demais numismas associados a esse ocultamento foram produzidos no século IV. Apesar do desgaste dos objetos, que dificulta a leitura dos *signa* e, conseqüentemente, a classificação dos mesmos, grande parte deles apresenta leitura a nível da entidade que o emitiu, com exceção de cerca de 30% do material que se encontrava completamente ilegível.



Familia constantiniana



Familia valentiniana



Familia teodosiana



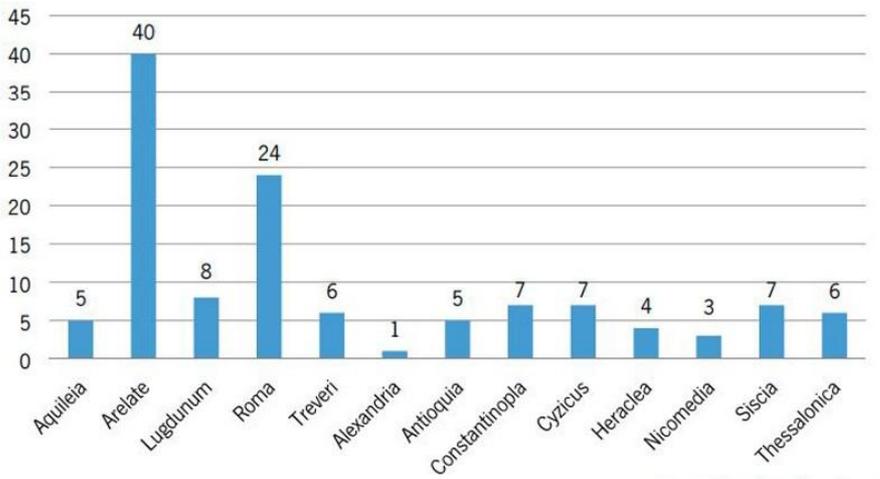
0 1 cm

1. *Ae4 Diocletianus*; 2. *Ae3 Séric Urbana - Constantinopolis*; 3. *Ae3 Séric Urbana - Roma*; 4. *Ae3 Constantinus Gallus*; 5. *Ae3 Diuo Constantino*; 6. *Ae4 Theodora*; 7. *Ae3 Constantius II*; 8. *Ae3 Helena*; 9. *Ae3 Constantinus I*; 10. *Ae3 Constans*; 11. *Ae3 Valens*; 12. *Ae4 Valentinianus II*; 13. *Ae3 Valens*; 14. *Ae3 Gratianus*; 15. *Ae3 Valentinianus II*; 16. *Ae4 Ilonorius*; 17. *Ae4 Arcadius*; 18. *Ae4 Arcadius*; 19. *Ae4 Theodosius I*; 20. *Ae3 Valentinianus III*.

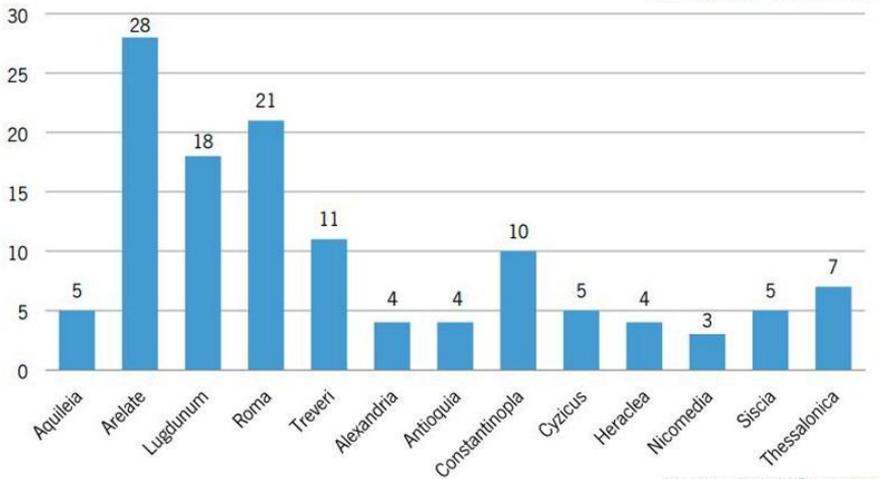
Figura 5 – Estampa com moedas do tesouro do Seminário de Santiago por dinastia e imperadores ou imperatrizes (Machado *et al.*, 2021, p. 93).

Estão presentes na composição do tesouro moedas das três dinastias que estiveram à frente do governo romano nos séculos IV e V, constantiniana, valentiniana e teodosiana, mas com diferenças quantitativas bastante expressivas. Mais de metade dos objetos, 58%, foi produzida sob a chancela de *Constantinus Magnus* e seus filhos, ou seja, data dos finais do século III até, sensivelmente, meados da década de 370. Por outro lado, ao analisarmos a quantidade de numismas de períodos posteriores, o número de objetos decai significativamente, embora a presença destas moedas esteja documentada ainda por pouco mais de meio século, tendo sido a mais recente cunhada sob Valentiniano III. O número de numismas emitido pelas dinastias valentiniana e teodosiana somam 36, o que representa cerca de 7% dos objetos classificados.

Contudo, diante à má conservação das peças e as dificuldades de se estabelecer estas informações em caso de ilegibilidade do exergo, apenas foi possível identificar a cidade onde a moeda foi produzida em 125 objetos, que representam 26% do total da amostra. De qualquer das formas, é possível identificar três oficinas que suportam, em grande medida, a massa monetária da cidade, *Arelate*, *Roma* e *Lugdunum*, que representam, no acervo estudado, 53% das marcas de cunhagem identificadas.



Amostra total: 123 moedas



Amostra total: 125 moedas

Figura 6 – Gráficos com a distribuição das moedas dos tesouros da Casa da Bica (superior) e Seminário de Santiago (inferior) com a proveniência identificada (Machado, 2017, p. 69; 80).

A diversidade de casas de cunhagem que abasteciam a cidade pode indicar o bom funcionamento das rotas terrestres e marítimas que asseguravam a integração das províncias e a circulação de bens dentro do Império. Com efeito, a generalidade dos padrões monetários analisados na Península

Ibérica atesta a sua inserção na área de influência das casas de cunhagem das *Galliae* e da *Italia* como aquelas responsáveis pelo aprovisionamento de numismas utilizados para o pagamento de salários associados à administração das províncias hispânicas, bem como à manutenção dos corpos militares que ao longo do período imperial estiveram estacionados em diversos pontos da península, especialmente no noroeste (Martínez Chico, 2020).

Considerações finais

Os tesouros numismáticos constituem um importante documento para o estudo das sociedades, seja por sua capacidade de reunir um grande número de exemplares de numismas e, de certa forma, promover uma melhor conservação do material, possibilitando a ampliação dos conhecimentos sobre as cunhagens em determinado período, ou por revelarem momentos de tensão e apreensão que tenham levado à retirada daquela massa monetária de circulação.

Os ocultamentos identificados em *Bracara Augusta* apresentam aspetos comuns relativamente à quase exclusividade de moedas em bronze e ao longo arco cronológico de suas produções, que abarcam desde as últimas décadas do século III até à primeira metade da quinta centúria.

A composição desses tesouros, pelo que se depreende tanto de notícias dispersas em publicações de eruditos e análises preliminares realizadas em escavações arqueológicas, bem como no estudo pormenorizado desenvolvido sobre os ocultamentos da Casa Bica e do Seminário de Santiago, sugere que tenham sido fruto de acumulações ao longo de décadas e que foram mantidos em locais escondidos no interior das habitações para, quando necessário, virem a ser utilizados pelos proprietários, como uma espécie de “cofre”.

No Dicionário de Numismática, ao verificarmos o verbete sobre o tema (Alfaro Asins *et al.*, 200, p.: 169 – s.v. *tesoro*), encontramos a classificação dos tesouros em cinco tipos diferentes tendo-se em perspetiva as circunstâncias do

abandono, modo de formação e composição, sendo um deles denominado “tesouro de poupança” (*tesoro de aborro*), definido por aqueles ocultamentos “constituídos ao longo de um longo período de tempo como uma reserva da riqueza pessoal ou familiar, geralmente constituídos por moedas de diferentes períodos”.

Essa linha de raciocínio parece-nos interessante tendo-se em consideração o baixo valor pecuniário dessas centenas ou milhares de moedas, representadas, sobretudo, por “bronzes mínimos”, como os *Ae3* e *Ae4*, e a residual presença de numerário com maior valor nominal, como as 12 moedas de prata das Carvalheiras e os eventuais *solidus* e *argentei* da rua D. Afonso Henriques.

Não obstante, o fato desses ocultamentos apresentarem objetos produzidos posteriormente ao ano 411, quando os suevos se instalaram no noroeste da Hispânia e estabeleceram como capital do reino a cidade de *Bracara*, parece sugerir alguma permanência de atividades comerciais com o Mediterrâneo, fenómeno bem avaliado através dos materiais identificados em níveis tardios do porto de Vigo, na costa da Galiza, Espanha, e nas *uillae* implantadas no entorno (Fernández Fernández, 2013), e que igualmente ecoa na continuidade da utilização, em *Bracara*, daqueles espaços como unidades habitacionais entre os séculos V e VII, ainda que com uma configuração diferente das *domus* do período clássico (Martins *et al.*, 2016c), assim como ao florescimento arquitetónico da região com a implantação de templos cristãos e de novas realidades construtivas e materiais na cidade (Fontes, 2015; Fontes *et al.*, 2010).

Acreditamos, portanto, que a configuração dos ocultamentos analisados é o resultado de um acúmulo de moedas realizado pelos proprietários ao longo dos séculos IV e V, pelo menos, e, devido à diminuição do numerário disponível em circulação na cidade com o fim da administração romana, viu-se sucessivamente subtraído dos objetos de maior cifra, em especial aqueles produzidos em

ouro ou prata, as cunhagens suevas, assim como os bronzes com maior valor.

Referências bibliográficas

ALFARO ASINS, C.; MARCOS ALONSO, C.; OTERO MORÁN, P.; GRANEDA MIÑÓN, P. **Diccionario de Numismática**. Madrid: Secretaría General Técnica, 2009.

AMARAL, L. **As moedas das Carvalheiras**. Contributo para o estudo da circulação monetária em Bracara Augusta. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 3. Braga, UAUM/Narq, 2007.

BELINO, A. Inscrições inéditas. **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 12, n. 3, p. 97-102, 1895.

BELINO, A. Catálogo das moedas romanas, celtiberas e visigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmento. **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 17, n. 3, p. 137-147, 1900.

BRUUN, P. **The Roman Imperial Coinage**. V. 7 – Constantinus to Licinius, 313-337 d.C.. Londres: Spink and Son, 1966.

CALO LOURIDO, F. **Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa**. A Coruña: Fundación Barrié, 1994.

CARVALHO, H. O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarenensis. 2008. **Tese** (Doutoramento em Arqueologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2008.

CAVADA NIETO, M.; VILLANUEVA ACUÑA, M. El Edicto de Bembibre y las reformas administrativas de Augusto en el noroeste. In: **El bronce de Bembibre**. Un edicto del emperador Augusto. León: Junta de Castilla y León, 2001, p. 129-134.

DELGADO, M.; DIAS, L.; LEMOS, F.; PASCOAL, A. Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983). **Cadernos de Arqueologia**, Braga, série II, n. 1, p. 95-106, 1984.

DELGADO, M.; MARTINS, M.; LEMOS, F. Dossier – Salvamento de Bracara Augusta. **Forum**, Braga, nº 6, p. 3-41, 1989.

DOPICO CAÍNZOS, M. D. Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica. **Gerión**, Madrid, n. 4, p. 265-283, 1986.

DOPICO CAÍNZOS, M. D. Os inícios da urbanización no Noroeste: as capitales conventuais. In: DOPICO CAÍNZOS, M. D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. **Clausus est Ianus**. Augusto e a transformación do noroeste hispano. Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae Vol. 1. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2016, p. 259-284.

ÉTIENNE, R. **Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien**. Paris: Boccard, 1974.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. **O comercio tardoantigo no Noroeste Peninsular**. Unha análise da gallaecia sueva e visigoda a través do rexistro arqueolóxico. Trivium 48. A Coruña: Editorial Toxosoutos, 2013.

FISHWICK, D. **The Imperial cult in the Latin west: studies in the ruler cult of the western provinces of the Roman Empire**. Leiden: Brill, 1987.

FONTES, L. Powers, Territories and Architecture in Northwest Portugal: An approach to the Christian landscapes of Braga between fifth and eleventh centuries. In: SÁNCHEZ-PARDO, J.; SHAPLAND, M. (Ed.). **Churches and Social Power in Early Medieval Europe: Integrating Archaeological and Historical approaches, 400-1100 AD**. Studies on the Early Middle Ages Series, 42. Turnhout: Brepols, 2015, p. 231-247.

FONTES, L.; MARTINS, M.; RIBEIRO, M. do C.; CARVALHO, H. A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In: GARCÍA, A. (Ed.). **Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)**. Toledo: Toletvm Visigodo, 2010, p. 255-262.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. Artistic expression and material culture in celtic Callaecia. **E-keltoi**, Milwaukee, n. 6, p. 113-166, 2004.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. The politics of identity: Ethnicity and the economy of power in Iron Age northwestern Iberia. In CIFANI, A.; STODDART, S. (Ed.). **Ethnicity and landscape in the ancient Mediterranean**. Oxford: Oxbow, 2012, p. 245-266.

KENT, J. **The Roman Imperial Coinage**. V. 8 – The Family of Constantine I, 337-364 d.C., Londres: Spink and Sons, 1981.

KENT, J. **The Roman Imperial Coinage**. v.10 – The Divided Empire and the Fall of the Western Parts, 395-491 d.C. Londres: Spink and Sons, 1994.

LE MOS, F.; LEITE, J.; CUNHA, A. A muralha romana (Baixo Império) de Bracara Augusta. In: RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; RODÁ DE LLANZA, I. **Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma**. Lugo: Deputación de Lugo, Museo Provincial de Lugo, 2007, p. 329-341.

LE ROUX, P. Bracara Augusta, ville latine. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 34, n. 1-2, p. 229-241, 1994.

MACHADO, D. Tesouros numismáticos baixo-imperiais de Bracara Augusta. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Arqueologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2017.

MACHADO, D.; MARTINS, M.; BOTICA, N.; MAGALHÃES, F. O tesouro baixo-imperial da domus de Santiago: contribuição para o conhecimento da circulação monetária em Bracara Augusta. In: PARRA-PÉREZ, S.; DÍAZ NAVARRO, S.; FERNÁNDEZ LOZANO, J.; JIMÉNEZ GADEA, J. (Orgs.). **The Archaeology of ‘Underdog Sites’ in the Douro Valley**. From Prehistory to the Modern Age. Oxford: Archaeopress, 2021, p. 187-198.

MACHADO, D.; MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; BOTICA, N. Dinâmicas económicas em Bracara na antiguidade tardia. In: ARNAUD, J.; NEVES, C.; MARTINS,

A. **Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão – Textos**. Porto: AAP/CITCEM, 2020, p. 1467-1478.

MAGALHÃES, F. *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Arqueologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2010.

MAGALHÃES, F. Os espaços e as construções em Bracara Augusta. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular. **Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra**, Pamplona, v. 24, p.121-135, 2016.

MAGALHÃES, F. A domus Romana no NO peninsular. *Arquitetura, construção e sociabilidades*. 2019. **Tese** (Doutoramento em Arqueologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2019.

MARTÍNEZ CHICO, D. Los tesoros imperiales de Hispania. 2020. **Tese** (Doutoramento em Geografia e História do Mediterrâneo desde a Pré-História à Idade Moderna). Departamento de Pré-História, Arqueologia e História Antiga, Universidade de Valência, Valência, 2020.

MARTÍNEZ PEÑÍN, R.; MARTINS, M. Characterization of late antique and Early Medieval pottery production of the city of Braga and its territory. **Arqueologia Medieval. Hàbitats Medievals**, Lleida, n. VIII, p. 53-67, 2016.

MARTINS, M. Bracara Augusta: a memória de uma cidade. **Cadernos de Arqueologia**, Braga, n. 8-9, p. 177-197, 1991-92.

MARTINS, M. A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. **Cadernos de Arqueologia**, Braga. n.º. 14/15, pp. 23-45, 1997-98.

MARTINS, M. **As termas romanas do Alto da Cidade**: Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1*. Braga: UAUM/Narq, 2005.

MARTINS, M. Entre o ócio e a sociabilidade: o papel das termas públicas na vida social de Bracara Augusta. In: SILVA, G.; LEITE, L.; SILVA, E.; NETO, B. (Orgs.). **Cotidiano e**

Sociabilidades no Império Romano. Vitória: GM Editora, 2015, p. 67-81.

MARTINS, M.; CARVALHO, H. As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. **Revista de Historiografia**, Madrid, nº 25, pp. 219-243, 2016.

MARTINS, M.; FONTES, L.; MAGALHÃES, F.; RIBEIRO, J.; BRAGA, C.; MARTÍNEZ PEÑIN, R.; SILVA, J. Trabalhos arqueológicos de Sondagens Preliminares. Projeto de Reabilitação do Claustro e da Domus Romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo (Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e Museu Pio XII/ Braga). **Relatório final**, UAUM, Braga, 2016b.

MARTINS, M.; LEMOS, F.; PÉREZ LOSADA, F. O povoamento romano no território dos galaicos bracarense. In: GARCÍA DÍAZ, P.; FERNÁNDEZ OCHOA, C. **Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana.** BAR International Series 1371. Oxford: BAR Publishing, 2005, p. 259-276.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F. Bracara Augusta. In: NOGALES BASARRATE, T. **Ciudades Romanas de Hispania.** Roma: L'Erma di Bretschneider, 2021, p. 413-425.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; BOTICA, N. O urbanismo fundacional de Bracara Augusta e Lucus Augusti. In: DOPICO CAÍNZOS, M. D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. **Sine iniuria in pace vivatur.** A construción do Imperio durante os xulio-claudios. Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae Vol. 3. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2019, p. 203-225.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; MARTÍNEZ PEÑÍN, R.; RIBEIRO, J. The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. **Arqueología Medieval. Hàbitats Medievals**, Lleida, n. VIII, p. 35-52, 2016.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; RIBEIRO, J.; MARTÍNEZ PEÑIN, R. Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Teatro Romano de Bracara Augusta 2015. **Relatório de progresso.** Braga: UAUM, 2016a.

MARTINS, M.; MAR, R.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F. A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In: MELO, A.; RIBEIRO, M. do C. **História da Construção. Arquiteturas e técnicas construtivas.** Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, p. 41-76.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C.; RIBEIRO, M. do C. O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império. In: DOPICO CAÍNZOS, M. D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. In: **Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat.** A cidade romana no noroeste: novas perspectivas. Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae Vol. 2. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017b, p. 251-276.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MARTINÉZ PEÑIN, R. Braga em época tardo romana e tardo antiga. In: QUIROGA, J. **In Tempore Sueborum.** El Tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El Primer Reino Medieval de Occidente. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, 2018a, p. 236-240.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MARTINÉZ PEÑIN, R.; MAGALHÃES, F. A ocupação tardo antiga da área do teatro de Bracara Augusta. In: QUIROGA, J. **In Tempore Sueborum.** El Tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El Primer Reino Medieval de Occidente. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, 2018b, p. 241-246.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. do C.; RIBEIRO, J.; MAR, R. Topografía e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In: DOPICO CAÍNZOS, M. D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. **In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat.** A cidade romana no noroeste: novas perspectivas. Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae; Vol. 2, Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017a, p. 203-225.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. do C.; MEIRELES, J. As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana. In: COSTA SOLÉ, A.; PALAHÍ GRIMAL, L.; VIVÓ I CODINA, D. **Aquae Sacrae.** Agua y

sacralidade em época antiga. Girona: Universitat de Girona, 2011, p. 1-34.

MENDES, D. Um modelo de análise da circulação monetária em Bracara Augusta. In: MARTÍNEZ PEÑÍN, R.; CAVERO DOMÍNGUEZ, G. **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica**. León: Instituto de Estudios Medievales da Universidad de León e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2015, p. 219-238.

OLIVEIRA, E. O salvamento de Bracara Augusta. IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira. **Minia**, Braga, n. 2, p. 20-44, 1978.

OLIVEIRA, E. Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses (Estudos Bracarenses, 9). **Conimbriga**, Coimbra, v. XXIV, p. 5-83, 1985.

PEREIRA, F. A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de Bracara Augusta. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Arqueologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2018.

PINTO, J. Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. **Nummus**. Porto, XXXVIII/XXX, p. 7-299, 2005-2007.

RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MARTINS, M. Meios, técnicas e custos de construção em Bracara Augusta no século II. O balneário das Carvalheiras. **Férvedes**, Vilalba, n. 8, p. 331-339, 2015.

SEWELL, J. **The formation of Roman urbanism 338-200 B.C.** Between contemporary foreign influence and Roman tradition. JRA Supplementary Series 79. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2010.

VASCONCELOS, J. Coisas Velhas: 96 - Braga romana. **O Archeologo Português**, Lisboa, n. 23, p. 356-360, 1918.

ZABALETA ESTEVÉZ, M. del M. Breve síntese sobre os estudos das moedas de Bracara Augusta – as moedas das termas do Alto da Cidade. **Forum**, Braga, n. 26, pp. 80-85, 1999.

Parte III
Estudos Numismáticos e Impacto Social

Numismática: Moedas a serviço do conhecimento e do convívio

Pedro Paulo A. Funari

Introdução

A Numismática serviu a muitos propósitos, no passado, nem sempre os mais pacíficos ou amigáveis, assim como as moedas. Não poderia ser diferente, se aceitarmos a observação de Walter Benjamin (1985) de que todo documento de civilização é também documento de barbárie. Mesmo assim, somos nós a darmos significado ao passado e às coisas e somos, pois, nós a podermos inventar narrativas diferentes, tendo em vista o que desejamos para o presente e para o futuro. Neste capítulo, nessa direção, apresento uma perspectiva de conhecimento para o convívio, ou vice-versa, a partir das moedas. Para isso, trato de alguns conceitos essenciais, da trajetória da Numismática e de uma abordagem baseada na Teoria Social para o convívio. Apresento, então, dois estudos de caso: Salomé Alexandra e Zenóbia, para concluir pelo potencial de convívio do estudo das moedas.

Das moedas à Numismática

Dentre as muitas lições do filósofo Giorgio Agamben (2005, p. 158-170), convém explorar os múltiplos sentidos dos termos e conceitos. Neste caso, o termo meio enigmático – Numismática - merece ser um pouco explorado. Tudo começa com a raiz grega *nem-*, dar, distribuir, de onde deriva já *nómos*, dado, distribuído, daí número, lei e moeda. Esta, como um objeto concreto, apresenta o final da concretude, em grego: -ma. *Nómisma*, moeda, é a lei tornada um objeto, assim como a memória, *mneme*, uma abstração, torna-se concreta no memorial, *mnema*. Dessas origens gregas, chega-se ao latino *nummus*, termo genérico para moeda. Na expressão corrente *habere in nummis*, “ter em dinheiro vivo, em espécie” o termo denota a concretude, o objeto físico em si. As moedas, por definição, são emitidas por estados e são expressões do poder, tanto para as pessoas da própria sociedade emissora, como das outras que as podem

utilizar. Há, sempre, uma ambivalência simbólica inerente, pois. Por um lado, os dizeres e as imagens referem-se ao poder, mas, por outro, sua leitura estará submetida à leitura dos outros, seja dos escravos, como dos estrangeiros, entre outros excluídos. Isso fica claro num episódio bem conhecido e que por isso mesmo vale a pena ser retomado aqui. Há uma anedota nos Evangelhos muito reveladora. Apresento aqui a versão mais antiga da história, que está em Marcos:

13 *καὶ ἀποστέλλουσιν πρὸς αὐτόν τινὰς τῶν φαρισαίων καὶ τῶν ἡρωδιανῶν ἵνα αὐτὸν ἀγρεύσωσιν λόγῳ.*

14 *καὶ ἐλθόντες λέγουσιν αὐτῷ, διδάσκαλε, οἶδαμεν ὅτι ἀληθὴς εἶ καὶ οὐ μέλει σοι περὶ οὐδενός, οὐ γὰρ βλέπεις εἰς πρόσωπον ἀνθρώπων, ἀλλ' ἐπ' ἀληθείας τὴν ὁδὸν τοῦ θεοῦ διδάσκεις· ἔξεστιν δοῦναι κῆνσον καίσαρι ἢ οὐ; δῶμεν ἢ μὴ δῶμεν;*

15 *ὁ δὲ εἰδὼς αὐτῶν τὴν ὑπόκρισιν εἶπεν αὐτοῖς, τί με πειράζετε; φέρετέ μοι δηνάριον ἵνα ἴδω.*

16 *οἱ δὲ ἤνεγκαν. καὶ λέγει αὐτοῖς, τίνος ἡ εἰκὼν αὕτη καὶ ἡ ἐπιγραφή; οἱ δὲ εἶπαν αὐτῷ, καίσαρος.*

17 *ὁ δὲ ἰησοῦς εἶπεν αὐτοῖς, τὰ καίσαρος ἀπόδοτε καίσαρι καὶ τὰ τοῦ θεοῦ τῷ θεῷ. καὶ ἐξεθαύμαζον ἐπ' αὐτῷ.*

Então as autoridades mandaram alguns fariseus e alguns partidários de Herodes, para apanharem Jesus em alguma palavra. 14 Quando chegaram, disseram a Jesus: “Mestre, sabemos que tu és verdadeiro, porque não das preferência a ninguém. Com efeito, não levas em conta as aparências, e ensinas de verdade o caminho de Deus. Dize-nos: é lícito ou não pagar o imposto a César? Devemos pagar ou não?” 15 Jesus percebeu a hipocrisia deles, e respondeu: «Por que vocês me tentam? Tragam uma moeda para eu ver.» 16 Eles levaram a moeda, e Jesus perguntou: “De quem é a figura e a inscrição que está nessa moeda?” Eles responderam: “É de César.” 17 Então Jesus disse: “Pois devolvam a César o que é de César, e a Deus o

que é de Deus.” E eles ficaram admirados com Jesus (Evangelho, Marcos, 12, 13-17).

Nessa versão, datada de décadas depois da vida de Jesus, já aparece a oposição bem clara entre Jesus e seus seguidores e os fariseus, algo que reflete não tanto a situação à época de Jesus, no início da década de 30, quanto aquela, já de mais de quatro décadas depois. Importa não a historicidade da cena à época de Jesus, ainda que se possa suspeitar que possa ter alguma ressonância original. Nessa versão, a moeda é um denário e Jesus pergunta sobre a figura (*εἰκὼν*, *eikon*, ícone, imagem) e a inscrição (*ἐπιγραφή*, *epigraphé*, escrito em cima). Revela-nos que a imagem do imperador se sabia estar associada a alguma referência por escrito ao seu título e à figura divina. Importa apenas que a mensagem era clara, por parte do emissor, mas podia ser entendida de maneira contrária, por parte do usuário. Se o emissor se apresentava como divino, o usuário podia diferenciar o governante e a divindade.

A partir disso, dessa ambiguidade da moeda, convém passar à numismática, antes como colecionismo, depois como ciência. O primeiro aspecto, o poder, permite compreender o colecionismo de moedas. Poder atrai poder, como diz o ditado. O colecionismo já existia na antiguidade, mas foi o humanismo renascentista a impulsionar a busca e guarda de preciosidades antigas: estátuas, inscrições monumentais, sarcófagos, moedas. A guarda de moedas antigas, em particular, permitia às elites se associarem aos imperadores romanos, os modelos dos potentados à época do humanismo (Carlan & Funari, 2012). Nesse período, foram publicadas as obras latinas e gregas antigas, juntaram-se impressionantes coleções de artefatos antigos. Muitos dos tantos textos antigos hoje disponíveis derivam dessa busca humanista, assim como grande parte dos acervos antigos, acumulados antes de meados do século XVIII.

No que se refere às moedas, isso é tanto mais relevante, pela publicação de catálogos de moedas. A Numismática moderna insere-se em um novo contexto: a ciência iluminista. O século XVIII testemunhou a concomitância de diversas novidades, da industrialização ao estado nacional imperialista, do racionalismo à experimentação, da ciência positiva à universidade moderna. Em comum a todos esses movimentos

pode relacionar-se o termo razão, conceito derivado do latino *reor* (calculo, penso, junto o que está separado), *ratio* (razão, cálculo, plano), também presente no termo germânico *Vernunft* (de *vernehmen*, captar, *Zusammenhänge zu erkennen*, relacionar conexões). Esse cálculo subjaz o domínio técnico do mundo, presente no maquinário e na indústria, assim como a invenção de conceitos científicos ou naturais, incontestáveis e fora da História, como em raças biológicas humanas:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, [...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros (Foucault, 1999 [1976], p. 306).

A ciência positiva apresentava-se como isenta, especializada, por oposição à ambição universal anterior, com a criação disciplina após disciplina, como no caso das humanidades: Filologia, Filosofia, História, Arqueologia. Tudo separar e ordenar (*urteilen*), princípio geral e que está na raiz também da moderna Numismática, não mais como colecionismo de moedas valiosas, mas como catalogação e ordenação. O próprio termo Numismática só entra em uso no final do século XVIII, com sua difusão apenas no século seguinte e os catálogos de moedas tardam ainda, a partir da segunda metade do século XIX. A coleta de inscrições latinas e gregas serviu de modelo e estímulo para a publicação de catálogos de moedas, como atestam as coleções já do século XX, *Roman Imperial Coinage* (desde 1923) e *Sylloge Nummorum Graecorum* (desde 1930), para ficar com as moedas clássicas, gregas e romanas. Essa postura classificatória continua importante, como constituição de um corpus documental, indispensável para qualquer estudo bem fundamentado, mas tem sido complementada por perspectivas mais abrangentes: globais, transculturais, subalternas, pós-coloniais. A Numismática, uma vez mais, soma-se a tendências muito mais amplas (Kemmers & Myrberg, 2011).

Em termos teóricos ou epistemológicos, o contato cultural consiste na mais profunda e persistente característica: o convívio. Desde os primeiros milhões de anos de primatas, a interação entre si e com outros seres vivos e mesmo inanimados constitui um aspecto essencial da vida humana, lato sensu: o convívio, o viver com. O ímpeto pela

separação e pela hierarquização do Iluminismo levou ao racismo exacerbado, massacres, campos de concentração e extermínio, mas também à quotidiana destruição da vida no e do mundo. A ânsia por “viver com” levou à crítica da destruição, em movimentos como o feminismo (mulheres e homens), o pacifismo ou o ecumenismo, para citar alguns dos mais importantes. Isso relaciona-se à relação local e distante, daí a globalização. Entende-se globalização como algo muito contemporâneo e recente. Para muitos, algo de fins do século XX, para outros, mais antigo, desde o século XV, para alguns, ainda, algo muito mais antigo: milhares de anos, milhões, mesmo. Globo, ou mundo, de onde deriva mundialização, são termos que se referem a tudo que está vivo ou que tem o potencial de contribuir para a vida. Esse processo de contato, de interação e de convívio está presente desde sempre, mas a atenção ao contato tem sido ressaltada em oposição à separação, à segregação e à hierarquização, e à destruição. Não se pode imaginar a vida vegetal ou animal na África, desde sempre, sem a Ásia ou a Europa, um contínuo de vida em convívio. Transcultural é um termo pouco usual, mas em tudo relacionado: trans, que vai e vem, cultura que vai e vem, transculturação, o ir e vir da cultura, tanto no sentido concreto (miscigenação) como abstrato (música, língua, costumes).

Não se pode entender essas perspectivas de convivência sem os conflitos, em particular nas sociedades agrícolas e com Estado. As desigualdades internas e externas levaram ao conflito, à opressão, mas também à resistência, daí a importância de dois outros conceitos: perspectivas subalternas e pós-coloniais (Courrier & Magalhães de Oliveira, 2021). Ambas partem dos subalternizados, internos ou externos, daquilo que os latinos chamavam de *humilis*, derivado de *humus*, terra, de onde vem também o próprio ser humano, *homo* (cf. português “humilde”), *ταπεινός* (*tapeinós*), como aparece numa passagem do Livro de Judite (9, 11):

οὐ γὰρ ἐν πλήθει τὸ κράτος σου, οὐδὲ ἡ δυναστεία σου ἐν ἰσχύουσι, ἀλλὰ ταπεινῶν εἶ Θεός, ἐλαττόνων εἶ βοηθός, ἀντιλήπτωρ ἀσθενούντων, ἀπεγνωσμένων σκεπαστής, ἀπηλιτισμένων σωτήρ.

Tua força não está no número,
nem tua autoridade nos guerreiros.
Tu és o Deus dos **humildes**,
o socorro dos oprimidos,
o protetor dos fracos,
o abrigo dos abandonados,
o salvador dos desesperados.

Tanto *humiles* quanto *tapeinoi* referem-se ao que está embaixo: os subalternos. Como se pode observar na passagem do livro de Judite, se os poderosos desfrutavam disso ou daquilo, a divindade podia estar com humildes, oprimidos, fracos, abandonados, desesperados, assim como a perspectiva subalterna.

Transculturação e protagonismo feminino a partir das moedas de Salomé Alexandra e Zenóbia

As moedas de duas líderes femininas permitem discutir aspectos da subalternidade de gênero e relações coloniais, como a relevância das trocas culturais e aspectos do protagonismo: do protagonismo feminino no mundo romano, em particular (Cooper, 2010) Transculturação, creolização ou hibridismo são termos cunhados em diferentes contextos para interpretar processos sociais contemporâneos. Passaram a ser cada vez mais frequentes para se referir a outras épocas, em contextos históricos específicos e diversos. Neste capítulo, serão conceitos aplicados ao mundo antigo (Funari & Garraffoni, 2018), na periferia dos poderes romano e persa (partas e sassânidas), em dois momentos de protagonismo feminino bem atestado, também pelas moedas. Essa região, hoje chamada de Oriente Médio ou Oriente Próximo, serviu de contato de povos desde muito antes do surgimento da espécie humana atual, já que outros primatas saíram do continente africano por essa região, em direção à Eurásia. Se retornarmos apenas aos últimos milhares de anos, quando da sedentarização, da agricultura e da domesticação de plantas e animais, houve intensos movimentos de populações, mas também de culturas. Entre o Mediterrâneo e a Mesopotâmia, grande relevância emergia, com regularidade entre o que hoje são Israel, Palestina, Jordânia, Síria e Líbano,

entre o segundo século a.C. ao terceiro d.C. Houve muitas mudanças nesses séculos, a começar pelo ocaso do poder autônomo egípcio, em meados do primeiro século a.C., mas também pela crescente contraposição entre os impérios romano e persa.

Por outro lado, muitos outros aspectos persistem, como o uso culto dos idiomas grego, aramaico, hebraico e persa, em paralelo a vernáculos variados (egípcio, árabe, fenício, entre outros), assim como a produção agrícola de cereais, oliva, uvas e vinhas, frutas, produção cerâmica de uso cotidiano (*instrumentum domesticum*), trocas comerciais de longa distância com a África e a Ásia Meridional e mesmo extremo oriental. Essa mesma área testemunhou o surgimento ou crescimento dos monoteísmos que se reclamam de origem mitológica em Abraão: judaísmo, cristianismo e islão. Hoje, metade dos seres humanos participam dessas civilizações, senão de denominações religiosas. Mesmo o mundo islâmico, desenvolvido, de início, na Península Arábica, não se pode compreender sem o contexto sírio-palestino, de imediato, greco-romano e persa, um pouco mais longe. Se considerarmos as continuadas vicissitudes da região até os dias de hoje, difícil encontrar região mais significativa.

Isso conduz ao protagonismo feminino. Há pontos-de-vista extremos sobre o tema. Para a maioria, desde sempre, sociedades humanas são patriarcais, como boa parte dos grupos de mamíferos. Para outros tantos, as fêmeas humanas, como mesmo em algumas espécies, foram poderosas, em diferentes momentos e circunstâncias. Para outros, ainda, o quadro pode parecer mais nuançado: as fêmeas e os machos podem seja dominar, como cooperar. A dominação masculina constatada hoje pode levar ao considerar o domínio masculino como estrutural e inevitável. O feminismo e o empoderamento feminino podem induzir a considerar que fêmeas dominaram e foram responsáveis por tantos aspectos colaborativos das sociedades humanas. Por fim, nada disso parece ser essencial, mas circunstancial. O protagonismo, *agency*, em inglês, pode ser um conceito útil para ressaltar como todas as pessoas são agentes e constrangidas, ao mesmo tempo. Outra maneira de dizer algo que já estava em Karl Marx (1852):

Die Menschen machen ihre eigene Geschichte, aber sie machen sie nicht aus freien Stücken, nicht unter selbstgewählten, sondern unter unmittelbar vorgefundenen, gegebenen und überlieferten Umständen⁷⁹

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas.⁸⁰

O único senão à tradução lusa acima citada refere-se a *Menschen*, palavra que seria melhor traduzida por “seres humanos”, a menos que tomemos o sentido genérico de homem, derivado de *homo*, em latim, e que não se refere ao sexo masculino, mas ao humano em geral. No português, homem passou a designar o varão, de modo que “ser humano” capta melhor o espírito da frase de Marx. Os seres humanos são agentes, mas também são constrangidos pelo que está ao redor (*Umständen*, circunstâncias). Isso significa que todas as pessoas, neste sentido, são, de alguma maneira subalternizadas, mesmo quando no topo. O filósofo francês Michel Foucault acrescentaria que o poder está em toda parte, em todas as direções (Merlin 2009). Segue-se, aqui, a consideração do filósofo Bento Espinosa (Spinoza 2008), para o qual a alegria está na base da potência ou protagonismo, assim como a tristeza conduz ao constrangimento. Ambos, tristeza e alegria, impotência e poder, estão sempre em interação e cabe à tristeza buscar o constrangimento e à alegria a potência. Neste sentido, ao buscarmos o protagonismo essa é uma escolha alegre (*laetitia*, alegria, de *laetus*, *alacer*, forte, daí a ligação entre alegria e potência; *tristitia*, de *tristis*, sem força, fraco, lento, triste).

¹

Disponível

em:

https://www.deutschestextarchiv.de/book/view/marx_bonaparte_1869?p=13 [Acessado em: 20/10/2021.](#)

⁸⁰ Disponível em: <https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/18brumario.pdf> [Acessado em: 20/10/2021.](#)

Tanto Salomé Alexandra como Zenóbia produziram moedas e permitem explorar o potencial de uso da numismática, a partir dos conceitos discutidos, do protagonismo feminino à transculturação. Salomé Alexandra (141-67 a.C.) ou Shlomtzion reinou de 76 a 67 a.C. entre os judeus e sobre sua atuação o historiador do século I d.C. Flávio Josefo apresenta informações variadas (Guerra Judaica, 1, 107-119; Antiguidades Judaicas, 3, 399-432; cf. Liebowitz 2011, com todas as passagens no original, traduzidas e comentadas). Josefo explicita seu apoio entre o povo (plethos) e a afeição dos muitos (plethos) pela rainha שלומציון אלכסנדרה, cujo nome significa “paz em Sião (ou Jerusalém)” ou “porto seguro de paz”, “fortaleza de paz”, seguido do nome grego Alexandra (a virago que defende, em grego). A defesa parece estar presente tanto em hebraico/aramaico, como em grego, o que não deve ser por acaso, mas de propósito. *Aner*, varão, aparece no feminino, daí virago, em português.

A vida e regência de Salomé, por sua complexidade, transcende este capítulo, mas convém acenar a alguns aspectos gerais (Klausner, 1972). Salomé Alexandra não estava destinada ao poder (Liebowitz, 2011), chegou a ele por circunstâncias específicas e mesmo aleatórias, mas o papel das mulheres entre os hasmoneus não deve ser subestimado (Sievers, 1988). Afinal, caracterizou-se pela busca da concórdia cívica, ao tentar conciliar ricos sacerdotes saduceus, questionadores da ressurreição, e os populares estudiosos fariseus (Rodrigues, 2019), partidários da ressurreição. O favorecimento destes últimos concedeu-lhe o favor da posteridade rabínica (Rodrigues, 2019), que a recordou de forma positiva no Talmude, como benfazeja. Não parece demasiado supor que heroínas como Ester, Judite e Suzana foram inventadas sob sua influência. Inventada no sentido de produzidas (*invenio*, encontro/invento) nessa época e contexto de empoderamento feminino (Tal, 1999). O livro de Judite só chegou até nós em grego, o que parece demonstrar o caráter ao menos trilingue nessa época e circunstância: aramaico, língua materna, hebraico, idioma tradicional e religioso, e grego. A cultura helenística (Regev, 2017) era um dos aspectos dos hasmoneus, mas não único. Não espanta que o persa não figure, na medida em que chegava à região via o aramaico. Convém mencionar que Salomé Alexandra não foi só campeã popular e rabínica, mas também taxada como prostituída, como para os

puristas de Qumran, segundo uma interpretação que parece verossímil (Tal, 1993; 1999; 2001; Kireeva, 2020).

Como entram as moedas neste quadro? Não é evidência clara e indiscutível de moedas cunhadas em seus nove anos de reinado, o que, por si só, levanta dúvidas: seria possível passar tanto tempo sem emitir? Parece mais razoável considerar que as moedas emitidas em nome do sumo-sacerdote Jônatas e do conselho (הבר *hever* = junta, aqueles que se juntam) fossem emitidas em sua época, a demonstrar o caráter coletivo e cooperativo, diríamos feminino, de Salomé Alexandra, defensora da concórdia. Não parece razoável considerar que não emitiu moeda, por tantos anos: foi promotora da convivência. Seria esta a explicação para que se considerasse que a rainha não emitiu moeda? Por ser mulher, por marcar os nomes do sumo sacerdote e do conselho (הבר *sinédrio*), mas não o seu?

Se a rainha Salomé Alexandra, שְׁלוֹמִצְיוֹן (*Shlomit Zion*), apresenta uma posteridade notável, presente no Talmude e no judaísmo rabínico e ainda hoje celebrada, até pelo feminismo, algo semelhante se aplica a Zenóbia (240-274?). Zenóbia (“Força de Zeus/Deus/Brilho) tinha o gentílico Septímia, provável alusão à obtenção da cidadania em época de Septímio Severo, em fins do século II e seu nome em aramaico era Bat-Zabbai (filha de Zabbai, “dado por Deus”, Deodato, em aramaico). Em Palmira, de onde provinha, predominavam povos semitas arameus e árabes e sua língua materna devia ser a mais comum em toda a região, o aramaico, mas fontes antigas mencionam o seu domínio do grego, também comum na região como língua culta, mas ainda outros menos prováveis, como o egípcio e o latim. Casou-se com *Odaenathus* (220-267), *ras* (cabeça) de Palmira, de ascendência também entre arameus e árabes. Seu nome parece derivado da orelha (orelhinha), “aquele que dá ouvidos”, “obediente”, “prudente”. A *Historia Augusta* menciona seu reclamo de ascendência dos ptolomeus egípcios. Do casamento com *Odaenathus* teve o filho *Vaballathus* (259-274), *Wahballat*, “dados por *Allat* (uma deusa da fertilidade)”, em grego chamado de *Athenódorus*, “presente dado pela deusa Atena”.

A tradição literária apresenta muitas informações contraditórias. De família nobre e bem educada, tornou-se segunda esposa do senador

romano e líder local Odaenathus desde 260. Passou a controlar boa parte do oriente, sendo assassinado, junto com o filho da esposa anterior, em 267/8. Zenóbia passa a atuar como regente do seu filho menor de idade, Vaballatus, e com o apoio do general Zabdas, consolida o controle em uma imensa área: Egito, Síria/Palestina, Mesopotâmia ao norte e parte da Ásia Menor e da Península Arábica, no seu ápice, em 271. Ali conviviam judeus (Kaizer, 2010), cristãos (Slootjes, 2008), intelectuais patrocinados, *une femme des lettres* (Nakamura 1993, p. 148), aspirante à harmonia (Homónoia) e à esperança (elpis) (Finlayson, 2013), ao império (Stoneman, 1995; Southern, 2009), construtora de um estado (Smith II, 2013), pronta a tudo (Breytenbach, 2005), desafiadora do poder masculino (Jones, 2016), outra rainha em no mundo romano (Bravo, 2004), de Palmira (Fernández-Ruiz, 2018). Millar (1993) propunha que reivindicava o trono do Império.

Emitiu moedas em Alexandria e Antioquia (Senden, 2008/2009; Bland, 2011). Discute-se seu posicionamento como pretendente a reino independente ou como aliada romana, como acenamos acima. Em 271 aparece em inscrições como Sebaste (em grego, em latim Augusta ou imperadora), em aparente desafio ao novo imperador Aureliano, tendo sido derrotada em 272. Não se sabe ao certo se sobreviveu, se foi levada ao triunfo de Aureliano, em 274, ou mesmo se teria sobrevivido e gozado de vida na própria Itália (Young: 2009). Sua posteridade foi notável, desde a própria antiguidade, como na Idade Média, inclusive no mundo muçulmano (Weststeijn 2016) e no Talmude judaico (Yebamoth 16 b; Taanit 4.5) e na Modernidade, também nas artes, assim como no feminismo (Slatkin 1985).

Assim como no caso das moedas de Salomé Alexandra/Shlomtzion, também no caso de Zenóbia há evidências diretas, mas nem por isso menos controversas ou sujeitas a interpretação. Se no caso da rainha judaica questiona-se se as moedas foram emitidas em seu reinado, no caso de Zenóbia há de tudo: pode questionar-se se, de fato, a evidência é válida (Krzyżanowska, 2003), a interpretação exata das imagens e das inscrições monetárias. Ou seja, como mencionado antes, não há como não tomar posições, como interpretar, o que sempre será feito a partir não só do presente como dos interesses e pontos de vista. Pode-se, deve-se mesmo, usar essas moedas para defender o

protagonismo feminino e a mensagem de convivência de diversos, no passado e no presente, tendo em vista o que queremos para o futuro. O que se pode sugerir, a partir das moedas emitidas na época de Zenóbia?

Em termos de inscrições, aparecem *S (eptimia) Zenobia Aug (usta)*, *CEITTIMLA ZHNOBLA CEB* (*Septimia Zenobia Sebaste*, em grego), *IVNO REGINA*. De um lado, aparece Zenóbia com um diadema e do outro Juno com uma patera e um cetro, um pavão (Ovídio, *Met.* 1, 720-723) aos seus pés, estrela do lado esquerdo. Convém citar a bela passagem de Ovídio, nas *Metamorfozes* (1, 720/723), sobre o pavão:

*Arge, iaces, quodque in tot lumina lumen habebas,
extinctum est, centumque oculos nox occupat una.
Excipit hos volucrisque suae Saturnia pennis
collocat et gemmis caudam stellantibus inplet.*

Jazes, Argos; e a luz que havia nos cem olhos se extinguiu e uma só noite se ocupa deles. A Saturnia os recolhe em penas de seu pássaro, enchendo de estreladas gemas sua cauda. (Tradução de Raimundo Carvalho).

As inscrições apresentam Zenóbia como imperatriz (Augusta, Sebaste), associada à deusa capitolina Juno Regina, marca, também, pertinência ao imaginário romano. A cabeça de Zenóbia diademada (*διάδημα*, diadema, *διαδέω*, ligar ao redor, ligar, ser necessário), símbolo real. Juno (a deusa por antonomásia, a jovem que renasce, lua nova). Há moedas em que aparece Selene (lua) associada também a Cleópatra, ou a imagem de Homónoia (Corcórdia). Juno aparece associada à pátera (vaso chato) e ao pavão, cuja cauda de cem olhos protege. A estrela é associada, também, ao poder e aparece na iconografia monetária com frequência e constância. Já a Homónoia (Corcórdia) e a cornucópia, também recorrente para mostrar cooperação pacífica entre os cidadãos também é frequente, quando se quer ressaltar a paz, após conflitos. Tudo isso junto e associado a Zenóbia pode ser interpretado como significativo, como indicativo tanto da sua pretensão ao poder imperial, como à acomodação,

algo que transparece em diversas fontes. As moedas podem contribuir para uma interpretação inspiradora da personagem (Khalil e Karim, 2021):

Zenobia was a knowledgeable queen and cultivated in an enlightened environment, which was open to scientists and philosophers. She was tolerant of accepting inter-cultural integration, diversity, and sheltered religious minorities. Thus, she had a clear and wise vision to rule a diverse multi-ethnic empire. Her legend twisted her into an idol that could inspire writers and historians as a freedom fighter and a positive female role model.

Zenóbia era uma rainha bem informada e cultivada em um ambiente esclarecido, aberto a cientistas e filósofos. Era tolerante, ao aceitar a integração intercultural, a diversidade, ao abrigar minorias religiosas. Assim, tinha uma visão clara e sábia para governar um império variado e multiétnico. Sua lenda levou-a a ser considerada um ídolo que poderia inspirar professores e historiadores, como lutadora pela liberdade e um modelo positivo feminino.

Conclusão

O passado foi, muitas vezes, utilizado para a opressão no presente, como se pode atestar nos abusos por movimentos extremistas, mundo afora e no Brasil, nos dias de hoje (Pinsky e Pinsky, 2021). Esse abuso consiste em dois procedimentos: não usar ou mesmo invalidar informações das fontes textuais ou materiais e, o mais significativo, partir de perspectivas tristes, necropolíticas, mortíferas. Neste capítulo, parte-se de abordagem oposta: alegre, pelo convívio. Salomé Alexandra e Zenóbia, em suas cunhagens, podem servir para inspirar quem queira a destruição: governantes, podem ser vistas como guerreiras (Atkinson 2012) e causadoras de mortes tanto no interior dos seus grupos étnicos, como fora deles. Se assim for, poderá servir a justificar tais procedimentos, hoje. A História Antiga e a Numismática, por outro lado, podem servir para

inspirar a convivência. Se este capítulo tiver contribuído para isso, será um passo para mostrar o passado a serviço da cooperação.

Agradecimentos

Agradeço a Carlos Eduardo da Costa Campos, Cláudio Umpierre Carlan, Tal Ilan, Júlio César Magalhães de Oliveira e Renata Senna Garraffoni. Menciono o apoio institucional do CNPq, Fapesp e Unicamp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Documentação

ALAND, B.; ALAND, K. **Novum Testamentum Graece**. 27ª edição. Estugarda: Hendrickson Pub, 2001.

BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. 92ª Reimpressão. São Paulo: Paulus, 2020.

JOSEPHUS. **Jewish Antiquities**. Volume I: Books 1-3. Translated by H. St. J. Thackeray. Loeb Classical Library 242. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1930.

JOSEPHUS. **The Jewish War**. Trad. e com. H.St.J. Thackeray. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

THE JERUSALEM TALMUD. ed. H. Guggenheimer. Berlim: Walter de Gruyter, 2015.

SEPTUAGINTA. A. Rahlfs, R. Hanhart, R.Hanhart. Editio Altera. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **Infância e História**: destruição da experiência e origem da história. Tradução H. Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ATKINSON, K. **Queen Salome**: Jerusalem's Warrior Monarch of the First Century B.C.E. Jefferson: McFarland and Company, 2012.

BENJAMIN, W. Teses sobre a filosofia da História. In: **Walter Benjamin**. Tradução de F. Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 153-64.

BLAND, R. The Coinage of Vabalathus and Zenobia from Antioch and Alexandria. **The Numismatic Chronicle** (1966-) 171, p. 133–86 (2011).

<http://www.jstor.org/stable/42667232>.

BRAVO, G. Otra reina en Roma: Zenobia de Palmira, **Gerión Anejos**, VIII, p. 81-93, 2004.

BREYTENBACH, M.M. A queen for all seasons: Zenobia of Palmyra. **Akroterion**, 50, 1, p. 51-66, 2005.

CAIRO, M. E. Iuno Regina in Aeneid 12: Evocatio and Reconciliation. **Mythos** [En ligne], 15 | 2021, mis en ligne le 15 décembre 2021, consulté le 08 janvier 2022. URL : <http://journals.openedition.org/mythos/2979>; DOI <https://doi.org/10.4000/mythos.2979>

CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. A. **Moedas, a Numismática e o estudo da História**. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapemig/Unifal/Unicamp, 2012.

COOPER, K. Recent Work on Roman Women. **Women's History Review**, 19:2, p. 321-326, 2010. DOI: 10.1080/09612021003691125

COURRIER, C; MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. **Ancient History from Below**. Londres: Routledge, 2021.

FERNÁNDEZ-RUIZ, S. **Septimia Zenobia Sebaste: reina de palmira**. Santander: Universidad de Cantabria, 2018.

FINLAYSON, C. The Sibylline Oracles and Queen Zenobia of Palmyra: A Case Study for Apocalypse as a Venue for Political Power and Resistance in the Late Roman Empire. In **Apocalypse**. Leiden; The Netherlands: Brill, 2013.

Doi: https://doi.org/10.1163/9781848882782_013

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução M. Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. **Heródoto**, v. 2018, p. 246-255, 2018.

ILAN, T. Queen Salamzion Alexandra and Judas Aristobulus I's Widow: Did Jannaeus Alexander Contract a Levirate Marriage? **Journal for the Study of Judaism** 26, p.181–190, 1993.

ILAN, T. Shelamzion in Qumran—New Insights. In: GOODBLATT, D.; PINNICK, A.; SCHWARTZ, D. R. (Eds.). **Historical Perspectives: From the Hasmoneans to Bar Kokhba in Light of the Dead Sea Scrolls**,

- Proceedings of the Fourth International Symposium of the Orion Center, 27–31 January 1999. Leiden: Brill, 2001, p. 57–68.
- ILAN, T. Integrating Women into Second Temple History. Tübingen: Mohr Siebeck, 1999.
- JONES, P. Rewriting Power: Zenobia, Aurelian, and the Historia Augusta. **Classical World**, 109.2, p. 221-33, 2016.
- KAIZER, T. (2010) From Zenobia to Alexander the Sleepless: paganism, Judaism and Christianity at Late Roman Palmyra. In BASTIL, B.; GASSNER, V.; MUSS, U. (Eds.). **Zeitreisen**. Syrien Palmyra Rom. Festschrift für Andreas Schmidt-Colinet zum 65. Geburtstag. Vienna: Phoibos-Verlag, p. 113-123.
- KEMMERS, F.; MYRBERG, N. (2011). Rethinking numismatics. The archaeology of coins. **Archaeological Dialogues**, 18(1), p. 87-108, 2011. doi:10.1017/S1380203811000146
- KHALIL, R., KARIM, A. A. (2021) Septimia Zenobia: The Inspiring Queen of the Palmyrene Empire in Syria (240–c. 274 AD). In: KARIM A.A.; KHALIL R.; MOUSTAFA A. (eds.) **Female Pioneers from Ancient Egypt and the Middle East**. Singapore: Springer, 2021. https://doi.org/10.1007/978-981-16-1413-2_2.
- KIREEVA, N. Развратница приятной наружности: подходы к интерпретации кумранского гимна 4Q184, “The Harlot of the pleasing appearance”. Approaches to Interpretation of the Hymn 4Q184 from Qumran, **Studia Religiosa Rossica: Russian Journal of Religion**, no. 1, p. 29–42, 2020. DOI: 10.28995/2658-4158-2020-1-29-42
- KLAUSNER, J. Queen Salome Alexandra. In: SCHALIT, A. (Ed.). **The World History of the Jewish People VI The Hellenistic Age**. London: Rutgers Un. Press, 1972, p.242-254.
- KREMMYDAS, C. The Rhetoric of Homonoia in Dio Chrysostom’s Civic Orations. In: MICHALOPOULOS, A. N.; SERAFIM, A.; DELLA CORTE, F. B.; VATRI, A. (Eds.). **The Rhetoric of Unity and Division in Ancient Literature**. Berlin; Boston: De Gruyter, 2021, p. 293-316. <https://doi.org/10.1515/9783110611168-014>

- KRZYŻANOWSKA, A. Coins OF “Zenobia” in Palmyra, *Wiadomości Numizmatyczne*, R. XLVII, 2003, z. 1 (175) **Polish Numismatic News**, VII, p. 73-76, 2003.
- LIEBOWITZ E. Queen Alexandra: The Anomaly of a Sovereign Jewish Queen in the Second Temple Period. **PhD Dissertation**, Jerusalem, Hebrew University, 2011 (<http://arad.msc.huji.ac.il/dissertations/W/JMS/001756415.pdf>)
- MERLIN, M. Foucault, le pouvoir et le problème du corps social. **Idées économiques et sociales**, vol. 155, no. 1, p. 51-59, 2009.
- MILLAR, F. **The Roman Near East**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- NAKAMURA, B. Palmyra and the Roman East. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, 34:2, p. 133-150, 1993.
- PINSKY, J.; PINSKY; C. **Novos combates pelas História**. São Paulo: Contexto, 2021.
- REGEV, E. The Hellenization of the Hasmoneans Revisited: The Archaeological Evidence. **Advances in Anthropology**, 7, 175-196, 2017. doi: 10.4236/aa.2017.74012.
- RODRIGUES, G. Fortes herodianos: reflexos de práticas políticas na paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, (33), p. 139-150, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2019.163725>
- SENDEN, A. Zenobia in nummis. **Talanta**, XL-XLI, p. 137-150, 2008-2009.
- SIEVERS, J. The Role of Women in the Hasmonean Dynasty. In: FELDMAN, L. H.; HATA, G. (Eds.). **Josephus, Bible and History**. Detroit: Wayne State University, 1988, p. 132–146.
- SLATKIN, W. **Women artists in history: from antiquity to the present**. Hoboken: Prentice Hall, 1985.
- SLOOTJES, D. Bishops and their position of power in the late 3rd. c. CE: the cases of Gregory Thaumaturgus and Paul of Samosata. **Journal of Late Antiquity**, 4 (1), p. 100-115, 2011.
- SMITH II, A. M. **Roman Palmyra: Identity, Community and State Formation**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SOUTHERN, P. **Empress Zenobia: Palmyra's Rebel Queen**. Londres: Continuum, 2009.

SPINOZA, B. **Ética**. 2a. ed. Trad.: T. Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STONEMAN, R.; STONEMAN, R. **Palmyra and its Empire: Zenobia's Revolt against Rome**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

WESTSTEIJN, J. Wine, Women, and Revenge in Near Eastern Historiography: The Tales of Tomyris, Judith, Zenobia, and Jalila. **Journal of Near Eastern Studies**, 75(1), p. 91-107, 2016. <https://doi.org/10.1086/684976>

YOUNG, G. A worthy warrior queen: perceptions of Zenobia in Ancient Rome. **MA Thesis**, Washington, Georgetown University, 2009.

Anexo:

Moeda:

Disponível

em:

https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1860-0327-273



Object Type:

Coin

Museum number:

1860,0327.273

Denomination:

tetradrachm

Description:

Copper alloy coin. (whole) (whole)

Diademed and draped bust of Zenobia, right. (obverse) (obverse)

Homonoia standing left, raising hand and holding double cornucopia.
(reverse) (reverse)

State

Associated with: Roman Empire

Authority:

Ruler: Zenobia

Cultures/periods:

Roman Provincial

Production date:

271-272

Production place:

Minted in: Alexandria (Egypt)

Africa: Egypt: Lower Egypt: Nile Delta: Alexandria (Egypt)

Materials:

Copper alloy

Dimensions:

Die-axis: Die-axis: 12 o'clock
Weight: Weight: 8.510 grammes

Inscriptions:

Inscription type: inscription
Inscription position: obverse
Inscription language: Greek
Inscription content: *CEITIM ZHNOBLA CEB*
Inscription type: inscription
Inscription position: reverse
Inscription language: Greek
Inscription content: L E
Inscription transliteration: year 5

Curator's comments:

Queen Zenobia of Palmyra, mother of Vabalathus and the real power behind the Palmyrene usurpation makes a rare appearance on the coinage.

Bibliographic references:

BMC Greek (Alexandria) / Catalogue of the coins of Alexandria and the Nomes (2400, p.311)
PCR / Principal coins of the Romans: Volume I: The Republic c. 290 - 31 BC; Volume II: The Principate 31 BC - AD 296; Volume III: The Dominate AD 294 - 498. (989A)
British Museum

Impacto social da Sociedade Numismática Brasileira

Oswaldo M. Rodrigues Jr.

Moedas são mais do que apenas indicadores de uma sociedade monetizada. Todas as atividades para as quais as pessoas usam moedas estão inseridas nas relações sociais e os aspectos sociais de seu uso muitas vezes influenciam as histórias de vida das moedas.

Desde as muitas decisões social e politicamente influenciadas que estão envolvidas na fabricação de moedas (por exemplo, a intencionalidade dos tipos para diferentes propósitos), passando por manipulações e alterações que sugerem funções ou significados além de seu propósito original (por exemplo, perfuração, grafite, integração em outros objetos), até a compreensão e interpretação de sociedades antigas (por exemplo, deposição ritual, estrutura espacial de perdas de moedas), moedas desempenham um papel ativo em ações sociais de muitos tipos diferentes (*Archaeological Institute of America*, 2021).

A vida humana somente se mostrou possível pelos grupamentos que se promoveram através do convívio diário e da transmissão de conhecimento através das gerações. As instituições sociais mantêm estas funções há muitos e muitos séculos. Muitos grupamentos ao redor de nossas vidas têm estas funções, disseminando o conhecimento e auxiliando a manter regras e cuidados entre as pessoas. Este é o caso da SNB – Sociedade Numismática Brasileira – desde sua fundação em 1924, oficializando e padronizando o estudo e o conhecimento a respeito da numismática.



Imagem 1 – Prédio onde funcionou a SNB após a fundação, num escritório de um dos membros para as reuniões na primeira metade do século XX.



Imagem 2 – Placa existente ao lado da porta de entrada da sede atual da SNB, no centro de São Paulo.

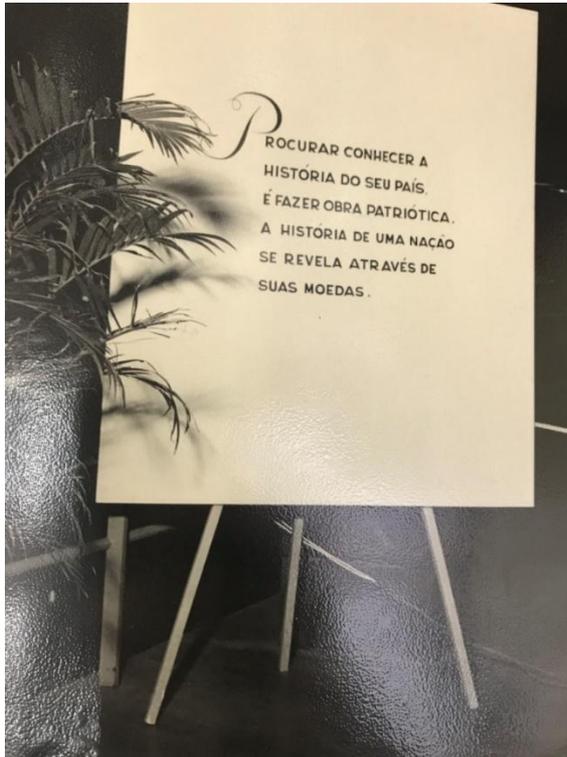


Imagem 3 – Cartaz à entrada da Exposição de Numismática no Museu Paulista (Museu do Ipiranga), em 1972, organizada pela SNB para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

O mecanismo de grupo e de como um grupo funciona, permite através da SNB, o colecionismo sistemático e organizado, diferenciando de um simples juntar de moedas dentro de uma gaveta, jogadas.

A SNB desenvolveu, ao longo de décadas, métodos que tem facilitado o colecionismo numismático no Brasil: reuniões de associados em diversos formatos, desde os que permitem as trocas indiretas durante algumas horas a cada semana, aos grandes encontros de três ou quatro dias, permitindo o contato de associados com comerciantes de diversos Estados.

A partir desta perspectiva podemos observar mais funções e como facilitam o colecionismo. Nas poucas últimas décadas, acadêmicos das ciências humanas tem apontado uma possível compreensão a respeito do colecionismo, e por conseguinte o numismático. Uma forma dos grupamentos humanos pré-históricos desenvolverem-se deve ter sido por acumular objetos e bens de consumo para uso posterior em necessidade. Mas alguns bens sempre podem ter sido mais interessantes, mais bonitos, mais chamativos que outros de mesmo tipo, seja por tamanho diferente, seja por cores, formatos...

Com o acúmulo de bens de determinado tipo e a necessidade de outros tipos de bens, inicia-se um longo período no caminho humano com o uso das trocas de bens mais valorizados, em especial os que podiam ser estocados por longo período de tempo. Aqui entram joias, metais, pedras brilhantes e menos comuns. O guardar por ser mais bonito e interessante para uma pessoa é o cerne do colecionismo de qualquer tipo. Assim surgiu uma interpretação de que o colecionismo numismático aparece antes mesmo da moeda enquanto tal existir. E devido ao colecionar, o meio monetário teria surgido.

E estes caminhos só poderiam ser viáveis com grupamentos de pessoas produzindo regras de convívio que considerassem estes ajuntamentos de materiais que servissem de troca por outros dos quais se precisassem para a vida diária. Quanto mais tempo de passou, mais os grupamentos humanos produziam regras e mais regras sobre as anteriores, e por muito tempo a transmissão oral era o meio de se guardar o conhecimento e mantê-lo. Com o advento das escritas, novos caminhos tornam-se possíveis com uma transmissão sem necessidade de um ser vivo falando o que havia aprendido. E com os metais marcados com informações que facilitavam o reconhecimento do valor intrínseco daquela porção de metal: a moeda. Este passo serviu para os grupos desenvolverem outros mecanismos e conhecimentos para o desenvolvimento humano e precisam em si ser preservados pelos mesmos mecanismos: regras e leis em uma cultura, uma sociedade.

O colecionismo numismático como o conhecemos exigiu que as pessoas que se interessassem não sofressem exigências de tipo financeiro em suas vidas, assim vários ricos eruditos ao longo dos séculos foram se

destacando em guardar de modo organizado os dinheiros conhecidos que lhes apareciam nas mãos. A sociedade ou associação numismática passa a permitir que uma pessoa tenha acesso a outras moedas que venha a desejar. Primeiro pelo mecanismo individual, o do “gostar”, o do sentir-se gratificado com o lúdico que cada moeda traz. Outra forma é o do uso do colecionar com funções de lazer, trazendo bem-estar, prazer de baixa intensidade, muito pessoal, e que não incomoda aos vizinhos. Este fator motiva a muitos e muito tempo em suas vidas.

Em 1922 é criada uma seção de numismática na Sociedade Philatelica Paulista. Esse grupo evoluiu e se transformou na Sociedade Numismática Brasileira. Fundada em 19 de Janeiro de 1924 tem início com as reuniões realizadas na rua São Bento. Nessa época talvez existisse uma centena de colecionadores sendo que a maioria aderiu ao novo grêmio. Assim efetivamente estava correto o nome da Sociedade.

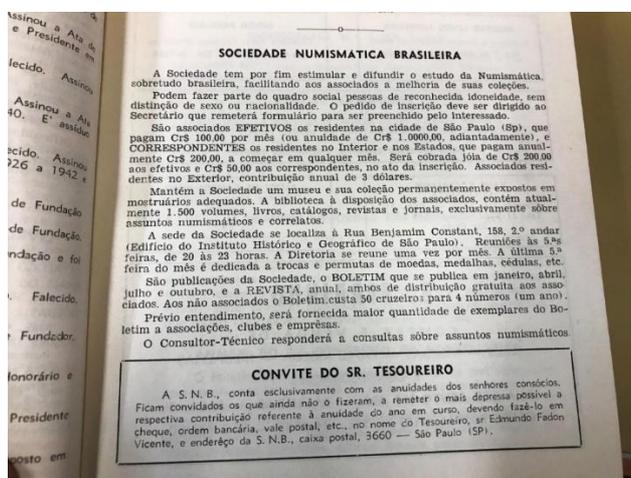


Imagem 4 – Explicação sobre a SNB no Boletim na década de 1940, referindo a sede oficial à época.

Para alguns o colecionismo auxilia a conhecer as histórias familiares, ou conectar-se com os significados pelos quais passaram pais e avós, compreendendo como era a vida em décadas ou séculos passados. Aos poucos o grupamento de uma sociedade numismática alcança outros

sentidos. Sempre que os interessados colecionistas se encontram estão se educando uns aos outros. A cada conversa aqui e ali as regras vão se fortalecendo e se criando. Sempre surgirá um que tem mais facilidade em escrever para colocar em palavras estas conversas e poder ser mais efetivo do que a conversa de corredor, durante o cafezinho, ou no almoço nos eternos “Churrasquetos” das vizinhanças.



Imagem 5 – Entrada do restaurante Churrasqueto, ao lado do prédio da SNB, no centro de São Paulo, que facilita reuniões informais da Diretoria e de sócios nos almoços, principalmente aos sábados, quando de afluência de sócios à sede.

Publicações Numismáticas

- **Revista Numismática – 1933-1954**
- 35 números

- Boletim da SNB – 1954 – atual⁸¹
- 152 números
- 2019 – retomada da Revista Numismática
 - ISSN 2675-0155

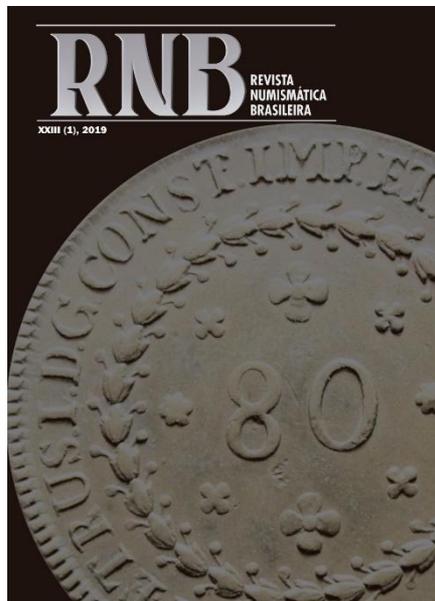


Imagem 6 – Capa da Revista Numismática Brasileira de 2019⁸²

¹ Uma lista de sumários pode ser consultada em: <http://www.snb.org.br/portal/boletins-capa.asp>

⁸² Pellizzari; Gomes; Rodrigues Jr. (2019); Rodrigues Jr. (2019a).

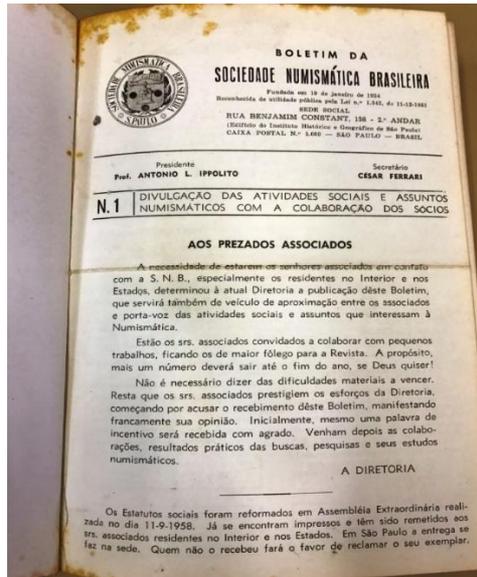


Imagem 7 – Página inicial do número 1 do Boletim da SNB, da segunda fase, a partir de 1958.

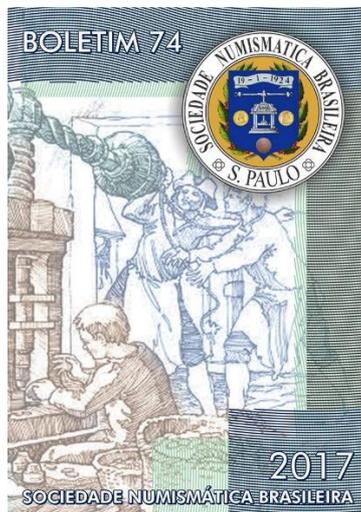


Imagem 8 – Capa do Boletim da SNB no formato atual atingindo mais de 120 páginas, semestralmente.

A Sociedade Numismática Brasileira conta com um dos maiores e mais importantes acervos de livros especializados na numária brasileira. Os associados podem fazer consultas no próprio local ou retirarem a literatura, já os não associados podem somente fazer a consulta no local. Nosso horário de funcionamento: das 13:00 às 17:00hs.

Um acervo de peças numismáticas de interesse geral é mantido em exposição numa das salas da SNB. Esta exposição auxilia a visitantes conhecer um pouco deste universo, Medalhas interessantes e de baixa cunhagem e com importante expressão histórica estão nesta exibição.

Em andamento a SNB tem o projeto de instalar oficialmente um museu nos próximos anos.



Imagens 09 e 10 – Imagens parciais da exposição numismática na sede da SNB.

Historicamente a SNB tem cunhado medalhas, quase anualmente nas últimas décadas. A série mais prolongada foi referente aos congressos de numismática, com design incluindo antigas moedas de importância histórica no Brasil⁸³. “...A SNB adquiriu em fevereiro de 1979 um conjunto de 150 m2 no edifício Adelilda, situado na rua 24 de Maio número 247, centro de São Paulo a poucos passos da Praça da República”.

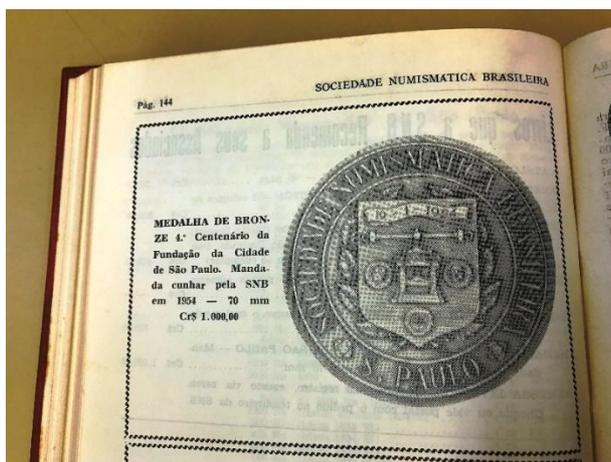


Imagem 11 – Comunicação no Boletim da SNB da Medalha de comemoração do 4º Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo.

² A relação das medalhas da SNB pode ser encontrada em: <http://www.snb.org.br/portal/medalhascunhadas-capa.htm>



Imagem 12 – Foto publicada no Boletim da Sociedade em 1979, da Medalha cunhada sobre a inauguração da sede própria, com a porta aberta aos associados.



Imagens 13 e 14 – Medalha do Mérito Numismático da SNB⁸⁴

3

<http://www.snb.org.br/portal/medalhadomeritonumismatico/medalhameritonumismatico.pdf>

Em 2013, a SNB cria a MEDALHA DO MÉRITO NUMISMÁTICO, de caráter condecorativo, destinada a agraciar associado que se fizerem mercedores de reconhecimento especial, em dois graus: ouro (distinguir os associados ativos, que ocuparam a Presidência da entidade que, por sua dedicação e capacidade profissional, contribuíram de modo eficaz para elevar o prestígio da Sociedade Numismática Brasileira) e prata (distinguir os associados, pessoas físicas e/ou jurídicas, que, no período de sua associação, tenham se destacado na realização de ações de real benefício para o desenvolvimento da Sociedade Numismática Brasileira). A SNB converte-se em um mecanismo para disseminar a numismática, mas também é uma vigília sobre as formas de se colecionar, trazendo a sistemática onde antes havia o caos. Ensina os iniciantes, mas mantém parâmetros para os experientes colecionadores.

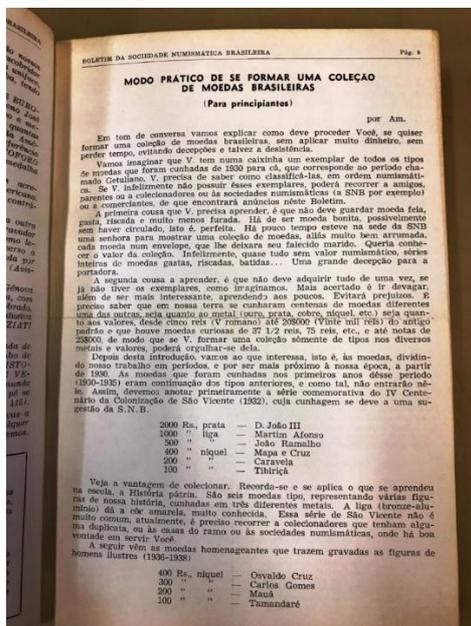


Imagem 15 – Fac-símile de artigo do Boletim da SNB referindo orientações para se colecionar moedas.

Exposições numismáticas com a SNB

A SNB tem participado de eventos comemorativos, em especial com exposições numismáticas em diversas ocasiões, junto a entidades parceiras e relacionadas a história, a exemplo do Sesquicentenário da Independência do Brasil:

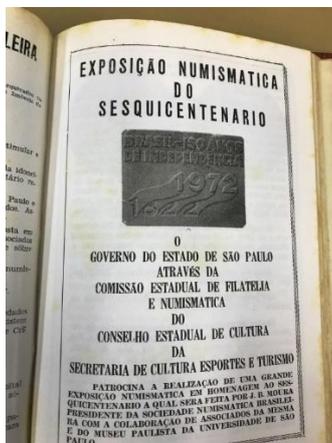


Imagem 16 – O Sesquicentenário da Independência do Brasil

Congressos de Numismática



Imagem 19 – imagem usada para o bottom referindo o congresso de 2021.

XXVI
CONGRESSO BRASILEIRO DE NUMISMÁTICA
08 a 10 DE DEZEMBRO 2022
Novotel Jaraguá Conventions
Rua Martins Fontes, 71 - Centro - São Paulo - SP

- ↳ Exposições
- ↳ Palestras
- ↳ Lançamentos
- ↳ Homenagens
- ↳ Vendas sob ofertas
- ↳ Mesas de comercialização

Sede Social
Rua 24 de maio nº 247
2º andar - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3222.3534 e 3333.7004
e-mail: snb@snb.org.br

ASSOCIE-SE www.snb.org.br

Imagem 20 – Divulgação do XXVI Congresso Brasileiro de Numismática de 2022.

Colecionador x ajuntador

No mundo da numismática existem algumas considerações importantes que muitos fazem questão de que sejam definidas. Uma delas é uma diferenciação entre o que seja um numismata e os colecionadores. Dilemas à parte, a diferença básica estará no estudar o objeto colecionável, além da função estética. O colecionador gosta do que coleciona, mas não necessariamente dispenderá tempo estudando o objeto e suas funções.

Outra delimitação ainda será feita diferenciando o colecionador do ajuntador. Muitas vezes depreciado pela comunidade numismática, o ajuntador, ou já conhecidos como acumuladores, não se utilizam de métodos básicos para o processo de obter e manter moedas, geralmente guardando em jarros, vidros de conserva já sem serventia, guardando as moedas em gavetas junto a outros objetos. Isso enquanto o colecionador

já busca álbuns, aprende a conservar, e até a limpar as moedas, até adquire livros básicos, os catálogos precários para saber o quanto valorizou as peças que tenha.

Aspectos psicológicos

- Estudos têm apontado o papel do colecionismo e os fatores psicológicos no colecionar e no conservar uma coleção sobre a vida de uma pessoa.
- Colecionar algo já diz respeito à vida de uma pessoa, o interesse pelo tipo de objeto e a representação do objeto para a pessoa, o significado subjetivo.

Funções do colecionismo

O colecionador tem na numismática uma função básica, a de fazer dela um **hobby, lazer, diversão**. O fazer algo diverso do restante do dia, diverso do trabalho, a atividade produtiva e remunerada. A função de diversão é uma necessidade para o indivíduo e para a comunidade, e nem tanto indiretamente quanto se poderia pensar. Ao vivenciarmos algo diverso do trabalho utilizamo-nos de um mecanismo de distração cognitiva que produz um efeito relaxante, calmante.

Esse mecanismo tem grande importância enquanto anti estressantes e que facilitará o refocar atenção e energias no trabalho produtivo. Referimos o mesmo efeito do fim de semana de folga remunerada existente no mundo ocidental neste último século no mercado de trabalho formal. O fim de semana auxilia a desviar a atenção e as tensões do cotidiano de trabalho, permitindo reiniciarmos a segunda feira dedicados, energizados para trabalhar.

Assim é o colecionismo numismático. Uma atividade de lazer, de diversão, mas que produz um mecanismo semelhante ao embriagar-se, distanciando-nos de outras atividades, do trabalho produtivo, contrabalanceando as tensões diárias, mas facilitando a continuidade do trabalho, apesar deste poder ser tensionador. Trata-se de uma organização que não precisa ter a aparência institucional, mas com funções de controle social semelhantes a todas as instituições sociais para a manutenção de um

estágio civilizatório por um tempo o maior possível ao largo da história. Afinal, enquanto nos divertimos, não brigamos, não nos rebelamos.

Colecionar cumpre finalidades educativas, e tem produzido colecionadores especializados do ponto de vista científico e educacional/pedagógico. Fazer a manutenção de uma coleção pode ter uma função relaxante enquanto atividade contrapondo cotidianos estressantes (embora o estresse não venha apenas de fora, mas com a interação com o ambiente, como uma pessoa aprendeu a lidar com cada situação, padronizando reações emocionais no enfrentamento daquele tipo de situação).

Outra função é não deixar a vida tornar-se chata, sem finalidades, afinal, ações constantes precisam ser produzidas para a manutenção de uma coleção. O hábito de colecionar pode conduzir a estabelecer relacionamentos sociais úteis para outros campos da vida. *Encontrar pessoas com preferências semelhantes produz novas amizades.* No mundo acadêmico/universitário, estas atividades parecem ser razoavelmente comuns, auxiliando o convívio através de outra atividade que não o trabalho. Para os mais idosos, o colecionar auxilia um envelhecer mais saudável (Julie Bach, professora de Serviço Social e titular de gerontologia da Universidade Dominicana, em River Front). A professora Bach afirma que os que envelhecem com sucesso mantêm funções cognitivas que são facilitadas e melhoras com o colecionismo, o estudo e a organização da coleção.

Outro aspecto é a *sociabilidade*, o ir a locais frequentados por outros colecionadores, fazendo as pessoas saírem de casa e compartilhando ideias. Algumas pessoas colecionarão como forma de *administrar faltas e necessidades de ligação com um passado anterior*, mas considerado parte da história individual. Um exemplo é colecionar moedas de períodos anteriores ao nascimento, como uma forma de defender-se de emoções negativas de perdas de familiares. Mas podemos ponderar que a perda se refira a épocas históricas anteriores, à monarquia perdida no país, e toda a simbologia relacionada àquele período (a parte simbólica percebida como boa, não a possíveis aspectos negativos).

Outro fator refere-se à recuperação dos aspectos identitários nacionais presentes, afinal, coleta-se as razões pelas quais vivemos neste

país, os fundamentos do que somos e vivemos, uma busca de segurança para o vier atual. Algumas pessoas colecionam como forma de *administrar faltas e necessidades de ligação com um passado anterior*, mas considerado parte da história individual. Um exemplo é colecionar moedas de períodos anteriores ao nascimento, como uma forma de defender-se de emoções negativas de perdas de familiares. Mas podemos ponderar que a perda se refira a épocas históricas anteriores, à monarquia perdida no país, e toda a simbologia relacionada àquele período (a parte simbólica percebida como boa, não a possíveis aspectos negativos).

Outro fator refere-se à recuperação dos aspectos identitários nacionais presentes, afinal, coleta-se as razões pelas quais vivemos neste país, os fundamentos do que somos e vivemos, uma busca de segurança para o vier atual. Devemos reconhecer que condições geográficas e históricas modificam o foco e as razões pelas quais uma pessoa coleciona e o objeto desta coleção. Alguns colecionadores verbalizam estes aspectos:

- "Ser intelectualmente ativo é uma boa coisa, tenha 30 ou 70 anos!" (Zorzetto, 2009)

- "I collect coins because the hobby informs me about history, military history, government, political regimes, economies and religion," advogado de New York. "You can learn about how civilizations begin, expand, become empires and decline . It's been the hobby of a lifetime." (Chicago Tribune, 2014).

Existe uma especulação interessante que nos relaciona ao princípio da humanidade pré-histórica. Uma ligação possível com o caçar e o coletar frutas e sementes para alimentar-se. Uma associação a necessidades básicas mantida no cérebro humano buscando catalogar e organizar informações para dar sentido às futuras ações. Mas se trata de uma hipótese, interessante, mas não comprovada. A razão seria mais animal, comparada aos comportamentos de estocar comida feito por algumas espécies animais, mas sem comprovações científicas (Andrews-McClymont, Lilienfeld & Duke, 2013).

Motivações individuais

Todos os atos humanos compõem-se de mecanismos imbricados de complexidades próprias ao ser humano. Algo comum será o **mecanismo desenvolvido pelo histórico de consequências positivas** em nossa vida pessoal. Aqui temos uma base importantíssima para o desenvolvimento do colecionismo numismático, diferenciando cada indivíduo com seus mecanismos de administrar ansiedades e estresses do convívio social. E como se dá este **processo de aprendizado e como se aplica ao colecionismo?** (Rodrigues Jr., 1997, 2019).

Uma boa parte dos primeiros anos de vida de uma criança contém atos que os adultos temem por serem destrutivos. Quebrar objetos para conhecer o funcionamento do objeto é presenciado cotidianamente por pais e outros adultos convivendo com uma criança de poucos anos. Este é um período da vida de todos nós. Mas alguns de nós, rapidamente aprende que conservar o objeto, a exemplo de um brinquedo, vale mais do que o destruir para saber como é composto internamente.

E como aprendemos isso? Seguramente não serão apenas as admoestações dos adultos e os castigos impingidos por quebrar algo que custou aos pais obter financeiramente. A maneira pela qual a criança se sinta recompensada, associe emoções positivas, que tragam bem-estar e prazer será o aprendizado que referimos. O oposto também será verdadeiro.

Se uma criança quebra algo se tem boas sensações ou soluciona um dilema e esse comportamento é reforçado pelos pais que lhe dão outro brinquedo imediatamente, mais rapidamente teremos alguém que aprecia destruir, gostará cada vez mais de quebrar objetos, incluindo alheios. A criança que aprende a conservar, tirando prazeres deste ato constroem a base para um futuro colecionador. O colecionador é uma pessoa que aprendeu a conservar, a obter satisfação com o cuidar de objetos (nos vários tipos de possibilidades que enumeramos acima). O colecionador gosta do que coleciona porque o mundo ao redor, o ambiente físico e social, valorizaram o que fazia em criança e isso trazia bem-estar pessoal. (vejam que isto é diferente de socialmente dizermos que uma ação é melhor que outra, não se trata de ensinamento social pedagógico, não se trata de valoração moral).

A **percepção individual construiu o caminho** para as bases do comportamento de colecionar. E a *história individual produz o encontro com o que será o objeto satisfatório para o colecionar* (Rodrigues Jr., 2017). Assim, ao longo dos primeiros vinte anos já teremos as vivências determinantes para o colecionismo, e a distinção para a numismática também ocorrerá nesta época com o encontro positivado do objeto monetiforme. O ter, o possuir uma moeda corrente e a satisfação de guardá-la mais tempo, sem gastá-la em compras, poderia ser uma destas vivências. O guardar uma moeda presenteada por um familiar querido, importante emocionalmente, poderia ser outra vivência básica.

O bem-estar e o relaxamento ou evitação de momentos ou situações de ansiedade seguramente são bases para o desenvolvimento do colecionismo. Assim, até mesmo um comportamento de fuga de tensões de relacionamento interpessoal na infância associados a aproveitar o manuseio de uma moeda e emoções de satisfação, de prazer, produzem as bases para a escolha objetual de moedas e de um futuro colecionismo numismático. Entendam que este processo de fuga, de evitação com o alívio emocional pode se dar algumas vezes no embate entre irmãos, ou de uma bronca, real ou imaginária, correta ou neurótica por parte dos pais.

Algumas pessoas desenvolvem um colecionismo por terem passado necessidades em épocas de guerra, padrões que podem ser reconhecidos pela frequência que aqueles ambientes produziram nos indivíduos. São mecanismos ontogenéticos o que descrevemos. Nem sempre visíveis externamente, mas vivenciados emocionalmente modelando comportamentos socialmente ajustados e, por conseguinte, desejados. Assim aprendemos a solucionar problemas pessoais, ansiedades geradas no mundo social.

Aspectos psicológicos da numismática sob o isolamento da era Covid19

Com o início da quarentena da Pandemia do Covid-19, em março de 2020, e o distanciamento físico, chamado de social, e sem as atividades presenciais que permitiam socialização na sede da SNB, e na praça da

República, aos domingos em São Paulo, e no almoço do Churrasqueto, aspectos psicossociais precisam ser considerados, quando fizemos uma pequena pesquisa entre os colecionadores numismáticos (Rodrigues Jr., 2020). Alguns aspectos apareceram com maior importância nas respostas ocorridas no mês de julho de 2020:

- Sinto falta das reuniões com outros colecionadores (na sociedade, nas praças, visitas a amigos;
- Sinto falta de conversar sobre o que coleciono;
- Tenho me sentido mais irritado do que antes;
- Sinto falta das atividades que tinha antes desta fase.

À moda de conclusões

O colecionismo numismático tem funções individuais e sociais. Agremiações e instituições sociais, a exemplo da SNB, formalizam e facilitam as utilidades de satisfação de necessidades individuais, preservando qualidades individuais, intelectuais, cognitivas, sociais, formatando estas soluções permitindo grupos identitários com utilidade social. Através da SNB temos melhoria de condições de vida a pessoas de mais idade que colecionam, e aos iniciantes uma reorganização psicossocial de adequação social.

Referências bibliográficas

- ANDREWS-MCCLYMONT, JG.; LILIENFELD, SO.; DUKE, MP. Evaluating an animal model of compulsive hoarding in humans. **Review of General Psychology**, 17(4), p. 399–419, 2013. doi:10.1037/a0032261.
- ARCHAEOLOGICAL INSTITUTE OF AMERICA. **Call for Papers: Coins as Social Artifacts**. January 7-10, 2021. <http://numismatics.org/nigaia/> - acessado em 01/12/2021.
- CHICAGO TRIBUNE. **Benefit of collecting coins adds up**. Chicago Tribune, 2014. <https://www.chicagotribune.com/suburbs/advertising/primetime/chi-primetime-coins-110911-story.html> - Acessado em 20/07/2017

PELLIZZARI, B.; GOMES, E.; RODRIGUES JR., O.M. (2109). Revista Numismática Brasileira – RNB. **Boletim da Sociedade Numismática Brasileira**, 76, p. 108-111, 2019.

RODRIGUES JR., O.M. Os porquês do colecionismo de moedas cédulas e medalhas. **Boletim da Sociedade** (Sociedade Numismática Brasileira), 40, p. 12-14, 1997.

RODRIGUES JR., O.M. (org.). **Histórias dos colecionismos numismáticos** – algumas histórias brasileiras. Center for the High Numismatic Studies: São Paulo, 2017. 154 p. ISBN-13: 978-1544608648 / ISBN10: 1544608640

RODRIGUES JR., O.M. O colecionismo numismático visto pela psicologia. **Boletim da Sociedade Numismática Brasileira**, 76, p. 40-49, 2019.

RODRIGUES JR., O.M. Revista Numismática Brasileira. **UNAN Numismática**, VI(33): 41, 2019a. ISSN 2519-1276.

RODRIGUES JR., O.M. Colecionismo e saúde mental durante a pandemia do COVID19. **XXIV Congresso Brasileiro de Numismática**, Sociedade Numismática Brasileira, São Paulo, 10-12/12/2020

SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. **Resolução da diretoria de 13 de julho de 2013** - Institui a Medalha do Mérito Numismático, 2013.

<http://www.snb.org.br/portal/medalhadomeritonumismatico/medalhameritonumismatico.pdf> - acessado em 10/06/2022

ZORZETTO, R. Afiado até o fim. **Pesquisa PESP**, Ed 161, 2009.

<https://revistapesquisa.fapesp.br/afiado-ate-o-fim/> - acesado em 10/06/2022

Biografias

André Bueno – Professor adjunto de História Oriental na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Tem experiência na área de História e Filosofia, com ênfase em Sinologia. Diretor da Seção brasileira da Alaada - Associação Latino Americana de Estudos Asiáticos; membro da Rede Iberoamericana de Sinologia (Ribsi) e da International Confucian Association; da Red Sinolatina (Costa Rica) e da Red ALC-China (México); por fim, diretor do Projeto Orientalismo (UERJ) para divulgação e pesquisa de culturas asiáticas. Email: orientalismo@gmail.com

Carlos Eduardo da Costa Campos – Graduado, Mestre e Doutor em História pela UERJ, com ênfase em História Antiga Romana, bem como Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ. Professor Adjunto de História Antiga e Arqueologia da FACH / UFMS. Membro do PROFHIST / UEMS e PPGAS / UFMS. Pós-doutorando em Arqueologia pela Universidade do Minho. Bolsista de Produtividade CNPQ – PQ2. Representante Técnico do Laboratório ATRIVM / UFMS. E-mail: carlos.campos@ufms.br

Cláudio Umpierre Carlan – Mestre em História pela UFF e Doutor em História pela UNICAMP. Professor Associado III de História Antiga e Diretor de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal de Alfenas (Unifal/MG). Docente do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da UNIFAL. E-mail: claudio.carlan@unifal-mg.edu.br

Cristina de Souza Agostini – Graduada, Mestra e Doutora em Filosofia, com ênfase em Antiguidade, pela USP. Professora Adjunta de Filosofia Antiga da FACH / UFMS. Membro do PROF-FILO / UFMS. Docente Orientadora Bolsista Programa de Residência Pedagógica-Filosofia/UFMS. E-mail: cristina.agostini@ufms.br

Diego Santos Ferreira Machado – Licenciado em História (UNIRIO) e Arqueologia (UMinho), área na qual é igualmente mestre (UMinho) e atualmente doutorando (FCT/Lab2PT/UMinho). É investigador no Laboratório de Paisagens, Património e Território/Lab2PT onde desenvolve, junto à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho/UAUM, os seus estudos sobre as dinâmicas económicas e sociais da cidade de Braga em sua longa duração, com ênfase no período romano e medieval, através das materialidades arqueológicas. E-mail: diegosfmachado@gmail.com

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães – Doutora em Arqueologia e Professora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde é investigadora integrada do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e do laboratório associado In2Past. Iniciou a sua atividade de investigação na mesma Universidade, na área da Arqueologia Urbana na cidade de Braga e pelo Projeto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta, em cujo âmbito dirigiu diversas intervenções arqueológicas. Atualmente, integra a equipa de investigação do “Projeto de Arqueologia de Braga. Topografia, urbanismo e arquitetura”. É, ainda, investigadora de várias redes de investigação internacional sobre o mundo romano, com destaque para a colaboração com a universidades espanholas, italianas e brasileiras. E-mail: fernanda.epmagalhaes@gmail.com

Fernanda Santana Rabello de Castro – Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus (2023-), foi Diretora Substituta e Chefe da Divisão Técnica do Museu Histórico Nacional (2022). Licenciada e Bacharel em História (UFRJ, 2005), Especialista em Ensino de História e Cultura da África e do Negro no Brasil (UCAM, 2007), Mestre e Doutora em Educação (UFRJ, 2013/ UFF, 2018), é mestranda em Museologia na UFRGS (2021-). Foi professora de História no

Ensino Básico (2006-2010). Atuou como educadora museal no Museu da Chácara do Céu (2010-2019) e no Museu Histórico Nacional/IBRAM (2018-2021). Coordenou o Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Educação Museal da parceria entre IBRAM e SIERJ/FAETEC-RJ (2014-2016). Coordenou o Grupo de Pesquisa “Educação Museal: conceitos, história e políticas” do Diretório do Ibram no CNPq e professora do ProfHistória da UNIRIO. Integrou o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro (2013-2019) e o Comitê Gestor da REM Brasil (2014-2022). Integrou a Equipe da Política Nacional de Educação Museal/IBRAM (2012-2018). Foi Coordenadora do Comitê para Ação Educativa e Cultural do Conselho Internacional de Museus no Brasil (2021-2022). E-mail: fernanda.castro@museus.gov.br

Filipe Noé da Silva – Professor de História Antiga e Medieval na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Docente do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Mestrado Profissional em História (ProfHistória) nesta mesma instituição. Seus principais interesses são: Escravidão na Antiguidade; Teorias de Gênero e Estudos Clássicos; Epigrafia Latina; Literatura Latina; Arqueologia Clássica; História da Arqueologia; Estudo das populações subalternas; Recepção e usos modernos da Antiguidade; História do Cristianismo na Antiguidade e Idade Média; Teoria Social e Educação; Relações étnico-raciais, Patrimônio Histórico e Ensino de História. Publicou diversos artigos e capítulos de livros no Brasil, Espanha e Itália. É coorganizador dos livros *Historia Antigua en Diálogo. Humanidades Digitales e innovaciones metodológicas* (Oxford, Archaeopress, 2022) e *Desigualdade social na Antiguidade: agenciamentos e linhas de fuga* (São Carlos, Editora Pedro e João, 2023). E-mail: fnd.silva@udesc.br

Giselle Bastos Pereira – Museóloga pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi

estagiária do Museu Histórico Nacional e atua como Assistente Administrativa do Setor de Numismática do mesmo Museu. E-mail: gisellebastos20@gmail.com

Gladys Mary Santos Sales – Titular de cargo como Arqueóloga no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em São Paulo. É Doutora e mestra pelo MAE/USP. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado no MAE-USP. É especialista lato sensu em Arqueologia e graduada em História - Licenciatura Plena pela Universidade de Santo Amaro - UNISA. É pesquisadora associada ao Laboratório de Arqueologia Romana Provincial-LARP/USP. E-mail: gladys@alumni.usp.br

Janira Feliciano Pohlmann – Pós-doutoranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão do Prof. Dr. Renan Frighetto. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da Universidade Federal do Paraná (NEMED-UFPR) e do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Seção UNESP/Franca (G.LEIR/Franca). Desenvolve suas pesquisas considerando as transformações, reelaborações e permanências ocorridas entre o século III e V nos territórios romano-ocidentais, período que entende estar inserido no arco cronológico da Antiguidade Tardia. E-mail: janirapo@yahoo.com.br

João Gomes Braatz – Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Colaborador discente do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA/UFPel). Pesquisa na área de História Antiga, com ênfase na Índia e outros "Orientes". E-mail: joao.braatz@hotmail.com

Maricí Martins Magalhães – Atualmente membro do Conselho Diretivo do *Comitato per gli Scavi di Stabia (fondato nel 1950)* e do Comitê Científico da Revista Cultura e Território.

Rivista di Studi e Ricerche nell'Area Stabiana e dei Monti Lattari (Itália). Atuou como consultora e avaliadora numismática do Museu de Valores do Banco Central do Brasil. Atuou como Professora Pesquisadora da FAPERJ no Setor de Numismática do Museu Histórico Nacional (*Sylloge Nummorum Graecorum e Sylloge Nummorum Romanorum – Republica Romana*). Atuou como docente em disciplinas da área Arqueologia, Epigrafia e Numismática do Departamento de História e da Pós-Graduação da UFRJ. Docente para os cursos de Especialização em Arqueologia e Epigrafia do Núcleo de Estudos de Antiguidade da UERJ. Na Itália, docente de Arqueologia de Campo da Seção Didática da *Soprintendenza Archeologica di Pompei*, assistente da Direção e do Setor de Arqueologia e de Epigrafia do *Museo Correale di Terranova* (Sorrento), bem como assistente da Cátedra de História e Epigrafia da *Università degli Studi di Napoli L'Orientale*. Possui extensa bibliografia publicada no Brasil e no Exterior (Alemanha, Grã Bretanha, França, Japão e principalmente Itália). E-mail: marici.magalhaes@uol.com.br

Oswaldo M. Rodrigues Jr. – Mestre em Psicologia e Membro da Sociedade Numismática Brasileira desde 1984. Atuou como Assessor da Diretoria para Relacionamentos Internacionais – 2015-2020. Editor da Revista Numismática Brasileira (2019 -) e foi recipiente da Medalha de Mérito Numismático 2020. Diretor Social e de Divulgação (2021-2023) e diretor de Comunicação (2023-2025). Recipiente da Medalha do Mérito Numismático (2020). E-mail: oswrod@uol.com.br

Pedro Paulo Abreu Funari – Doutor em Arqueologia (1990), mestre em Antropologia Social (1986) e bacharel em História (1981) pela Universidade de São Paulo (USP). Possui livre-docência em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e nove pós-doutorados, passando por prestigiadas instituições internacionais, como a Illinois State University e a Stanford University, nos Estados Unidos da

América; a University College London e a Durham University, no Reino Unido; a Universitat de Barcelona, na Espanha; e a Université Paris Nanterre, na França. Atualmente, é Professor Titular e docente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, Distinguished Lecturer na University of Stanford, Research Associate na Illinois State University, na Universitat de Barcelona e na Université Laval, no Canadá. Pedro Paulo A. Funari é também assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, orientador em Stanford e Binghamton, colaborador da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ppfunari@uol.com.br

Ricardo Luiz de Souza – Possui Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (2015) e Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del Rei-UFSJ (2019). Também é Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas-Unifal (2022). Atualmente, cursa Doutorado em História na linha: Memória, Cultura e Visualidades pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atuou como professor de História da Rede Estadual do Estado de Minas Gerais, e atualmente ocupa o cargo de Historiador na Prefeitura Municipal de Andradas/MG. E-mail: ricardo.souza@sou.unifal-mg.edu.br

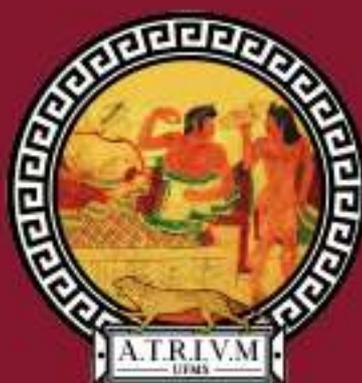
Vagner Carvalho Porto – Mestre e doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve, atualmente, pesquisas arqueológicas no sítio arqueológico de Tel Dor, Israel (processo Fapesp 2020/16698-0; processo CNPq 420099/2022-0). Atualmente é professor do PPGMAE-USP. É Presidente da Comissão de Cultura e Extensão do MAE-USP. Tem experiência na área de Arqueologia Mediterrânea e do Oriente Próximo, Arqueologia Romana Provincial, Numismática do Mundo Antigo, Curadoria de Exposições, Musealização de Acervos Arqueológicos e Humanidades Digitais. É Coordenador do

LARP-MAE-USP. É Coordenador dos Grupos de Pesquisas
CNPq Numismática Antiga e ARISE - Arqueologia Interativa
e Simulações Eletrônicas. É co-editor chefe da RevMae-USP.
É Bolsista Produtividade CNPq, nível 2. E-mail:
vagnerporto@usp.br



A coletânea, *Numisma: estudos interdisciplinares sobre numismática antiga (Vol.1)*, é uma iniciativa do Laboratório ATRIVM / UFMS em parceria com a Universidade do Minho - PT, o Museu Histórico Nacional e a Universidade de Vassouras. Nesta obra reunimos pesquisadores que refletem os acervos numismáticos e a sua divulgação científica, bem como as relações político-culturais de cada época investigada.

Os Organizadores



Universidade do Minho



UNIVERSIDADE DE VASSOURAS



GHIPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL



MINISTÉRIO DA CULTURA

